



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo

Jamylle de Almeida Ferreira

**Controle do território, identidade e existência: a histórica relação de poder
sobre a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira- Ilha do
Governador- RJ**

Rio de Janeiro

2013

Jamylle de Almeida Ferreira

**Controle do território, identidade e existência: a histórica relação de poder sobre a
Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira- Ilha do Governador- RJ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientadora: Prof.^a Dra. Catia Antonia da Silva

Rio de Janeiro

2013

Jamylle de Almeida Ferreira

**Controle do território, identidade e existência: a histórica relação de poder sobre a
Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira- Ilha do Governador- RJ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 28 de fevereiro de 2013.

Orientadora: Prof.^a Dra. Catia Antonia da Silva
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Banca Examinadora: Prof.^a Dra. Maria Letícia Correia
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo - UERJ

Prof.^a Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araújo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os pescadores artesanais da Baía de Guanabara, especialmente ao meu avô, o pescador Valdemar Francisco de Almeida (*in memoriam*), a quem pouco conheci, mas de quem muito já ouvi e já falei. Ele, que por falta de opção e de TUDO mais, como uma política pública de habilitação, de educação e de colocação no mercado de trabalho, foi o primeiro morador da antiga Favela do Gato – S.G. (1936), lugar onde ele construiu sua família e onde até hoje, muitos de seus filhos, netos e bisnetos residem e trabalham como pescadores artesanais.

Ele participou ativamente da construção daquele espaço e viu-se obrigado a constituir moradia num ambiente sem nenhuma infraestrutura. Assistiu a permissão e repressão do Estado em inúmeros episódios e disputas de poder e lutou para sustentar sua família com a dignidade de qualquer cidadão, porque antes de favelado ele era um lutador.

Foi rememorando a história dele que nasceu meu primeiro trabalho, o de final de curso de graduação. Ele partia da minha experiência pessoal no mundo e da origem da minha família e me despertava para a discussão acadêmica dos impactos da modernização em comunidades tradicionais pesqueiras, um conflito que envolve condições de trabalho e habitação no entorno da Baía de Guanabara, um estuário marinho que abriga inúmeras famílias que sobrevivem de uma das atividades mais antigas que a sociedade conhece, a pesca artesanal, mas também abriga inúmeras empresas, que com seus projetos, representam a modernização desse “território”.

Dedico também essa conquista à minha mãe, Ieda de Almeida Zerbini, pessoa que me ensinou a batalhar pelos meus sonhos, guerreira que vence todas as batalhas que a vida impõe. Ela que sofreu por não conseguir sustentar sua família, composta na época por ela e duas filhas através do seu pequeno “caico” e sua rede, mas não desistiu.

AGRADECIMENTOS

É bastante difícil fazer agradecimentos, primeiro porque não estamos acostumados a agradecer, mas a pedir. A sociedade em que vivemos nos condicionou a isso. Por isso, antes de tudo agradeço a Deus a quem tanto pedi para que esse trabalho se tornasse realidade. Obrigada Senhor por ter me permitido suportar, sem desistir, as dificuldades.

Não quero carregar o peso de esquecer alguém que tenha contribuído para a realização de mais essa etapa da minha vida, por isso agradeço a todos que estiveram ao meu lado durante a execução deste trabalho.

Não posso deixar de agradecer à FAPERJ pela bolsa de mestrado a mim concedida e aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, sobretudo a professora Dr.^a Catia Antônia da Silva, que além do atual papel de orientadora, contribuiu de forma significativa para a minha formação acadêmica, desde a graduação e acabou virando amiga. Meus primeiros passos na pesquisa foram proporcionados por ela após a minha graduação, no “Projeto Baía Limpa: vivências para a cidadania, trabalho educação e desenvolvimento sustentável”. Ali acontecia o meu primeiro contato com a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, localidade que é objeto deste trabalho. Desta forma, sou obrigada a concordar com ela: “Nada é por acaso!”

Agradeço também aos pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas por toda a ajuda na transcrição das entrevistas: Milaysa de Oliveira Cabral Paz, Nara Oliveira do Nascimento, Rhanna Cristina Das Chagas Leoncio, Raphaela Figueirôa de Barros, Rodrigo Corrêa Euzebio, Felipe Andrade Rainha, Beatriz Oliveira Cruz, Carolina Lourival Buch. Obrigada pela colaboração e parceria.

Não poderia deixar de mencionar e agradecer ao historiador José Antônio Araújo Alves, funcionário do Serviço de Documentação da Marinha, ao arquiteto urbanista José Ribamar Cardoso, funcionário da área de patrimônio e tombamento da Estação Rádio da Marinha e ao professor Doutor Elmo Rodriguez da Silva, coordenador geral da equipe técnica que elaborou pela UERJ o diagnóstico ambiental preliminar da bacia do rio Jequiá, na Ilha do Governador- RJ. Obrigada pelo empenho em ajudar na minha busca por informações e documentação em suas respectivas instituições.

Agradeço a todos os moradores e pescadores que construíram comigo a pesquisa que resultou neste trabalho. Eles não só cederam seus depoimentos, recompondo uma história não escrita, mas escrita na memória e na oralidade, como expressaram seus sentimentos e percepções sobre esse lugar particular no mundo, a Colônia de Pescadores Almirante Gomes

Pereira. Agradeço especialmente ao morador, pescador e presidente da instituição representativa dos pescadores – a Z-10 –, localizada na área, Aníbal Ferreira de Almeida Nolau, ao morador e ambientalista José Luiz de Castro Ferreira, à moradora e secretária da Colônia Z-10, Marilene Cosme do Nascimento, ao presidente da Associação de Moradores da localidade, Ricardo Tavares e ao pescador e presidente da Colônia de Pescadores Z-8, Gilberto Alves, pessoas sempre presentes, amigos.

Espero poder continuar contando com a colaboração de todos na minha reflexão sobre essa que se constitui na minha origem e não se encerra aqui.

Meus irmãos pescadores, humildes e gloriosos cidadãos da minha terra! O vosso destino de instabilidade e perigo vos faz heróis de cada dia, quando ides da terra adormecida para o mar alvorecente; quando ides alegres e aventurantes, lutar com o abismo, pescar a vida e a morte no imprevisível das ondas, e voltais humildes e vencedores, trazendo um troféu que é fardo penoso, nobre fardo que é o pão de vossa boca e o sustento de vossos filhos...

Frederico Villar, 1945, p.42

RESUMO

FERREIRA, Janylle de Almeida. *Controle do território, identidade e existência: a histórica relação de poder sobre a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira- Ilha do Governador- RJ. 2013. 247 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.*

A Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, localizada na Ilha do Governador-RJ é uma antiga área da Marinha na qual se estabeleceram pescadores artesanais, formando um núcleo de moradia cujo nome oficial deriva da instituição, também assim chamada, presente em seu interior e fundada em 1920 durante uma Missão organizada pela Marinha do Brasil entre 1919 e 1923.

Essa dissertação aponta para as relações entre a organização social da localidade e as marcas do poder imposto por diversos agentes, entre eles a Marinha do Brasil, que controlou a área entre 1920 (data da “criação” da comunidade pesqueira) e 1996 (quando seu controle foi transferido para a Prefeitura do Rio de Janeiro). A discussão está centrada na década de 1990, uma década de muitas mudanças e de muitas promessas (tal como o título de propriedade dos terrenos, até hoje uma promessa), que chegam junto com a institucionalidade urbana, tendo como marco essa passagem de controle.

A criação da Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá (APARU do Jequiá), modificando o Plano diretor da Cidade em 1992 e ganhando uma Lei específica em 1993, a chegada dos serviços urbanos em 1998, seguida da construção e implantação do CEA (Centro de Educação Ambiental) em 1999 foram acompanhados de muita polêmica, gerada principalmente pelo descontentamento em face à desconsideração dos grupos sociais já organizados na localidade.

Neste novo contexto de progressiva reversão da área de militar a urbana é criada uma Associação de Moradores em 1993, uma entidade que expressa a luta de movimentos sociais urbanos. É a partir da história oral e das memórias dos moradores que a pesquisa analisa as relações de poder e dominação, bem como a resistência da comunidade diante da crise do seu modo de vida, e o fortalecimento de uma identidade pesqueira que vai sendo “forjada”¹ num presente que se alimenta do passado devido às ameaças e insegurança impostas por esse presente.

PALAVRAS-CHAVE:

Identidade, pescadores, moradia, dominação, presente, resistência, crise, memória.

¹ A palavra está sendo utilizada no sentido de recriação, de interpretação, de composição do passado à luz do presente e não no sentido de falsificação. Uma pessoa muito importante nesse sentido é o ambientalista José Luiz de Castro Ferreira, que de tempos em tempos cria exposições, onde a história da comunidade pode ser lembrada.

ABSTRAC

The Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, a fishing village lying on the coast of an island, Ilha do Governador, on the Bay of Guanabara, is a former naval area settled by artisanal fishermen, and where a homonymous residential core exists that the Brazilian Navy founded during a nationwide mission it conducted from 1919 to 1923.

This dissertation points out the relationships between the social organisation in the Colônia and the imprints left by the rule which different types of agents have imposed on the area, as did the Brazilian Navy from 1920 (when it officially created the fishermen community) to 1996 (when the control shifted to the town hall of Rio de Janeiro). The discussion focuses upon the 1990s, a decade plenty both of changes and of promises (like one, as yet unfulfilled, of granting deeds of property to the fishermen) which came with the institutional shift from a military to an urban control of that part of the city, and had such a control shift as a landmark to them.

Along the 1990s a variety of those changes arouse much controversy, owing mainly to the discontent of social groups organised in the area since before the introduction of the changes, which had taken them into no account: in 1992 the zoning ordinance of the city of Rio de Janeiro underwent alterations, with a specific law being passed the next year; in 1993 an APARU (Area of Environmental Protection and Urban Recovery) was created at Jequiá, a broader area encompassing the Colônia; in 1998 new urban services arrived; and in 1999 the CEA (Centre for Environmental Education) was built and put into operation.

In this new context of a progressive turning of the Colônia from a military into an urban area, a residents' association was founded in 1993 as an entity expressing the fight of urban social movements. It is on the basis of oral history and the memories of residents that this research analyses the relations of power and of domination, the community's resistance to the crisis in its way of life, and the strengthening of a fishing identity which is gradually built at a present that feeds on the past because of the threats and insecurities posed by the present itself.

KEY WORDS

Identity, fishermen, residence, domination, present, resistance, crisis, memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1- TERRITÓRIO E LUGAR: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA COLÔNIA DE PESCADORES ALMIRANTE GOMES PEREIRA E A CONSTRUÇÃO DAS SOCIABILIDADES.	24
1.1- Lugar ou território? Relações de afetividade e pertencimento ou de domínio e poder? ...	25
1.2- Uma breve revisão sobre o conceito de território	26
1.3- Algumas considerações sobre o conceito de lugar.....	28
2- DO DOMINIO DA MARINHA AO DOMINIO DO URBANO: MEMÓRIAS – UM DIÁLOGO ENTRE PRESENTE E PASSADO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ...	38
2.1- A memória e a construção do ser no mundo	38
2.2- Memórias, uma história contada	45
3- ILHA DO GOVERNADOR: RELAÇÕES ENTRE ESTADO, TERRITÓRIO E SOCIEDADE.	62
3.1- Ilha do Governador e o contexto urbano-metropolitano	63
3.2- Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, um núcleo de moradia e trabalho.	73
3.3- A Estação Rádio da Marinha do Brasil (ERMJR) e sua histórica relação com a Colônia de Pescadores Artesanais Z-10. Proteção, controle ou parceria?.....	111
3.3.1- O primeiro momento: uma relação de dominação, proteção e controle entre a Estação Rádio e a Colônia que se estende até a década de 90.	112
3.3.2- O Segundo momento: Estação Rádio e Colônia: do controle à parceria a partir da década de 90.	123
3.3.2.1- A criação da Associação de Moradores local	127
3.3.2.2- A criação da APARU do Jequiá.....	127
3.3.2.3- Reversão da área do controle da Marinha para a administração da Prefeitura do Rio de Janeiro: a localidade e a vida urbana	131
3.3.2.4- A entrada dos serviços urbanos na localidade	134
3.3.2.5- A implantação do CEA na localidade	140
4- O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DIANTE DAS AMEAÇAS E CONFLITOS: É O FIM DA COMUNIDADE?	142

4.1- A produção urbana espacial na Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira: território, poder e conflitos.....	144
4.2- Os movimentos sociais existentes na comunidade e seus conflitos em razão das suas diferentes naturezas: as múltiplas identidades dos residentes na Colônia.....	164
4.2.1 Associação de Amigos do Jequiá:.....	165
4.2.2 ONG SERPEMA (Serviço, Paz, Ecologia e Meio Ambiente):.....	168
4.2.3 Associação de Moradores da Colônia Almirante Gomes Pereira:	168
4.2.4 Colônia Cooperativa de Pescadores Almirante Gomes Pereira, a Z-10:.....	170
4.3- Quando a origem fala mais alto: José Luiz de Castro Ferreira, o conhecido Zé Luiz do Jequiá.....	180
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 196
 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 201
 FONTES DOCUMENTAIS	 205
1) Fonte Impressa	205
2) Fonte Digital.....	206
 ANEXOS	 208
Anexo I: Termo de Doação da Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira	208
Anexo II: Avisos e Circulares	209
Anexo III: Termo 90.....	210
Anexo IV: Regimento Interno da Colônia de Pescadores Z-10	212
Anexo V: Ordem Interna nº 24.....	214
Anexo VI: Uma tentativa de transferência da Colônia de Pescadores Ofício nº 0012 de 10/09/86 e seus precedentes	229
Anexo VII: Planta de Situação da Área Militar da Estação Rádio e Arredores	236
Anexo VIII: Decreto nº 12.250 de 31 de Agosto de 1993- Criação da APARU do Jequiá ...	237
Anexo IX: Portaria 632 de 28 de Novembro de 1996	242
Anexo X: Convite da exposição “Olhar de Pescador”	243
Anexo XI: Folder da Exposição “Janelas do Tempo”	245
Anexo XII: Termo de Cessão de Direitos Sobre Depoimento Oral	246

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da população da Ilha do Governador. Fonte: Ipanema (1991) até 1980 e Censos IBGE de 1991 a 2000.....	66
Tabela 2: Aglomerados Subnormais da Ilha do Governador. Fonte: < http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/ >; acesso em 17/06/12.....	68
Tabela 3: Pontos de desembarque e comercialização de pescado na Ilha do Governador. Fonte: Relatório de Impacto ambiental (RIMA)- Petrobrás; 07/02/2008; adaptado para a Ilha do Governador 09/06/2012.....	70

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Símbolo de segurança: o portão da estação Rádio da Marinha “guarda” a rua que dá acesso à Colônia, situada à sua direita. Fonte: Jamylle Ferreira; 23/06/2012 30
- Figura 2: Procissão da Festa de São Pedro, o padroeiro dos pescadores. Foto de 1962 cedida por José Luiz de Castro Ferreira..... 32
- Figura 3: Procissão da Festa de São Pedro, o padroeiro dos pescadores, saindo da Colônia, na ponte que dá acesso à Marinha e à Colônia. Foto de 1962 cedida por José Luiz de Castro Ferreira..... 32
- Figura 4: Leomil João da Costa (o Baixinho), 88 anos, pescador mais antigo da Colônia em sua arte de “remendar redes”, um saber passado de pai para filho. Fonte: Jamylle Ferreira; 19/07/2011. 36
- Figura 5: As casas da Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira. Foto antiga que compõe o acervo de José Luiz de Castro Ferreira, utilizada na exposição “Janelas do Tempo”. Data desconhecida. 49
- Figura 6: Mapa de bairros da Ilha do Governador. Plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro. Fonte: IBGE: Senso de 2000..... 63
- Figura 7: Principais rodovias que integram a Ilha do Governador ao restante da Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Google Earth, 2013; elaborado por Felipe de Andrade Rainha e Rodrigo Correa Euzébio (2013). 65
- Figura 8: Renda Média Ilha do Governador. Fonte: Anuário Estatístico do Rio de Janeiro 1993/1995, IPP; Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro 2000; Armazém de Dados, IPP/2003. 67
- Figura 9: Pontos de desembarque na Ilha do Governador. Em destaque área do Jequiá (Colônia Z-10). Fonte: Google Earth e Rima Petrobrás; elaborado por Jamylle Ferreira (2008); adaptado para a Ilha do Governador 09/06/2012..... 71
- Figura 10: Foz do rio Jequiá- Ilha do Governador- RJ e os pequenos barcos dos pescadores da Colônia. Fonte: Jamylle Ferreira; 19/07/2011. 72
- Figura 11: Colônia de Pescadores e entorno- Ilha do Governador- RJ. Fonte: José Luiz de Castro Ferreira. 74
- Figura 12: Colônia de Pescadores e entorno- Ilha do Governador- RJ. Fonte: José Luiz de Castro Ferreira. 74
- Figura 13: Diretoria da antiga Colônia Z-1, a atual Z-10 (Instituição representativa dos pescadores). Foto Cedida por José Luiz de Castro Ferreira..... 75
- Figura 14: Morador e pescador Arlindo Felipe ajudando nos ritos da festa de São Pedro. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira. 83

Figura 15: Crianças brincando em uma das ruas da Colônia de Pecadores. Fonte: Monteiro, 2005	87
Figura 17: Praia do Jequiá. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira; 16/07/1942.....	91
Figura 18: Embarcações na localidade. Foto cedida por Zé Luiz Ferreira. Ano desconhecido.	96
Figura 19: Cruzador Auxiliar José Bonifácio. Fonte: Serviço de documentação da Marinha.	97
Figura 20: Fachada da Capela de São Pedro, localizada na Colônia de Pescadores. Foto Cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Ano desconhecido.	98
Figura 21: Interior da capela de São Pedro, localizada na Colônia de Pescadores. Foto Cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Ano desconhecido.	99
Figura 22: Construção do atual portão da Marinha. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Data desconhecida.	103
Figura 23: Portão da Marinha. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Data desconhecida.....	103
Figura 24: Família Dalila na Rua Américo Goulart. Ao fundo cerca separando a Colônia e a Estação Rádio. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Data desconhecida.	105
Figura 25: Moradores da Colônia. Ao fundo cerca que separava a área residencial da Estação Rádio. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Data desconhecida.....	105
Figura 26: Crianças da família Santinho e sua moradia. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Ano desconhecido.	107
Figura 27: 17º Batalhão da Polícia Militar. Fonte: Janylle Ferreira; 19/01/2013.	109
Figura 28: Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira e seu entorno. Fonte: Google Earth, 2013; elaborado por Felipe de Andrade Rainha e Rodrigo Correa Euzébio (2013).....	110
Figura 29: Estrada do Jequiá na década de 30. Foto pertencente ao acervo de Zé Luiz Ferreira.....	114
Figura 30: Militares da Estação Rádio. Foto cedida por moradores para compor a exposição “Janelas do Tempo”, organizada na localidade por Zé Luiz.	116
Figura 31: Prédio onde funcionou, segundo a versão local, a primeira Escola para Pescadores e seus filhos do Brasil. Fonte: Janylle Ferreira; 19/01/2013.....	118
Figura 32: Vestígios de um antigo controle: câmara do muro da Marinha para dentro da Colônia de Pescadores. Fonte: Janylle Ferreira; 20/10/2011.....	119
Figura 33: Construção de alvenaria na Colônia. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Data desconhecida.	121

Figura 34: Sr. Donide, pescador, sogro de Maninho (ex-presidente da Colônia) fazendo a manutenção de sua rede. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Data desconhecida.....	125
Figura 35: Bacia urbana do Rio Jequiá, alterada pela ocupação sistemática e desordenada na década de 90. Foto cedida pelo professor Doutor Elmo Rodrigues da Silva	129
Figura 36: Inúmeros barcos de peca artesanal ancorados no rio Jequiá, na década de 90. Foto cedida pelo professor Doutor Elmo Rodrigues da Silva.....	130
Figura 37: Rio Jequiá, o acidente geográfico que separa a Colônia do restante do bairro. Foto da década de 90 cedida pelo professor Doutor Elmo Rodrigues da Silva.....	131
Figura 38: Praça São Pedro. Fonte: Janylle Ferreira; 09/12/2011.....	135
Figura 39: Campo de futebol da Colônia de Pescadores. Fonte: Janylle Ferreira; 09/12/2011.	135
Figura 40: Parque da Colônia de Pecadores. Fonte: Janylle Ferreira; 09/12/2011.	136
Figura 41: Centro de Educação Ambiental e suas placas. Fonte: Janylle Ferreira; 23/01/2012.	137
Figura 42: Detalhe de placa de 2002 marcando o início das atividades ambientais no CEA da APARU do Jequiá. Fonte: Janylle Ferreira; 23/01/2012.	138
Figura 43: Detalhe da placa de 2003 em agradecimento ao Comandante da Estação Rádio da época da instalação da APARU do Jequiá. Fonte: Janylle Ferreira; 23/01/2012.....	138
Figura 44: Placa de 2003 com trecho escrito por Frederico Villar, o Comandante do Navio José Bonifácio. Ao lado detalhamento. Fonte: Janylle Ferreira; 23/06/2012.	138
Figura 45: Placa ecológica indicando a fauna da APARU do Jequiá. Fonte: Janylle Ferreira; 23/06/2012.....	139
Figura 46: Prédio do Centro de Educação Ambiental (CEA) da APARU do Jequiá, na Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira. Fonte: Janylle Ferreira; 19/07/2011.....	141
Figura 47: Prédios do lado de fora da Colônia. Fonte: Janylle Ferreira; 23/06/2012.	145
Figura 48: Casas populares da Colônia. Fonte: Janylle Ferreira; 19/01/2013.....	146
Figura 49: Ruas e becos da Colônia. Fonte: Janylle Ferreira; 19/01/2013.....	147
Figura 50: Atracadouro pesqueiro da comunidade. Foto antiga cedida por José Luiz de Castro Ferreira	155
Figura 51: Placa da Associação de Moradores pedindo a preferência aos veículos que entram na Colônia.	169

Figura 52: Primeira Diretoria da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil. Três brilhantes e abnegados companheiros da Cruzada: Carlos Maul, Francisco de Paula Machado e Henrique Pereira Fernandes. Fonte: Villar (1945, p.145)	172
Figura 53: Peixaria dentro da Colônia de Pecadores. Fonte: Janylle Ferreira; 06/12/2012.	176
Figura 54: Bloco da Colônia. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Data desconhecida.	179
Figura 55: José Luiz conversando com as crianças sobre o Manguezal do Jequiá. Fonte: Monteiro, 2005.....	192
Figura 56: José Luiz do Jequiá em atividade no manguezal na década de 90. Foto cedida pelo professor Doutor Elmo Rodrigues da Silva.....	192

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é um estudo a partir das memórias dos moradores da Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, um núcleo de moradia e trabalho situado no entorno imediato de uma das 27 instituições representativas dos pescadores do Rio de Janeiro, a antiga Z-1 e atual Z-10, localizada no bairro da Ilha do Governador-RJ. O estudo aborda as relações entre a sua organização social local e as marcas do poder imposto por diversos agentes, entre eles a Marinha do Brasil, que controlou a área entre 1920 e 1996 (quando seu controle foi legalmente transferido para a Prefeitura do Rio de Janeiro), no contexto da década de 90, onde identificamos diversos acontecimentos que remodelam esse espaço, trazendo com eles conflitos, mas também tentando alcançar a redemocratização garantida pela Constituição de 88.

Na década de 1990 estão concentradas mudanças substanciais que influenciaram a localidade. Recém-saídos da ditadura militar e com a nova Constituição Federal de 1988, também chamada de constituição cidadã, para colocar em prática, na qual diversas mudanças foram formuladas visando a redemocratização do país e o alcance da cidadania. A ECO 92, um evento internacional realizado no Rio de Janeiro, acaba por colocar uma questão de fundo ambiental para contribuir na remodelação desse território, dando origem à APARU (Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana) do Jequiá. O interesse da Prefeitura pela área vai aparecendo em ações progressivas, iniciando pela criação da APARU em 1993, sendo consumada em 1996 a reversão da área de militar a urbana, podendo assim ser iniciada a entrada dos serviços urbanos, o que aconteceu em 1998 e a construção do Centro de Educação Ambiental (CEA) em 1999. Houve descontentamento em face à desconsideração dos grupos sociais locais já organizados.

Com a progressiva reversão da área de militar a urbana deixa de fazer sentido a existência de uma Prefeitura militar, os Censos para controle de crescimento e as fiscalizações e é criada uma Associações de Moradores em 1993, uma entidade que expressa a luta de movimentos sociais urbanos.

A facilidade de acesso à área, possibilitada na década em questão trouxe benefícios e problemas. Se por um lado tornou mais fácil a entrada de serviços públicos, também por outro possibilitou o crescimento desordenado o qual nos é apontado pelo Censo de 2010, quando a localidade passa a ser considerada como uma área de ocupação subnormal, levando-se em consideração tanto o seu processo de ocupação quanto a falta de título de propriedade do terreno, a densidade populacional e seu acelerado e recente crescimento.

Temos como objetivo geral investigar a importância da pesca para a sobrevivência da Comunidade Pesqueira do Jequiá- partindo das personas, das suas memórias- em oposição, os impactos gerados pela modernização, o que nos remete a uma questão maior: a importância da produção de espaços tradicionalmente pesqueiros construídos dentro do contexto da pesca da Baía de Guanabara e da Região Metropolitana. Também somos levados a averiguar o significado da existência de uma realidade diferenciada não só pela atividade, mas pelo sentido de tudo o que é produzido por esse grupo social, seus costumes, sua cultura e seu modo de vida que está em crise. Sob essa orientação verificaremos se esse espaço diferenciado acaba por encontrar-se sob uma realidade de segregação e os motivos desta.

O fato é que precisamos identificar os motivos pelos quais a Comunidade vem desaparecendo, mas a identidade do grupo não.

Os objetivos específicos são que pretendemos alcançar são:

- ✓ Analisar a relação da comunidade com a área em sua dimensão de lugar e de território, tentando resgatar sua história social, tendo como marco as mudanças de controle territorial implementadas na década de 1990.
- ✓ Realizar entrevistas com os moradores e pescadores da área, especialmente os mais idosos para identificar, a partir da história oral, das suas memórias e sabedoria (aquela passada de pai para filho) o sentido do lugar e da atividade pesqueira, bem como para entender como se deu o processo de ocupação, as mudanças e suas relações com a área de estudos abordada neste projeto, tentando compreender sua percepção com relação ao significado deste espaço na história do presente;
- ✓ Fazer o levantamento de dados para quantificar a o número de habitações e de pescadores locais, bem como a renda da localidade em questão e do seu entorno.

Desta forma, este trabalho enfoca experiências relativamente recentes de uma comunidade que ainda pode rememorar uma história que corresponde ao tempo de existência de muitas das personas que dela participam ou participaram. Muito das experiências vividas por pescadores inseridos na realidade brasileira também foram compartilhadas por toda a sociedade, por isso optamos por uma história que pudesse dar conta do tempo de existência, privilegiando a história oral, contada a partir dos próprios atores locais, sem perder de vista que o poder é capaz de manipular até mesmo a memória e que da memória a que estamos nos referindo também participa o esquecimento. Também estaremos atentos à memória absorvida pela vivência comunitária, a memória coletiva, passada de geração em geração, e muitas vezes utilizada para dar sentido ao presente. Assim se justifica nossa escolha metodológica

pela história do tempo presente, mais também nosso tipo de abordagem, que retrocede um pouco, indo buscar na origem da área (voltada para a pesca artesanal) e na primeira forma de dominação (a militar), as respostas para questionamentos dos quais não seria possível darmos conta sem essa volta a um passado que foge ao nosso período recortado, o que se fez necessário para entendermos a manutenção e o fortalecimento da identidade local com a pesca artesanal e com a Marinha em tempos de crise da atividade em toda a baía de Guanabara e justamente quando a área deixa de pertencer à Marinha, sendo assim, colocavam-se algumas questões: De onde vem a identidade local se os próprios moradores e pescadores dizem que pescadores já quase não existem e se a Marinha já não controla a área desde a década de 90? Qual é o verdadeiro propósito dessa identidade? De que maneira as inseguranças do Presente contribuem para fortalecer a identidade local?

O número de pescadores vem diminuindo, a área se torna mais complexa em relação às atividades exercidas pelos seus moradores e não pertence mais à Marinha, mas essas identidades se fortalecem, inconscientemente, como forma de resistência e de estratégia para manter a moradia, estabelecendo uma nova relação entre habitação e trabalho, presente e passado.

Iniciamos a nossa busca com duas hipóteses que pretendíamos averiguar: a primeira impulsionou nossos questionamentos, nos levando a acreditar que a insegurança referente à reversão da área de militar (Marinha) a urbana (Prefeitura) era o que fortalecia a comunidade a partir da década de 90. A segunda, que acabou prevalecendo, nos mostra pelos próprios depoimentos e também através da documentação (tal como avisos, circulares, termos, projetos, etc.) que as concessões, as ameaças de remoção e as negociações já existiam antes, apoiadas em constante controle e regulação do crescimento da comunidade ainda na época em que a gestão era feita pela Marinha, que submetia os moradores a recenseamentos frequentes. Mas essa realidade já era vivida há muito tempo e a Marinha, até mesmo por ter administrado a área por mais de 70 anos estava muito próxima, o que refletia, contraditoriamente, certa confiança. Além disso, pesava o fato de a Colônia ter sido legitimada durante a Missão do Cruzador José Bonifácio (1919-1923), portanto após a Primeira Guerra Mundial, na qual foi criando Colônias de Pescadores Artesanais de norte a Sul do País em comunidades pesqueiras já estabelecidas, com o objetivo de organizar a pesca e conquistar a confiança dos numerosos pescadores artesanais, para que eles se tornassem parceiros na defesa do território nacional.

Tendo sido essa missão oficial que fazia parte de uma política de proteção da costa brasileira e organização da pesca artesanal, justifica-se o retorno ao passado como estratégia

para manter a moradia, o que acabava por fortalecer origem da área e a identidade de pescadores artesanais estabelecidos em área da Marinha do Brasil.

Nosso olhar está voltado para um espaço no qual o presente está carregado de história e de influências de outros tempos, de ideologias novas e antigas e de saberes, numa perspectiva de disputas de poder entre dominantes e dominados anterior ao período que recortamos para estudar.

É a partir da memória dos pescadores e moradores da localidade que pretendemos compreender as relações de poder e dominação impostas por influências externas, bem como a resistência da comunidade diante da crise do seu modo de vida, que vai sendo confrontado por outros modos de vida. Desta forma, se faz necessário também entendermos como os espaços luminosos² vão minando e destruindo os espaços de outros mundos, deixando cada vez mais invisíveis e à margem os pescadores, que são trabalhadores, mas não apenas isso, pois a pesca não é só trabalho, envolve uma dinâmica e um tempo diferenciado, é cultura e esta é uma disputa de ideais e de sentido na sociedade capitalista.

Desta forma faz-se necessário a indagação sobre como essa localidade vem lutando para manter-se frente à secularização e como vem se dando a disputa de poder em seu interior, representado na figura da Marinha do Brasil, da Prefeitura, de Associações, de ONGs, de grandes agentes empresariais (tais como a Petrobrás, por exemplo) e dos fenômenos urbanos de especulação imobiliária nas redondezas. Uma disputa de poder que se torna mais expressiva com a inserção da localidade no urbano.

Questionar sobre como os efeitos da modernização se realizam no local, fazem parte dessa abordagem, tentando dar conta dessa, que tenta se manter como uma das comunidades de pescadores da Baía de Guanabara, e assim como tantas outras enfrenta pressões de todo o tipo, que são exercidas de fora para dentro por múltiplos agentes do poder, onde o discurso da modernidade nega os diferentes e os diferentes querem ser reconhecidos como diferentes. Desta forma a força da destruição desse grupo social é ideológica e profunda, orientando a própria identidade da comunidade, fortalecida diante das ameaças, enquanto a própria comunidade se deteriora.

Assim sendo, pretendemos valorizar neste trabalho o tempo social, que é o tempo da dinâmica diferenciada das comunidades, mas também é o tempo da disputa, da negociação e da dominação.

² Categoria proposta por Milton Santos (1994b) para indicar os espaços onde se concentram a ordem e as normas impostas pelas classes dominantes e pelas corporações. Em oposição a essa categoria o autor criou também a de “espaços opacos” para indicar o seu habitante, o homem lento, que resiste aos impactos causados pelos “espaços luminosos”.

Essa dissertação aponta para o entendimento de um espaço cuja problemática não se esgota na geografia e por isso buscamos contribuições da história, tentando produzir um diálogo entre as disciplinas. O tema nos coloca diante da possibilidade de pensarmos a relação entre a geografia, mais especificamente a urbana e a história social, dialogando com categorias como modernização, memória, rugosidade, tempo-espaço e história popular. Nesta história, vista de baixo, o estudo sobre os pescadores pode contribuir para um novo olhar dos invisíveis sociais na produção do conhecimento, um olhar do ponto de vista dos subalternos, que apesar de desvalorizados, produzem riqueza, na medida em que abastecem nossos mercados de alimentos pela via do seu trabalho.

Pretende-se contribuir, a partir da problemática para pensar a crise vivida pelas comunidades de pescadores artesanais brasileiras na perspectiva do tempo presente diante do processo de modernização.

Mesmo sofrendo as pressões da modernização, que se instala na metrópole do Rio de Janeiro e tendo deixado de ser exclusivamente pesqueira, a comunidade, se é que ainda podemos chamá-la desta forma, ainda mantém fortes laços com o passado.

Esse trabalho partirá de um trabalho anterior, onde foi abordada a atividade pesqueira na Comunidade de Pescadores do Gradim em São Gonçalo, estigmatizada pela sua forma e pelo seu processo de ocupação como Favela do Gato, (FERREIRA, 2008). Na ocasião foi possível observar, através de mapeamento dos principais pontos de desembarque e comercialização de pescado na Baía de Guanabara, que na Ilha do Governador- RJ é notória a presença da atividade tradicional pesqueira, e que muitos desses pontos coincidem com áreas de habitações precárias ou irregulares. Essa foi uma questão que ficou para ser respondida em trabalhos futuros. Eis-me aqui tentando respondê-la, ao menos em parte, utilizando para isso não a Ilha do Governador – porque não daríamos conta das inúmeras comunidades, portos, atracadouros e pontos de comercialização de pescado, acompanhados de suas respectivas áreas de suporte, abastecimento e reprodução, cada uma com sua complexidade –, mas a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, designa a área onde está instalada uma comunidade que teve origem na institucionalização da pesca pela Marinha do Brasil em 1920. A instituição, antiga Z-1 e atual Z-10 representa pescadores dessa e de outras comunidades da Ilha do Governador e também de Caxias e de Paqueta³.

³ Apesar de muitas vezes os pescadores ignorarem sua existência, cadastrarem-se e contribuirão localmente com *Associações de Pescadores Livres*. Neste ponto fica claro uma outra disputa de poder que não daremos ênfase aqui, aquela existente entre instituições, representativas da mesma classe.

Essa dissertação está organizada em quatro capítulos. **O capítulo 1- Território e Lugar: O Processo de Formação da Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira e a Construção das Sociabilidades** é uma revisão conceitual sobre lugar e sobre território que tenta justificar a nossa escolha das duas categorias de análise geográfica que apontam para o processo de produção social do espaço.

Quando o comum em geografia é trabalhar com apenas uma categoria, cabe a justificativa: nessa abordagem lugar e território se complementam e se confrontam. Como trabalhar com apenas uma delas? Como ignorar esse fato se o lugar é uma parte do espaço apropriado à vida pelo qual temos afeto porque com ele estabelecemos nossas referências pessoais, coletivas e culturais (no sentido existencial). É a partir dele que vemos o mundo e com ele criamos uma relação de identidade e o território imprime relações de poder, de dominação, mas também de sobrevivência (no sentido material, econômico).

O trabalho do pescador é diretamente prejudicado pelos efeitos nocivos da modernização e, em alguns casos, já não é mais possível a reprodução material nos mesmos padrões outrora praticados ficam evidenciados no espaço produzido e nos discursos dos pescadores mais antigos. Buscamos no capítulo seguinte as bases para entendê-los utilizando a metodologia da história oral.

Os problemas por eles mencionados acabam por afastar os jovens da atividade e as comunidades vão, aos poucos, perdendo a sua vocação pesqueira, por falta de políticas públicas. Muitos desses jovens acabam sendo incluídos de forma precária na sociedade. Assim, os pescadores artesanais perdem seu lugar social na cidade modernizada, aquele que faz parte da cadeia produtiva, o da produção de pescado para abastecimento das camadas mais populares da sociedade ao mesmo tempo em que a sua inserção no mundo moderno acontece de forma defasada e precária, ficando o seu trabalho muitas vezes nas mãos de atravessadores e suas comunidades submetidas aos diversos agentes do poder.

Para além da história social existe a história das personas, pois são elas que conduzem os processos e o seu movimento na cidade é proporcionado também pela atividade econômica que desenvolvem, pelas suas articulações, que produzem lugares e contextos. E a história social pode ser contada a partir da história das personas, dos seus conflitos, das suas resistências, das suas lutas cotidianas e políticas, enfim, das suas memórias, especificamente tratadas no **capítulo 2- Do Domínio da Marinha ao Domínio do Urbano: Memórias – Um Diálogo entre Presente e Passado na Construção da Identidade**. Esse capítulo foi dividido em dois subcapítulos, o primeiro com um enfoque mais conceitual sobre memória e história oral para facilitar o entendimento do segundo, focado na análise dos depoimentos de

moradores e pescadores. A metodologia utilizada foi aquela sugerida por Alberti (2005) que sugere conhecimento sobre a vida do entrevistado, a preparação de um roteiro prévio para orientar a entrevista e posterior transcrição e análise, podendo ser conduzida levando em consideração um tema específico ou a história de vida do entrevistado, sendo admitida ainda que seja feita mais de um encontro com o entrevistado. Ao todo tivemos um total de 20 entrevistas consideradas, o que corresponde a aproximadamente 1% da população local. Foram feitas 12 entrevistas gravadas e 8 não gravadas, além de muitas conversas informais. As entrevistas gravadas foram devidamente concedidas pelos entrevistados ao Departamento de Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em História Social, conforme metodologia descrita pela mesma autora, através de termo de cessão de direitos sobre depoimento oral, assinado após a entrevista.

A metodologia de história oral, utilizada aqui foi acompanhada de pesquisa bibliográfica e execução de trabalhos de campo em comunidades pesqueiras para constatar a realidade da pesca na baía de Guanabara. Apesar de existirem muitos pontos de desembarque e comercialização de pescado, em muitos desses pontos encontramos áreas decadentes, sem infraestrutura tanto no que diz respeito à atividade pesqueira quanto à condição das habitações, ou da situação irregular de ocupação, tal como ocorre na localidade em questão. Essa área tem em comum com muitas comunidades na Baía de Guanabara os problemas relacionados aos processos de ocupação e o fato de ser tradicionalmente pesqueira e de específico podemos citar a localização original em área da Marinha, tendo sido fundada por ela.

A localidade possui uma organização singular e uma localização bem diferente de muitas das comunidades tradicionalmente pesqueiras da Baía de Guanabara. Existe uma relação de poder e de respeito, construída entre a Marinha do Brasil, na figura da Estação Rádio e os moradores do local, que diferencia essa área das demais, um relacionamento que está pautado em dois marcos regulatórios, separados pela cessão, em regime de aforamento, da área militar de 84.400,00m² para a Prefeitura do Rio de Janeiro, intensificando os movimentos e iniciando-se as intervenções urbanas no local. Identificar como essa relação foi construída no tempo e no espaço foi um importante passo no sentido de desvendar os conflitos, o controle e o poder a que estão submetidos os que compartilham desse espaço, bem como sua contribuição para a formação da identidade local. Assim a comunidade sente-se protegida pela Marinha tanto física quanto ideologicamente, convivendo de forma harmoniosa com a mesma. Acreditamos que há de certa forma, um sentimento de proteção com relação à

proximidade da área da Militar que está ancorado num passado, não muito distante, de reciprocidade, concessões, favores e muito controle. Essas reflexões compõem o **capítulo 3- Ilha do Governador: Relações entre Estado, Território e Sociedade**, que inicia apresentando o contexto espacial em que está inserida a localidade estudada na Ilha do Governador e a sua propensão para a pesca, pela própria condição insular.

Uma das forças protagonistas do processo de crise em que se encontram as comunidades pesqueiras é a modernização, implementada pela industrialização e pela urbanização (engendrados pelo capital industrial, pelo capital imobiliário e pelo planejamento urbano estatal), mas se num primeiro momento o controle era dado pelo confinamento e reunião de pescadores, num segundo momento ocorre a sua dispersão, onde muitos abandonam sua atividade e local de origem em busca de outras atividades mais rentáveis. Desta forma, a modernização tem deixado de fora a economia da pesca artesanal, tornando-a cada vez mais precária, muitas vezes permitindo que a sobrevivência seja garantida via produção de espaços compatíveis com a falta de estrutura que possuem. Mas, mesmo diante de tantos problemas, algumas áreas ainda resistem, mesmo que à custa de um reforço na identidade diante de tantas ameaças. É sob essa ótica que refletimos no **capítulo 4 – O Fortalecimento da Identidade Diante das Ameaças e Conflitos: É o Fim da Comunidade?** O capítulo mencionado enfoca as ameaças vividas no presente, bem como os movimentos sociais existentes na localidade e termina contando um pouco da história de vida de um morador, o José Luiz de Castro Ferreira, indicado por todos os que conversamos como conhecedor da história local. Alguém que luta para manter vivas as memórias e a tradição de uma comunidade de pescadores artesanais estabelecida em área da Marinha porque ainda enxerga nela esses traços e resiste em aceitar o título de área de ocupação subnormal conforme classifica o Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 2010.

1- TERRITÓRIO E LUGAR: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA COLÔNIA DE PESCADORES ALMIRANTE GOMES PEREIRA E A CONSTRUÇÃO DAS SOCIABILIDADES.

Este capítulo abre o debate sobre a escolha conceitual e metodológica e a sua relação com o objeto, priorizando o recorte conceitual.

Nosso objetivo no presente capítulo é produzir os subsídios para entendermos como uma comunidade que tem a quantidade de pescadores cada vez menor e vive as inseguranças do presente estrategicamente fortalece a sua identidade pesqueira e seus laços com o lugar, estabelecendo uma posição nessa disputa, que se constitui também por territorial, já que tanto a área quanto a atividade são de domínio do Estado. Não podemos esquecer que na localidade funciona desde 1920 uma Colônia de Pescadores, que se constitui numa institucionalidade do Estado para normatizar a atividade pesqueira e que o próprio nome Oficial da área ultrapassa os limites da Z-10 como entidade representativa (ou sede administrativa): Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, assim denominada justamente por essa falta de separação entre habitação e trabalho, tão comum em comunidades pesqueiras.

Para darmos conta do tema precisamos entender em que momento a área se estabelece enquanto lugar e enquanto território. Por isso propomos uma discussão a respeito no subcapítulo **1.1 – Lugar ou território? Relações de afetividade e pertencimento ou de domínio e poder?**

Dando continuidade, no subcapítulo **1.2-Uma breve revisão sobre o conceito de território**, abordaremos o conceito de território, sem grandes aprofundamentos, buscando dar conta do significado de território para o pescador, no sentido da sobrevivência e para o Estado e as Empresas.

O subcapítulo **1.3- Algumas considerações sobre o conceito de lugar** trata o lugar em seus laços de afetuosidade e suas relações de cotidiano, onde se travam batalhas diárias para preservar e manter vivas as tradições, a história e os costumes locais diante de uma crise que não é apenas a crise dos lugares e das disputas, mas a crise das comunidades pesqueiras, que tentam resistir às ameaças da modernização industrial. Neste momento recorreremos a Weber (2000) para entendermos o sentido dessas ações de resistência, utilizando a imanência e a transcendência à luz dos esclarecimentos de Silva. In Silva, Bernardes, Arruzzo & Ribeiro, 2005, p. 23-42 para reforçarmos que a atividade e os laços que existem entre moradores e

pescadores com o lugar vão além do sustento da família, compreendem um modo de vida e uma cultura.

1.1- Lugar ou território? Relações de afetividade e pertencimento ou de domínio e poder?

Os conceitos fundamentais deste trabalho nascem das relações de dominação impostas sobre os ocupantes desse espaço oficialmente denominado Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, conhecido também como “Colônia de Pescadores Z-10”, a comunidade de pescadores artesanais localizada na foz do rio Jequiá, a qual comumente nos referiremos como “localidade” para evitarmos confusões entre a institucionalidade do Estado, inscrita sob a forma de Zonas – ou Colônias –, e o espaço diretamente ligado a essa institucionalidade, também denominado pelos moradores como Colônia. Nesse sentido ele pode ser visto como território, espaço de poder, da dominação, das disputas, e também pode ser compreendido por meio de outra perspectiva: o lugar – local de lutas cotidianas que também contribuem para a transformação desse território em lugar. O território é conceito que remete as relações de poder, os conflitos de uso e as formas normandas de controle sob o território (RAFFESTIN, RATZEL, SANTOS). Lugar é conceito que trabalha com outro remetimento: o da produção social que se constrói por meio do cotidiano praticado, da relação com a cultura, por isso os elos entre sociabilidade e espaço, entre identidade e memória na compreensão da história dos lugares. A aplicação desses dois conceitos que tratam a realidade podem variar segundo o ponto de vista e o contexto narrativo que o escritor buscar apresentar. Aliás como fenômeno espacial, não há divisão entre um e outro. Essa divisão ou direcionamento é uma aplicação metodológica. Normalmente damos prioridade a um conceito que se ajuste melhor ao nosso objetivo analítico explicativo. Acontece que em nossa abordagem os dois conceitos se complementam e nos ajudam a analisar o objeto proposto, que tem como finalidade compreender as relações entre a história da localidade, conhecida e reconhecida como área de moradia e de trabalho dos pescadores artesanais, em que se destacam grandes marcos regulatórios desse espaço. O primeiro tem como advento o início do domínio da Marinha⁴

⁴ Na gênese da formação da localidade desconhece-se se foi antes ou durante a instalação da Marinha que se deu a existência dos primeiros moradores. Acreditamos que a existência de moradias e de pescadores é anterior ao período de instalação da Marinha. No entanto neste período, coincidente com os novos formatos do Estado e a necessidade de impor no território a lei de Terras. No entanto nos limites dessa dissertação, não será trabalhado esta temporalidade e esta questão que remete a escala nacional, mas reconhecemos como contexto histórico- social e político fundante às normas da vida cotidiano dessa época e das épocas precedentes.

(1920-1996), o segundo grande marco regulatório ocorre no início dos anos 90, com as negociações e a reversão da área a Prefeitura do Rio de Janeiro, cujo domínio está expresso em suas ações urbanísticas. (Ver anexo IX- a portaria 632 de 28 de novembro de 1996, que reverte a área de militar a urbana). Neste período percebe-se também a força da cultura urbana presente na experiência cotidiana dos pescadores do Jequiá.

Desse modo, buscamos apresentar ao leitor, que apesar de um período de longa duração (que apresenta limites já considerados pelos críticos da Historiografia), remetemos a uma proposição metodológica que pelo recorte do objeto necessita ampliar a periodização, articulando a mesma com a análise geográfica que aponta para o processo de produção social do espaço, onde é necessário a compreensão de pelos menos dois vetores analíticos: o da dominação do Estado e da Sociedade Urbana, de um lado e por outro lado, a compreensão do lugar como existência, num remetimento entre memória, identidade e lugar. Desse modo, a linha do mestrado: território, relações de poder e movimento social é bastante estimuladora para a produção do campo científico no qual o objeto se inscreve, permitindo dialogar com a área de Concentração: História Social do Território.

1.2- Uma breve revisão sobre o conceito de território

O conceito de território, na tradição geográfica, ensinada pelo clássico Geógrafo Ratzel (1990) em seu “Espaço Vital”, o território é um dos instrumentos fundamentais do domínio do Estado. É elemento de “soberania e poder, quanto mais forte o Estado maior seu poder de controle, maior será seu território”.

Poulantzas (2000), filósofo marxista reconhece que o território faz parte da ossatura do Estado. É por meio dele que se instaura o domínio sobre a sociedade, que se decretam as leis e a norma. Para o geógrafo Milton Santos o território somente pode ser compreendido por meio da análise de seus usos e interesses. Por isso ele ressalta a categoria território usado – apresenta os fortes domínios do Estado e das empresas quando analisa o final do século XX.

Para nosso objeto, o território é apropriado para a análise devido à explicação analítica que o conceito permite fazer. Trata-se de uma base territorial e social de domínio do Estado. De acordo com as fontes históricas, o poder e a dominação da Marinha (1920), sob a localidade ocorre após a abolição da escravidão, num momento fundamental da mão de obra,

onde era preciso reconhecer e regulamentar profissões, mas também impor um limite a essa liberdade alcançada através do trabalho⁵.

O segundo marco histórico e regulatório da localidade ocorre com a passagem de sua administração em 1996 da Marinha para a Prefeitura do Rio de Janeiro o que retirou a rigidez militar dessa dominação, mas a mesma permaneceu como área de dominação do Estado, cujos interesses coincidem cada vez mais com os das empresas, seja no ramo imobiliário, energético (petróleo e gás), comercial, da navegação, etc., tanto na Baía de Guanabara quanto na localidade em questão, num movimento que Haesbaert (2007) vai chamar de multiterritorialidade. Para o pescador território é recurso e é esse recurso que permite o sustento e a reprodução de suas famílias. Mas esse espaço de reprodução vai sendo minado por interesses nada harmoniosos, que desconsideram os pescadores. Com isso sofrem suas famílias e suas comunidades. Se antes os pescadores enfrentavam apenas a natureza para trazer o sustento para sua casa, agora enfrentam também interesses contrários à sua cultura e à sua existência. Interesses esses que não se esforçam para serem compatíveis, desejam dominar a natureza e extinguir os que dela dependem.

Assim a relação dos pescadores deixa de ser exclusivamente com a natureza visto que estão inseridos em uma sociedade urbana, onde a cultura, o modo de vida, o trabalho e o consumo urbano acabam influenciando até mesmo as comunidades tradicionalmente pesqueiras, como esta que, se por um lado sofre com os efeitos da modernização urbana e industrial, por outro reivindica seu lugar nesse urbano acreditando (senão por que resistir e reivindicar?) que desenvolvimento social e crescimento industrial podem caminhar juntos.

Mas a pesca artesanal da baía de Guanabara é uma atividade rural em contextos urbano-metropolitano inserida numa sociedade bastante complexa, de tal forma que passou do rural ao industrial e do industrial ao urbano. Essa complexificação⁶ do espaço (e também do tempo) afeta as atividades que nele se desenvolvem.

Assim, a sociedade urbana nasce da industrialização, é nela que está o seu sentido. (LEFEBVRE, 1999, p.69). Mas ela interfere em outras atividades, tais como a pesca artesanal, pois “o urbano é cumulativo de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria,

⁵ De acordo com Resende (2011) a Missão do Cruzador José Bonifácio (1919- 1923) significou a normatização da pesca, dos recursos nacionais e a Lei de Terras de 1850 (lei nº 601 de 18 de setembro de 1850) foi não apenas uma normatização de acesso a terra, mas a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no país, que passava por modificações sociais e econômicas que pressionavam o governo a organizar esta questão, uma vez que assim poderiam ser levantados os recursos para a importação de mão-de-obra. Essa é uma das leis mais antigas do país. Ambas as normatizações contribuíram na construção do território como soberania do Estado.

⁶ Lefebvre aponta que o conceito de complexificação está pautado na discussão entre crescimento (quantitativo) e desenvolvimento (qualitativo) inserida por Marx.

técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano.” (Ibidem, p. 112)

Essas rupturas se dão não sem disputa e resistência, o que nos permite abordar o espaço como território. Assim o urbano define-se ainda como “justaposições e superposições de redes, acúmulo e reunião dessas redes, constituídas umas em função do território, outras em função da indústria, outras ainda em função de outros centros do tecido urbano.” (LEFEBVRE, 1999, p.114)

Neste sentido o urbano é entendido como território tanto na medida em que propicia os enfrentamentos e confrontações (até pelo fato de historicamente existir um choque entre a realidade urbana e a industrial, de acordo com Lefebvre (2001, p.9)) quanto pela presença de instituições urbanas, administrativas e culturais oriundas da relação de classe e de propriedade. Essa relação se concretiza na cidade pela presença da instituição municipal, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e outras mais gerais (incluindo aí corporações) ligadas ao Estado e subvertem as relações cotidianas, antes dadas no lugar.

1.3- Algumas considerações sobre o conceito de lugar

Debruçar-nos-emos agora sobre a revisão do conceito de lugar, na relação com memória e identidade. Tais referências conceituais aparecem em maior diálogo com o objeto no capítulo 3.

Abordado enquanto lugar, levemos em consideração que o espaço em questão é constituído também nas relações simbólicas e subjetivas, construídas no dia-a-dia, a partir da identidade estabelecida pelas pessoas que o experimentam de forma cotidiana, transformando-o num espaço singular e familiar, demarcado por sentimentos de pertencimento, significação e solidariedade. Nesse sentido, Tuan (1930, p. 4) afirma que a identidade e aura de um lugar é dada pelo seu significado, pelo seu valor. De acordo com ele, no lugar é onde são satisfeitas as necessidades vitais, aquelas mais fundamentais (comida, água, descanso e procriação) e também onde são construídas relações de afetividade e pertencimento. Considerando que na conhecida localidade em questão, historicamente foi pela via do trabalho – neste caso um trabalho muito específico, a pesca – que se tornou possível que essas necessidades fossem satisfeitas e que essa mesma atividade que é aprendida não nos bancos da escola, mas com vizinhos e parentes tecesse os laços e a sociabilidade entre as pessoas, poderíamos tratar esse espaço como um lugar, priorizando as variáveis que permitem a possibilidade de saciar

aquelas necessidades mais fundamentais, tanto as que se referem à *sobrevivência* quanto aquelas que se referem à *existência*, daí seu principal significado para o grupo social que se formou na área.

O homem só se sente bem onde encontra seu lugar, seu sítio. Esse imperativo existencial não é entendido pelo mercado. Essa necessidade escapa às ciências racionais, notadamente à ciência econômica, que permanece dominada por valores utilitaristas, mercantis e instrumentais e não leva em consideração as múltiplas dimensões da existência humana: identidade, civismo, cidadania, ajuda mútua, solidariedade, qualidade de vida, etc. todos esses aspectos da vida cotidiana nos introduzem no universo do paradigma dos sítios simbólicos de pertencimento. (ZAOUAL, 2006, p. 16-17)

Ao tratar da economia das iniciativas locais, o economista marroquino Zaoual (2006, p. 20) nos coloca diante de lugares onde o informal tem a sua força devido ao sentido que os agentes da situação dão a seu mundo. Ele afirma que o homem é antes de tudo um “animal territorial”. Fato incontestável nos universos da economia dita informal, uma economia com agrupamentos e que funciona em redes de pertencimento, assegurando mais coesão e mais certeza para facilitar as transações econômicas. É bastante interessante a perspectiva deste autor porque ele não separa o lugar e o território.

Mais a frente o autor se apoia numa definição filosófica que coloca o lugar como um espaço particular para onde tudo converge que possui uma essência e se relaciona com o todo de modo singular:

A palavra “lugar” significa originalmente ponta de lança. Na ponta de lança, tudo converge. No modo mais digno e extremo, o lugar é o que reúne e recolhe para si. O recolhimento percorre tudo e em tudo prevalece. Reunindo e recolhendo, o lugar desenvolve e preserva o que envolve, não como uma cápsula isolada, mas atravessando com seu brilho e sua luz tudo o que recolhe de maneira a somente assim entregá-lo à sua essência. (HEIDEGGER, 2003,p.27apud ZAOUAL, 2006, p. 145)

Assim como o autor, também percebemos como característica do lugar alguma capacidade de amenizar os danos causados de fora para dentro, que muitas vezes estão impressos na dominação territorial de diversos agentes sobre o espaço. Sendo assim essa “filtragem” e a interação com o todo já fazem parte da essência do lugar, que não se pretende autossuficiente e interage com os outros lugares sem perder suas características, especialmente no que se refere à sua dinâmica própria.

Ao contrário das práticas do desenvolvimento, os microdinamismos da economia dita informal funcionam de maneira enraizada nos meios locais. Operam recombinações entre uma modernidade que lhes chega em migalhas por vida da economia formal e das tradições locais. (ZAOUAL, 2006, p. 60)

Desta maneira a “Colônia de Pescadores”, objeto desta dissertação, aparece em certo sentido como lugar, aquele das práticas do cotidiano, da sobrevivência, mas também como área de conflitos, de dominação territorial, de recursos e de resistência, um território. Situada numa área que converge as condições especiais para o desenvolvimento da atividade pesqueira, a foz do rio Jequiá, no encontro deste que é o mais expressivo rio da Ilha do Governador com o Mar, cuja entrada “*por terra*”⁷ se dá através de uma ponte que dá acesso ao portão da Estação Rádio da Marinha à esquerda e à Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira – onde se situa a Z-10 –, à direita, conforme figura 1.



Figura 1: Símbolo de segurança: o portão da estação Rádio da Marinha “guarda” a rua que dá acesso à Colônia, situada à sua direita. Fonte: Jamylle Ferreira; 23/06/2012

⁷ Como diriam os pescadores.

Esse termo é comumente utilizado pelos pescadores para indicar que existe uma entrada além daquela utilizada por eles pelo rio Jequiá, é a ponte que dá acesso à Marinha e à Colônia de Pescadores em questão.

Segundo a versão da história local que predomina na área (sustentada e contada por moradores e pescadores), o espaço em questão foi cedido pela Marinha, a título “precário”⁸ a pescadores em 1920 por ocasião da organização e nacionalização do serviço de pesca no Brasil. Tendo sido a primeira Colônia de Pescadores institucionalizada no país, já foi endereço de muitos pescadores da Ilha do Governador, tornando possível o par habitação-trabalho. Esse espaço é construído nas relações cotidianas e também nas lutas e conflitos pela permanência, uma resistência que transforma o lugar em território ao mesmo tempo em que esse lugar ajuda a amenizar a dominação territorial devido ao seu ritmo, sua dinâmica e seus ritos.

Aí ainda se tem a garantia de reprodução da vida de algumas famílias e se mantém, apesar das influências do urbano, do desenvolvimento e da globalização, que se impõem de forma mais evidente a partir da década de 1990, e de um passado de domínio militar, muitas características e particularidades de uma área pesqueira.

Além de proporcionar sobrevivência, esse espaço é também dotado de laços de afetuosidade que constituem sua sociabilidade, onde apesar do recente crescimento desordenado todo mundo se conhece, principalmente aqueles cujas origens estão ligadas à pesca, mas vem ganhando uma maior complexidade proporcionada pela sua abertura a novos moradores e vem deixando de ser exclusivamente pesqueira. O que marca essa mudança é justamente o fato de até a década de 90 a área ter sido controlada pela Marinha e a partir daí seu controle ter passado para a Prefeitura do Rio de Janeiro, uma mudança de paradigma considerável com relação ao controle e disciplina militar de outrora.

Essa mudança orientou o crescimento da área porque proporcionou uma maior facilidade de acesso, antes dificultada pelo controle da Marinha. A localidade hoje abriga pescadores, seus descendentes, militares, profissionais liberais, etc.. Apesar dessas recentes mudanças, o que surpreende é que não houve um esvaziamento de sentido da atividade pesqueira local e a identidade e o sentimento de pertencimento permanecem fortes, ainda que a quantidade de pescadores venha diminuindo nos últimos 20 anos.

A identidade e sentimento de pertencimento são construídos de forma coletiva por sujeitos singulares que experimentam o mesmo lugar de diversas formas e também interagem com outros espaços, mas lutam para preservar e manter vivas as tradições, a história e os costumes locais, conforme se pode observar nas figuras 2 e 3 abaixo.

⁸ Aos moradores não era resguardado nenhum direito de propriedade sobre os terrenos de Marinha ocupados nessas condições. De certa forma inicialmente esse tipo de ocupação era uma espécie de concessão provisória. O que pode ser percebido pelo próprio adjetivo utilizado para descrevê-lo: “*precário*”, que denota pouca estabilidade ou duração, incerteza e fragilidade.



Figura 2: Procissão da Festa de São Pedro, o padroeiro dos pescadores. Foto de 1962 cedida por José Luiz de Castro Ferreira



Figura 3: Procissão da Festa de São Pedro, o padroeiro dos pescadores, saindo da Colônia, na ponte que dá acesso à Marinha e à Colônia. Foto de 1962 cedida por José Luiz de Castro Ferreira.

As figuras 2 e 3 acima se referem às comemorações em homenagem ao dia de São Pedro, padroeiro dos pescadores. É uma festa tradicional que se repete todos os anos e expressa não apenas a religiosidade das pessoas que vivem na localidade, mas também sua cultura marcada por rituais religiosos que estão ligados à origem pesqueira da área, tais como a salva de 21 tiros, a missa realizada na Capela de São Pedro e a procissão que percorre não apenas a localidade, mas parte do bairro, um costume ameaçado na medida em que a facilidade de acesso à área (em relação à aquisição de terrenos) vai tornando mais complexa a sua ocupação no diz respeito às atividades exercidas por seus moradores e aos costumes ligados a elas.

De acordo com a definição de Max Weber (2006, p.18),

Chamamos “costume”, em contraposição à “convenção” e ao “direito”, uma norma, seja por “comodidade” ou por outras razões quaisquer, e cujas prováveis observações, pelas mesmas razões, ele pode esperar de outras pessoas pertencentes ao mesmo círculo. O costume, neste sentido, não é uma coisa que está “em vigor”: não se exige de ninguém que a ele se atenha. Naturalmente, a transição entre ele e a convenção válida ou o direito é absolutamente fluida. Por toda parte a tradição efetiva é a mãe do que tem vigência.

A explicação de Weber a respeito da relação entre costume e direito, nos ajuda a refletir sobre a possibilidade de produção de uma consciência coletiva local, eivada de modos e costumes que abrange inclusive os novos moradores, que em geral adquiriram uma residência na área justamente em virtude do sossego, da sensação de segurança, da tranquilidade e da proximidade com a natureza que uma localidade de tradição pesqueira anteriormente controlada pela Marinha pode oferecer, onde um misto de herança disciplinar imposta em outros tempos sob o domínio estatal – da qual só restou a proximidade com a base militar e as relações do dia-a-dia que permitem certa proximidade – e da própria dinâmica diferenciada da pesca constituem este que é o “modo de vida vigente”⁹ na Colônia de Pescadores em questão.

Ainda de acordo com Weber (2000, p.21), “chamamos de convenção o “costume” que, no interior de determinado círculo de pessoas, é tido como ‘vigente’ e será garantido pela reprovação de um comportamento discordante.”

⁹ Ainda que em seus resquícios e concorrendo com diversas atividades, mas ainda alimentando muitas famílias, daí sua importância.

A partir da década de 90, na medida em que o número de pescadores vai diminuindo na área, e novos moradores não pescadores passam a residir na localidade, a resistência vai aumentando entre aqueles que querem permanecer na atividade e/ou os que possuem uma origem pesqueira e não querem abrir mão dessa identidade, ligada tanto à atividade quanto ao território e ao lugar, como fonte de recursos e de reprodução física e cultural respectivamente.

Resende (2011, p. 12) nos fala dessa resistência no que se refere a uma atividade primária que se encontra no perímetro urbano-industrial e sofre as influências dele a partir da primeira república (período recortado pelo autor):

A pesca artesanal não só assume esse caráter de resistência na questão de uma atividade primária localizada em um perímetro urbano-industrial, capaz de gerar alimento e dinheiro, mas também como forma de manter viva uma técnica de trabalho durante um longo período de tempo que no caso remonta à época da formação do Estado brasileiro.

Desta maneira esta atividade não estaria ligada apenas ao sustento, ao dinheiro e à renda, não seria apenas um trabalho como técnica, mas estaria mergulhada num todo de significações e de valores. Existiria assim algum sentido especial no “ser pescador”? (e com isso o trabalho para esse grupo social teria um sentido diferenciado, ligado à sobrevivência e à cultura onde, em certo sentido, seria uma produção humana que geraria meios para essa reprodução). Isso também nos faz refletir sobre os sentidos da ação de Milton Santos e a imanência e transcendência da qual nos fala Weber (2000).

Silva (2005) recorre a esses conceitos de Weber para explicar a crise do trabalho e da modernidade nos contextos metropolitanos do mundo capitalista e nos ajuda a entendê-los:

O autor induz a possibilidade de que a compreensão da profissionalização e do trabalho aconteça no contexto da modernização do mundo capitalista, em que o homem busca a imanência (ação com utilidade imediata) e a transcendência (sentido de ação que está para além do utilitarismo imediato). Buscando aprofundar o entendimento entre as duas buscas, Weber constrói ampla reflexão a partir de duas orientações filosófico-analíticas: a transcendência e a imanência. (SILVA 2005, p.27).

Na concepção da autora a transcendência de que nos fala Weber seria a razão e emoção orientadoras do sentido da ação humana, assim ela “é reconhecida pelos valores e

desejos orientadores da ação e fundamentada por um sentido mais profundo, ou seja, a ética configura a máxima orientadora da vida.” (Ibidem, p.27).

A imanência estaria articulada à ação histórica e espacial, com intenções mais imediatas inscritas no contexto sócioespacial no qual o indivíduo nasce e cresce. Assim “as imanências referem-se ao contexto histórico do capitalismo contemporâneo, materializado no modo de vida adaptado às peculiaridades selecionadas e dominantes desta forma de produzir, a tal ponto que dominou pessoas, regiões países e territórios.” (SILVA 2005, p.28-29).

Nesse lugar particular, a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, muitos eventos e ritos resistem aos imperativos imediatos e materiais do mercado (imanência) e são vividos e compartilhados por força de um sentido que orienta esse modo de vida (transcendência). Mas tanto os interesses e a necessidade de sobreviver, que são imediatos, quanto o sentido mais profundo, orientador das ações, estão de alguma maneira, ligados e entrelaçados com a também singular história deste espaço geográfico, que pode ser contada a partir dos indivíduos que convivem neste lugar único, o lugar da vivência, onde as mais básicas necessidades são satisfeitas. É com esse lugar que é criada uma relação de afetividade e de sobrevivência – de trabalho (a pesca, a arte de tecer as redes, o concerto das embarcações, o conhecimento sobre a natureza (dinâmica dos ventos, das marés, das correntes, das espécies)), de troca de saberes – de transmissão de conhecimentos –, numa constante negociação entre a imanência e a transcendência.

Na figura 4 podemos observar o pescador mais antigo da área na arte de tecer, ou “*remendar redes*”¹⁰.

¹⁰ O panos de rede de nylon são comprados, mas a rede precisa ser preparada através de uma técnica específica que leva em consideração o tipo de pescado e a sua capacidade, ou seja, a quantidade de pescado que se pretende capturar.



Figura 4: Leomil João da Costa (o Baixinho), 88 anos, pescador mais antigo da Colônia em sua arte de “remendar redes”, um saber passado de pai para filho. Fonte: Jamylle Ferreira; 19/07/2011.

Na transcendência, inscrevem-se os sentidos de “ser pescador”, o sentido das sociabilidades, das transmissões dos conhecimentos adquiridos e dos saberes praticados e cosmológicos (mitológicos e sobre a dinâmica da natureza). Na transcendência ser pescador se constrói no cotidiano por meio do sentido de imanência, ou seja, na relação complexa com o trabalho, com o trajeto entre casa e pesqueiros, na relação entre extrativismo e mercado, no conhecimento do território como terra e água.

Nesse sentido imanência e transcendência fazem parte da mesma moeda quando se trata da totalidade do “ser pescador”. Sua história ainda está preservada na memória e no cotidiano praticado (vivido, concebido e experimentado) dos indivíduos e é a partir deles que ousamos tentar entender este espaço, carregado de significados, de sentidos, de representações e de conflitos.

Para entendermos a dinâmica da área em questão bem como a relação das pessoas com esse espaço, seja em sua dimensão de lugar, de produção social e cultural ou de território, em meio a seus conflitos e disputas precisamos ir além dos conceitos. Assim a produção de fonte primária, através da história oral trabalhada no próximo capítulo apresentou-se como uma alternativa para desvendarmos o significado do espaço para os moradores e pescadores locais, onde se trava uma luta, muitas vezes silenciosa e cotidiana, para manter a moradia e o

trabalho, ameaçados e exaltados diante da crise que vive a localidade, uma resistência diária relacionada à transcendência da qual nos falou Weber (2000) e Silva (2005), fortalecendo a identidade local.

2- DO DOMINIO DA MARINHA AO DOMINIO DO URBANO: MEMÓRIAS – UM DIÁLOGO ENTRE PRESENTE E PASSADO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

*“Lembrar-me de ti! Sim, pobre espectro,
enquanto a memória tiver assento neste
mundo enlouquecido”*

Shakespeare

Este capítulo trabalha com a memória está dividido em dois subcapítulos. O primeiro, o **2.1- A memória e a construção do ser no mundo**, mais conceitual e metodológico, aponta para os cuidados, a preparação do pesquisador, a forma de se trabalhar com entrevistas e fundamentalmente que cada história contada é uma versão do passado. Nele os autores citados nos ajudam a compreender que a consciência de sua historicidade e construção do passado por sujeitos do presente fortalecem a identidade constituindo-se em estratégias que apontam para a resistência e para novas possibilidades de ação, relacionadas com a valorização da própria história. O segundo subcapítulo, o **2.2- Memórias, uma história contada** se atém à análise de trechos da história de vida das pessoas relacionadas com o nosso objeto, um recorte partindo da experiência, do cotidiano e da prática dos sujeitos, onde são analisados os depoimentos e entrevistas concedidas em campo. Desta forma o subcapítulo 2.2 se relaciona e está em consonância com o 1.1. Teoria e prática nos ensinam o caminho da história oral.

2.1- A memória e a construção do ser no mundo

“A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.”

Michael Pollak

Conforme ressalta Santos (2003), **a memória** é a capacidade de adquirir (aquisição), armazenar (consolidação), assimilar e recuperar (evocar) as informações disponíveis, aquelas com as quais tivemos contato, mas é composta também de fatos esquecidos porque consiste na retomada do passado pelas vias do presente.

Para Santos (2003, p. 25-26) a memória é uma construção complexa do ser no mundo:

Nós somos tudo aquilo que lembramos, nós somos a memória que temos. A memória não é só pensamento, imaginação e construção social; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências, a partir de resíduos deixados anteriormente. A memória, portanto, excede o escopo da mente humana, do corpo, do aparelho sensitivo e motor e do tempo físico, pois ela é também o resultado de si mesma; ela é objetivada em representações, rituais, textos e comemorações.

Desta forma o não dito ou o esquecido não assumem a principal posição, visto que o foco está no que é possível recuperar, por ter sido marcante, de expressivo significado entre tantos fatos que se quer ou se pode lembrar.

O processo de recordação de algum acontecimento ou alguma impressão varia de pessoa para pessoa, conforme a importância que se imprime a esse acontecimento no momento em que ocorre e no(s) momento(s) em que é recordado. Isso não quer dizer – e as ciências da psique já o disseram- que tudo o que é importante é recordado; ao contrário, muitas vezes esquecemos, deliberada ou inconscientemente, eventos e impressões de extrema importância. (ALBERTI, 2005, p.23)

A memória focaliza fatos ou situações específicas, requer certa energia mental e pode deteriorar-se com a idade. É também um processo que conecta experiências e conhecimentos a fim de gerar novas ideias, ajudando a tomar decisões, porque nos forma, e por isso, muitas vezes é considerada como base do conhecimento. É através dela que damos significado ao cotidiano e acumulamos experiências para utilizar durante a vida.

Recorremos a Souza (2006, p.102) que nos coloca que

A arte de lembrar remete o sujeito a observar-se numa dimensão genealógica, como um processo de recuperação do eu, e a memória narrativa marca um olhar sobre si em diferentes tempos e espaços, os quais se articulam às lembranças e às possibilidades de narrar as experiências. O tempo é memória, o tempo instala-se nas vivências circunscritas em momentos; o tempo é o situar-se no passado e no presente.

Mais adiante o autor nos surpreende com apontamentos sobre uma trílogia para pensar a arte de lembrar: tempo, memória e esquecimento. Para ele a memória permite um

deslocamento sobre as experiências vividas e o tempo. Portanto, a memória, evocada no tempo presente, possibilita conexões com as lembranças e esquecimentos, no sentido de que "o esquecimento é a força viva da memória e a recordação o seu produto." (AUGE 1998, p. 27 *apud* SOUZA 2006, p.102- 103).

Mesmo para relatar o fato mais recente, na medida em que, inconscientemente buscamos relacioná-lo com nossos sentidos e valores para recontá-lo ou escrevê-lo, já estamos fazendo uma intervenção no passado, (ainda que um passado recente) do qual nos apropriamos. Sendo assim: "É evidente que a memória inscreve-se como uma construção social e coletiva e vincula-se às aprendizagens e representações advindas da inserção do sujeito em seus diferentes grupos sociais." (HALBWACHS, 1990 *apud* SOUZA, 2006, p. 103)

Souza (2006) cita Pollak (1998), que reconhece o papel da memória coletiva para compreender a função do "dito" e do "não-dito", quando afirma que

a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades. (POLLAK, 1989, p.9 *apud* SOUZA 2006)

Esse pertencimento é muito latente na localidade em questão e até mesmo na Ilha do Governador, pela sua condição insular. Isso é evidenciado através das histórias contadas tanto pelos mais antigos residentes da Colônia por via oral quanto através de *sites* nos quais os moradores são chamados a rememorar as suas histórias via postagens e comentários para manter viva a memória da ilha, o que fortalece a identidade dos indivíduos com o espaço. Por outro lado seu fortalecimento também pode ser indicativo de momentos de crise, conforme nos coloca Pollak (1989, p.4):

[...] essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.

Problematizar é desvendar um objeto que nos desafia pela via de memórias que disputam entre si. Contradições, interpretações, conflitos, silêncio, competição. É isso que o autor nos coloca, mas saber lidar com essas complicações também faz parte do nosso ofício.

A crise, dita e vivida pelos moradores e pescadores da localidade é antes de tudo uma crise societária que coloca em cheque modos de vida e comunidades tradicionais – tais como a pesca na área da Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira – que resistem territorialmente, mas antes na nostalgia e na memória dos sujeitos corporificados que viveram a história e são chamados a recordar o passado. Ela será aprofundada nos capítulos 3 e 4.

Thompson (1998, p. 205 e 208), em seu texto *A Memória e o Eu*, afirma que "recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade; continuar lidando com essa lembrança pode fortalecer, ou recapturar, a autoconfiança".

Souza (2006, p. 104) menciona que o indivíduo parte dos sentidos, significados e representações que são estabelecidos à experiência, expressando o que ficou na sua memória. As histórias individuais, singulares, são atravessadas por acontecimentos coletivos, por um contexto social, por sentidos e valores que compõem a memória coletiva, portanto, é possível identificar para onde aponta a história coletiva pelos fragmentos dos discursos individuais até mesmo daqueles que não viveram propriamente os fatos, mas tiveram contato com eles pela oralidade. Para Sherbakova (1993, p. 113 *apud* THOMSON *et al.* In FERREIRA & AMADO (orgs), 2006, p. 91), “a grande quantidade de informação que emana das pessoas frequentemente parece ocorrer pela imolação de suas próprias memórias, até que começa a parecer que tudo o que sabem aconteceu pessoalmente com elas.”

É nesse sentido que Rousso. In Ferreira & Amado (orgs), 2006, p. 95, afirma que toda a memória é coletiva, ou seja, uma representação do passado compartilhada nos mesmos termos por toda a coletividade em determinada época e lugar:

as representações do passado observadas em determinada época e em determinado lugar – contanto que apresentem um caráter recorrente e repetitivo, que digam respeito a um grupo significativo e que tenham aceitação nesse grupo ou fora dele – constituem a manifestação mais clara de uma “memória coletiva.

De acordo com Alberti (2005, p. 19) a entrevista de história oral¹¹ – seu registro gravado e transcrito – é um instrumento que documenta uma versão do passado, tentando conhecer a história coletiva da sociedade através de experiências e versões particulares do indivíduo que nela viveu (memória) e estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos para compreender suas ações.

A autora (2005, p. 24) coloca ainda que é preciso muito respeito às opiniões, atitudes, posições e à visão de mundo dos entrevistados por parte do pesquisador para apreender e decodificar o que há de comum em depoimentos particulares de componentes de um determinado grupo social:

É essa visão de mundo que norteia seu depoimento e imprime significado aos fatos e acontecimentos narrados. Ela é individual, particular àquele depoente, mas constitui também elemento indispensável para a compreensão da história de seu grupo social, sua geração, seu país e da humanidade como um todo, se considerarmos que há universais nas diferenças.

Assim, o relato pessoal pode assegurar a transmissão de uma experiência coletiva e constituir-se numa representação que espelha uma visão de mundo e se refere à história social e coletiva vivida e contada a partir dos indivíduos que participam do mesmo contexto, expressas em suas memórias. Souza (2006, p.122) alerta que devemos centrar força na história pessoal, sem ser personalista para alcançarmos a memória social de que nos fala Portelli. In Ferreira & Amado (orgs), 2006, p.127:

Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história “social”)..., ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais. Ela só se torna memória coletiva quando é abstraída e separada da individual [...].

Ainda de acordo com o autor, cada história individual é atravessada por outras histórias individuais vividas no espaço, por ritos e eventos coletivos, instituições, ideologias e

¹¹ De acordo com Cruikshank. In Ferreira & Amado (orgs.), 2006, p. 151, “‘história oral’ é uma expressão mais especializada, que em geral se refere a um método de pesquisa, no qual se faz uma gravação sonora de uma entrevista sobre experiências diretas ocorridas durante a vida de uma testemunha ocular.”

pelo senso comum. Para nós esses parâmetros identificam e caracterizam o que seria a comunidade (COMUM-UNIDADE), o que há de comum (ou se esforça para preservar): “A memória coletiva é uma formalização legítima e significativa, mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições¹².”

São justamente essas características comuns que contribuem para a sensação de pertencer e de ser indissociável do espaço e das pessoas que compartilharam da mesma história coletiva. Assim, “Aquilo que cada um se torna é atravessado pela presença de todos aqueles que se recorda.” (DOMINICÉ, 1998 p. 56 *apud* SOUZA, 2006 p. 104). Daí pode-se dizer que as memórias individuais estão entrelaçadas e interligadas, e é dessa forma que podem ser confrontadas e verificadas diante daqueles acontecimentos que fazem sentido para a comunidade, mediante conversas e entrevistas orais, que por sua riqueza acabam por permitir recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza (acontecimentos pouco esclarecidos ou pouco evocados, experiências pessoais, impressões particulares etc.).

Assim, de acordo com Alberti (2005, p.23), o documento oral privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem o viveu. É neste sentido que a autora afirma que não se pode pensar em história oral sem pensar em biografia e memória.

Por outro lado, a história oral tem também o mérito singular de introduzir o pesquisador na construção da versão, o que significa não apenas controlar a produção da fonte, mas envolve uma grande responsabilidade e comprometimento na busca pela verdade. Porém, lidar com a memória e fazer história oral é sempre um risco, mas qual o tipo de história que não oferece riscos¹³? Em nosso caso ele ainda aumenta, visto que tentamos entender um espaço cuja problemática não se esgota na história, então buscamos contribuições da geografia – até mesmo por uma questão de formação –, na tentativa de produzir um diálogo entre as disciplinas, o que acaba por nos expor um pouco mais.

Outro cuidado essencial, do qual também nos fala Alberti (2005, p.23) é aquele que se deve ter com a própria história de vida, em nosso caso, por exemplo, em que o tema que justifica o trabalho nos é bastante familiar: uma questão de origem, de busca e construção da própria identidade, que tanto nos desafia quanto pode cegar.

¹² Em nosso caso há na Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira conserva a presença de instituições centrais do Estado, tais como a Marinha e o CEA e de instituições locais (Colônia de Pescadores, Associação de Moradores e ONGs como a Amigos do Jequiá e a SERPEMA)

¹³ Fontes documentais podem ser tão tendenciosas e seletivas quanto um depoimento oral.

O entrevistador deve ter consciência de sua responsabilidade enquanto co- agente na criação do documento de história oral. Sua biografia e sua memória são outras, e não estão propriamente em questão, mas ambas são decisivas em sua formação de pesquisador; sua memória a respeito do tema e/ator em evidência na entrevista vem em grande parte de suas pesquisas (afinal, esse é seu trabalho), e é preciso que ele tenha consciência da importância desse trabalho para o exercício de sua atividade.

Losano. In Ferreira & Amado (orgs), 2006, p.24 afirma que o historiador oral, em busca de sua própria identidade tende a integrar a versão da história da sociedade, que é construída, utilizando fontes orais e documentais num processo de construção da fonte e do conhecimento científico:

Está em busca do seu passado e ao mesmo tempo de sua identidade. Nesse estilo de trabalho, a tarefa de produzir conhecimentos históricos se torna válida, especialmente rica e atual, já que implica: reflexão teórica, trabalho empírico e de campo; maior ligação e vínculo pessoal com os sujeitos estudados; um processo de constituição de uma fonte e um processo de produção de conhecimento científico.

Nossas reflexões na busca pelo conhecimento científico têm amadurecido e estamos conscientes dos limites do nosso trabalho e da nossa responsabilidade na condição de pesquisador, aquela que “permite que categorias cujo ofício não é escrever possam se expressar. Ela pode dar a palavra aos “esquecidos da história”, aos que não têm capacidade, nem tempo, nem vontade de escrever...” Becker. In Ferreira & Amado (orgs), 2006, p.29.

Rouso. In Ferreira & Amado (orgs), 2006, p. 98, vai além quando fala do papel do pesquisador ao lidar com depoimentos orais: “a história pertence sobretudo àqueles que a viveram e ela é patrimônio comum que cabe ao historiador exumar e tornar inteligível a seus contemporâneos.”

Cabe ao pesquisador incitar lembranças do passado para entendermos sua relação com a vida e a cultura contemporâneas, possibilitando ao entrevistado sua recuperação e reapropriação. Desta forma o pesquisador participa do processo de construção do documento, desta forma, a memória recuperada por ele não é a memória bruta, mas moldada e trabalhada e tem que levar em consideração toda a confiança que o entrevistado depositou nele enquanto compartilhava suas lembranças.

Já para o entrevistado essa é uma oportunidade de relacionar-se com aqueles que escrevem a história de seu tempo e de colaborar, numa perspectiva emancipadora de recuperação de sua própria história, bem como de redescoberta de sua própria identidade.

Adotamos como procedimentos de investigação a produção de fonte primária através da coleta de dados via conversas e entrevistas orais gravadas, devidamente autorizadas via termo de cessão de direitos sobre depoimento oral a ser visualizado no anexo XII, com moradores e pescadores da localidade numa perspectiva qualitativa objetivando avaliar e entender o contexto histórico da década de 90, ancorada nas suas percepções, tendo em vista que o processo de esquecimento também participa da memória, segundo Pollak (1989) podendo envolver conflitos, repressões e ideologias que não querem ser lembradas.

No campo de investigação a observação foi empregada desde a sua visita exploratória, realizada concomitante às entrevistas e conversas com os pescadores e moradores.

Neste sentido, nas linhas seguintes apresentaremos alguns trechos e análises de depoimentos concedidos por pescadores e moradores da localidade que problematizam a relação entre memória, identidade, lugar e o reconhecimento do território a partir das relações de poder.

2.2- Memórias, uma história contada

“Essa exposição, nos remete a um passado distante, e presente. São festas, batizados, reuniões de família, torneios de futebol. Histórias de Colônia. Os mais jovens mesmo entendendo, não podem sentir o arrepio da pele, que os mais idosos sentem. E uma pequena janela, que o tempo abriu e nos faz rever velhos rostos tão conhecidos como histórias que ele mesmo... o tempo esqueceu; e como o vento vieram e partiram, mas nos faz acreditar, que um pedacinho... uma partícula de poeira, que o ar que nos envolve, ela sim e a senhora do tempo, que continua presente...”

Jose Luiz Ferreira

Folder da Exposição Janelas do Tempo.

(Consultar o Anexo XI)

O relacionamento que se estabelece no encontro entre pesquisador e entrevistado, para ambos se traduz numa forma de intervenção no passado e de exercício de comunicação participativo, mas pode trazer à tona sentimentos que estavam ocultos, tais como:

- 1- A dor das feridas abertas, recuperadas pela lembrança de um passado de vida difícil, como aparece abaixo, no trecho da entrevista realizada em 03/10/2012 com a dona de casa Yolanda Costa Amaro, de 83 anos, quando ela rememora os sofrimentos do passado:

“[...]

Autora: Então era uma espécie de um controle que a Marinha fazia?

Yolanda: Mas acabou, porque agora se for ver tem gente até demais né.

Aristides: Mas isso é natural né, isso é natural.

Yolanda: Tem gente que vem de outro lugar, já compra casa aqui. **Isso aqui não foi fácil não. A gente pra melhorar um pouquinho aqui, eles não davam permissão, quando sabiam vinham e faziam parar né. A gente atravessava pelo mar.**

Aristides: É verdade

Autora: Ah é, eu ouvi dizer uma história dessas...

Aristides: Eles não deixavam que o material de construção... a gente queria fazer, como ela falou, uma construção melhor, tinha que atravessar o mangue com o material.

Antônio Jorge:: Tinha que passar escondido

Autora: Tinha que fazer o quê?

Antônio Jorge: Passar com o material escondido

Autora: Nossa!

Yolanda: **Ah, mas foi muito sofrimento, foi demais...**

[...]”

Sr.^a Yolanda Costa Amaro, 83 anos;

Sr. Aristides Costa Amaro, 48 anos¹⁴;

Sr. Antônio Jorge Costa Amaro, 58 anos¹⁵.

Entrevista realizada em 03/10/2012

- 2- A nostalgia, que pode surgir ao narrar um passado difícil, que tende a ser descrito como se menos penoso que o presente, como no trecho da mesma entrevista, transcrita abaixo, onde nos fala o filho da Sr.^a Yolanda:

“[...]

Antônio Jorge: época boa, época boa, época muito boa. E aqui oh, eu preferia mais aquele tempo da vala do que esse tempo agora.

Autora: Por quê?

¹⁴ Faturista hospitalar. Morador da área desde que nasceu.

¹⁵ Gari comunitário. Morador da área desde que nasceu.

Antônio Jorge: Porque era mais gostoso, tinha pouca gente morando aqui, era uma família.

Autora: Todo mundo conhecia todo mundo?

Antônio Jorge: Aqui era uma família, era uma família quando pouca gente morava aqui. Era uma família.

[...]"

Sr. Antônio Jorge Costa Amaro, 58 anos.

Entrevista realizada em 03/10/2012

Voldman. In Ferreira & Amado (orgs), 2006, p.38 nos coloca diante da seguinte reflexão: “Por que o presente costuma ser pintado em cores mais sombrias do que um passado difícil e que se torna quase cintilante na palavra-fonte”

O mesmo autor afirma ainda que “nos mecanismos complexos de reconstrução do passado, a nostalgia dos anos dourados da juventude é tão frequente, quanto a confusão entre a visão do tempo passado e a apologia deste último.”

Os dois trechos acima mencionados nos mostram que o pesquisador precisa ter preparo não apenas teórico, mas também tem que saber lidar com a emoção e com a subjetividade dos sentimentos que pode desencavar ao longo das entrevistas. Ele precisa duvidar, não de forma desrespeitosa, mas justificada na busca de versões que apontem para a verdade, pois “o historiador do tempo presente sabe o quanto sua objetividade é frágil, que seu papel não é o de uma chapa fotográfica que se contenta em observar fatos, ele contribui para construí-los.” (RÉMOND. In FERREIRA & AMADO (orgs), 2006, p.208).

E saber como contornar situações de emoção na busca dos fatos é algo que só experimentamos na prática¹⁶. Por isso é preciso saber lidar com a subjetividade, a do outro e a própria:

a qualidade da entrevista depende também do envolvimento do entrevistador, e este não raro obtém melhores resultados quando leva em conta sua própria subjetividade. Porém reconhecer tal subjetividade não significa abandonar todas as regras e rejeitar uma abordagem científica, isto é, a confrontação das fontes, o trabalho crítico, a adoção de uma perspectiva. Pode-se mesmo dizer, sem paradoxo, que o fato de reconhecer sua subjetividade é a primeira

¹⁶ Desta maneira, a entrevista de história oral, distintamente de outras formas de coleta de depoimentos, deve estar sempre inserida num projeto de pesquisa, tal como é o nosso caso, onde compartilhamos as nossas experiências com o Grupo de Pesquisa e Extensão Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas, coordenado pela professora Dr.^a Catia Antônia da Silva, o que nos permitiu não apenas compartilhar a nossa prática, mas também receber contribuições e refletir em grupo sobre o nosso fazer. A entrevista, quando precedida de uma investigação aprofundada a respeito do entrevistado, baseando-se em um roteiro cuidadosamente elaborado, nos prepara para esse tipo de situação.

manifestação de espírito crítico. (JOUTARD. In FERREIRA & AMADO (orgs.), 2006, p.57)

Logo, a formação do pesquisador, seus valores, sua ética e preparação para realizar pesquisa de campo e entrevistas são importantes para que saiba lidar com o entrevistado como testemunha ocular do passado, obtendo sucesso na condução da entrevista e objetivando produzir arquivos provocados¹⁷, podendo

Resgatar lembranças involuntariamente equivocadas, lembranças transformadas em função dos acontecimentos posteriores, lembranças sobrepostas, lembranças transformadas deliberadamente para “coincidir” com o que é pensado muitos anos mais tarde, lembranças transformadas simplesmente para justificar posições e atitudes posteriores. (BECKER. In FERREIRA & AMADO (orgs), 2006, p.28).

Podemos também provocar a lembrança simplesmente de episódios esquecidos, como no caso da entrevista realizada no dia 18 de agosto de 2012 com o pescador Jorge Henrique Coutinho, 59 anos, morador da área desde que nasceu que nos mostrou a importância das provocações do pesquisador:

“[...]”

Autora: E como era exercido, não sei se o senhor vai se lembrar disso, como era exercido o controle da marinha sobre o espaço antes dela passar para área da Prefeitura?

Jorge: Era um negócio estupendo isso aqui.

Autora: Era muita segurança?

Jorge: Muita.

Autora: E como era assim, por exemplo, o carro, comércio, casas?

Jorge: Para você entrar aqui na época, o seu carro tinha que ser registrado lá dentro. Esse portão não era aqui, ele era lá dentro, essa área da Colônia ela vinha da ponta dos Pinheiros lá, essa área toda, toda aqui. Eles tiraram o portão de lá de dentro e colocaram aqui para ter mais controle, era uma área militar aí eles colocaram aqui para ter mais controle. Chegou uma hora eu eles queriam fazer murados, era cerca de plantas né, de arames. **Nessa época, agora você veio me lembrar, pois nessa época derrubaram as cercas todas.** Eram as cercas das casas. Ele chegaram aqui e derrubaram tudo.

[...]”

¹⁷ Denominação de Jacques Ozouf *apud* por Becker. In Ferreira & Amado (orgs), 2006, p.28.

Sr. Jorge Henrique Coutinho, 69 anos.

Entrevista realizada em 18/08/2012.

Na figura 5 podemos observar a direita uma cerca madeira e uma outra de plantas a esquerda. Presumimos que esse seja o tipo de cerca que comenta o Sr. Jorge Coutinho no depoimento acima.



Figura 5: As casas da Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira. Foto antiga que compõe o acervo de José Luiz de Castro Ferreira, utilizada na exposição “Janelas do Tempo”. Data desconhecida.

Cientes que o documento oral não possui mais autoridade que nenhum outro tipo de documento e que apesar de ser importante confrontá-lo com outras fontes, numa pesquisa que opta por essa metodologia, o testemunho oral representa o núcleo da investigação. Não escolhemos esse caminho da história oral por falta de documentação apenas, pois assumir isso até desvalorizaria nossa escolha, mas porque acreditamos na força dos depoimentos dessas pessoas que viveram a história e ainda podem rememorar-la. Assim, “a versão da história que se constrói é tão válida quanto aquela que deriva da consulta de fontes documentais.” Losano.

In Ferreira & Amado (orgs), 2006, p.24. Aqui está a possibilidade de fazer a história do ponto de vista dos excluídos, da base da sociedade.

Desta forma é válido confrontar os depoimentos com dados estatísticos e documentação na busca da verdadeira história do tempo presente, aliás essa é a perspectiva temporal da história oral. À medida que nos aproximávamos, ganhávamos confiança das pessoas, que foram cedendo documentos, fotos e mapas para nos auxiliar na pesquisa, contribuindo ainda mais para a construção, coletiva, dessa versão, também inacabada, pois sabemos que a história do tempo presente é uma história em constante movimento, refletindo emoções que se desenrolam diante de nós e sendo, portanto objeto de uma renovação sem fim, conforme Bédarida. In Ferreira & Amado (orgs), 2006, p.229.

Concordamos com o argumento de Thelen, 1990, p. xvi *apud* Thomson *et al.* In Ferreira & Amado (orgs), 2006, p.85, de que “a memória das pessoas confere segurança, autoridade, legitimidade e, por fim, identidade ao presente.” Especialmente no caso da Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, onde seus moradores buscam na história a legitimidade para continuar a ocupar a localidade no presente. A insegurança do presente é preenchida pela segurança da memória coletiva de uma ocupação que se iniciou há 92 anos sem título de propriedade por pescadores. Eles que estiveram subordinados à Marinha por mais de 70 anos e por ela já foram protegidos, reprimidos, controlados e estiveram em constante negociação ao longo desse período, na partir da década de 90 tentam compensar a insegurança trazida por um presente conturbado de ameaças, promessas mudanças, esperanças e pela perda das referências: a área deixava de ser de controle da Marinha e passava à administração da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Abaixo um dos entrevistados faz algumas considerações sobre essa mudança de gestão:

“[...]”

Aristides: ...**Mas as casas aqui a Marinha tinha intervenção, a Prefeitura deles, que era o Sargento Prefeito** e isso foi até, não vou te dar uma data precisa, mas prefeito de Marinha aqui, o último foi Dorgival, vou te dar mais ou menos, acho que ela foi extinta entre 18 e 15 anos atrás, eu não tenho certeza, mas foi quando **a Marinha tirou o prefeito e fez assim, tipo isso, não quero saber mais disso, agora isso aí é “terra de Malboro”**. **Nem Marinha e nem Prefeitura.**¹⁸

Autora: Mas teve uma história de que a Marinha iria assumir não teve?

Aristides: **É nem Marinha e nem Prefeitura.”**

¹⁸ O entrevistado se refere à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

[...]"

Sr. Aristides Costa Amaro, 54anos.

Entrevista realizada em 03/10/2012.

Pelo trecho do depoimento acima podemos perceber que há certo sentimento de desamparo com mudança de gestão da área da Marinha para a Prefeitura do Rio de Janeiro. Não podemos deixar de relatar que houve pontos positivos nessa troca, como a entrada de serviços públicos, conforme relata o Sr. Jorge Henrique Coutinho no trecho abaixo:

“[...]

Autora: O que mudou então depois que saiu o controle da Marinha para o controle da Prefeitura?

Jorge: Muito benefício. Teve melhoria, asfaltaram tudo aí, esgoto, água, melhorou muito, muita melhoria.

[...]"

Sr. Jorge Henrique Coutinho, 69 anos.

Entrevista realizada em 18/08/2012.

Na impossibilidade de prever o futuro, essas pessoas sentiram a necessidade de construir para si um passado instrumental a fim de justificar sua permanência no local, dando forma e substância à sua identidade: 1. A de *pescadores* detentores de uma estreita relação com a vizinha Estação Rádio da Marinha, relação essa que apareceu várias vezes em entrevistas e conversas informais como “de parceria”. 2. A de *moradores*. Essa palavra, pronunciada no presente, nos transporta para um passado onde apesar do controle e das restrições impostas pela Marinha, as pessoas sentiam-se mais seguras do que hoje no que diz respeito à terra, não que antes não houvesse a ameaça de remoção, tal como se pode observar pelo ofício nº 0012 de 10/09/86¹⁹, uma tentativa frustrada da Marinha para remover os pescadores da localidade para Tubiacanga, através Do Programa Estadual denominado “CADA FAMÍLIA, UM LOTE”, bem como nos depoimentos que relatam a compra pela Marinha de casas de pescadores interessados em sair da Colônia para abrigar militares.

¹⁹ Ver anexo VI.

A Prefeitura, ao assumir a área, prometeu o título de propriedade na década de 90 e até hoje nada. As promessas não cumpridas acabam por produzir um clima de desconfiança.

De acordo com a entrevista com o Sr. Jorge, nota-se não apenas essa desconfiança, mas certa decepção pelas promessas não cumpridas:

“[...]”

Autora: E a sua moradia qual a situação dela? Alugada ou e própria?

Jorge: Própria

Autora: É aqui dentro da Colônia né?

Jorge: É

Autora: **Você possui algum documento do imóvel?**

Jorge: **Só na Associação.**

Autora: Na década de 90 a Marinha deixou de controlar a Colônia e quem passou a controlá-la foi a Prefeitura não foi isso?

Jorge: Isso.

Autora: E aí quais foram as promessas que o senhor se lembra dessa época? Teve alguma promessa que a Prefeitura fez?

Jorge: **O Prefeito na época, o senhor Conde, disse que ia dar o título de posse da casa, regularizar e até hoje nada.**

Autora: **Mas aí ninguém ainda está com a casa regularizada?**

Jorge: **Ninguém, junto da Prefeitura não.**

[...]”

Sr. Jorge Henrique Coutinho, 69 anos.

Entrevista realizada em 18/08/2012.

O entrevistado acima afirmou que os moradores possuem documento apenas na Associação de Moradores, o que já nos coloca diante de certa insegurança com relação à moradia, pois antes da saída da Marinha os moradores sabiam a quem recorrer e prestar contas, apesar de não possuírem título de propriedade e de ocuparem terrenos a “título precário”, de acordo com o anexo I, II, III e V. Neste segundo momento, onde a gestão da área é feita pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, os moradores desconhecem instrumentos legais a respeito da garantia do título de propriedade dos imóveis, além das promessas.

Na entrevista abaixo o morador e ambientalista José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos, também nos confirma as promessas não cumpridas:

“[...]

Autora: **Tem documento o seu imóvel?**

José Luiz: **Ninguém tem aqui dentro.**

Autora: Ninguém tem... E me diz uma outra coisa. Na década de 90, a Marinha deixou de controlar a área e quem passa a controlar é a Prefeitura, certo?

José Luiz: Certo.

Autora: **Quais foram as promessas que a Prefeitura fez?**

José Luiz: **Título de propriedade, não sei o que, não sei o que lá... Até agora nada!**

[...]”

Sr. José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

Não muito diferente do depoimento anterior, o entrevistado acima chega a tratar das promessas com certa descrença e isso pode ser explicado. Passadas quase duas décadas da reversão da área (1996), que concede ao Município do Rio de Janeiro na qualidade de aforamento 84.400,00m² situado na Bacia do Saco do Jequiá, desmembrado de área maior, jurisdicionada ao Ministério da Marinha, prevendo-se intervenções e regularizações das ocupações, conforme artigo 2º da portaria nº 632, de 28 de Novembro de 1996²⁰, foram feitas apenas as intervenções relacionadas à infraestrutura urbana, apesar de o parágrafo 1º da mesma portaria fixar o prazo de cinco anos a contar da data da assinatura do contrato de cessão, conforme pode ser visto no anexo IX tanto para a promoção de obras de infraestrutura quanto para a regularização das ocupações existentes.

Com relação à regularização dos imóveis há um atraso, considerando o prazo previsto na portaria, de 12 anos, o que justifica a os depoimentos tanto do Sr. Aristides, do Sr. Jorge quanto do Sr. José Luiz, que têm em comum o fato de serem moradores da área desde que nasceram.

Neste outro trecho a senhora Yolanda também se posiciona no mesmo sentido, mas chama a nossa atenção a manifestação espontânea da sua confiança na Marinha:

²⁰ Ver anexo IX dessa dissertação.

“[...]

Yolanda: **...vai passar para a Prefeitura e tudo, mas até hoje ainda não tiveram papel, porque a Marinha ia entregar.**

[...]

Yolanda: Dizem que...falam que dentro da Marinha tem os documentos daqui da Colônia.
[...]

Sr.^a Yolanda Costa Amaro, 83 anos.

Entrevista realizada em 03/10/2012.

O depoimento de Sr.^a Yolanda mostra a proximidade que os moradores tinham com a Marinha, embora em outro momento da mesma entrevista ela tenha mencionado que os militares “perturbavam” com as fiscalizações e que na época em que a localidade era controlada pela Marinha ela também tinha medo de remoção.

Durante as entrevistas, procuramos dar conta da parte inicial da vida do entrevistado, principalmente no que se refere à sua origem familiar e socialização a fim de situarmos quem fala, o lugar de onde fala e como sua trajetória se realiza no lugar, bem como as lutas e os conflitos que o transformam em território. Também tentamos entender as diferentes formas de se expressar, levando em consideração que, em algumas situações as entrevistas gravadas acabam por sair diferentes das conversas não gravadas. Essas diferenças precisam ser observadas. Tivemos casos em que as conversas não gravadas foram muito mais proveitosas e ricas que as gravadas, muitas vezes por timidez ou nervosismo²¹ e também o contrário, onde acabaram por aparecer elementos mais elaborados nas entrevistas gravadas, o que inspira cuidado.

Alberti (2005) orienta que é comum em entrevistas a dificuldade para falar sabendo que a conversa está sendo gravada. O contrário também pode acontecer, quando o entrevistado percebe a possibilidade de promoção via depoimento, ou ainda a chance de perpetuar suas memórias, como é o caso de idosos²². Ela acrescenta que o depoimento pode

²¹ Esse foi o caso de Sandra Sena Moraes, que conversou muito conosco, em inúmeras vezes enquanto a conversa não estava sendo gravada, mas quando começamos a gravar assumiu a timidez e pediu a ajuda do marido para relembrar os fatos.

²² Pessoas mais idosas em geral gostam de falar sobre suas lembranças, por isso o depoimento pode acabar por se prolongar, ainda mais quando há a possibilidade delas se perpetuarem em forma de gravação. Isso aconteceu nas entrevistas realizadas em 3 de outubro de 2012 com a Senhora Yolanda Costa Amaro, 83 anos e com a Senhora Dinar Barbosa de Souza, 90 anos.

vir carregado de acontecimentos do presente que acabam por fazer sentido no momento da interpretação de fatos do passado que estão sendo lembrados e isso também pode variar de conversa para conversa. Todos esses são pontos de alerta para a entrevista. Deparamo-nos com as situações citadas tanto no momento da entrevista quanto ao analisar os nossos depoimentos.

Neste trabalho, a metodologia utilizada para apreender as informações não coloca como fundamental o que o sujeito lembrou ou não, mas a importância que dá aos acontecimentos que vivenciou, aqueles que reconhece como importantes, por fazerem sentido na associação com seus valores, aqueles que o formaram e formaram uma comunidade da qual se quer lembrar. Sendo assim, quando confrontados aparecem como verdadeiros porque buscam também o “nós”, na condição de seres sociais.

Os depoimentos foram fortemente marcados pela dimensão cultural, no que se refere ao componente afetivo da vida cotidiana e das experiências em comunidade. As pessoas conhecem a história local, sabem de onde vêm, defendem sua origem, sua atividade primeira (a pesca) e o lugar ao qual pertencem e o fazem levando em consideração o passado para justificar sua permanência na área. O medo de remoção está sempre presente devido à falta do título de propriedade. A identidade local é fortalecida por esse receio, assim as memórias são organizadas de acordo com as inseguranças do presente, conforme poderemos verificar abaixo:

“[...] Antes as terras eram da Marinha, ainda é né... Ninguém tem direito a nada aqui, não tem escritura [...]”.

Sr. Leomil João da Costa (o Baixinho), 88 anos²³

Entrevista realizada em 9/12/2011.

“[...] O prefeito na época, o senhor Conde, disse que ia dar o título de posse da casa, regularizar e até hoje nada [...]”.

Sr. Jorge Henrique Coutinho, 69 anos²⁴.

Entrevista realizada em 18/08/2012.

Obtivemos aí um valioso material para entender, através da trajetória de vida dessas pessoas, como se dava o cotidiano na Colônia, quais eram os conflitos e como lidavam com eles e o que mudou desde a década de 90.

²³ Pescador mais velho da Colônia, conhecido como Baixinho. Hoje não vai mais para o mar, mas trabalha ainda utilizando os saberes aprendidos na atividade, fazendo a montagem e manutenção de redes.

²⁴ Pescador e morador da área desde que nasceu.

“[...] Houve um tempo em que a Marinha queria reaver esses terrenos de volta fazendo pressão aos moradores, tipo, se o morador não tivesse satisfeito e quisesse vender sua casa teria que vender pra Marinha ao preço dela. Ela comprava e ficava um militar na casa.”

[...]

“A Vila Joaniza, ali era uma favela barraquinhos coisa e tal, a Prefeitura chegou lá, construiu e o governo federal, informações da época que a gente estava ansioso esperando nosso título de propriedade, a Prefeitura construiu as casas lá na Vila, que ficou muito bacana e o governo federal deu o documento de posse do terreno para a Prefeitura. Ia sair na época, segundo todas as informações, o povo aumenta mas não inventa né, todo mundo estava falando que o nosso ia sair [...]”

Sr. Aristides Costa Amaro, 54 anos²⁵.

Entrevista realizada em 03/10/2012.

“[...] Queriam tirar a gente daqui para fazer estrada de avião [...]”

Sr. Wilson de Amorim, 78 anos²⁶.

Entrevista realizada em 09/12/2011.

“[...] vai passar pra Prefeitura e tudo, mas até hoje ainda não tiveram papel, porque a Marinha ia entregar...”

[...]

Dizem que... falam que dentro da Marinha tem os documentos daqui da Colônia [...]”

Sr.^a Yolanda Costa Amaro, 83 anos²⁷.

Entrevista realizada em 03/10/2012.

“[...] e a passagem do terreno da Marinha para a Prefeitura não foi considerada porque não recebemos título de posse ainda [...]”

Sr. Nelson Tavares Filho, 76 anos²⁸.

²⁵ Morador da localidade desde que nasceu; profissional da área de faturamento hospitalar.

²⁶ Pescador e morador da localidade. Hoje se dedica ao trabalho com o manguezal. Esse trecho teve origem numa conversa informal que tivemos em dezembro de 2011, por isso não pensamos e gravá-la. Estamos usando anotações que fizemos durante a conversa.

²⁷ Dona de casa e moradora da Colônia há 81 anos.

²⁸ Serviu 15 anos na Estação Rádio, morador da localidade desde 1953 e pai do atual presidente da Associação de Moradores local. Segundo ele seu sogro, já falecido, era o pescador mais antigo da área e já foi presidente da Z-10, entidade representativa dos pescadores.

Todos os trechos apresentados acima foram extraídos das narrativas dos moradores, que colocaram suas incertezas e seus receios. Cada um a sua maneira tanto descreveu seu sentimento de insegurança com relação à moradia quanto defendeu sua identidade de morador.

Durante as entrevistas, os depoentes comentaram sobre suas próprias vidas e sobre sua trajetória na localidade. Esse caminho foi importante para sabermos quem falava e de qual lugar. Observamos que há convergência entre muitas das situações particulares, vividas em comunidade. O medo de remoção e o anseio pelo título de propriedade, por exemplo, são comuns.

Iniciamos a nossa busca com duas hipóteses que pretendíamos averiguar. A primeira foi a que impulsionou nossos questionamentos, nos levando a acreditar que esse medo era o que fortalecia a comunidade a partir da década de 1990, e a segunda nos mostra pelos próprios depoimentos e também através da documentação (tal como avisos, circulares, termos, projetos, etc., anexos a essa dissertação) que as concessões, as ameaças de remoção e as negociações já existiam antes, apoiadas em constante controle e regulação do crescimento da comunidade ainda na época em que a gestão era feita pela Marinha, que submetia os moradores a recenseamentos frequentes. Mas essa realidade já era vivida há muito tempo e a Marinha, até mesmo por ter administrado a área por mais de 70 anos estava muito próxima, o que refletia, contraditoriamente, certa confiança. Além disso, pesava o fato de a Colônia ter sido legitimada durante a Missão do Cruzador José Bonifácio, numa política de proteção da costa brasileira. Os moradores conhecem muito bem essa história:

“[...]”

Autora: e a senhora está aqui na Colônia desde quando?

Yolanda: Desde, bom eu tinha dois anos.

Autora: Como é que a senhora veio para cá? Como a família da senhora veio para cá? O pai e a mãe da senhora, como foi que eles vieram?

Yolanda: Eles vieram porque meu pai era pescador, **então um Almirante, que eu esqueci o nome do Almirante, e o falecido Getúlio Vargas assinaram para os pescadores**, mas hoje quase já não tem pescador, só tem pouquinho né.

Autora: A senhora é de qual ano? Qual é a data de aniversário da senhora? Quando a senhora nasceu?

Yolanda: 29, 1929

Autora: A senhora sabe dessa história porque provavelmente o pai da senhora, as pessoas contaram...

Yolanda: É porque eu tinha dois anos e contavam. Eu sei porque eu alcancei, eu já menina, já grande aqui era só mato, era um lago, tinha pouca casa.

[...]"

Sr.^a Yolanda Costa Amaro, 83 anos.

Entrevista realizada em 03/10/2012.

A Sr.^a Yolanda é moradora da localidade há 81 anos, chegou apenas 9 anos depois da sua fundação como Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, que foi em 1920. Nesse trecho ela fala sobre a origem de sua família e sobre a história local, quando o Almirante Gomes Pereira, Ministro da Marinha do Brasil (1918- 1919) incentivou a Missão do Cruzador José Bonifácio, que fundou Colônias de pesca pelo Brasil. Apesar de ter esquecido o nome do Almirante, a história foi contada com muita propriedade, mostrando o quanto os moradores são fortalecidos pela sua origem e a forma como defendem a permanência no local.

Talvez possa ser acrescentada a essa segunda hipótese todas as inseguranças do presente com relação à modernização que se intensifica justamente na década de 90 e também todas as mudanças que acontecem na localidade nessa década. Indiscutivelmente essa é uma década que marca a história da área, daí a importância desse marco nesta dissertação. Mas se os moradores resolvem as inseguranças do presente através do passado, então não podemos deixar de conhecer esse passado, que se impõe diante de nós, pois nele está ancorado o fortalecimento da identidade dessas pessoas que se sentem ameaçadas pelas inseguranças do presente, não que não tenham se sentido ameaçadas no passado, mas como como já colocamos aqui, o presente parece sempre mais sombrio do que o passado, além disso, as inseguranças hoje são outras, ou melhor, àquelas antigas foram acrescentadas outras, em face às mudanças ocorridas recentemente.

O morador e pescador Jorge Henrique nos fala um pouco dessas mudanças e dos seus impactos para a comunidade:

“[...]

Autora: Como são as relações de parentesco aqui na Colônia? Muitas pessoas são parentas ou não?

Jorge: **Muito, aqui tem muito parentesco. Antigamente um era irmão do outro, mas agora, com o desenvolvimento, muitas famílias vão embora. Mas tem muita família grandona aqui.**

[...]"

Sr. Jorge Henrique Coutinho, 69 anos.

Entrevista realizada em 18/08/2012.

Podemos perceber no depoimento do Sr. Jorge certa tristeza ao falar sobre as famílias que têm deixado a localidade, mas ele ainda se apega ao fato de ainda existir famílias antigas.

A moradora, pescadora e secretária da Colônia Z-10, Marilene Cosme do Nascimento, 50 anos, também nos fala sobre a entrada de pessoas de fora e a saída de moradores antigos da área. Ela fala da desistência de muitos pescadores devido às dificuldades da pesca, dificuldades essas que, segundo ela, muitos pescadores atribuem aos efeitos negativos do desenvolvimento:

“[...]

Marilene: **...tem muita gente de fora, o pessoal vem aqui e adora. Ah, eu quero sair da onde eu moro e vir pra cá. Mudou muito, isso aqui agora...** A última vez que o presidente da Associação de moradores falou, deve ter mais ou menos umas 4mil pessoas, famílias, não é pessoas não, famílias. Eu fiquei até meio assustada, porque é muita coisa...

Autora: Então a relação das pessoas aqui é uma relação muito diferente dos outros lugares. Você falou que de um tempo pra cá cresceu bastante a quantidade de pessoas aqui. Você acha que foi de quando para cá? Tem um marco assim, Ah foi depois que aconteceu isso....

Marilene: **Vamos colocar que, meu filho nasceu em 87, eu trabalhava fora ainda. Aí eu sempre passava e era assim: bom dia, boa tarde, boa noite, bom dia, boa tarde, boa noite, era incrível. Aí agora, eu acredito até assim, depois que a pesca começou a ficar muito difícil, entendeu? Muita coisa... Aí eu acho que o pessoal começou a desistir em si... Tem muitos pescadores que saíram daqui e foram para outras áreas tentar até mesmo porque os antigos não têm instrução, então eles tem que continuar naquela profissão que eles aprenderam e veio de berço. E aqui, como não estava dando foram tentar em outras coisas, foram tentar em outros lugares. Mas isso, vamos supor, a pesca quando começou a ficar ruim...aí, vamos supor, eu não posso dizer: Ah em 2000, ou esse negócio da Petrobrás. Eles reclamam bastante, muito até que realmente prejudicou. Eles ficam, ai meu Deus, eles não resolveram nada, o óleo desceu, os peixes continuam sem vir, não sei o quê... Eu não vivi né antes para falar o depois.**

[...]"

Sr.^a Marilene Cosme do Nascimento, 50 anos.

Entrevista realizada em 22/09/2012.

O depoimento de Marilene mostra que muitos pescadores têm desistido, outras pessoas acabam comprando suas casas. Ela chega a atribuir inconscientemente essa mudança de relacionamento entre as pessoas à desistência de muitos pescadores de continuar a exercer a atividade e marca o período onde o relacionamento entre as pessoas era mais estreito, segundo ela, até o final da década de 80, o que já nos coloca diante de uma década de 90 novamente.

Sr.^a Yolanda confirma essa mudança de relacionamento dizendo que hoje muita gente passa e nem cumprimenta. Ela diz que hoje não conhece todo mundo que mora na localidade:

“[...]

Autora: Antes a senhora conhecia todo mundo aqui? Antes de começar a encher a Colônia, entrar outras pessoas a senhora conhecia todo mundo?

Yolanda: Tem muita gente que eu nem conheço.

Aristides: Mãe, mãe, ela está perguntando: quando eu era pequenininho a senhora conhecia todo mundo?

Yolanda: Conhecia

Autora: E agora?

Yolanda: **Agora tem muita gente que eu não conheço..., tem gente até que passa de..., que eu nem esquento com ele..., passa com a cara feia. E eu digo assim: ih, não sabe nem da onde que eu vim. Risos. Eu digo: não sabe nem da onde que eu vim, parece que é até o dono ou a dona daqui, se julga né.**

[...]”

Sr.^a Yolanda Costa Amaro, 83 anos.

Entrevista realizada em 03/10/2012.

A Sr.^a Yolanda também nos fala sobre essa mobilidade de atividade e de área e ainda a respeito do aumento da quantidade de casas no local:

“[...]

Yolanda: **...mas hoje quase já não tem pescador, só tem pouquinho né.**

[...]

Yolanda: ...aqui era só mato, era um lago, **tinha poucas casas.**

Autora: Tinha poucas casas? Mas porque que a senhora acha que tinha poucas casas?

Yolanda: **Não tinha muito porque isso aqui era um lago. Agora tem né. Faz uma em cima da outra.**

[...]"

Sr.^a Yolanda Costa Amaro, 83 anos.

Entrevista realizada em 03/10/2012.

No depoimento da Sr.^a Yolanda aparece também a outra dimensão da identidade, a de área pesqueira. Ela relata a diminuição do número de pescadores no presente e aponta para a facilidade de acesso à área e construção de casas e para a diversificação de atividades no tempo presente com a entrada de novos moradores, pois quando do rígido controle da Marinha a área era predominantemente ocupada por pescadores e poucas eram as casas.

Essas questões envolvem cotidiano, identidade, memória, contradição, e poder na constituição da história social dos pescadores e moradores da localidade, a revelarem-se a partir da história oral. Cruikshank. In Ferreira & Amado (orgs), 2006, p. 156, nos ensina que os depoimentos revelam sobre a história social “as complexidades da vida cotidiana e as contradições inerentes às relações de poder.”.

Com as mudanças de gestão para as mãos da Prefeitura, já não se sabia mais o que esperar. Sentimentos de medo, esperança, insegurança, descrença, afastamento, tudo isso até hoje se manifesta. Serviços públicos chegando, casas de pescadores sendo derrubadas, implantação da APARU, do CEA, da Associação de Moradores enfim, as mudanças passaram a orientar o medo.

Aqui o nosso foco será a história social da comunidade num tempo-espaço que é o lugar das memórias, seja para rememorar, para nos fortalecer ou para produzir a versão da história dos invisíveis sociais que vivem na Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira.

Para Santos (1992), a noção de espaço é inseparável da ideia de sistemas de tempo, o que caracteriza um processo, onde a cada momento da história a ação das diversas variáveis depende das condições correspondentes desse sistema temporal.

Assim, para entendermos os fenômenos no espaço precisamos escolher um ponto de vista segundo um espaço que também se modifica e sobre uma base de acontecimentos do passado e uma dinâmica do presente. Tudo isso está incrustado no cotidiano, nas lutas e nas atividades das pessoas e faz com que elas se aproximem e se identifiquem em função desse espaço e da própria realidade vivida no contexto da Colônia de Pescadores em questão, na Ilha do Governador.

3- ILHA DO GOVERNADOR: RELAÇÕES ENTRE ESTADO, TERRITÓRIO E SOCIEDADE.

O presente capítulo parte de uma abordagem mais geral da Ilha do Governador em seu contexto urbano- metropolitano fluminense e em suas relações com o Estado e com a sociedade urbana no subcapítulo **3.1- Ilha do Governador e o contexto urbano-metropolitano**. Em seguida, no subcapítulo **3.2- Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, um núcleo de moradia e trabalho**, aprofundamos a localidade estudada nessa dissertação, onde tratamos da sua história de ocupação e organização, voltada para a atividade pesqueira institucionalizada pela Missão do Cruzador José Bonifácio (1919-1923), uma missão da Marinha do Brasil pela costa brasileira voltada para organizar a pesca artesanal, que mantém, na figura da Estação Rádio uma estreita relação (histórica e geográfica) com aquele espaço, o que será mais bem esclarecido no subcapítulo **3.3- A Estação Rádio da Marinha do Brasil (ERMJR) e sua histórica relação com a Colônia de Pescadores Artesanais Z-10. Proteção, controle ou parceria?**

Ao longo desse trabalho nosso interesse gira em torno de como a identidade se fortalece diante da crise da pesca e das ameaças orientadas pelas mudanças ocorridas na área na década de 90. Entendemos que as respostas poderiam ser encontradas numa relação entre presente e passado, pois por ser tão ligada a sua origem torna-se difícil falar do presente sem recorrer ao passado. Por outro lado, essa volta, apesar de sujeita a críticas, acaba por nos enriquecer. Desta forma, a complexidade da história da localidade estudada nos levou a dividir esse subcapítulo em dois itens em razão dos marcos regulatórios identificados, sendo o primeiro o domínio da Marinha, que controlou a área por mais de 70 anos, abordado no item **3.3.1- O primeiro momento: uma relação de dominação, proteção e controle entre a Estação Rádio e a Colônia que se estende até a década de 90** e o segundo marco regulatório a transição da área para o domínio do urbano na década de 90, onde continua a existir o controle do Estado, mas deixa de existir a rigidez e o controle militar. Essa nova relação que começa a ser alinhavada entre o Estado e a comunidade aparece no item **3.3.2- O Segundo momento: Estação-Rádio e Colônia: do controle à parceria a partir da década de 90**. Nessa década, sob a motivação de acontecimentos nacionais e internacionais (tais como a recente abertura do país, as modificações da Constituição de 88 e a Eco 92) temos a criação da APARU do Jequiá, a reversão da área, passando do controle da Marinha para a gestão da Prefeitura do Rio de Janeiro, a entrada dos serviços urbanos na localidade, a

implantação do Centro de Educação Ambiental (CEA) e a criação da Associação de Moradores.

3.1- Ilha do Governador e o contexto urbano-metropolitano

A Ilha do Governador faz parte da zona Norte da cidade do Rio de Janeiro e desde 1981 e é composta por 14 bairros – Bancários, Cacua, Cocotá, Freguesia, Galeão, Jardim Carioca, Jardim Guanabara, Moneró, Pitangueiras, Portuguesa, Praia da Bandeira, Ribeira, Tauá, e Zumbi (Figura 6).

Embora o bairro da Ilha do Governador tenha sido extinto oficialmente pelo decreto municipal nº 3.157, de 23 de julho de 1881, tendo ocorrido a sua divisão nos 14 bairros citados, por uma questão de identidade, muitos ainda se referem a ela como um único bairro²⁹.



Figura 6: Mapa de bairros da Ilha do Governador. Plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro. Fonte: IBGE: Senso de 2000.

²⁹ Ver mapa oficial da Ilha do Governador, com a sua divisão de bairros.

Esta área insular, 100% urbana integra-se a dinâmica da cidade que assume um papel de núcleo metropolitano fluminense. Muito próximo a Ilha do Fundão e ao continente, a Ilha do Governador interage com o fluxo de deslocamento de veículos de passeio e de coletivos na Linha Vermelha e o fluxo intenso da Avenida Brasil. As duas vias encontram-se no cotidiano do intenso tráfego metropolitano do eixo Baixada Fluminense, Zona Oeste, Itaguai, em direção ao Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

Na figura 7 abaixo é possível identificar as principais rodovias que ligam a Ilha do Governador ao restante da cidade, a Linha Vermelha, referida no mapa como Avenida Presidente João Goulart e a Avenida Brasil.



Figura 7: Principais rodovias que integram a Ilha do Governador ao restante da Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Google Earth, 2013; elaborado por Felipe de Andrade Rainha e Rodrigo Correa Euzébio (2013).

Historicamente, as modificações não ocorreram apenas na divisão administrativa da ilha, a população também foi crescendo consideravelmente e de acordo com Ipanema (1991), na década de 90 já era de quase 200.000 habitantes (Tabela 1).

Evolução da População da Ilha		
Ano	População da ilha	População total do Rio de Janeiro
1821	1.695	
1838	2.391	
1849	3.457	
1856	2.910	
1870	2.594	
1872	2.782	
1890	3.991	
1920	8.785	
1940	22.935	
1950	29.278	
1960	72.136	
1970	106.758	
1980	171.316	
1991	197.158	
1996	199.347	
2000	211.469	

Tabela 1: Evolução da população da Ilha do Governador. Fonte: Ipanema (1991) até 1980³⁰ e Censos IBGE de 1991 a 2000.

A complexidade populacional da ilha é bastante considerável, incluindo entre outros, militares, residentes que trabalham no centro do Rio de Janeiro, em outros bairros e cidades da metrópole fluminense. Residem também pessoas ligadas à aviação e à pesca artesanal e amadora.

A pesca tem grande importância para esta que é a maior Ilha da Baía de Guanabara e reuni traços e contribuições tanto da cultura portuguesa quanto da indígena. A pesca praticada hoje é um misto de técnicas indígenas e jesuítas, mas também incorpora novos materiais e instrumentos, tais como o *nylon*³¹ e os motores a gasolina e diesel, símbolos da indústria e produção modernas.

³⁰ Até 1890, recenseamentos do Rio de Janeiro (Distrito Federal) realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro, Oficina da Estatística, 1907, p.20. De 1920 a 1980 recenseamentos e estimativas do IBGE Cf. Freitas, Paulo Leal de. Crescimento da população da Ilha do Governador (Tese sob a co-orientação de Ipanema). UERJ, 1982

³¹ Hoje as redes são montadas com panos de nylon confeccionados pela indústria, mas ainda assim é preciso conhecimento tanto para realizar essa montagem quanto para sua manutenção.

A pesca é uma atividade bastante comum na Ilha, seus respectivos pontos de desembarque algumas vezes coincidem com áreas onde existem aglomerados de baixa renda. Nem todas estão localizadas nesses pontos, ocupando muitas vezes morros e cruzamentos de terrenos municipais. De acordo com Ipanema (1991, p. 125), até 1991 já eram 22 *aglomerados de baixa renda* na Ilha.

De acordo com o Anuário Estatístico do Rio de Janeiro 1993/1995, IPP; Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro 2000; Armazém de Dados, IPP/2003, a renda média da Ilha é igual à da Cidade (seis salários mínimos), chegando ao dobro dessa média no Jardim Guanabara e a cerca de dez salários mínimos no Moneró. A Região apresenta, entretanto, grandes disparidades, e entre as localidades que têm as rendas médias mais baixas encontram-se Cacuí, Galeão, Pitangueiras e Tauá, com rendas entre 3,5 e 4,5 salários mínimos.

Sendo assim, a área onde a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira está oficialmente localizada, o bairro do Cacuí, é justamente uma das que possuem a renda mais baixa, de acordo com a figura 8 a seguir:

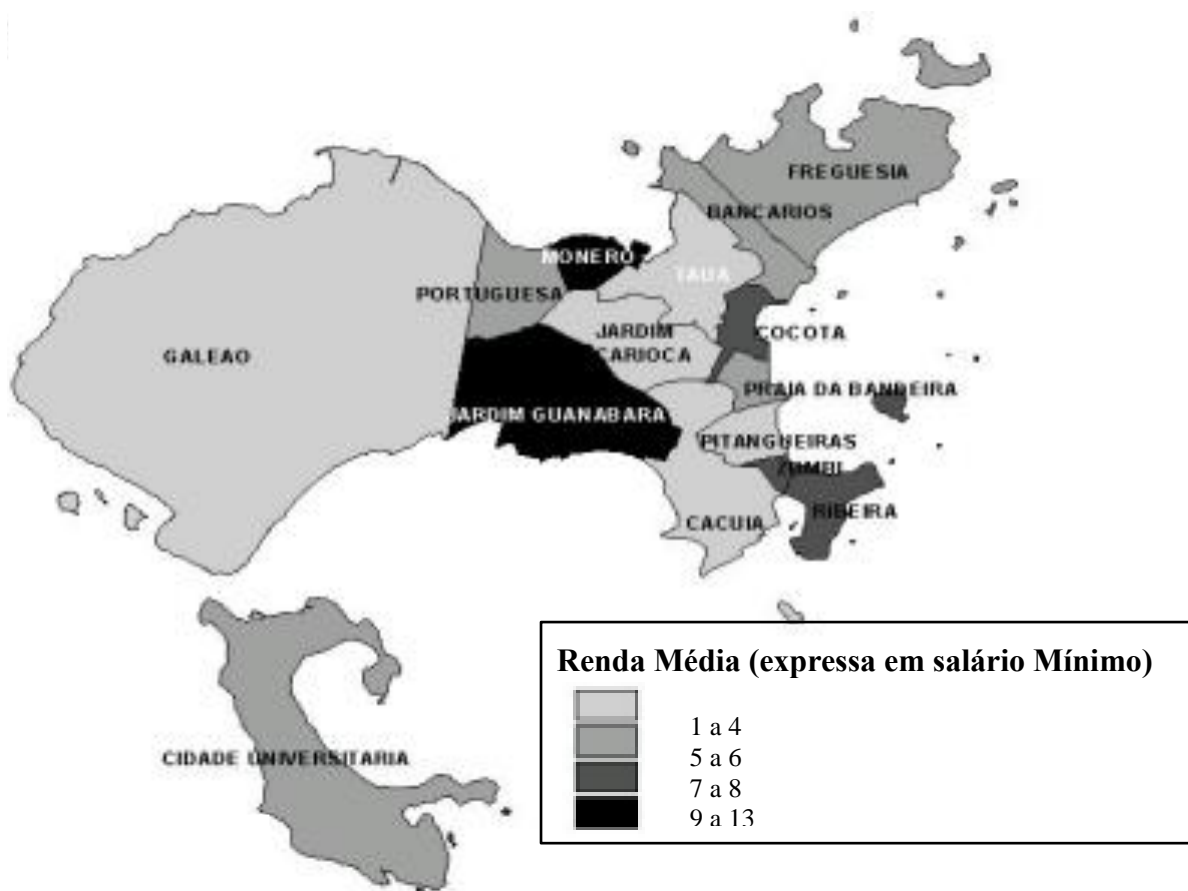


Figura 8: Renda Média Ilha do Governador. Fonte: Anuário Estatístico do Rio de Janeiro 1993/1995, IPP; Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro 2000; Armazém de Dados, IPP/2003³².

³²<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/96_notas%20t%C3%A9cnicas%20plano%20estrat%C3%A9gico%2010%20e%2011.PDF> Acesso em 01/06/2012.

Por outro lado não podemos deixar de observar que a Ribeira, o Zumbi e o Jardim Guanabara, localizados no entorno do Cacua possuem renda média expressa em salários mínimos que fica entre o dobro e o triplo dos valores considerados para a nossa área de estudos.

O Censo do IBGE de 2010 considera 18 aglomerados subnormais na Ilha, entre eles estão a Praia da Rosa, Bancários e a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, áreas habitacionais onde funcionam pontos de desembarque e comercialização de pescado que destacamos na tabela abaixo:

Aglomerados Subnormais da Ilha do Governador Censo IBGE 2010
Bairro da Sapucaia
Nossa Senhora das Graças
Bela Vista da Pichuna
Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira
Guarabu
Jardim Duas Praias
Magno Martins
Morro das Araras
Morro do Dendê
Morro do Querosene
Parque Proletário dos Bancários
Parque Royal
Praia da Rosa
Rua Budapeste, 66
Rua Guariúba
Serra Morena
Tremembé
Vila Joaniza

Tabela 2: Aglomerados Subnormais da Ilha do Governador. Fonte: < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/>>; acesso em 17/06/12.

Muitas pessoas ainda sobrevivem da pesca, uma atividade muito antiga que vem sofrendo diversos impactos, mas tem resistido. Essa atividade está muitas vezes associada a

precários núcleos residenciais, onde em alguns casos, sofrendo influencia de processos urbanos, a densidade demográfica cresce de forma acelerada e descontrolada, produzindo os chamados aglomerados subnormais. Mas esse termo, apesar de ser utilizado pelo IBGE desde a década de 90 é bastante polemizado e criticado por muitos pesquisadores pelo seu caráter genérico, que não leva em consideração as especificidades locais e, no nosso entendimento não identifica bem nem as favelas nem as áreas pesqueiras, conforme podemos conferir pelo conceito definido pelo próprio IBGE:

O conceito de aglomerado subnormal foi utilizado pela primeira vez no Censo Demográfico de 1991. Possui certo grau de generalização de forma a abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no país, conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros.

O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação atende aos seguintes critérios:

a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e

b) Possuírem urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica). (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2051>. Acesso em 29/0/2012)

A pesca tem grande importância para esta que é a maior Ilha da Baía de Guanabara e reuni traços e contribuições tanto da cultura portuguesa quanto da indígena. A pesca praticada hoje é um misto de técnicas indígenas e jesuítas, mas também incorpora novos materiais e instrumentos, tais como o nylon³³ e os motores a gasolina e diesel, símbolos da indústria e produção modernas.

A pesca é uma atividade bastante comum na Ilha, seus respectivos pontos de desembarque algumas vezes coincidem com áreas onde existem aglomerados de baixa renda.

³³ Hoje as redes são montadas com panos de nylon confeccionados pela indústria, mas ainda assim é preciso conhecimento tanto para realizar essa montagem quanto para sua manutenção.

As três áreas pesqueiras destacadas na tabela de aglomerados subnormais da Ilha do Governador já apareciam como pontos de desembarque e comercialização de pescado no Rima da Baía de Guanabara de 2008³⁴.

Trataremos a seguir da análise da configuração espacial da pesca artesanal na Ilha do Governador e as especificidades da localidade. Os pontos de desembarque e comercialização de pescado da Ilha do Governador podem ser conferidos na tabela 3 e na figura 9 a seguir:

Pontos de desembarque e comercialização de pescado na Ilha do Governador:	
Local	Coordenada Geográfica
12- Jequiá (Colônia Almirante Gomes Pereira)	(22°50,3 S 043°10,39 W)
13- Ribeira	(22°49,53 S 043°10,11 W)
14- Engenhoca	(22°49,29 S 043°10,18 W)
15- Zumbi	(22°49,17 S 043°10,49 W)
16- Ponta do Tiro	(22°49,20 S 043°10,58 W)
17- Barão (Cocotá)	(22°48,05 S 043°11,15 W)
18- Freguesia	(22°47,50 S 043°10,25 W)
19- Bancários	(22°47,09 S 043°11,14 W)
20- Tubiacanga	(22°47,24 S 043°14,7 W)
21- Galeão	(22°49,23 S 043°14,7 W)
22- Praia da Bica (Jardim Guanabara)	(22°49,17 S 043°12,08 W)
23- Praia da Rosa	Sem coordenada

Tabela 3: Pontos de desembarque e comercialização de pescado na Ilha do Governador. Fonte: Relatório de Impacto ambiental (RIMA)- Petrobrás; 07/02/2008; adaptado para a Ilha do Governador 09/06/2012.

³⁴ Quando da realização de mapeamento dos pontos de desembarque e comercialização da Baía de Guanabara, em trabalho anterior, nos chamou a atenção a grande quantidade de pontos na Ilha do Governador e na impossibilidade de confirmarmos a precariedade dessas áreas pesqueiras uma a uma, na ocasião deixamos isso para um trabalho mais extenso futuro. Eis que novamente nos deparamos com esse problema, que exigiria muito tempo para detalhamento e não é o objetivo deste trabalho.



Figura 9: Pontos de desembarque na Ilha do Governador. Em destaque área do Jequiá (Colônia Z-10). Fonte: Google Earth e Rima Petrobrás; elaborado por Jamylle Ferreira (2008); adaptado para a Ilha do Governador 09/06/2012.

Apesar da alegação do pescador, morador e presidente da Colônia, Sr. Aníbal Ferreira de Almeida Nolau³⁵, 52 anos, de que o número de pescadores tem diminuído, chama a atenção o grande número de pequenos barcos a remo, que podemos visualizar na figura 10 abaixo, ancorados no rio Jequiá e no cais da Colônia, o que caracteriza uma pesca bastante artesanal.

³⁵ Foi uma conversa informal que tivemos em dezembro de 2011, por isso não pensamos e gravá-la. Estamos usando anotações que fizemos durante e logo após o término da conversa.



Figura 10: Foz do rio Jequiá- Ilha do Governador- RJ e os pequenos barcos dos pescadores da Colônia. Fonte: Janylle Ferreira; 19/07/2011.

Não é apenas o presidente da Colônia que fala em diminuição do número de pescadores. Em várias entrevistas os moradores acabaram confirmando essa informação. O fato é que no primeiro momento (até a década de 90) a área abrigava apenas pescadores, e a sua população era muito menor que hoje, o que pode significar que o número de pescadores diminuiu relativamente, mas ainda assim essa atividade continua a ser de grande importância não apenas nessa localidade mas também em toda a baía de Guanabara, uma vez que, de acordo com Silva. In Silva (org), 2011, p.160- 161.

Se não falta quem assevere que a forte crise atualmente enfrentada por esse posto de trabalho – atividade econômica primária – o encaminha para a extinção, os representantes institucionais da Federação dos Pescadores do Rio de Janeiro (FEPERJ) e da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) veem-no crescer e, mesmo no presente contexto de desemprego estrutural, incorporar mais trabalhadores, mormente os de baixa escolaridade.

A autora aponta para a pesca como uma atividade que vive nos limites entre a formalidade/informalidade, uma vez que possui um caráter sazonal. Por outro lado, compreendemos que embora o pescador muitas vezes vá buscar em outras atividades (formais ou informais) o sustento para a sua família, ele não se desvincula totalmente da pesca, mesmo aqueles que acabam sendo expulsos de sua área de origem devido à especulação imobiliária e/ou ao imaginário que, acaba ligando a Colônia a um cotidiano de tranquilidade e sossego, que na verdade estão associados ao modo de vida do pescador e à origem da área (bem como à sua localização espacial) neste núcleo de trabalho e moradia, justamente por se tratar de “uma atividade que tem base identitária nas relações de sociabilidade e vizinhança.” (Silva. In Silva (org.), 2011, p.160).

Dando continuidade a nossa discussão na Ilha do Governador, no próximo item pretendemos aprofundar a análise sobre a localidade, oficialmente conhecida como Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira. O cerne da análise será sua história de ocupação associada à Marinha (pela Missão do Cruzador José Bonifácio – 1919-1923) e as suas particularidades, tentando desenvolver melhor algumas das questões levantadas até aqui, tais como a importância dessa área como núcleo de moradia e trabalho que faz frente à pobreza urbana.

3.2- Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, um núcleo de moradia e trabalho.

A Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira está localizada oficialmente no bairro do Cacua, na Ilha do Governador, situada à Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro, na foz do Rio Jequiá, onde há um exuberante manguezal numa área de aproximadamente 73 hectares, hoje protegida como área de conservação ambiental (a APARU do Jequiá³⁶). Grande parte dele está na área do Ministério da Marinha, na ERMERJ e na Colônia.

Há questionamentos quanto a essa localização, alguns moradores se acham pertencentes ao bairro da Ribeira e outros ao Zumbi (Segundo José Luiz de Castro Ferreira, ela está localizada entre esses dois bairros). O próprio presidente da Associação de Moradores nos relatou esse problema, indicando que há erros no mapeamento de ruas da Prefeitura.

As figuras 11 e 12 nos permitem observar a localização da área através de vista superior e de perspectiva.

³⁶ Criada pelo decreto Municipal 12.250/93, com 147 hectares, abrangendo o manguezal, o morro do Matoso (sambaquis), a Colônia de Pesca Z-10 e uma área remanescente de Mata Atlântica. Veja o decreto no anexo VIII dessa dissertação.



Figura 11: Colônia de Pecadores e entorno- Ilha do Governador- RJ. Fonte: José Luiz de Castro Ferreira.



Figura 12: Colônia de Pecadores e entorno- Ilha do Governador- RJ. Fonte: José Luiz de Castro Ferreira.

De propriedade da União, a área da Colônia foi cedida pela Marinha do Brasil em 1920 para legalizar um núcleo de pesca artesanal já existente na localidade e acabou por

abrigar pescadores oriundos de outras áreas, tais como Itaipu e Piratininga- Niterói, Caju e de outras áreas da Ilha do Governador- Rio de Janeiro, por ocasião da fundação da primeira Colônia de Pescadores do Brasil, na época Z-1, atual Z-10³⁷.



Figura 13: Diretoria da antiga Colônia Z-1, a atual Z-10 (Instituição representativa dos pescadores). Foto Cedida por José Luiz de Castro Ferreira.

A figura 13 acima mostra uma diretoria da Colônia Z-1, antes da sua mudança de nome de Z-1 para Z-10 que aconteceu devido a uma reestruturação das Colônias no Rio de Janeiro. Já os depoimentos abaixo expressam a origem das pessoas que moravam na área.

“[...]”

Autora: E, seu pai sempre morou aqui ou não?

Jorge: Não, **ele veio de Piratininga morar aqui na Colônia de Pesca.**

Autora: Mais o senhor sabe o porquê ele veio de lá morar aqui?

Jorge: Porque na época tinha muita pescaria pra lá mais não tinha comercio e não havia condução de lá para cá; ai era mais fácil mudar para Cá, já que o mercado era na Praça XV.

³⁷ As áreas de representação pesqueira são divididas em Zonas, ou Colônias de Pescadores. No Rio de Janeiro há 27 Zonas.

Autora: Ah, está certo. O senhor conhece outras pessoas que vieram na época do seu pai, sabe de alguma história, por causa desse problema?

Jorge: **O pessoal que veio para cá, dos mais antigos daqui o Baixinho veio de lá, de Itaipu.**

Autora: É de lá também?

Jorge: É da área de Itaipu. Você pode até conversar com ele...

[...]"

Sr. Jorge Henrique Coutinho, 69 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

"[...]

Aristides: ...Depois que, como ela falou, os pescadores começaram a chegar aqui começou a aumentar. É o que eu escuto já de outras pessoas. Pescador passando para pescador. Aqui tem pescador, foi uma **Colônia de Pesca que foi fundada por pescadores de Piratininga, do Caju** e um com o outro foram comentando: Ôh, tem uma terra boa, de oportunidades, com bastante pescado e coisa e tal e vieram chegando os pescadores. Isso tudo aqui, essa baía aqui, essa pequena baía aqui na frente era rica de frutos do mar. Tanto é que os colonos têm o apelido de marisqueiros, tinha muito marisco, então foi uma terra de oportunidades. Pescadores começaram a migrar pra cá e foram aumentando.

[...]"

Sr. Aristides Costa Amaro, 48 anos;

Entrevista realizada em 03/10/2012.

No primeiro depoimento o Sr. Jorge Coutinho além de nos descrever a origem do seu pai, fala também da origem do pescador mais antigo da localidade.

No segundo depoimento, o de Aristides Amaro, há dois pontos importantes e que chamam a nossa atenção, o primeiro é que ele afirma ter sido a Colônia fundada por pescadores artesanais das áreas já citadas em busca de oportunidades e o outro ponto que gostaríamos de destacar é o fato de ele contar com tanta propriedade uma história que ele não viveu, que passou de pai para filho, mas que faz parte da memória coletiva e que nos deixa conscientes do poder do passado e da importância da história da origem da Colônia. Aqueles que ali se abrigaram, que já tinham algo em comum, a condição de pescador. A gênese desse lugar está nessa condição, e é a partir dela que nascem os primeiros sentimentos de pertencimento e de comunidade.

Resende (2011) demonstra que as Colônias de pescadores no Brasil nascem das comunidades pesqueiras, quando a pesca torna-se elemento importante da frota militar e

objeto de grandes pesquisas para o reconhecimento tanto das características naturais quanto sociais do território brasileiro. Hoje muitas das instituições funcionam afastadas das comunidades que representam, até pelo fato de normalmente representarem pescadores de mais de uma área, mas a Z-10 conservou este traço a ponto de a denominação ultrapassar os limites da sede da instituição e denotar toda a área, comum e oficialmente conhecida por Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira (ou simplesmente por Colônia), ainda que a sua ocupação hoje seja mais complexa e que a área de responsabilidade da instituição seja mais ampla que a da comunidade em questão³⁸.

Mas o que seria comunidade? A Colônia Almirante Gomes Pereira, como núcleo de moradia seria uma comunidade? Para Weber (2000, p. 25),

Uma relação social denomina-se “relação comunitária” quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular ou em média ou no tipo puro – repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (efetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo.

Mais adiante Weber (2000, p.26) fala a respeito de uma relação comunitária:

[...] somente quando, em virtude desse sentimento as pessoas começam, de alguma forma, a orientar seu comportamento pelo das outras, nasce entre elas uma relação social – que não é apenas uma relação entre cada indivíduo e o mundo circundante –, e só na medida em que ela se manifesta o sentimento de pertencer ao mesmo grupo existe uma relação comunitária.

Esse sentimento na prática tem muito mais relação com a identidade (que remonta a um passado) do que com a comunidade em si, que vem sofrendo diversas influências do urbano no que se refere à modernização industrial à ocupação e à especulação imobiliária.

Devido à sua localização, a área e/ ou a atividade sofre também influência da especulação imobiliária praticada em seu entorno, bastante valorizado.

O presidente da Colônia de Pescadores Z-10, Aníbal Ferreira Almeida Nolau³⁹, nos confirmou a existência dessa interferência da classe média sobre a política do entorno,

³⁸ A Colônia Z-10 abrange a Ilha do Governador, Paquetá e Duque de Caxias.

³⁹ Foi uma conversa informal que tivemos em dezembro de 2011, por isso não pensamos e gravá-la. Estamos usando anotações que fizemos durante e logo após o término da conversa.

manipulando o espaço pelas vias do poder da especulação referente ao caso da construção de um píer que melhoraria muito as condições de trabalho dos pescadores e que mediante os questionamentos dos moradores da orla, foi desarticulado.

Mas a especulação imobiliária na Ilha não é um fenômeno novo e a Colônia já lida com ela desde sua criação, pois até a década de 70 o bairro da Ilha era considerado nobre pela classe média, tendo iniciado esse processo na década de 20 com a divisão das propriedades em loteamentos. Na atual divisão que resultou em 14 bairros, há os que mantêm essa característica de abrigar a classe média, agora em belíssimos apartamentos.

A moda dos loteamentos, aberta no Rio, chegou aqui. Para ocupar áreas vazias e promover o desenvolvimento, assim chamado, aparece, na década de 1920, o primeiro loteamento – o Jardim Guanabara, da Companhia Imobiliária Santa Cruz, sucessora, na área e na marca, da Fábrica de Produtos Cerâmicos.

O livro de visitas está abeto, com data de 16 de maio de 1926, com a assinatura do então presidente da república Washington Luís Pereira de Sousa (1926-1930). Constituiu-se no bairro nobre da Ilha, com residências e Jardins de classe, por muito tempo, hoje bastante substituído por edifícios de apartamentos. (IPANEMA 1991, p. 117)

Os moradores da localidade convivem com conflitos em relação à valorização do entorno, que se traduz na especulação imobiliária, e à ocupação histórica – que se deu por concessão e mediante o controle da Marinha, e apesar de não estar mais na área dessa instituição ainda mantém um estreito relacionamento com a mesma, como herança de outros tempos. Contraditoriamente mesmo sem possuírem o título de propriedade dos terrenos, essa valorização do entorno influencia a área e acaba por valorizá-la, atraindo outros moradores que na verdade também estão sendo influenciados por processos de urbanização do presente e por aquelas que buscam abrigar-se longe da violência, tão comum na cidade.

“[...]”

Autora: Tem vindo gente de fora da Colônia para morar aqui?

Jorge: Tem

Autora: Essas pessoas são pescadores ou não tem nada a ver com a pesca?

Jorge: Não tem nada a ver com a pesca.

Autora: Mas ainda existe pescador aqui dentro né?

Jorge: Existe muito pouco.

Autora: Existe então uma mudança na população que mora aqui. E em relação aos valores dos imóveis o que o senhor acha? Estão muito valorizados?

Jorge: Muito valorizados!

Autora: Mas não tem documento, se por algum acaso eu comprar um imóvel aqui eu não vou ter o documento, só um documento de venda da pessoa pela associação, mesmo assim é valorizado?

Jorge: Muito, muito.

Autora: Se eu quisesse comprar uma casa aqui o senhor diria que eu pagaria quanto?

Jorge: Uma casinha boa de sala dois quartos você pagaria uns “150 conto”⁴⁰.

Autora: Porque está acontecendo isso... De ficar muito caro?

Jorge: Porque **aqui é sossegado, aqui não tem droga, não tem armamento, as crianças brincam aqui na rua a vontade aí, é sossego, dorme de porta aberta.**

Autora: **Aqui dorme de porta aberta mesmo?**

Jorge: **Dorme; e ninguém perturba. Aqui é muito bom. Isso por que é só uma entrada e uma saída. O sossego tá aqui. Até para alguém roubar aí dentro é mais difícil. Bota um naval, o naval empata ele ali!**

Autora: **Então essa valorização é por causa do sossego?**

Jorge: **É! É sossego, é segurança que tem. E tem outra coisa: aqui é perto do Batalhão.**

Autora: Onde é que fica o Batalhão?

Jorge: o batalhão é ali em frente. O 17°.

Autora: Aquele muro branco antes da gente chegar na Colônia, já é o Batalhão?

Jorge: É o Batalhão.

Autora: Então tem o Batalhão ali atrás, na frente a Marinha, dentro, a Colônia de Pesca.

Jorge: E aqui tem segurança também. Segurança da comunidade.

Autora: Mas quem é que contrata essa segurança? É a Associação?

Jorge: É a Associação. Os comerciantes colaboram também bastante.

[...]

Sr. Jorge Henrique Coutinho, 69 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

“[...]

Yolanda: **Pessoas que querem dormir de janela aberta podem dormir.**

Autora: Pode dormir de janela aberta é?

Yolanda: **Agora eu não durmo não, eu sou muito preocupada porque pode..., aqui não né, o pessoal não, mas pode vir gente de fora.**

⁴⁰ Valor equivalente a R\$150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

[...]"

Sr.^a Yolanda Costa Amaro, 83 anos;

Entrevista realizada em 03/10/2012.

“[...]

José Luiz: Hoje a Marinha acaba nos protegendo e a gente acaba protegendo a Marinha, porque está todo mundo no mesmo barco.

[...]"

Sr. José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

“[...]

Yolanda: Eu acho que o lugar melhor pra mim é aqui.

Autora: Melhor pra morar? Por que é o lugar melhor pra morar?

Yolanda: Ah eu gosto. Cada um vive na sua casa, não tem problema.

Antônio Jorge: **Aqui não tem problema de tiroteio, essas coisas, aqui é gostoso de morar.**

Autora: Então vocês acham que aqui é seguro?

Antônio Jorge: Seguro, é.

Autora: Mas por que é seguro?

Antônio Jorge: Porque não tem esses perigos brabos aí, de tiroteio...

Aristides: **A segurança está aqui começa pelo seguinte: saída só existe uma, do lado da saída tem um portão da Marinha, em frente tem um Batalhão, então quer dizer, a pessoa se quer fazer algum tipo de besteira grave num local desses está assinando a sentença dela né,** então fica mais complicado pra outros tipos de situações pra outros locais né, fica complicado. Agora não quer dizer o que eles estão falando, seguro, tranquilo, não quer dizer que a pessoa está isenta de qualquer coisa grave. Assim, um assalto na sua casa não acontece nada disso, mas pode acontecer. Sei lá um doido, como uma vez um doido veio e roubou um carro de uma..., seguiu, esse negócio de roubar carro para trepar um no outro né, um fusca é um carro que é fácil de fazer isso. Uma menina tinha um fusca meia alguma coisa que era uma raridade, vieram seguindo ela e quando ela chegou na porta da casa dela chegaram com o revolver e assaltaram e levaram o carro dela.

Aristides: Quer dizer, então essas situações que acontecem. Mas a segurança aqui. Você vê esse material todo aqui oh, eu durmo tranquilo com esse material todo. Se a pessoa quisesse se curvar e pegar qualquer peça pode pegar, mas não pega porque tem respeito. É uma área tranquila, segura como eu estou te falando, dessa forma, entendeu?

[...]"

Sr.^a Yolanda Costa Amaro, 83 anos;

Sr. Aristides Costa Amaro, 48 anos;

Sr. Antônio Jorge Costa Amaro, 58 anos.

Mesmo sob a justificativa de que ainda não existe título de propriedade dos terrenos, não foi admitido, pela maioria dos moradores entrevistados, o termo ocupação irregular ou similar,⁴¹ por considerarem a doação feita pela Marinha aos pescadores em 1920, mediante uma série de condições⁴². Isso significa que, embora reconheçam que a Colônia está expandindo muito, eles discordam da classificação do IBGE do Censo de 2010, que classifica a localidade como uma área de ocupação subnormal.

“[...]

Autora: ...O censo do IBGE de 2010 mostra a Colônia como área de ocupação subnormal, você sabe o que é área de ocupação subnormal?

Jorge: Me explica.

Autora: Área de ocupação subnormal é uma área que está crescendo muito desordenadamente. Você considera que está crescendo muito ou acha que não?

Jorge: **Está crescendo muito.**

[...]”

Sr. Jorge Henrique Coutinho, 69 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

“[...]

Autora: E uma outra coisa, falando dessa expansão, o IBGE de 2010 traz a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira como área de ocupação subnormal. E aí, o que você acha disso?

José Luiz: Eles não sabem ler. Tem uma rua aqui que é avô de Penuja, Hipólito Nascimento, você abre o guia rex tá escrito Hipólito Vasconcelos. De novo, lá vem o doutor burro, alguém chegou aqui, ah qual é o nome dessa rua, alguém novo falou, ah é Hipólito Vasconcelos, aí vagabundo...

Autora: Então você acha que essa classificação não tem nada a ver com o que existe?

José Luiz: **A Colônia é o único lugar que tem certidão de nascimento, porque as outras Colônias, por acaso perderam aquele documento, e nós temos.**

Autora: Entendi. Vocês têm a certidão de nascimento da Colônia?

José Luiz: Está contigo.

⁴¹ Apesar de os moradores da área não possuírem escrituras dos imóveis.

⁴² Que pode ser verificada no anexo III desta dissertação.

Autora: Ah, a de 1920, é essa né?

José Luiz: É.

Autora: Certo.

José Luiz: **E eles que briguem com a Marinha, nós não somos uma área invadida.**

[...]"

Sr. José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

Por outro lado, essa área nasce como concentradora de pescadores, mas hoje já atrai outros moradores devido ao seu sossego e tranquilidade, orientando uma mudança no tipo de relação com o espaço, o que acaba inevitavelmente, apesar de todos os apelos e resistências, interferindo na sociabilidade, pois trazem sua forma de viver, que, aos poucos pode conduzir a uma perda de referências local, interferindo nos costumes. O morador José Luiz fala um pouco sobre isso:

“[...]

José Luiz: **...muitas pessoas passam por aqui e nem bom dia dão.**

Autora: **Entendi. Na verdade vocês aqui são os primeiros moradores. Os moradores novos, as pessoas que vêm de fora, então elas não assumem nenhum tipo de identidade com a pesca?**

José Luiz: **Não, nem com a pesca, nem com as tradições do lugar.**

Autora: **E a São Pedro, aquela tradição, aquele ritual que vocês fazem saindo com o São Pedro, fazem aqui dentro, depois, no Domingo fazem saindo com São Pedro...**

José Luiz: **Tocou pra procissão sair, eu fui peguei o varal coloquei ali, coloquei a flecha certo, a gente faz a salva às 6 horas da manhã, porque pescador é preguiçoso né, São Jorge é às 5 horas e São Pedro é às 6...e eu coloquei a flecha ali, o sino tocou, a procissão vai sair, e eu: cadê a procissão? Quando eu cheguei lá, não tinha gente pra carregar São Pedro!**

Autora: **E não saiu a procissão?**

José Luiz: Saiu. **Quem estava carregando nem pescador era.**

Autora: Entendi. Você acha que isso se deve a quê?

José Luiz: Um padre que não tem tradição, hoje ele tá na igreja de São Pedro, amanhã está na de Santo Antônio, na de São Benedito, não se envolve com a comunidade é a mesma coisa que o político que luta pelo meio ambiente e vai trabalhar na saúde...

Autora: Mas aqui, tem uma imagem de São Pedro lá fora...

José Luiz: Fomos nós que colocamos.

Autora: A praça é Praça São Pedro, não é isso?

José Luiz: Essa rua aqui é...

Autora: E a igreja...

José Luiz: Amanhã talvez vá virar de Edir Macedo.

[...]"

Sr. José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

A antiga fotografia abaixo mostra o envolvimento da comunidade na festa de São Pedro.



Figura 14: Morador e pescador Arlindo Felipe ajudando nos ritos da festa de São Pedro. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira.

Assim como foi visto no trecho da entrevista acima, em conversas e depoimentos é comum os moradores antigos se referem aos novos como estranhos que adquiriram terreno na

área, mas que nada têm a ver com a sua história de ocupação e com a sua origem pesqueira, numa nova apropriação do espaço que chegam a criticar, conforme podemos conferir no depoimento abaixo:

“[...]

Aristides: **...Mas aqui virou um comércio, aqui virou um comércio quando a Marinha saiu.** Quando a Marinha foi embora as pessoas começaram a... Assim, o morador, temos um exemplo clássico aqui na frente: a casa dela era um barraco. Ela não tinha condições de conseguir a casa direitinho, então ficava naquilo, aí apareceu a proposta: olha, eu faço a sua casa, ajeito sua casa e quero a sua laje, aí ela... Quem é que não quer, no desespero, a casa dela toda vasando. Aceitou, aí fez. Hoje ela se arrepende, aí a pessoa, um antigo morador fez a casa dela e construiu a de cima. Hoje ela se arrepende porque ficou tipo sufocada ali. **E por aí em diante, começou esse tipo de comércio. Aí começaram a vir pessoas de fora, vieram até muitos com esse oportunismo né, de chegar aqui...** Por exemplo, uns vinham mesmo assim: poxa, achei um lugar bacana pra morar, a Colônia, vinha para morar e era só isso que queria, até que fizesse um negócio com a pessoa: refazer a casa da pessoa e construir a casinha dele e morar, **mas outros já vinham com a intenção de fazer negócio, construía e vendia, já ia para outro...**

[...]”

Sr. Aristides Costa Amaro, 48 anos;

Entrevista realizada em 03/10/2012.

O que os moradores estão criticando em seus depoimentos são os efeitos da especulação imobiliária no local, o que Carlos, p. 58 chama de apropriação do espaço como mercadoria, podendo transformar o lugar em razão da perda de suas referências:

O espaço aparece como mercadoria, apesar de suas especificidades, produzido e vendido enquanto solo urbano, cujo conteúdo escapa aos indivíduos, posto que submissos à troca e à especulação – uma troca que se autonomiza em relação ao uso num processo de produção assentado na propriedade privada da terra que gera a apropriação diferenciada do espaço por estratos diferenciados da sociedade. Com isto transforma-se, constantemente, o lugar e produz-se o estranhamento do lugar através da perda das referências.

A moradora Marilene relata que muitos pescadores vendem suas casas na comunidade por uma quantia considerável porque “os novos moradores compram não só as casas, mas o sossego e a tranquilidade da Colônia para suas vidas.”⁴³

⁴³ Foi uma conversa informal que tivemos em dezembro de 2011, por isso não pensamos e gravá-la. Estamos usando anotações que fizemos durante e logo após o término da conversa.

No breve trecho abaixo a Sr.^a Yolanda também nos diz que gosta muito da localidade porque se sente tranquila:

“[...]

Autora: A senhora estava falando que a senhora gosta muito daqui...

Yolanda: Ah gosto...

Autora: De quê que a senhora gosta?

Yolanda: Eu gosto porque eu me sinto bem. **Eu me sinto tranquila.** Bom, não vou dizer que às vezes não tem uma confusão, mas a gente tem que falar para poder voltar tudo para o lugar e eles compreenderem né, compreenderem a vida, o que é, que nós não somos nada e temos que procurar viver bem né.

[...]”

Sr.^a Yolanda Costa Amaro, 83 anos;

Entrevista realizada em 03/10/2012.

Lefebvre (1984) nos coloca a questão do planejamento feito pelo Estado e que acaba por atuar a favor da segregação, da compra do espaço sobre o fetiche da “compra da felicidade”, como um comprador que adquire uma mercadoria, e que não é apenas um sujeito, mas um consumidor.

Várias lógicas se confrontam e por vezes se chocam: a da mercadoria, (levando ao limite de tentar a organização da produção de acordo com o consumo); a do Estado e da lei; a da organização espacial (planejamento do território e urbanismo); a do objeto; a da vida cotidiana; a que se pretende extrair da linguagem, da informação e da comunicação, etc. (p. 40)

Nesse sentido, a sociedade em que vivemos é aquela que, de acordo com o autor, “privilegia a troca em detrimento do uso” e que, ainda nas palavras dele “acaba por vender liberdade, felicidade, “estilo de vida”, vida social, até mesmo vida comunitária”. (p. 145). Acontece que nesses espaços verdadeiramente comunitários – onde o tempo passa de forma menos acelerada por comportar atividades tradicionais e uma dinâmica diferenciada, bem como uma relação ímpar com o tempo, onde se constituem os “homens lentos” de Milton Santos (1994b), e também uma relação particular com o espaço, aquela de afetuosidade e de

pertencimento – a busca pela felicidade, se dá pela compra do espaço, transformando sujeitos em meros consumidores, movidos pelo desejo por um modo de viver e de utilizar o tempo e o espaço, porque o tempo também é o tempo dos lentos, onde se privilegia o lazer e as atividades sociais de domingo e de fim de tarde, onde as crianças podem brincar na rua e ganhar a rua, que se apresenta sem maiores perigos e essencialmente como *o lugar dos encontros*, nas palavras de Lefebvre (1984).

O que proporciona esses encontros na visão do Sr. Jorge, morador da área, é o sossego:

“[...]

Jorge: Porque aqui é sossegado, aqui não tem droga, não tem armamento, as crianças brincam aqui na rua a vontade aí. É sossego, dorme de porta aberta....

[...]”

Sr. Jorge Henrique Coutinho, 69 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

A moradora Marilene, quando perguntada sobre a situação das casas da localidade preferiu dar ênfase à sociabilidade do lugar, às crianças brincando na rua, ao fato de todos se conhecerem e de a Colônia ser o lugar onde todos se sentirem acolhidos. Desta forma ela tem a mesma percepção que o Sr. Jorge quanto à área:

“[...]

Marilene: As nossas casas eram tudo térrea, eu me lembro até hoje, era uma casa, um vago, uma casa, um vago. Hoje em dia está bem populada [a Colônia], todo mundo gosta. **Isso aqui eu chamo de cantinho do céu.** Você vem, de fora você é bem vindo, você senta. Se você não conhece você passa a conhecer a pessoa. Se você voltar no outro dia a pessoa, oi, volta aqui, senta aqui... **Isso aqui é um coração de mãe. Eu fui nascida e criada aqui, meu filho foi nascido e criado, eu tenho agora a minha neta de 5 anos, que nesse momento que eu estou aqui ela está ali oh. Ali tem um programa da igreja e ela está ali brincando com as outras crianças. Então é uma coisa maravilhosa e a popularidade daqui...tudo bem, tem muita gente de fora, o pessoal vem aqui e adora.** Ah, eu quero sair da onde eu moro e vir pra cá. Mudou muito, isso aqui agora, a última vez que o presidente da Associação de moradores falou, deve ter mais ou menos umas 4mil pessoas, famílias, não é pessoas não, famílias. Eu fiquei até meio assustada, porque é muita coisa.

[...]”

Sr.^a Marilene Cosme do Nascimento, 50 anos.

Entrevista realizada em 22/09/2012.

As figuras 15 e 16 abaixo mostram um pouco dessa sociabilidade. Crianças se divertem nas ruas e nos equipamentos públicos de lazer instalados pela Prefeitura.



Figura 15: Crianças brincando em uma das ruas da Colônia de Pecadores. Fonte: Monteiro, 2005



Figura 16: Crianças brincando no Parque da Colônia de Pecadores. Fonte: Janylle Ferreira; 19/07/2011

A questão da sociabilidade e do sossego da localidade está muito ligada à origem da área, conforme podemos perceber pelos depoimentos do Sr. Jorge e da Marilene. Nessa localidade a questão da habitação aparece ligada ao trabalho.

Surgiam em 1920 as primeiras habitações improvisadas numa área da União cedida para ocupação de pescadores via consentimento e incentivo do Estado na figura da Marinha. Interessante essa intenção da Marinha, aglomerar para controlar ao passo que o discurso da época de criação das Colônias de Pesca no Brasil esteve sempre acompanhado de ideais de liberdade.

Nos dizeres do pescador e presidente da Colônia Z-8⁴⁴, Gilberto Alves⁴⁵ “a Marinha tutelou os pescadores para que eles fossem um braço dela no mar.”

Nos dizeres do pescador, morador e presidente da Colônia Z-10, Aníbal Ferreira Almeida Nolau⁴⁶: “Somos parceiros.”

⁴⁴ Entidade representativa dos pescadores de São Gonçalo, Niterói e Itaboraí, com sede afastada das comunidades que estão sob a sua jurisdição, no Centro de Niterói, em frente ao Mercado de Peixes São Pedro. A essa Colônia não corresponde uma comunidade imediata, como acontece com a Z-10, cuja entidade representativa dos pescadores está localizada na comunidade que atende pelo nome Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira.

⁴⁵ Foi uma conversa informal que tivemos em fevereiro de 2011, por isso não pensamos e gravá-la. Estamos usando anotações que fizemos logo após o término da conversa.

Intrigante a diferença de percepção entre os dois presidentes, a primeira apresenta-se como uma percepção do TODO e a segunda mais ligada ao cotidiano e dia-a-dia da comunidade. Nenhuma das duas deixa de ser verdadeira, são pontos de vista que passam pelo controle (do Estado e das pessoas) e permissão (do Estado e dos dominados em relação aos dominantes).

Essa parceria aparece comumente nas representações dos moradores e pescadores:

“[...]”

Autora: José Luiz, **e hoje, você considera como proteção ou controle o relacionamento que vocês têm com a Marinha? É proteção, controle ou parceria?**

José Luiz: **Parceria. Porque hoje está colocando em risco a segurança da Colônia e da Estação Rádio.**

Autora: Como assim?

José Luiz: **Hoje se a gente não for parceiro nós podemos ser invadidos por coisas que não condizem com a nossa comunidade.**

Autora: Entendi.

José Luiz: **Hoje a Marinha acaba nos protegendo e a gente acaba protegendo a Marinha, porque tá todo mundo no mesmo barco.**

[...]”

Sr. José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

Até bem pouco tempo, por volta da década de 90, de acordo com Aníbal Ferreira Almeida Nolau⁴⁷, pescador e presidente da Z-10, era preciso solicitar a autorização da Marinha para a entrada de material de construção na área. Também não era permitida a construção de mais de dois pavimentos, acrescenta a pescadora Marilene, sob o argumento de interferência na transmissão de sinal da Estação Radio da Marinha. Como essa autorização por vezes demorava a chegar, muitos moradores acabavam atravessando o material de construção pelo rio Jequiá:

⁴⁶ Foi uma conversa informal que tivemos em dezembro de 2011, por isso não pensamos e gravá-la. Estamos usando anotações que fizemos durante e logo após o término da conversa.

⁴⁷ Foi uma conversa informal que tivemos em dezembro de 2011, por isso não pensamos e gravá-la. Estamos usando anotações que fizemos durante e logo após o término da conversa.

“[...]

Yolanda: Tem gente que vem de outro lugar, já compra casa aqui. Isso aqui não foi fácil não. **A gente pra melhorar um pouquinho aqui, eles não davam permissão, quando sabiam vinham e faziam parar né. A gente atravessava pelo mar.**

[...]

Aristides: **Eles não deixavam que o material de construção..., a gente queria fazer, como ela falou, uma construção melhor, tinha que atravessar o mangue com o material.**

[...]

Yolanda: Agora tá, graças a Deus, melhorou muito. **Ali era bom pra atravessar né com material porque a água do mar era limpinha, tinha camarão, tinha siri, uma coisa ótima. Agora tá o mangue.**

[...]”

Sr.^a Yolanda Costa Amaro, 83 anos;

Sr. Aristides Costa Amaro, 48 anos;

Entrevista realizada em 03/10/2012.

Abaixo a figura 17 faz uma referência a esse tempo em que os moradores falam de uma água limpa e de muitas espécies presentes nas proximidades.



Figura 17: Praia do Jequiá. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira; 16/07/1942

Dessa época, na memória dos moradores e pescadores antigos ficaram a fartura de pescado, a paisagem e o controle, conforme depoimento anterior (da Sr.^a Yolanda e do Sr. Aristides) e abaixo (do Sr. Jorge):

“[...]

Autora: Para entrar o senhor disse que também disse que tinha um controle.

Jorge: Tinha uma dificuldade tremenda; tinha um controle.

Autora: E como eram os serviços, por exemplo, o caminhão de algum produto que queria entrar. Como que era?

Jorge: Não era permitido. Para você entrar aqui na Colônia na época, com material de construção tinha que pedir autorização para eles lá.

Catia: Até então para a gente fazer pesquisa aqui tinha que solicitar autorização?

Jorge: É!

[...]”

Sr.^a Yolanda Costa Amaro, 83 anos;

Com a saída da Marinha o controle sobre o crescimento e acesso à localidade deixou de existir e, em consequência o número de casas cresceu. Sobre essa saída dividem-se opiniões.

“[...]

Autora:... A seu ver essa estreita relação que a Colônia tem com a Marinha, ela se deve então a quê?

José Luiz: A Colônia ela... Naquela época o Comandante era o presidente, ele que decidia os nossos rumos.

Autora: Entendi.

José Luiz: Se pode mudar o telhado né, levantar o muro né? Fazer um puxadinho. Se a gente não pedisse permissão para o Comandante e ele autorizasse... Então tinha todo um... A gente foi na Marinha arranjar um conchavo né?... Há quarenta anos atrás, então você tinha que chamar ele para comer uma feijoada, o presidente da Colônia era respeitado, tinha o respeito, você não pode deixar porque o cara é pescador, porque **a Marinha já tinha medo da invasão, de isso aqui se tornar uma favela. Teve um Comandante que falou assim: “Peçam a Deus que nunca a Marinha largue a Colônia”. Todo mundo ficou: “ A gente quer se livrar” , hoje em dia tá todo mundo pensando, pedindo pelo amor de Deus que a Marinha não tivesse largado**, porque o militar, toda a Marinha, mas o militar, tem um procedimento, daquele procedimento não sai, é rígido, não é o Comandante que fala, é o que está escrito, não foi ele quem fez, se a Marinha falar assim amanhã: Bombardeia a Colônia! Está escrito? Mete míssil em cima, ele cumpre o que está na lei, e é por isso filha que cada um faz o que quer.

[...]”

Sr. José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

“[...]

Aristides: **...Quando a Marinha saiu foi um alívio Já imaginou, eu construí aqui em cima da minha mãe. Já imaginou se eu tivesse que construir essa casa tendo que pagar uma pessoa para carregar material escondido para construir? Eu não iria construir a casa nunca. Então era..., era muito ruim mesmo. Acabou isso, melhorou. Agora o que piorou foi que na época da Marinha, que queira ou não queira era controlada a população. A população aumentava sim: filhos. Como eu que construí família, coisa e tal, iria construir em cima naturalmente, como foi feito. Se a gente não quisesse isso aqui iríamos vender isso aqui ao preço que a Marinha quisesse...**

[...]”

Sr. Aristides Costa Amaro, 48 anos;

Entrevista realizada em 03/10/2012.

“[...]

Autora: **O que mudou então depois que saiu o controle da Marinha para o controle da Prefeitura?**

Jorge: **Muito beneficio. Teve melhoria, asfaltaram tudo aí, esgoto, água, melhorou muito, muita melhoria.**

[...]”

Sr. Jorge Henrique Coutinho, 69 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

“[...]

Autora: A senhora, **depois que a Marinha saiu daqui, acha que melhorou ou que...**

Yolanda: **Melhorou**

Autora: **A senhora acha que depois que a Marinha saiu ficou melhor ou pior?**

Yolanda: **Eu acho melhor**

Autora: **Por quê?**

Yolanda: **Porque tem mais liberdade, a gente tem mais liberdade. Eles não ficam perturbando né.**

Autora: Entendi. Quando a Marinha estava aqui eles perturbavam com alguma coisa?

Yolanda: É de vez em quando aparecia um naval, mas depois de muita casa acabou. Eles viram mesmo e mesmo pra tomar mesmo acho que vai ser difícil para eles terem dinheiro para tomar todas essas casas. Vai indenizar né? Não vai ter mesmo!

[...]

Yolanda: **...porque foi muito melhor. A gente passa lá eles estão lá, não tem problema nenhum, passa, eles não impedem. Antigamente impediam, quem passava tinha que dar o nome...**

[...]

Autora: É verdade. Mas depois que a Marinha saiu a senhora acha que aumentou ou continuou a mesma quantidade de casas?

Yolanda: Aumentou.

Autora: Por que a senhora acha que aumentou?

Yolanda: Ai vendiam né. Aí quem tinha casa para vender tinha que pedir permissão lá dentro.

Autora: Antes tinha que pedir permissão, agora não?

Yolanda: Agora não. Vende quem quiser, vendem ao preço que querem.

[...]

Autora: Mas a senhora estava falando que antigamente tinha que pedir permissão para entrar, como era isso? De pedir permissão?

Yolanda: Ali, **eles ficavam no portão e tinha que dar o nome para entrar na Colônia.**

Autora: Entendi. Hoje eu entrei aqui de carro e não teve problema nenhum. Se fosse naquela época eu, para entrar de carro, como ia ser?

Yolanda: Tinha..., tinha..., tinha que..., **chegava ali e ia ter que parar.**

Autora: Entendi. Eu ia ter que parar, ia ter que falar com eles...

Yolanda: É. **Tinha que dizer o que ia fazer...**

Autora: É mesmo é?

Aristides: **Tinha uma cancela bem assim na ponte, bem no final da ponte, que não era essa ponte,** era uma outra ponte. Você já deve ter visto foto não?

Autora: Vi, vi na internet

Aristides: Então era aquela outra ponte. Aí tinha uma cancela que ficava ali. **Aí ficava um naval lá na guarita dele lá, quando vinha um carro ele ia, pedia a identificação, via se pudesse entrar, entrava e arriava... não passava e nem saía sem autorização deles.**

[...]"

Sr.^a Yolanda Costa Amaro, 83 anos;

Sr. Aristides Costa Amaro, 48 anos;

Entrevista realizada em 03/10/2012.

A localidade não só cresceu como atraiu moradores de outros ramos e atividades. Quando perguntado sobre a quantidade de pessoas que residem na comunidade, os moradores Aníbal Ferreira de Almeida Nolau, 52 anos, Marilene Cosme do Nascimento, 50 anos e Ubirajara Barbosa de Souza⁴⁸, 61 anos, dizem que antes desse afrouxamento do controle da Marinha, aproximadamente 2.000 moradores, hoje arriscam quase 4.000, o que aponta para um crescimento intenso, razão pela qual o IBGE considera a área como um aglomerado subnormal no Censo de 2010.

De acordo com Mata (2008, p. 19), “até o início da década de 1990, a Marinha era responsável pelo controle do crescimento da Colônia Z-10 [Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira]⁴⁹”.

A própria Instituição, a Colônia de Pescadores Z-10 já foi controlada por Marinheiros e não por alguém eleito pelos associados (não cabe aqui comunidade por se tratar de uma

⁴⁸ Foi uma conversa informal que tivemos em dezembro de 2011, por isso não pensamos e gravá-la. Estamos usando anotações que fizemos durante e logo após o término da conversa. Foi como um grupo focal, onde todos expressaram suas opiniões.

⁴⁹ É comum os moradores se referirem também à área de moradia como Colônia Z-10, sem levar em consideração que essa é uma divisão em Zonas voltada para a segmentação das entidades representativas dos pescadores por Estado, portanto mais focada no trabalho.

instituição de classe de nível municipal, a Z-10, que possui associados dentro e fora da área de moradia imediata, denominada Colônia).

É necessário esclarecer que neste caso específico o que se conhece como Colônia de Pescadores é tanto a instituição administrativa sem fins lucrativos que cuida dos interesses dos pescadores – a atual Z-10 – (de sentido ligado ao trabalho), quanto uma comunidade tradicionalmente constituída por pescadores, que possuem uma dinâmica e modo de vida diferenciado (de sentido ligado ao habitat), a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira.

Esse núcleo de moradia e trabalho é fisicamente delimitado pelo rio Jequiá, pelo mar e pela área efetivamente militar da Marinha do Brasil, a Estação Rádio, da qual a Colônia já fez parte, tendo sido a área por ela inicialmente cedida e controlada por longo período. Optamos aqui pela denominação de “comunidade” ao lugar no qual as pessoas estão integradas em função da moradia, do trabalho, dos ritos, dos costumes e da cultura, espaço esse que vai além dos limites da Colônia de Pescadores Z-10 como instituição.

Frisamos que a área tratada é conhecida em toda a Ilha do Governador como Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, como oficialmente é denominada pelo IBGE e, conforme já foi esclarecido, dentro dela existe a instituição, também chamada de Colônia, a Z-10, cuja área administrativa ultrapassa a área de moradia na qual está instalada. Habitação e trabalho aparecem ligados novamente, conforme abordagem anterior (FERREIRA, 2008).

Esse espaço de moradia e trabalho abriga uma comunidade popular e tradicional de dinâmica própria, com produção e manutenção de artefatos e embarcações, que como ponto de apoio e habitat é suporte para uma atividade produtiva secular na Baía de Guanabara, a pesca. Denunciado pela sua forma, esse lugar onde muitas casas possuem o seu próprio cais, com pequenos barcos amarrados numa paisagem exuberante manguezal adentro, no rio Jequiá, numa integração com a natureza que no mundo moderno só se vê em imagens congeladas de quadros pintados e pendurados em frias paredes. Conhecida pelo seu estilo de vida simples e pitoresco, com as particularidades culturais e experiências vivenciadas em grupo, a comunidade reflete sua condição humana e de sobrevivência.

A antiga foto abaixo (figura 18) reproduz essa condição de sobrevivência que relaciona trabalho, na figura dos ranchos e do espaço propício, apesar da precariedade, à manutenção das embarcações na localidade. Além disso, pela própria antiguidade da foto temos a dimensão da importância histórica da atividade para a localidade.



Figura 18: Embarcações na localidade. Foto cedida por Zé Luiz Ferreira. Ano desconhecido.

De acordo com o morador e pescador Ubirajara, o lugar onde hoje está localizada a comunidade pertencia, no século XIX à fazenda São Sebastião do Rio de Janeiro, informação confirmada por Ipanema (1991, p. 109):

Uma fazenda próspera foi a de Miguel Ribeiro do Amaral, Fazenda São Sebastião, na ponta do Matoso, cuja viúva, Maria Isabel Amaral, em 1871 vendeu-a ao governo, para ser instalado o Asilo dos Inválidos da Marinha, mas foi destinada à Companhia de Aprendizes de Marinheiros.

A área continua com essa força armada e hoje é a Estação Rádio da Marinha e a Base de Combustíveis Líquidos. Uma ponte foi construída ao tempo do ministro Protógenes Guimarães, em 1893, ligando o morro à terra firme, de que se separa pelo Saco do Jequiá.

Essa e outras informações sobre a história da Ilha do Governador estão disponíveis para consulta e edição pelos próprios moradores via *internet*, ação que tem por objetivo manter viva a história da ilha através da participação e mobilização das pessoas. É interessante notar que por mais que se esteja conversando com moradores humildes, há uma

consciência sobre a história do lugar, confirmada tanto pelas fontes digitais quanto, em parte, pelas impressas.

Mais tarde, a Marinha do Brasil sob o discurso de ter reconhecido a importância e o grande número de pescadores espalhados pelo litoral do país resolve lançar mão do seu conhecimento para ajudar a proteger o território e então o Cruzador Auxiliar José Bonifácio, comandado pelo Sr. Frederico Otávio de Lemos Villar inicia o processo de criação de Colônias de Pesca ao longo de nossas praias. Em 17 de novembro de 1920 é instalada, na bacia do Jequiá, na Ilha do Governador a primeira Colônia de Pesca do Brasil⁵⁰, por isso chamada Z-1, a Colônia Cooperativa de Pescadores Almirante Gomes Pereira, hoje Z-10. Essa atitude acaba por incentivar, no início da década de 20 a fixação de moradias permanentes no local.

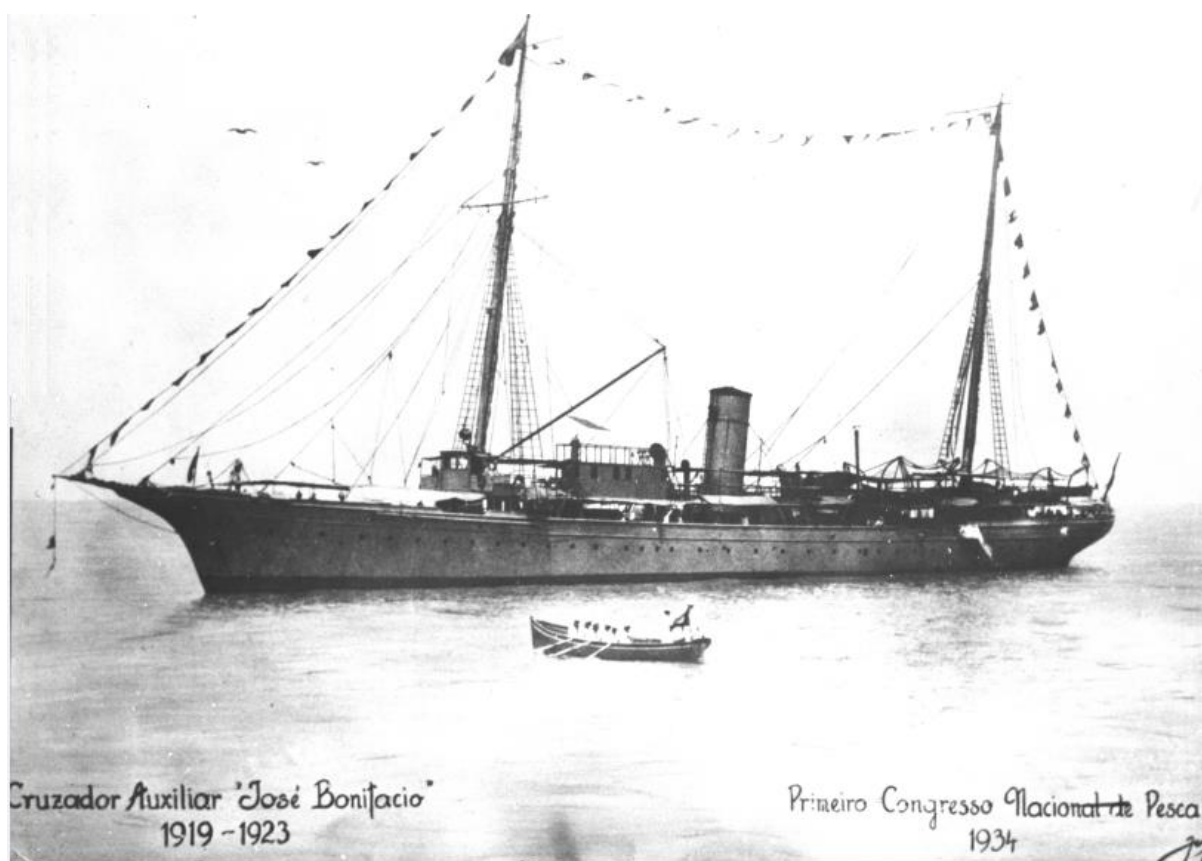


Figura 19: Cruzador Auxiliar José Bonifácio. Fonte: Serviço de documentação da Marinha.

⁵⁰ Título bastante disputado, devido ao fato de as Colônias terem sido fundadas de Norte a Sul do Brasil.

No mesmo ano, 1920, é criada a Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, à qual estão subordinadas as Federações de Pescadores dos Estados e a esta última estão subordinadas as Colônias de Pescadores (nível municipal).

A Colônia é uma instituição criada para ser um braço do Estado, mas sem fins lucrativos, responsável pela organização local da pesca artesanal, que gira em torno do regime de economia familiar. A Colônia e Federação até bem pouco tempo viviam apenas da contribuição do pescador.

O fundador e primeiro presidente da Colônia de Pescadores Z-1 (hoje Z-10) foi o Sr. Alexandre Rosa. A principal rua da localidade leva o seu nome. Sua esposa, Cecília dos Anjos foi quem fundou a capela de São Pedro, o padroeiro dos pescadores, localizada dentro da comunidade. Abaixo a fotografia da fachada da igreja, construída posteriormente (figura 20), e em seguida outra do mesmo período de seu interior (figura 21).



Figura 20: Fachada da Capela de São Pedro, localizada na Colônia de Pescadores. Foto Cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Ano desconhecido.



Figura 21: Interior da capela de São Pedro, localizada na Colônia de Pescadores. Foto Cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Ano desconhecido.

Criada pela Marinha, em área da União, a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira tem em sua história dois momentos muito bem marcados, o primeiro vai da sua criação, em 1920 até a década de 90, período em que era controlada pela própria Marinha, que mantinha um oficial no controle da Prefeitura Militar, existente na área e o segundo a partir desta década, quando sob a justificativa de que gerir a área consumia grande parte do tempo da corporação, a Prefeitura do Rio de Janeiro a assume. Muitas mudanças ocorrem a partir de então, pois longe do controle militar fica mais fácil a negociação, a compra e a venda de imóveis e lajes, bem como as construções e o acesso de veículos, que deixam de ser controlados pela Prefeitura militar, comando da Marinha e guarda dos portões. Desta maneira a especulação imobiliária e o crescimento descontrolado conseguem então avançar sobre a localidade. Essa década de 90 é marcada por mudanças que alteram o ritmo e a vida das pessoas que vivem no local.

Apesar das promessas da Prefeitura as mudanças não passaram pela propriedade dos terrenos, que continuam sem documento legal dos imóveis, uma situação de insegurança

quanto a propriedade que faz com que os moradores, especialmente os mais antigos, de origem na pesca, lancem mão da doação da área a pescadores, feita pela em 1920 para justificar sua permanência no local, o que acaba por fortalecer a identidade pesqueira na área, ainda que muitas dessas famílias já não vivam mais exclusivamente da pesca.

Mas para o IBGE tanto a origem dos terrenos, doados a título precário, para “legitimar” uma atividade e núcleo de moradia já existente no local, quanto os traços de crescimento descontrolado configuram um aglomerado subnormal, classificação que a área assume no Censo de 2010, mas que, no que se refere à expansão e crescimento desordenado, tem se intensificado a partir das modificações da década de 90, quando deixou de existir o controle da Marinha sobre a localidade.

De acordo com o último Prefeito Militar da localidade, José Ribamar Cardoso, funcionário civil da Estação Rádio, onde foi entrevistado, na década de 80 havia na área 90 domicílios e 1280 moradores, número que subiu espantosamente depois que deixou de existir o controle militar sobre o crescimento populacional e a expansão das edificações:

“[...]

Ribamar: A Colônia, até meado dos anos 80 ela continha uma população de habitantes, 1280 habitantes e cerca de 90 residências. Até então a Colônia era vista própria mesmo para área de pesca. Não tinha essa população contingente como tem hoje. A maioria dos pescadores antigos foram falecendo...a própria Marinha mantinha residências dentro da Colônia, que foram doadas para alguns militares após ir para a reserva. Entendeu?

Autora: Entendi. Dizem que essas residências foram compradas de pescadores que já moravam lá, aí eles foram adquirindo...

Ribamar: Não, alguns militares que já moravam lá o Comandante, ele deu essas moradias. Entendeu?

Autora: Entendi

Ribamar:...então ainda tem militar, alguns faleceram, o caso do seu Canacioco, o Valdeir, que era o barbeiro, tinha o Porto que era o naval. Porque a gente tinha o naval e tinha o marinheiro. Tinha a Marinha de Guerra e o naval né. E nós tínhamos... a Marinha era responsável de um controle, nós tínhamos um controle sobre a Colônia de Pescadores.

Autora: Mas como que era feito esse controle?

Ribamar: O controle era assim: a Marinha fez um cadastro para saber o contingente, a população que existia, cada morador era cadastrado como tem aquele formulário que eu te mostrei, naquele formulário que preenchia o nome para saber quantos residiam naquela casa, entendeu? Quantos quartos...Tinha um mapa, a planta baixa de cada residência. Então por exemplo se um morador quisesse fazer alguma melhoria a gente iria tomar conhecimento para que essa residência não se expandisse a tal ponto de interromper nas comunicações, porque tem um decreto de 19 de fevereiro de 91 em que ele diz que cada edificação tem que estar na faixa de 1000 metros de distância das áreas de comunicação. Então todas as construções lá fora [na Colônia], se ela tivesse um gabarito acima de dois pavimentos a Marinha...eu ia lá fora, fazia a chamada vistoria para não deixar, para ver se esse prédio ia interferir, se ele estava dentro desse parâmetro de..., eu tenho esse decreto aqui, depois eu pego pra você, esse parâmetro de

1000 metros. Depois desse controle eu não sei por que cargas d'água, não sei se é porque nós atingimos..., e também acabou o código morse.

[...]"

Sr. José Ribamar Cardoso, 53 anos.

Entrevista realizada em 15/10/2012.

De acordo com dados oficiais do IBGE, em 1991⁵¹ havia na Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira 411 domicílios e 1661 habitantes e em 2010 esse número aumenta substancialmente para 787 domicílios e 2345 habitantes. Portanto há um aumento de 91% com relação à quantidade de domicílios e de 41% no que tange à quantidade de moradores.

Considerando os números informados pelo entrevistado em meados da década de 80 e os dados demográficos do IBGE de 1991 e 2010, observamos um aumento considerável na quantidade de domicílios e de habitantes na área a partir da década de 90, coincidindo com a década em que gradativamente cessou o controle militar sobre a localidade.

Apesar de a Colônia não seguir mais as diretrizes militares, seus moradores vivem uma relação de respeito, simpatia e amizade com a Marinha, principalmente no que se refere às áreas de proibição de pesca nas proximidades das bases militares⁵² (especialmente a ERM RJ). Também é frequente a participação em atividades e eventos na Estação Rádio.

Mas os pescadores mais antigos também lembram o avanço da Marinha para controlar a entrada da Colônia, mudando de lugar o seu portão.

“[...]

Jorge: **...Esse portão não era aqui, ele era lá dentro**, essa área da Colônia ela vinha da ponta dos Pinheiros lá, essa área toda, toda aqui. **Eles tiraram o portão de lá de dentro e colocaram aqui para ter mais controle, era uma área militar aí eles colocaram aqui para ter mais controle.**

[...]

Autora: **O senhor esta dizendo que o portão da Marinha era mais lá atrás, você se lembra mais ou menos a época que ele passou para cá?**

Jorge: **Não me lembro. Tem bastante tempo. Tem mais de 30 anos, uns 30, 40 anos.**

[...]"

Sr. Jorge Henrique Coutinho, 69 anos

⁵¹ Tabela 700 - Domicílios e população residente em favelas, segundo o Cadastro de Favelas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, por Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas – 1999.

⁵² É muito comum os pescadores de outras áreas terem seus barcos e material apreendidos por avançarem sobre áreas militares para pescar. Essas áreas compõem as áreas de exclusão e são proibidas à pesca.

A Sr.^a Yolanda nos fala no trecho abaixo a respeito da desocupação de casas e dessa mudança de portão, em seguida nas figuras 22 e 23 temos a construção do novo portão, no lugar onde se encontra atualmente:

“[...]

Yolanda: Ali tinha vacaria

Autora: Vacaria? Dentro da Marinha?

Yolanda: Fora né, **depois que eles passaram, o portão era lá, o portão da Marinha, depois passaram pra ali.**

Autora: **O portão veio mais pra frente ou mais pra trás?**

Aristides: o portão era lá onde que a senhora quer dizer? Lá na praia da Bica?

Yolanda: **Era lá pra dentro.**

Antônio Jorge: **Era, era lá**

Aristides: **Era mais pra frente né? Mais pra dentro né, tipo assim, era aqui, eles vieram pra cá. Começaram a invadir o terreno né, no caso né, pra cá.**

Yolanda: tinha muita casa, aí botaram todo mundo pra fora. Ali mesmo era um terreno que tinha só Marinheiro, tinha só de farda ali. Desocuparam tudo, ficou vazio como ainda está, acho que está né.

[...]”

Sr.^a Yolanda Costa Amaro, 83 anos;

Entrevista realizada em 03/10/2012.

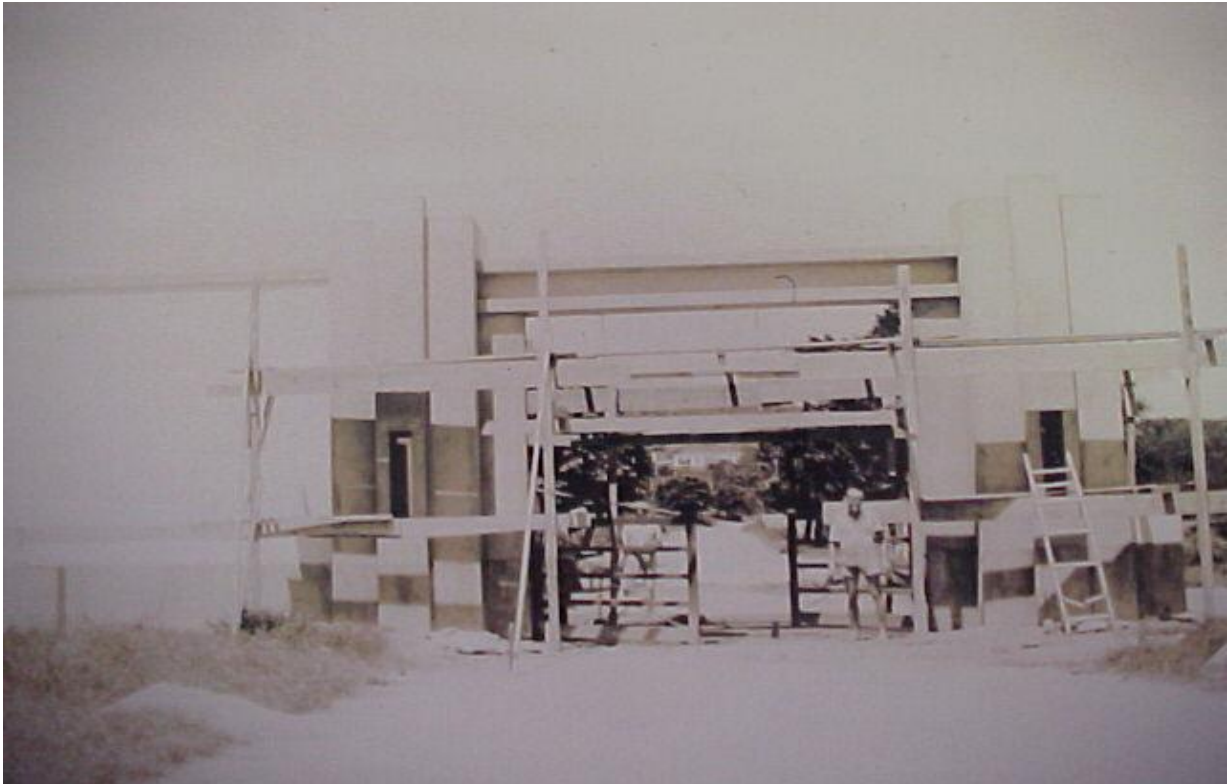


Figura 22: Construção do atual portão da Marinha. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Data desconhecida.

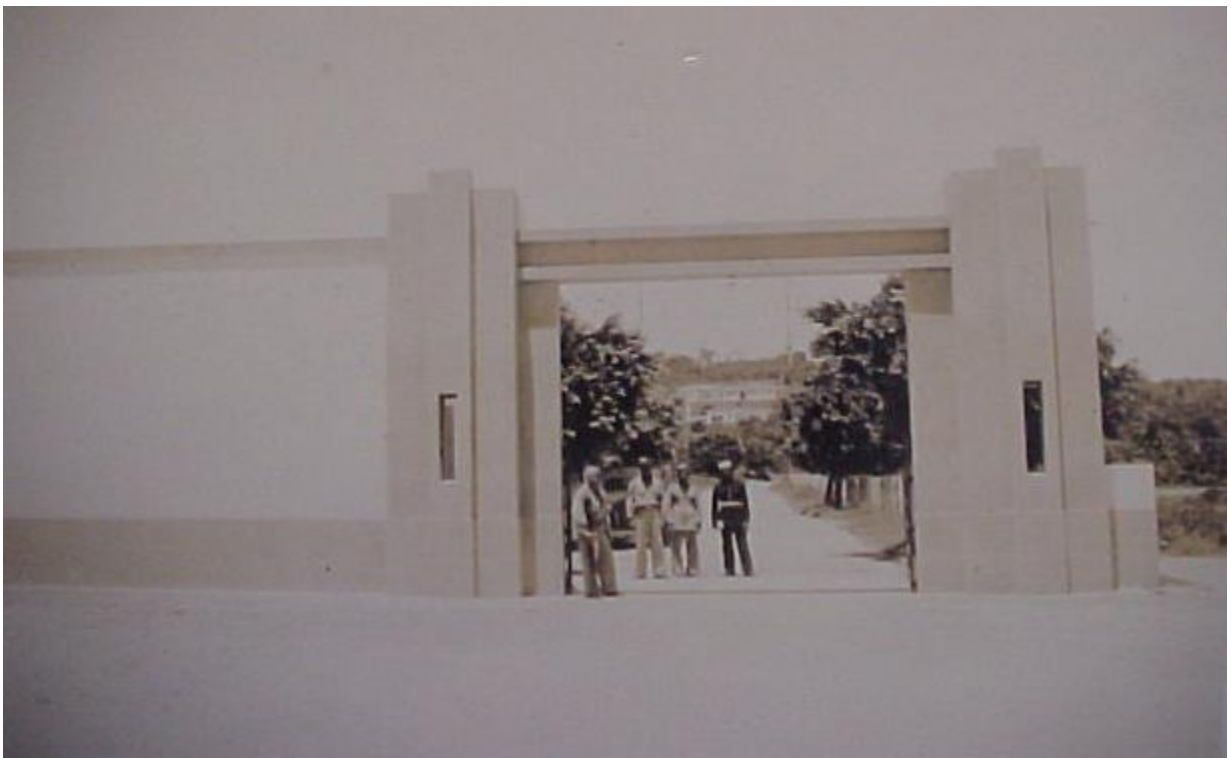


Figura 23: Portão da Marinha. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Data desconhecida

A moradora também nos fala que antes a Colônia vivia numa integração com a Marinha, a ponto de não existir nenhum tipo de separação entre elas, sendo um único terreno,

aberto, contínuo:

“[...]

Yolanda: ...eu até hoje eu não entendo é que alí na Marinha, **antes do portão mudar** né, o **portão era pra lá...** é que alí tinha uma avenida, até tinha a vacaria e tinha uma avenida, avenida Julieta, ali então, tinha o nome, mas só tinha da Marinha, era naval, era..., só da Marinha. E tiraram,

Autora: Entendi.

Yolanda: ...a Marinha tirou aqueles todos. A vacaria também tinha, tinha muita vaca ali, a gente comprava leite ali, coisa muito boa, tudo fresquinho. Ela mora até lá para o lado do Tauá. Acho que ela nem existe mais.

Autora: **A Colônia então era bem aberta?**

Yolanda: Era aberto, tudo aberto, a vacaria tinha, o campo do Jequiá era aqui, tinha uma avenida também ali dentro, uma fila de casas né e tinha para a pessoa, tinha jogo de futebol, tinha uma quadra, aí tinha jogo. Ali de cima tinha uma bancada né, o pessoal ficava ali.

Aristides: Arquibancada que eu acho que ela quer dizer né.

Yolanda: Acabou tudo, foi tudo para lá.

Autora: É

Yolanda: Tem. **Ali tudo aberto, depois que tiraram o portão..., tinha casa ali, encostada ali, desocuparam tudo, mandaram o pessoal sair. Aí ficou o portão daqui mudou para lá, de lá, tirou o portão e botou aqui né.**

Autora: Entendi

Yolanda: **Botou ali na frente.**

[...]”

Sr.^a Yolanda Costa Amaro, 83 anos;

Entrevista realizada em 03/10/2012.

Conforme colocou a entrevistada, antes não havia separação entre a comunidade e a Marinha, depois foi colocada uma cerca e finalmente um muro para delimitar a área efetivamente militar e a residencial, apesar de ambas pertencerem à Marinha. A cerca pode ser vista nas figuras 24 e 25 abaixo:



Figura 24: Família Dalila na Rua Américo Goulart. Ao fundo cerca separando a Colônia e a Estação Rádio. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Data desconhecida.



Figura 25: Moradores da Colônia. Ao fundo cerca que separava a área residencial da Estação Rádio. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Data desconhecida.

Hoje a Colônia cultiva relações muito estreitas com a ERMJR, sua vizinha. Nas palavras do presidente da Colônia de Pescadores Z-10: “Somos parceiros.”⁵³ Essa parceria de hoje vem de longe, conforme nos demonstrou no trecho acima a Sr.^a Yolanda.

O presidente da Colônia citou ainda, com orgulho, que não apenas a Colônia participa das comemorações, eventos e atividades da Marinha, mas também há recíproca da Marinha, pois “geralmente a banda oficial toca em homenagem à Colônia em seu aniversário, participando das comemorações.”

Mas nem sempre foi assim, alguns moradores relatam que durante o controle da Marinha viviam sob a ameaça de serem “expulsos” da área por determinação dos Comandantes da ERMJR da época. Inclusive parte inferior da antiga ponte de entrada da Colônia já foi parcialmente vedada para dificultar a entrada e saída de pescadores pelo rio Jequiá, a ligação da Colônia com o mar, quando a maré estivesse cheia. Assim só era possível entrar ou sair da localidade pelo mar empurrando o barco na lama, quando a maré estivesse vazia. Esse fato nos mostra que nem sempre a relação entre Marinha e Colônia foi de reciprocidade e companheirismo, e sim de muitos atritos e conflitos, que nos coloca diante de uma vida sofrida e de muita luta para manter a moradia.

A figura 26 abaixo, uma foto antiga, ainda da época de controle militar, indica a precariedade e o caráter provisório da moradia na comunidade, expresso na construção de madeira, mas também as condições financeiras e a luta pela sobrevivência da população local. No Termo 90 o Ministério da Marinha coloca as condições para que os moradores continuem a ocupar a área, mas reitera que a ocupação era a título precário e até que o terreno fosse requisitado, conforme pode ser visto no anexo III. Essa incerteza também aparece na Ordem Interna nº 24, como pode ser comprovado no anexo V.

⁵³ Foi uma conversa informal que tivemos em dezembro de 2011, por isso não pensamos e gravá-la. Estamos usando anotações que fizemos durante e logo após o término da conversa.



Figura 26: Crianças da família Santinho e sua moradia. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Ano desconhecido.

As ameaças estão expressas não só na foto, nos documentos mencionados, mas também nas memórias dos moradores. Sr.^a Yolanda relata que ficava nervosa e com medo, sem saber para onde ir:

“[...]”

Autora: ...Vocês falaram também que há um tempo atrás vocês viviam assim, sob ameaça né, de vez em quando viviam sob algum tipo de ameaça: Ah, agora vão tirar as pessoas né. Foi até você que falou... A senhora também comentou que de vez em quando ficava com medo...

Yolanda: A gente ficava nervosa porque para onde que a gente ia? Mas depois nunca mais comentaram nada.

Autora: Mas a senhora acha que isso acontecia porque às vezes mudava algum Comandante, mudava alguém lá dentro, aí acontecia isso?

Yolanda: É, cada um tinha um pensamento, uns com aquele pensamento ruim né e o outros já entendiam.

“[...]”

Sr.^a Yolanda Costa Amaro, 83 anos;

Entrevista realizada em 03/10/2012.

O depoimento acima coloca o sofrimento dos moradores com relação às ameaças de remoção na época do controle militar e também que alguns Comandantes eram mais compreensivos com a comunidade.

Contraditoriamente as ações que denotavam alguma ameaça foram tomadas pela mesma Marinha que cedeu a área aos pescadores em 1920 e que abriu mão de sua administração em favor da Prefeitura na década de 90, a mesma que os moradores chamam de “parceira”.

No geral esses pescadores convivem com a afetuosidade e tranquilidade de uma área que apesar de recentemente ter sido considerada como aglomerado subnormal (Censo do IBGE de 2010) não conta com violência e insegurança, problemas tão comuns nas áreas assim classificadas. Acreditamos que vários fatores contribuem para que a violência não tenha chegado à área: a proximidade da Marinha – sempre presente, inclusive com uma câmera voltada para a Colônia –, do 17º Batalhão da Polícia Militar, localizado nas proximidades e de uma organização que conta com Colônia de Pescadores e Associação de Moradores, incluindo ainda, de acordo com Ricardo Tavares, presidente da Associação de Moradores local, segurança particular. A forte identidade da área, como Colônia de Pescadores também influencia nesse processo.

A figura de número 27 mostra o batalhão da polícia militar, que fica bem próximo à Colônia. Segundo informações dos moradores no início e no final do dia uma patrulha passa pela comunidade.



Figura 27: 17º Batalhão da Polícia Militar. Fonte: Jamylle Ferreira; 19/01/2013.

A próxima figura ilustra a proximidade da Colônia com o 17º batalhão da polícia Militar e com a Estação Rádio da Marinha.

Observe que a entrada da Colônia quase que se confunde com uma das duas entradas da Estação Rádio da Marinha, a entrada 1.

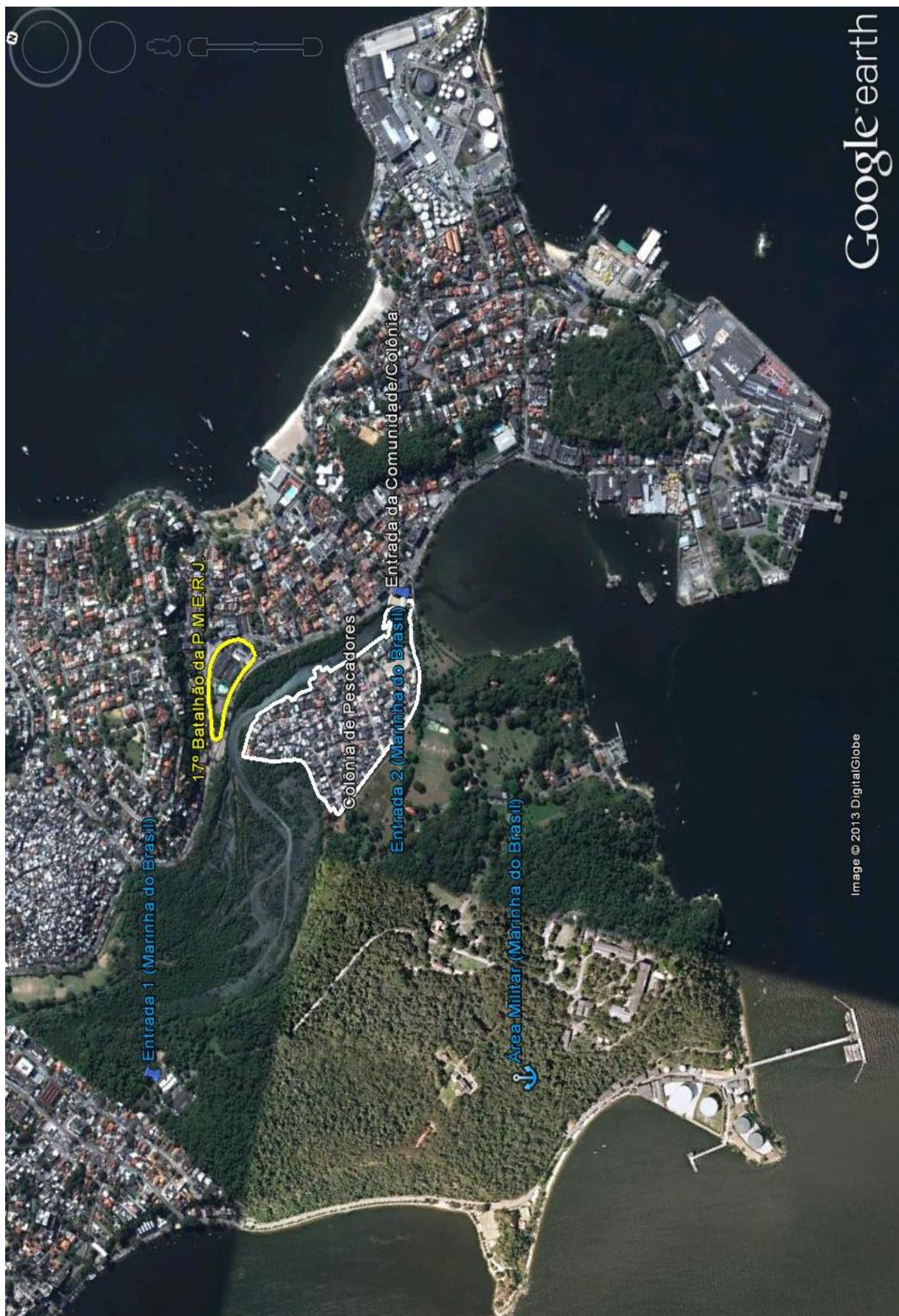


Figura 28: Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira e seu entorno. Fonte: Google Earth, 2013; elaborado por Felipe de Andrade Rainha e Rodrigo Correa Euzébio (2013).

Por outro lado, o estabelecimento dessa área passa por conflitos territoriais, tanto em seu primeiro momento, quando sob o controle da Marinha quanto no segundo, quando sob o controle da Prefeitura do Rio de Janeiro, numa relação que envolve concessões, alianças e uma disputa de poder, de territórios e de recursos.

“[...]

José Luiz: **...O que está faltando é controle, nós estamos sem controle, né?** E eu vou levar um tiro nas costas ainda. (Risos)

[...]”

Sr. José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

O trecho do depoimento acima não só indica a posição de José Luiz a respeito do controle antes exercido pela Estação Rádio, entendido por ele como uma forma de resguardar a área, como também coloca um clima de tensão marcada pelas palavras utilizadas pelo entrevistado. No próximo subcapítulo aprofundaremos um pouco mais a nossa análise sobre essa relação entre a localidade e o braço do Estado, representado pela Estação Rádio da Marinha do Brasil.

3.3- A Estação Rádio da Marinha do Brasil (ERMJR) e sua histórica relação com a Colônia de Pescadores Artesanais Z-10. Proteção, controle ou parceria?

A história da ERMJR, em nossa perspectiva, associada à da Colônia de Pescadores se divide em dois momentos bastante interessantes, o primeiro vai da Implantação da ERMJR (1916) e legitimação do núcleo de moradia e pesca existente em sua área, com a organização de uma Colônia de Pesca (1920), assim como foi feito de norte a sul do Brasil pela Missão do Cruzador José Bonifácio (1919-1923) e o segundo inicia-se na década de 90, quando a Marinha resolve abrir mão da área, alegando gasto de grande parte do tempo da corporação com problemas comunitários, em favor da Prefeitura. Desta forma deixa de existir o controle militar de outrora, mudando-se as diretrizes anteriores aplicadas à área.

Nosso trabalho, apesar de focado no segundo momento não poderia ignorar o primeiro, que ainda encontra-se muito vivo na memória coletiva e faz parte de um passado que os moradores insistem em lembrar por uma questão de identidade e de segurança.

3.3.1- O primeiro momento: uma relação de dominação, proteção e controle entre a Estação Rádio e a Colônia que se estende até a década de 90.

Esse primeiro momento é lembrado pelos pescadores como muito marcado pelo controle de disciplina impostas dentro da localidade pelos militares. Também o associamos ao fundamental controle de mão de obra posterior à abolição da escravidão de 1888. Não por acaso em todo o país, há uma incorporação das comunidades de pescadores no período entre 1919 e 1923 através da Missão do Cruzador José Bonifácio, quando ainda não se sabia muito bem o que fazer com as pessoas livres. A Marinha atua no sentido de reduzir e regulamentar essa “liberdade”. Por outro lado o período é posterior à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e buscava-se inserir nos numerosos pescadores da nossa imensa costa⁵⁴ o sentimento de defesa nacional. Além de possibilitar conhecer sua gente, ou melhor, sua população, essa Missão foi também uma oportunidade de se catalogar seus recursos, identificar as possibilidades de exploração, bem como nacionalizar, institucionalizar e organizar a pesca, criando Colônias de Pesca artesanal por toda a costa, de norte a sul, em áreas onde já estavam estabelecidas comunidades pesqueiras.

Nas próximas linhas nossa abordagem tende a se dar de forma mais específica e localizada a partir da Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira para entendermos a relação existente entre a Estação Rádio da Marinha e a localidade em questão.

Em 1871 o terreno da fazenda São Sebastião foi vendido ao governo para que fosse instalado o Asilo dos Inválidos da Marinha, mas acabou sendo destinado também à Companhia de Aprendizes Marinheiros, local que mais tarde foi palco da Revolta da Armada (1893)⁵⁵, onde se estabeleceu legalmente em 1920 a Colônia Cooperativa de Pescadores

⁵⁴ O Brasil possui mais de 8,5 mil quilômetros de linha costeira, contabilizando os recortes litorâneos, tais como as baías e reentrâncias.

⁵⁵ A Ilha do Governador foi cenário da conhecida Revolta da Armada em seis de setembro de 1893, quando um grupo de altos oficiais da Marinha, chefiados pelos almirantes Custódio José de Melo e Luiz Felipe da Saldanha da Gama, exige a imediata convocação dos eleitores para a escolha dos governantes no contexto da renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República e seu primeiro presidente em favor do vice, o Marechal Floriano Peixoto, em razão de dificuldades de governo. No movimento encontram-se jovens oficiais e muitos monarquistas. A adesão destes reflete tanto o descontentamento da Armada com o pequeno prestígio da Marinha em comparação ao Exército quanto a adesão da Marinha às causas mais populares, conforme nos coloca Resende (2011).

De acordo com Ipanema (1991, p.112). Entre os anos de 1893 e 1894 os revoltosos instalaram-se na antiga Fazenda São

Almirante Gomes Pereira e também onde passou a funcionar a Estação Rádio da Marinha (ERMJR). Não há data precisa da sua criação, mas consta no Serviço de Documentação da Marinha a nomeação de encarregado em 1916, conforme a portaria de 07/01/1916 – página 38 do Boletim 07 do mesmo ano. De acordo com o historiador José Antônio Araújo Alves, funcionário do setor, essa nomeação costuma ocorrer antes da implantação de uma base militar, para que as obras e o processo de implantação sejam acompanhados. Mas Mata (2008, p.16) coloca que a Estação iniciou seu funcionamento em 1915, portanto antes dessa documentação encontrada por nós nos arquivos do 1º distrito da Marinha, segundo ela:

Em 1915 foi montada a Estação Rádio Telegráfica da Ilha do Governador (SHO), inicialmente no prédio hoje conhecido como “Usina”. No início de seu funcionamento, operava além de transmissão de boletim noticioso, três vezes ao dia em 1800 metros, a transmissão de sinais horários manipulados diretamente do observatório nacional, situado no bairro de São Cristóvão, através de uma linha cedida pelo departamento do telégrafo (Ministério da Aviação), e o serviço com a Esquadra no Mar. Em 1926 a SHO foi remodelada, passando a operar com o prefixo PXA. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Estação, que operava totalmente na área da Ilha do Governador, sofreu grandes transformações, foram construídos novos edifícios de transmissão e recepção, e instalação de novos equipamentos, que atenderam as necessidades do conflito mundial, firmando-se a Estação como o mais moderno serviço de telecomunicações da América do Sul. Em 1946 passou a Estação a subordinação da então Divisão de Comunicações.

Outra documentação importante, que também tivemos acesso pelo Serviço de Documentação da Marinha é o aviso 2.246 de 26/03/1931 da ordem do dia 27 do mesmo ano página 1011, que trata da lotação da Estação Radiotelegráfica. Assim, acreditamos que foi somente a partir da década de 30 que passou a funcionar no local a Estação Rádio da Marinha e a Base de Combustíveis. (Ver planta de situação da área militar encontrada no anexo VII). Considerando o primeiro marco como data de criação da ERMJR, temos que a Marinha seria anterior ao estabelecimento legal da Colônia na área, que ocorreu em 1920, mas as Colônias no Brasil foram historicamente implantadas em áreas onde já existiam comunidades de pescadores, informação que destacamos na cartilha produzida pela Colônia Z-20 que fica em Santarém, Baixo Amazonas/Pará, no trecho em que aborda a criação das Colônias de Pesca no país (p.9, 2004):

Sebastião, tendo como retaguarda a Escola de Aprendizes Marinheiros, os paióis de munição na Ponta do Matoso e o Asilo dos Inválidos da Marinha, junto à Escola. Assim, temos uma disputa de poder e conflito onde a Ilha do Governador, que já vivenciara disputas entre os indígenas, portugueses e franceses, fora bombardeada por servir de base para os revoltosos.

A Marinha do Brasil, preocupada com a segurança do litoral e dos grandes rios brasileiros, no período das guerras mundiais, resolveu ordenar a vigilância do litoral e dos grandes rios brasileiros. Quem conhece bem o litoral e os rios são os pescadores. Então, o Comandante Frederico Villar, depois de uma viagem de estudos aos Estados Unidos e Europa, sai do Rio de Janeiro no Cruzador José Bonifácio, criando as Colônias de Pesca. Isso aconteceu em 1919. Villar veio dividindo o litoral e os rios em “Zonas de Pesca”, combinando distância e número de pescadores. **Então, onde havia em torno de 200 pescadores criava uma Colônia de Pesca.** Por isso, as Colônias têm o “Z” – Colônia Z-1, Z-2 e assim por diante e, em cada estado começa de novo com Z-1. (grifo nosso).

Assim, na localidade em questão, a efetiva lotação da Estação Rádio só teria se dado na década de 30, portanto posterior à criação da Colônia em questão.

Abaixo a figura 29, muito deteriorada pelo tempo, nos remete ao entorno da Estação Rádio e da comunidade de pescadores em questão na década de 30.



Figura 29: Estrada do Jequiá na década de 30. Foto pertencente ao acervo de Zé Luiz Ferreira.

Voltamos ao ponto de partida: Quem nasceu primeiro? Esse é um ponto bastante controverso que pode depender do ponto de vista. Estamos considerando aqui a formação da comunidade anterior à instalação desta base militar, visto a inclinação para a atividade pesqueira permanece como herança dos indígenas e dos portugueses e também que a própria

institucionalização da pesca de 1920 deu-se em toda a costa brasileira aproveitando as já formadas comunidades pesqueiras e organizando-as em Colônias de Pesca.

A possibilidade de concessão de terrenos de marinha e públicos por aforamento, nas costas e nas ilhas, para fundação de estabelecimentos de pesca também é anterior à nomeação do encarregado para a implantação da Estação Rádio, de 1916. Possibilidade essa que já constava no artigo 69 item “a” do decreto nº 9.672, de 17 de julho de 1912.

Art. 69. Aos pescadores, individualmente, e às empresas, companhias e associações de pesca constituídas ou que se venham a constituir de acordo com a legislação vigente, e depois da inscrição feita no competente registro das estações, são assegurados os seguintes favores:

- a) Concessão de terrenos de marinha e terrenos públicos, por aforamento, nas costas e nas ilhas, para fundação de estabelecimentos de pesca.

Essa concessão, anterior à Missão do Cruzador José Bonifácio, era de extrema importância para o pescador no que se refere ao binômio habitação-trabalho. Embora efetivamente sua eficácia não tenha se comprovado na prática, devido aos diversos problemas locais e a própria dinâmica da economia, voltada ao abastecimento do mercado externo, ela cria um clima de e uma tendência na direção de melhorar a condição de vida e trabalho do pescador, *conforme coloca* Resende (2011, p. 73-74) em seu trabalho sobre o papel do Estado na estruturação da pesca no território brasileiro:

Dentre os direitos da atividade pesqueira deve-se ressaltar a concessão de terrenos para o estabelecimento da atividade pesqueira. Como já se comentou, era de extrema importância para o pescador o reconhecimento do território do continente, pois lhe garantia não somente a morada, mas um porto onde guardar a sua embarcação, com segurança e vender seu pescado.

Os artigos 125 e 129 do decreto 16.184, de 25 de outubro de 1923 colocam a possibilidade de concessão de terrenos para a fundação de Colônias de Pescadores,

mediante petição, feita pela Confederação Geral dos Pescadores, dos terrenos de marinha e públicos, nas ilhas ou nas costas de terra firme, depois de medidos e demarcados por empregados mandados pelo Governo, obedecendo às disposições dos decretos ns. 14.594 e 14.596, de 31 de dezembro de 1920.

Nesse contexto surge a Colônia Cooperativa de Pescadores Almirante Gomes Pereira pelo TERMO DE DOAÇÃO de 1920⁵⁶, numa estreita relação com a Marinha comprovada em fotos antigas que os moradores guardam dos militares, conforme a figura 30 abaixo:



Figura 30: Militares da Estação Rádio. Foto cedida por moradores para compor a exposição “Janelas do Tempo”, organizada na localidade por Zé Luiz.

Dando sequencia a documentação que regulava essa convivência, temos:

- ✓ OS AVISOS E CIRCULARES nº 36 de 9 de setembro de 1937⁵⁷ – convoca os ocupantes dos terrenos para a regularização dos próprios da Marinha;

⁵⁶ Ver anexo I

⁵⁷ Ver anexo II

- ✓ O TERMO 90, lavrado em 24 de novembro de 1938⁵⁸ – detalha os parâmetros da concessão de terrenos para ocupação a título precário;
- ✓ O REGIMENTO INTERNO DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-1 de 1969⁵⁹ – disciplina as atividades dos poderes que dirigem a Colônia, os direitos e deveres de seus associados;
- ✓ A ORDEM INTERNA n° 024 de 1972⁶⁰ – estabelece diretivas concernentes no controle da área ocupada pela Colônia de Pescadores Z-1

Nesses documentos estão expressos a disciplina e o controle do espaço, impostos pela Marinha e compartilhados pela comunidade que se constroem a partir de relações de dominação e de poder que até hoje estão dadas no cotidiano e que não são encaradas de forma arbitrária pelos pescadores, por muito tempo confinados num espaço sob sua proteção e controle.

De acordo com Villar (1945), foi a Missão de Saneamento e reconhecimento de comunidades pesqueiras do Cruzador Bonifácio realizada entre 1919 e 1923 que estruturou e “legalizou” inúmeras comunidades da costa brasileira numa época em que eminentes brasileiros, entre eles Osvaldo Cruz e Miguel Pereira, agitavam as questões de saneamento e que estava em pauta a formação da identidade nacional, do reconhecimento e da proteção da nossa costa. Desta maneira os pequenos e inúmeros pescadores apareciam como uma solução para protegê-la.

Por outro lado, a Marinha incorpora as comunidades de pescadores num momento posterior à abolição, onde ainda não se sabia muito bem o que fazer com as pessoas livres e era preciso estabelecer controles e disciplinas, pois esse é um momento fundamental da mão de obra.

É importante lembrar que essa Missão da Marinha constituiu-se numa exploração da costa brasileira com objetivo de angariar pescadores para participar da terceira Marinha, que visava seu fortalecimento. Para isso era necessário conquistar a confiança dessa simples gente do mar, o que foi feito nesta missão a partir do conserto das pequenas embarcações, da instalação de Colônias, de escolas e de postos de saneamento nas áreas pesqueiras tendo como consequência a organização da pesca que há tanto era cogitada.

⁵⁸ Ver anexo III

⁵⁹ Ver anexo IV

⁶⁰ Ver anexo V

[...] E são também pescadores, desde que lhes dermos saúde e ensino, principalmente ensino profissional, que farão a segurança do Brasil no litoral, formando as reservas da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante. (VILLAR, 1945, p. 48)

Abaixo na figura 31 temos o antigo prédio que, de acordo com a versão local, teria abrigado a primeira escola de pescadores e seus filhos do Brasil.



Figura 31: Prédio onde funcionou, segundo a versão local, a primeira Escola para Pescadores e seus filhos do Brasil. Fonte: Janylle Ferreira; 19/01/2013.

Nesse contexto, data de 17 de novembro de 1920 a “doação” da área que constitui a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira (à época Z-1, hoje Z-10) a pessoas que já habitavam e praticavam a pesca no local, de acordo com o TERMO DE DOAÇÃO, em resposta ao ofício 972-1 seção de 6 de outubro de 1920. Essa ação visava a organização da pesca, necessidade citada em 1919 em Relatório Ministerial Anual ao qual tivemos acesso no Serviço de Documentação da Marinha:

A Inspeção de Portos e Costas é o departamento naval que superintende os serviços das Capitânicas de Portos, repartições por meio das quais o Ministério da Marinha deve exercer fiscalização sobre todo o litoral, marinha mercante, pesca e pessoal marítimo.

Seu serviço tende naturalmente a desenvolver-se quando essa fiscalização tornar-se mais ativa, como convém.

Atualmente por falta de material, ella é exercida apenas nos portos em que estão as sedes das Capitânicas, pois raras são as inspeções que os auxiliares, por falta de condução, podem fazer.

A organização da Pesca, de que ora se cogita, exige que a política do litoral se torne efectiva, para que sejam cumpridas as determinações da autoridade competente. (Relatório Ministerial; Serviço de Documentação da Marinha; 1919; p. 171)

Já na documentação que tivemos acesso na própria Colônia Z-10 via José Luiz de Castro Ferreira foi possível relacionar o respeito e identificação que os moradores antigos e novos possuem em seu imaginário com relação à Marinha e a forma com que percebem a área com as históricas diretrizes militares da dominação e do controle de outros tempos⁶¹, impostas nesta que não deixou de pertencer à Estação Rádio da Marinha do Rio de Janeiro (ERMJRJ) quando da sua fundação em 1920, passando aos pescadores a Título Precário para uso, sendo admitido habitar e trabalhar sob algumas condições que são detalhadas mais tarde (1937), podendo a qualquer momento ser removidos sem nada poder reclamar.



Figura 32: Vestígios de um antigo controle: câmera do muro da Marinha para dentro da Colônia de Pescadores. Fonte: Jamylle Ferreira; 20/10/2011.

⁶¹ Os resquícios do controle de outros tempos permanece como uma *rugosidade* no espaço, como pode ser verificado pela fotografia 12, que mostra a câmera do muro da Marinha focada para dentro da Colônia de Pescadores.

Desta maneira temos a ORDEM INTERNA DA ESTAÇÃO RÁDIO N° 024 de 1972, que trás um histórico de ocupação e reafirma o TERMO 90, lavrado em 24 de novembro de 1938. Esse TERMO estabelece as condições para permanência da Colônia Z-1 (atual Z-10) na área da Estação Rádio, delimitando-a e instituindo a ocupação a título precário até que fosse requisitado o terreno. Neste caso nenhuma indenização poderia ser reclamada por qualquer ocupante por benfeitorias, também não haveria a possibilidade de reclamar usucapião pelo tempo de ocupação da área, e muito menos de comercialização dos terrenos, podendo a qualquer momento ser caçada a concessão a pedido do Ministro da Marinha caso o ocupante não mantivesse boa conduta. O TERMO DE DOAÇÃO é anterior ao TERMO 90, de 1920 e não especifica condições de uso do terreno, sem maiores detalhamentos delimita a área:

[...] atendendo à solicitação do “Cruzador José Bonifácio” do serviço de pesca e saneamento do litoral, concede-se a título precário, à Colônia Cooperativa de Pescadores “Almirante Gomes Pereira” para sua instalação em terreno necessário compreendido da Ponta do Mirante para dentro da Baía do Jequiá, na Ilha do Governador.

Na ORDEM INTERNA DA ESTAÇÃO RÁDIO N° 024 de 1972 a letra c do item 2, denominado Histórico, detalha o TERMO 90, bem como no item 1- Controle da Área, que aborda que o controle de toda a área ocupada pela Z-1 é de competência da Estação Rádio da Marinha e devido a esse controle foi necessário criar a Prefeitura Militar da Colônia Z-1, chefiada por um militar subalterno efetivo da ERMJR. (Ver anexo III e V). Constam ainda neste documento as medidas de controle, dentre elas a proibição de comercialização dos imóveis, sendo admitida apenas sua transferência para outro morador da localidade; o recenseamento a partir de 1971, mecanismo utilizado para obter o cadastro dos moradores e controlar as famílias que habitavam cada terreno, não sendo admitido novos moradores, ainda que parentes dos atuais moradores e pescadores; a proibição de construção de novos imóveis, exceto os de alvenaria em substituição àqueles já existentes em madeira e ocupando exatamente suas dimensões; qualquer obra ou construção, bem como entrada de material só poderia ocorrer se devidamente solicitada por requerimento do interessado ao Comandante da ERMJR encaminhado através da Prefeitura Militar da Colônia de Pescadores Z-1 (atual Z-10). Mata (2008, p.40) relata que

Toda obra, reparo ou melhoramentos nos imóveis residenciais eram autorizados pelo Comandante, após vistoria levada a efeito pela Prefeitura Militar da Colônia. Toda obra autorizada nos imóveis da Colônia tinham um prazo de execução que poderia ser prorrogado apenas uma vez desde que o interessado apresentasse comprovante da necessidade de tal prorrogação.

A figura 33 a seguir mostra uma casa de alvenaria. Moradores confirmam em seus relatos que nesse primeiro momento era autorizada a substituição dos barracos de madeira por casas de alvenaria de mesmo tamanho.



Figura 33: Construção de alvenaria na Colônia. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Data desconhecida.

Até aqui estamos em contato com um controle que visava limitar o crescimento da população local, mas esse controle não se restringia apenas a isso, havia também o controle da circulação que restringia a entrada a veículos particulares dos moradores devidamente cadastrados portando seu cartão de trânsito obtido via Prefeitura Militar; proibição de entrada

de veículos de praça transportando passageiros; permissão de entrada para veículos pesados de transporte (caminhões) desde que controlados pela guarda do Portão do Jequiá. Outro tipo de controle era aquele que regulava o comércio e as atividades noturnas, proibindo casas de diversão que explorassem venda de bebidas alcóolicas, jogos e prostituição, abrangendo bares, hotéis. Também não era admitida a exploração do comércio por não residentes e aqueles existentes, de propriedade dos moradores deveriam estar em situação legal. Havia ainda o controle quanto às atividades políticas, pois não era permitido o estabelecimento de entidades com essa finalidade.

Desta forma os numerosos e invisíveis pescadores foram submetidos à Marinha, passando a fazer parte dela, visto que por concessão, ali moravam.

Nosso acesso a essa documentação foi possibilitada por José Luiz de Castro Ferreira, o conhecido Zé Luiz do Jequiá, um filho de pescador, estudioso, morador da área que mantém a ONG Associação de Amigos do Jequiá.

A documentação aponta para esse controle e disciplina, pois segundo José Luiz, o militar não faz nada que não esteja escrito.

“[...]”

José Luiz: ...o militar, toda a Marinha, mas **o militar tem um procedimento, daquele procedimento não sai, é rígido, não é o Comandante que fala, é o que está escrito, não foi ele quem fez. Se a Marinha falar assim amanhã: bombardeia a Colônia! Está escrito? Mete míssil em cima, ele cumpre o que está na lei...**

[...]”

Sr. José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

Os documentos parecem ter o objetivo de lembrar aos moradores em que condições estavam usufruindo da área militar e que a qualquer momento, se a Marinha entendesse necessário, poderia solicitar o terreno de volta, o que nunca aconteceu. Segundo depoimentos de moradores, algumas pessoas interessadas em vender suas casas acabaram por vendê-las à Marinha:

“[...]”

Aristides: **...Houve um tempo em que a Marinha queria reaver esses terrenos de volta fazendo pressão aos moradores, tipo, se o morador não tivesse satisfeito e quisesse vender sua casa, teria que vender pra marinha ao preço dela. Ela comprava e ficava um militar na casa.** Hoje essas casas que a Marinha conseguiu comprar ao preço que ela estipulava os militares que ficaram morando passou a ser dos militares e foi tipo um presente para esses militares, tanto é que alguns deles já até passaram suas casas para outros.

Autora: E ainda tem algum militar que more aqui que ficou nessa situação, que seja antigo militar?

[...]

Aristides: ..Aquela casa foi comprada pela Marinha, aí foi posto um militar lá e a família do militar continua e outras casas já foram repassadas, por exemplo a casa de nascimento. Nascimento ficou na casa, usufruiu, hoje até os filhos dele estão. Ele já morreu né.

Autora: Quem é nascimento? Era um desses militares que recebeu?

Aristides: Era um desses militares que teve a graça da Marinha deixar a casa pra ele né, mas até essa casa que ele está falando foi uma casa que foi repassada assim, não precisava ser um militar, mas funcionários da Marinha também tiveram a casa, que primeiro foi um civil. Era uma venda essa tal casa, eles compraram a venda e colocaram esse civil e depois desse civil, eu não lembro, mas acho que esse civil fez besteira aqui dentro eu não sei, alguma coisa assim, que a casa ficou abandonada muito tempo, aí depois passaram para esse senhor, o nascimento e até hoje está a família dele lá toda.

[...]

Aristides: **Se a gente não quisesse isso aqui iríamos vender isso aqui ao preço que a Marinha quisesse...**

[...]"

Sr. Aristides Costa Amaro, 48 anos;

Entrevista realizada em 03/10/2012.

As marcas deixadas por esse convívio com a instituição imprimem ritmos e formas de ser e estar no mundo que cristalizam relações identitárias e de pertença. Nesse contexto constroem-se localmente representações e sentimentos sobre a Marinha que fazem sentido apenas para os que historicamente, e não por acaso, estão na sua área de influência.

3.3.2- O Segundo momento: Estação Rádio e Colônia: do controle à parceria a partir da década de 90.

Os anos 90 abrem caminho para um período de muitas mudanças e de muitas promessas, na qual, recém-saídos da ditadura militar e com uma nova Constituição Federal, também chamada de constituição cidadã – com uma abordagem mais democrática até mesmo por ter contado com a participação popular na sua elaboração – diversas mudanças foram formuladas, visando o alcance da cidadania. Entre os benefícios trazidos por ela estão os

direitos garantidos aos trabalhadores, a possibilidade de criação de associações e um pouco mais de liberdade.

De acordo com Mata (2008, p. 40)

Somente no início da década de 1990 o terreno da Colônia Z10 passou a ser de responsabilidade da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. E, os imóveis a partir daí puderam ser vendidos, alugados e obras foram feitas.

Os grandes problemas observados hoje, surgiram a partir de então. O crescimento desordenado acarreta em grande quantidade de lixo exposto sem critério, fazendo surgir ratos e outros vetores, além de parte do esgoto serem despejados in natura dentro do manguezal.

No que se refere aos pescadores essa área interage e sofre diversas influências da metrópole e da globalização em todos os sentidos e direções e pelo fato de manter certa relação de dependência com ela. Essa relação parte tanto de iniciativa própria – como aquela representada pela circulação seja para o escoamento da produção de pescado, muitas vezes via atravessador, numa tensa forma de exploração, para a compra de insumos para a manutenção de embarcações e artefatos em lojas especializadas e ainda para buscar serviços – quanto de forma autoritária e imposta pelos diversos agentes de poder, apoiados, muitas vezes na Lei, em ações que não promovem o devido diálogo na comunidade mas partem de fora para dentro, apropriando-se do que foi construído de forma comunitária e ignorando os sujeitos do processo, subjugando e desorientando os moradores.

Na figura 34 o pescador e morador realiza a manutenção de uma rede, um saber que envolve a manipulação de materiais industrializados, tais como os panos de rede, o chumbo, as cortiças e o passador utilizando uma técnica específica, um saber comunitário. Nesse sentido a pesca pode ser entendida como uma atividade mista, que atua entre o rural e o urbano.

A pesca também é uma atividade de economia familiar/ comunitária. Repare também que na legenda da fotografia há uma referência de parentesco, o que é bem comum na atividade.



Figura 34: Sr. Donide, pescador, sogro de Maninho (ex-presidente da Colônia) fazendo a manutenção de sua rede. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Data desconhecida.

Essa relação imposta pela modernização é intensa no urbano, que automaticamente classifica os “espaços luminosos e os opacos”, nas palavras de Milton Santos e Maria Laura Silveira, praticamente desconsiderando a dinâmica local:

Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p.264)

Ainda na mesma linha de pensamento, é colocado pelos autores que há espaços que comandam e outros que obedecem.

Em nossa abordagem apontaremos os espaços que comandam não só a partir do ponto de vista do continente, mas também daquele da “geografia das águas”, pois por se tratar de uma antiga área de tradição pesqueira, a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira recebe influências tanto do que ocorre no continente quanto no mar.

Assim os espaços que comandam são evidenciados, como já citado, pela nova forma de ocupação da baía de Guanabara, que se impõe e pode ser constatada pela crescente instalação de gasodutos e oleodutos, pelas novas instalações da Petrobrás na baía de Guanabara, pelas áreas Militares e pelo aumento do tráfego e fundeio de grandes navios – muitos de bandeiras estrangeiras – em algumas áreas da baía de Guanabara, tais como o profundo Canal Central, também conhecido pelos pescadores como “Canal Varrido”⁶². Áreas como essa, de grande profundidade e importante dinâmica de circulação das águas, vêm tendo seu acesso dificultado aos pequenos e médios barcos em razão dos riscos provocados por esse aumento de tráfego de embarcações de grande porte⁶³. Desta forma, entendemos que os pequenos e médios pescadores estariam perdendo espaço para a circulação das grandes embarcações. Devemos lembrar que esses pescadores, ao longo do tempo, foram se afastando da costa, em razão da diminuição da quantidade de pescado ocasionada pela degradação e pela poluição de todo o tipo originada a partir da intensificação da urbanização e da modernização.

Por outro lado, não há como negar que a vida dos pescadores que ainda insistem na atividade pesqueira⁶⁴ sempre teve seus sacrifícios e que a modernização e urbanização foram responsáveis não só por consequências negativas, mas também por benefícios para as comunidades, ambos relatados pelos próprios entrevistados, tais como a poluição, a pavimentação e os serviços. Nesse sentido, as dificuldades que observamos no período que compreende nossa pesquisa, a década de 90, são diferentes das do passado. Um marco importante que norteia nosso trabalho é a substituição da Marinha pela Prefeitura no controle da área da Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, quando muitos serviços públicos são implantados tanto acompanhando as mudanças constitucionais da década anterior, mudanças essas que já espelhavam uma busca por uma sociedade mais democrática, quanto marcando a entrada do urbano na localidade. Abaixo daremos atenção a alguns acontecimentos que marcaram o cotidiano da localidade na década de 90:

- ✓ Em 1993 a criação da Associação de moradores

⁶² De acordo com informações do Instituto Baía de Guanabara (IBG), a profundidade média da Baía é de 7,6m. Em alguns pontos, o Canal Central chega a ter 50m de profundidade e, no recôncavo, ela é muito rasa. Sua área é de 381km² e seu perímetro possui 131km.

Esse canal vai do vão central da Ponte Rio-Niterói até a ilha de Ingetá onde está instalado o novo terminal da Petrobrás, intensificando as áreas de exclusão de pesca em torno de cada empreendimento instalado, tubulação (gasodutos e oleodutos), navio ancorado ou em movimento na baía de Guanabara.

⁶³ Esse é um dos exemplos das chamadas Áreas de Exclusão à pesca.

⁶⁴ Ainda que muitas vezes associadas a atividades urbanas ou mesmo temporárias.

- ✓ Em 1993 a criação da APARU do Jequiá;
- ✓ Em 1996 a reversão da área, passando do controle da Marinha para a administração da Prefeitura do Rio de Janeiro;
- ✓ Em 1998 a entrada dos serviços urbanos;
- ✓ Em 1999 a implantação do CEA;

3.3.2.1- A criação da Associação de Moradores local

A Associação de Moradores da Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira foi criada em 1993 para ajudar a resolver os problemas comunitários.

É importante destacar que as Associações de Moradores são entidades expressivas da luta dos movimentos sociais urbanos que têm o objetivo de centralizar os problemas que ocorrem normalmente no bairro (apesar de esse não ser o nosso caso) através de um representante eleito pelos moradores (membros da associação), estes problemas são levados ao conhecimento do poder executivo municipal e para que sejam cobradas as necessárias providências.

Assim a Associação de Moradores faz parte da institucionalidade do modo de vida urbano no contexto da modernidade contemporânea e neste sentido a passa a ser mais um agente coletivo local na comunidade em questão. Desta forma se dá, pouco a pouco, a sua inserção no urbano, na construção das identidades coletivas, quando começa a haver uma maior integração da localidade ao bairro, num momento de transição entre o domínio militar e o urbano, o que se concretizou com a criação da Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá (APARU do Jequiá) em 1993 e a cessão da área por aforamento para a Prefeitura do município do Rio de Janeiro em 1996, numa progressiva saída da institucionalidade militar e entrada da urbana na figura da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

3.3.2.2- A criação da APARU do Jequiá

Em 1993, é criada a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá (APARU do Jequiá) através de uma lei específica, o decreto 12.250⁶⁵. Ela é a única unidade

⁶⁵ Que consta no anexo VIII desta dissertação.

de conservação ambiental nesta categoria no Rio de Janeiro, aliás, no Brasil. Essa conceituação é expressa no Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro pelo artigo 124 da Lei Complementar nº 18 de 04/06/1992.

Sua criação atende a uma reivindicação antiga de moradores e pescadores, à luta do ambientalista José Luiz de Castro Ferreira pela preservação do manguezal e foi incentivada pela Marinha, protegendo, assim a área constituída pelo o complexo florestal do Morro do Matoso, o manguezal e o estuário do Rio Jequiá⁶⁶, onde está localizada a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira e as instalações da Estação Rádio da Marinha.⁶⁷

A Marinha já estava em negociação com a Prefeitura sobre a reversão da área da Colônia, pertencente à União para a administração municipal desde 92. Pode ter parecido aos moradores que foi de uma hora para a Marinha deixou de administrar a localidade, mas não foi bem assim. Aos poucos a área como um todo vai passando a gestão da Prefeitura. Enquanto isso não se efetivava, já sabendo do interesse da Prefeitura sobre a área, foi permitido que a reivindicação dos moradores fosse atendida, numa ação conjunta entre Prefeitura e Marinha, mediante condições que restringia a ocupação na área, comprovada pelo parágrafo 2º do Decreto 12.250/93, onde temos a informação de que não serão permitidas ações degradantes ou impactantes ao ecossistema, tais como: “VII— novas edificações, ampliação das construções existentes, ou mesmo transformações de uso, até que sejam redefinidas, pelo Plano Diretor da APARU, as novas condições de uso e ocupação da área.”

A área estaria assim resguardada até que fosse estabelecido o Plano Diretor da APARU. Na época não temos notícia de qualquer fiscalização para garantir que fosse cumprida essa determinação.

⁶⁶ Um acontecimento considerável no nível internacional que criou uma disposição e um momento favorável para que essa reivindicação dos moradores fosse atendida foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida também como ECO-92 ou Rio-92, a segunda conferência mundial sobre meio ambiente, agora realizada na cidade do Rio de Janeiro.

⁶⁷ O que foi possível após o Diagnóstico Ambiental Preliminar da Bacia Hidrográfica do Rio Jequiá elaborado em 1991. De acordo com o item antecedentes, que compõe o relatório, já pela década de 70 iniciava-se o movimento de preservação que envolveu instituições federais, estaduais e municipais.

“Foram baixados dois decretos pelo Governo do Estado da Guanabara, objetivando preservar, para fins de pesquisa e proteção da flora e da fauna estuariana, uma pequena área de manguezal existente na Ilha do Governador, Chamado de Saco do Jequiá:

Decreto “E” nº 1050 de 25/03/66: “aprova o projeto nº 79990 e torna non- aedificandi as áreas que menciona” – (D.OF – 25/03/66);

Decreto “E” nº 1098 de 23/05/66: “Ratifica o nº do projeto aprovado pelo Decreto “E” nº 1050 de 25/03/66. (D.OF. 25/03/66), para nº 8.329, relativo a estrada Galeão-Ribeira.”

(Relatório Final do Diagnóstico Ambiental Preliminar da Bacia Hidrográfica do Rio Jequiá –Ilha do Governador – RJ, p.05)

As figuras 35 e 36 mostram como era a bacia urbana do Rio Jequiá na década de 90. Fazem parte dessa paisagem os barcos de pesca artesanal, a densidade populacional, representada nas casas e prédios e a fauna e a flora da região estuariana do Saco do Jequiá.



Figura 35: Bacia urbana do Rio Jequiá, alterada pela ocupação sistemática e desordenada na década de 90. Foto cedida pelo professor Doutor Elmo Rodrigues da Silva



Figura 36: Inúmeros barcos de peca artesanal ancorados no rio Jequiá, na década de 90. Foto cedida pelo professor Doutor Elmo Rodrigues da Silva.

As pessoas que habitavam a localidade já estavam acostumadas a viver sob a fiscalização da Marinha e muitos já sabiam como burlá-la atravessando material pelo rio Jequiá à noite para construir suas casas.

Segundo o depoimento do arquiteto urbanista da área de patrimônio e tombo da Estação Rádio da Marinha, o último Prefeito da Prefeitura Militar da localidade, José Ribamar Cardoso, 53 anos, os pescadores achavam que os militares da Estação Rádio não tinham conhecimento que eles atravessavam material nessas condições para fugir da burocracia e do controle imposto que envolvia solicitação, autorização e fiscalizações, mas a corporação, que gastava grande parte do seu tempo em questões comunitárias tinha conhecimento da manobra. A figura 37, da década de 90, nos permite visualizar de forma detalhada como era possível a travessia de material da Estrada do Rio Jequiá para a localidade pesqueira em questão. Os pescadores atravessavam material de construção de uma margem à outra do rio.



Figura 37: Rio Jequiá, o acidente geográfico que separa a Colônia do restante do bairro. Foto da década de 90 cedida pelo professor Doutor Elmo Rodrigues da Silva

Mesmo com uma determinação legal para que a ocupação não avançasse, o afrouxamento das fiscalizações, antes frequentes deixa uma brecha para que se intensificasse o povoamento da área. Nesse período, apesar de a área ainda estar sob o controle da Marinha, os militares já começavam a recuar nas suas ações, em virtude do que estava por vir, a reversão.

3.3.2.3- Reversão da área do controle da Marinha para a administração da Prefeitura do Rio de Janeiro: a localidade e a vida urbana

Em 1996 é autorizada a cessão, sob regime de aforamento ao município do Rio de Janeiro do terreno de Marinha de 84.400 m² de área, onde está localizada a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira pela Portaria n° 632, de 28 de novembro de 1996⁶⁸.

No artigo 2º dessa Portaria temos: “O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se à regularização das ocupações nele existentes e à promoção de obras de infra-estrutura, saneamento básico e urbanização do local.”

⁶⁸ Conforme anexo IX.

A inserção mais direta na lógica do urbano vai aparecer com as obras de infraestrutura, de saneamento básico e a pavimentação (denominada pelos arquitetos e engenheiros como urbanização local), mas a regularização das ocupações os moradores esperam até hoje, o que a Prefeitura tinha um prazo de 5 anos para realizar, conforme parágrafo 1º do mesmo artigo: “É fixado o prazo de cinco anos, a contar da data da assinatura do contrato de cessão, para que o cessionário cumpra os objetivos nele previstos, inclusive quanto às providências jurídicas necessárias à regularização dominal da área.”

Assim o controle da comunidade de pescadores em questão deixou de ser exercido pelos militares da Estação Rádio da Marinha e sua gestão passa para a Prefeitura do Rio de Janeiro. Essa autorização foi fruto de longo período de negociação, visto que a Prefeitura já formalizara seu interesse pela área através do GP nº 872 de 07 de dezembro de 1992⁶⁹. Nesses documentos identificamos que a criação da APARU do Jequiá, em 1993 foi um passo na direção de mostrar o interesse municipal pela área.

Diante da passagem de controle e das promessas de legalização dos terrenos, acreditamos que os moradores sentiram, por uma questão de proteção e para a própria valorização da área e da sua história, a necessidade de reafirmar a sua identidade original, a de pescadores artesanais, aqueles que receberam o terreno da Marinha por doação. Era preciso reavivar esse passado para tornar legítima a ocupação da área, por muitos anos regulada pela Marinha, onde se reconhece não mais uma relação de domínio, de proteção e controle de outrora mas de parceria⁷⁰.

⁶⁹ Outros documentos que tivemos acesso dessa negociação foram:

Ofício DPU/DAP/RJ 772, de 17-10-97;

Ofício DPU/ DE/RJ nº 92/96, de 14-02-96;

Portaria nº 0052/95, da DPC;

Ofício nº 591, de 19-04-96 emitido pela Capitania dos Portos do Estado do Rio de Janeiro;

Ofício nº 1294, de 07-05-96 emitido pelo Comando do 1º Distrito Naval.

⁷⁰ Essa parceria possibilita constantemente que a Marinha negocie o espaço da Colônia para fazer os treinamentos dos soldados para as missões no Haiti. Como uma espécie de compensação social, de tempos em tempos ela ainda patrocina times de futebol, troca as traves do campo, pinta postes e etc.. Essa nem parece ser a mesma Marinha autoritária que na época do domínio da área derrubava cercas de madeira para que fossem levantadas em muros de tijolos.

Se perguntados sobre a relação dos pescadores locais com a Marinha a resposta gira sempre em torno de parceria.

A relação é recíproca, ao participarmos do Projeto Baía Limpa, em momento posterior à década estudada, de 01/2009 a 03/2010, identificamos quando a tarefa era limpar a área da Marinha, uma grande disposição por parte dos pescadores da Colônia em fazer um trabalho muito bem feito. Também recebíamos solicitações diretas do Comandante da Estação Rádio, intermediadas sempre pela Colônia de Pescadores Z-10, para ajudarmos na sua conservação da área militar, com a coleta de material sólido, o que nos mostrava que havia uma relação diferenciada entre a Colônia de Pescadores e a Marinha, de uma subordinação que em certo sentido se manteve e virou respeito e parceria.

Essa relação também aparece quando se trata das comemorações de ambos os lados, tais como o aniversário da Colônia, e as trocas de comando da Estação Rádio da Marinha, quando sempre comparecem representantes dos dois grupos.

Assim a Colônia ainda mantém fortes laços com o passado, que se resignifica e também empresta significado ao presente.

Os moradores continuam podendo contar com a Estação-Rádio da Marinha, mas a relação mudou, já não existe mais o controle de outrora e a Estação-Rádio não é mais responsável pela gestão do território, há sim uma relação de parceria, de vizinhança, onde existe o respeito e a amizade entre moradores e militares, porque assim é o relacionamento entre vizinhos.

Por outro lado, com a saída da Marinha e consequentemente cessado o controle militar a área fica mais vulnerável aos problemas urbano-metropolitanos fluminenses, tais como especulação imobiliária e crescimento desordenado, o que associado à sua forma de ocupação e ao fato de os moradores até hoje não possuírem o título de propriedade dos imóveis, produz, conforme já abordado, o que o IBGE denomina *Aglomerado subnormal*. Aí estão reunidos os ingredientes necessários para a formação daquilo que chamamos popularmente de *favela*⁷¹, termo que carrega um estigma e uma carga que os moradores rejeitam. No senso comum também acabamos por associá-lo à violência e à criminalidade, o que nem sempre é verdadeiro.

Conforme trabalho anterior (FERREIRA, 2008), numa favela normalmente há diversas atividades, as pessoas estão aglomeradas em função da moradia e não das atividades que exercem, podendo influenciar a proximidade do trabalho, a falta de cobrança de impostos e fiscalizações, já que oficialmente quase não há serviço público sendo oferecido (água, iluminação, saneamento básico) e muitas pessoas vivem no improviso. O problema é que na prática, com a falta das políticas públicas de cunho social, o provisório acaba virando permanente o que cria um quadro social problemático e vicioso. A ausência do Estado produz assim as condições propícias para a entrada da violência e do crime, devido à vulnerabilidade e especificidade da área (becos, ruas estreitas e construções irregulares)⁷².

A ausência de violência e criminalidade na localidade, tão associadas às favelas pelo senso comum, acaba por fazer com que os moradores ainda desconsiderem e rejeitem esse rótulo, apesar de muitos terem incerteza sobre o futuro. Segundo eles, ainda a tranquilidade e o sossego da área acabam até atraindo moradores.

Numa área pesqueira as pessoas estão reunidas em torno da atividade, de tal forma que casa e porto, um justifica o outro, daí os apelos dos moradores da localidade ao passado, pois os novos moradores nada têm a ver com a pesca e muitos daqueles cujas origens estão fincadas na atividade já não querem ser pescadores. Assim a tendência é a diversificação de atividades, o que pode ser mais um ingrediente para solidificar esse rótulo o qual os moradores tanto abominam e do qual tanto fogem, por isso se apoiam no passado de origem pesqueira legitimado pela Marinha e representado hoje por poucos pescadores que lutam para sobreviver. Desta maneira, a identidade dos moradores está associada à pesca e à Marinha.

Quando precisam os moradores sabem que a Estação Rádio da Marinha está ali e há reciprocidade. Inclusive alguns moradores participam de projetos e natações dentro da base militar em questão.

⁷¹ Ver em Ferreira (2008) uma reflexão sobre o assunto.

Acreditamos agora já temos condições de responder a um questionamento importante: De onde vem essa identidade se os próprios moradores dizem que pescadores já quase não existem e se a Marinha já não controla a área desde a década de 90?

A resposta para essa pergunta do presente está no passado, visto que os primeiros terrenos foram doados pela Marinha a pescadores, ficando sob o controle militar da Estação Rádio por mais de 70 anos. Na década de 90, quando a gestão da área passa para a Prefeitura, aparecem algumas inseguranças e reavivam-se outras que já existiam, o medo da remoção e o medo de que a área virasse uma favela acalentam-se na justificativa de terem constituído moradia em terrenos doados pela Marinha a pescadores, e não invadidos, numa importante Missão Nacional. Essa especificidade faz com que o termo utilizado pelo IBGE no Censo de 2010, onde a Colônia Almirante Gomes Pereira está entre os aglomerados subnormais do Rio de Janeiro, divida opiniões e até mesmo chegue a ser contestado. Concordamos com os moradores, o conceito de aglomerados subnormais é muito geral para abranger a especificidade dessa área, mas o crescimento populacional desordenado é fato, conforme números já apresentados aqui nessa dissertação.

O controle, antes imposto pela Estação Rádio, numa relação de força e proteção é o que hoje muitos moradores sentem falta, não daquele controle excessivo, que restringia a liberdade e chegava a causar sofrimento, angústia, e medo, mas de um controle que conseguisse impedir o avanço da ocupação desordenada e fosse eficaz para proteger área das influências negativas externas da urbanização e resguardar a sua origem.

3.3.2.4- A entrada dos serviços urbanos na localidade

Em 1998, iniciam-se as obras de infraestrutura urbanas na localidade, tais como pavimentação, rede de esgoto e implantação de placas de sinalização ecológica em seu interior e entorno. Essa foi uma consequência da passagem da área para a administração municipal em 1996. Legalmente a Prefeitura teria um período de 5 anos contados da data em que assumiu a área para promover essas modificações, ou seja, até 2001.

Ao pedir que os moradores entrevistados comparassem os períodos de gestão da Marinha e da Prefeitura, eles apontaram para as melhorias trazidas pelos serviços públicos urbanos de pavimentação, saneamento básico, praça, parquinho para as crianças e campo de futebol quando da entrada da Prefeitura.

As figuras 38, 39 e 40 abaixo mostram os equipamentos públicos sendo utilizados, ou seja, a comunidade num movimento de apropriação do espaço coletivo em seu cotidiano.

Essa seria para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano onde o mesmo se sente reconhecido, acolhido, protegido e até mesmo um pouco dono.



Figura 38: Praça São Pedro. Fonte: Jamylle Ferreira; 09/12/2011.



Figura 39: Campo de futebol da Colônia de Pescadores. Fonte: Jamylle Ferreira; 09/12/2011.



Figura 40: Parque da Colônia de Pecadores. Fonte: Janylle Ferreira; 09/12/2011.

Certeau (2011, p.38) em sua abordagem sobre bairro nos fala que ele seria o vínculo que une o espaço público e o privado. Não vamos expandir a nossa análise na direção do bairro ao qual a localidade pertence até porque a própria localidade em questão já satisfaz essa condição de possuir algo de público (no sentido do espaço, dos equipamentos e do coletivo) e de privado (no sentido da própria apropriação do espaço e do sentimento de segurança que ele proporciona aos seus habitantes).

Para o autor (p. 39) o bairro aparece como “lugar onde se manifesta um “engajamento” social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição.”

Em nossa perspectiva o autor nos coloca, apesar de trabalhar em uma escala ampliada – o bairro –, nada mais do que a sociabilidade e o sentimento de coletividade que emana da nossa relação com um espaço conhecido, aquele no qual convivemos com outras pessoas no dia-a-dia. Podemos adaptar seu entendimento dessas relações à nossa análise reduzindo a escala pelo fato de a localidade estudada estar inserida num bairro e possuir características tão particulares em relação ao mesmo. Desta maneira acreditamos ser uma boa solução reduzir a sua análise ao nível local, onde há até muito mais convivência entre as pessoas, numa arte de conviver em comunidade. Assim, “a porção do espaço público, em geral (anônimo, de todo mundo) se insinua pouco a pouco um espaço privado particularizado pelo fato do uso cotidiano desse espaço.” (CERTEAU, 2011, p.40)

Ainda se tratando desse espaço público, há os remetimentos cotidianos à história do lugar que contribuem para a apropriação desse espaço, principalmente pelos pescadores e suas

famílias, pois no que se refere à história da ocupação, vale lembrar que é notável a identidade dos moradores com a pesca e com a Marinha. A Prefeitura utilizou-se da versão local da sua história de ocupação e apropriação do espaço, associada à Missão do Cruzador José Bonifácio e da proximidade dos moradores com a Marinha, e a transformou em oficial, dando subsídios para que a identidade local se fortalecesse, valorizando assim a área. As placas educativas instaladas pela Prefeitura tanto se referem ao meio ambiente quanto à história local de ocupação da área e à parceria da Marinha durante a implantação da APARU⁷³.

Observe nas figuras 41 a 46 placas, indicações, homenagens e prédio, próteses da Prefeitura implantadas na localidade aproveitando a vocação, a identidade e a versão local da origem da área.



Figura 41: Centro de Educação Ambiental e suas placas. Fonte: Janylle Ferreira; 23/01/2012.

⁷³ Homenagem feita pelos moradores ao Almirante José Luiz Berllart, Comandante da Estação Rádio da época na frente do CEA em agradecimento ao apoio prestado.

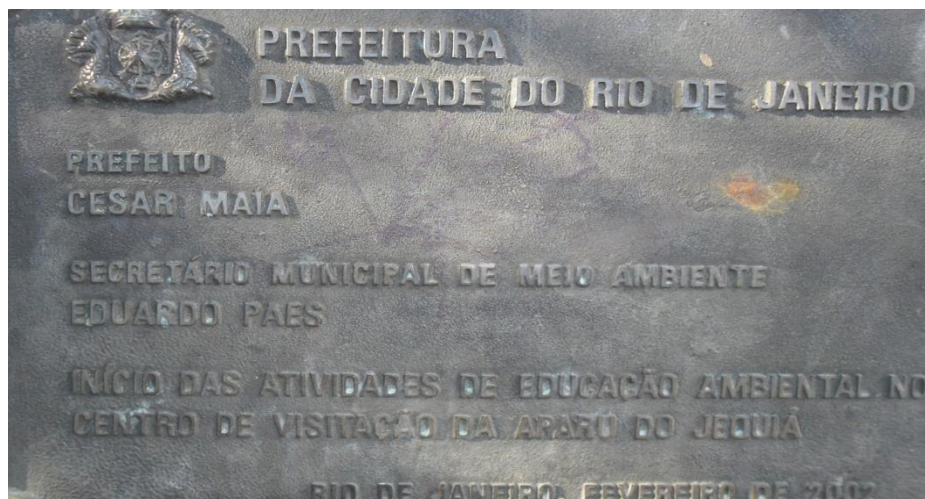


Figura 42: Detalhe de placa de 2002 marcando o início das atividades ambientais no CEA da APARU do Jequiá. Fonte: Jamylle Ferreira; 23/01/2012.



Figura 43: Detalhe da placa de 2003 em agradecimento ao Comandante da Estação Rádio da época da instalação da APARU do Jequiá. Fonte: Jamylle Ferreira; 23/01/2012.

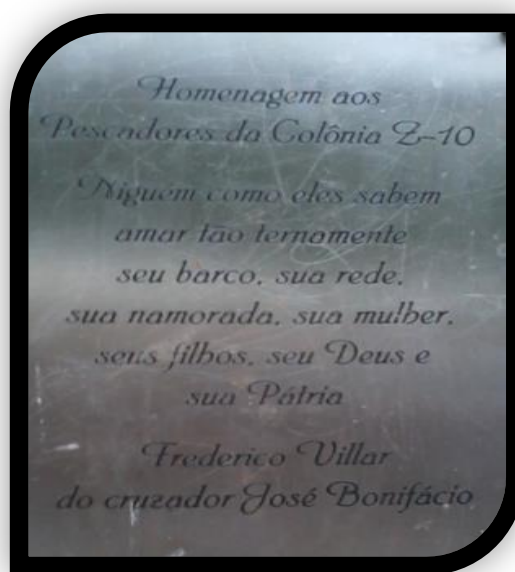


Figura 44: Placa de 2003 com trecho escrito por Frederico Villar, o Comandante do Navio José Bonifácio. Ao lado detalhamento. Fonte: Jamylle Ferreira; 23/06/2012.



Figura 45: Placa ecológica indicando a fauna da APARU do Jequiá. Fonte: Jamylle Ferreira; 23/06/2012.

Essas modificações no espaço público só foram possíveis quando a reversão tornou a área pública, de abrangência da Prefeitura. Elas acabaram por legitimar a entrada do Estado

na mesma e a prática valorativa de vestígios históricos começa a fazer parte da nova cena espacial, agora mais integrada a vida urbana.

3.3.2.5- A implantação do CEA na localidade

Em 1999, ocorre outra instalação remetendo aos equipamentos urbanos. Trata-se da implementação do CEA (Centro de Educação Ambiental) pela Prefeitura que buscou valorizar as características locais naturais que consiste pela presença da foz do rio e do manguezal, conforme já apresentado nesta dissertação. Este acontecimento foi acompanhado de muita polêmica gerada principalmente pelo descontentamento em face à desconsideração do trabalho ambiental que já era realizado na área por José Luiz de Castro Ferreira com a Associação dos Amigos do Manguezal do Jequiá e o Grupo Mundo da Lama.

Até hoje o CEA sofre críticas quanto a isso. Sua implantação foi bastante conturbada e polêmica, não envolvendo a população. Aparece como uma “prótese urbana da Prefeitura”, que surge com discursos e práticas genéricas de educação ambiental, muitas vezes distante à realidade da população local.



Figura 46: Prédio do Centro de Educação Ambiental (CEA) da APARU do Jequiá, na Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira. Fonte: Jamylle Ferreira; 19/07/2011.

O prédio do CEA observado na figura 46 acima foi instalado na localidade destoando completamente das construções populares locais. A derrubada de casas de pescadores para a sua construção foi um dos episódios que deixou os moradores descontentes.

No capítulo seguinte será demonstrado o fortalecimento da identidade local como comunidade pesqueira inicialmente estabelecida em área militar e os contextos paradoxais da cooperação urbana – integração e fragmentação urbana– com a inserção da comunidade na metrópole, o que como nos coloca Ribeiro. In Silva (org.) 2011, p.37 revela mais claramente os diversos usos do território em cooperação e concorrência (conflitos, ameaças) numa luta para manter a identidade que remete à criação de movimentos sociais.

4- O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DIANTE DAS AMEAÇAS E CONFLITOS: É O FIM DA COMUNIDADE?

Neste último capítulo o nosso objetivo é mostrar como a identidade local se fortalece diante das ameaças e conflitos impostos pela modernização urbano-industrial a partir da década de 90. Nesse sentido utilizaremos fortemente as explicações de Bauman (2003 e 2005) sobre a busca por segurança que fortalece identidades que podem estar ameaçadas. Também nos apoiaremos em Zaoual (2006) que nos fala sobre a importância das economias locais e como o local, o sítio manipula o pouco de modernidade que lhe chega por meio da economia formal e das suas tradições. Ainda Giddens (2002) aponta para os efeitos da modernidade enquanto cultura do risco e Martins (2008) nos fala sobre as pessoas consideradas no seio das contradições da modernidade como insignificantes. Ele se refere ao homem simples abordado por Certeau (1994) como homem ordinário ou comum e por Santos (1994b) como homem lento.

A respeito de sua estruturação, o presente capítulo complementa o 2 e o 3 porque se refere ao fortalecimento de uma identidade do presente que está ancorada em memórias do passado transmitidas de geração em geração pautadas nos dois marcos regulatórios já abordados. Ao longo deste capítulo 4 daremos ênfase ao segundo marco regulatório, iniciado na década de 90, engendrado pela inserção da Prefeitura e da vida urbana à localidade. As bases teóricas para entendermos o espaço enquanto lugar ou território, que foram discutidas no capítulo 1 permeiam todo o trabalho.

No capítulo 1 e 3 aparecem apontamentos sobre a vida urbana e metropolitana – a qual os moradores e/ou pescadores locais não estão desconectados – e que vêm a somar com este capítulo. Segundo Ribeiro. In Silva (org.) 2011, p.41 a metrópole trata-se de um grande mercado formado pela cooperação entre os diversos circuitos de produção e consumo que abriga crescentes distâncias sociais em seu interior. Acreditamos que essas distâncias sociais acabam por ocasionar, em certo sentido, a fragmentação do espaço urbano o que pode ser comprovado até mesmo comparando a forma de produção do espaço dentro (Colônia) e fora da localidade (seu entorno imediato, o próprio bairro).

Embora plena de contradições, a base material metropolitana é o meio de trabalho e existência da maioria da população, conforme nos coloca Ribeiro. In Silva (org.) 2011, p.39, inclusive para a população da Colônia, sejam os moradores cujas atividades não estão voltadas para a pesca e até mesmo os pescadores, que cada vez mais vão sendo inseridos

numa relação de dependência com a metrópole que serve também para reafirmar as diferenças e fortalecer o direito a uma identidade sem abrir mão do direito à cidade, uma discussão encontrada no item **4.1- A produção urbana espacial na Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira: território, poder e conflitos.**

A busca dos moradores se insere por um lado nas lutas urbanas por direitos sociais e por outro nas lutas por existência, por sobrevivência e por segurança porque o homem lento de Santos resiste criativamente à fragmentação das identidades imposta pelos processos hegemônicos, tecendo a solidariedade no lugar enquanto o homem ordinário (comum) de Certeau (1994) que com seu modo de ser de astucioso e criativo diante das estratégias – ações próprias do dominador – recria no cotidiano práticas de vida que dão sentido às suas ações e vão de encontro aos seus desejos, possibilitando o aparecimento de movimentos sociais locais, o que será abordado no item **4.2- Os movimentos sociais existentes na comunidade e seus conflitos em razão das suas diferentes naturezas: as múltiplas identidades dos residentes na Colônia.**

No item seguinte, **4.3- Quando a origem fala mais alto: José Luiz de Castro Ferreira, o conhecido Zé Luiz do Jequiá,** focaremos na história de vida, muito associada à memória local, de um morador que se esforça para manter viva a memória do grupo social ao qual pertence. Suas ações e seu engajamento (tais como criação de uma ONG voltada para o meio ambiente e as diversas exposições e projetos aos quais esteve envolvido) foram importantes no contexto comunitário para a criação/descoberta de uma versão da história local que auxiliasse na resistência às ameaças do presente quanto justificasse a permanência da comunidade no local.

Nesse sentido a história de vida de José Luiz de Castro Ferreira fecha essa dissertação por se fazer representativa das lutas pelo fortalecimento da identidade, pela preservação da memória do lugar, pela conservação ambiental em favor do manguezal do Jequiá e de algumas das disputas pelo território.

Essas disputas não se dão apenas na localidade, nem somente no contexto da baía de Guanabara, ou ainda da pesca artesanal do Rio de Janeiro ou do Brasil, mas estão presentes como questões para compreensão da produção social do espaço referenciado no modelo de produção econômico, modernizador e urbano-industrial que amplia a destruição do meio ambiente, da cultura, das tradições em direção à maximização dos lucros e à homogeneização dos espaços em todo o mundo, o que estimula resistências e acelera a segregação socioespacial.

4.1- A produção urbana espacial na Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira: território, poder e conflitos.

Já justificamos a nossa escolha pela década de 90. Essa década se constitui num marco para a localidade em questão devido ao aparecimento de novos atores, de muitas mudanças e de novos conflitos com os quais era preciso aprender a lidar. Coincide com essa década as tentativas de colocar em prática a abertura do país, as modificações da Constituição de 88 e a Eco 92. A primeira apontando para a intensificação da modernização, a segunda para os direitos cívicos e a terceira para a preocupação com o meio ambiente, influenciando muitas das modificações que se iniciam na área, inclusive aquelas associadas à especulação imobiliária, o que significa a uma forte integração da localidade ao bairro, de forma mais direta e à cidade do Rio de Janeiro em seu contexto predominante de uma sociedade urbana.

Muitos problemas locais que foram intensificados pela modernização industrial e pela intensificação de usos na Baía de Guanabara são compartilhados com as demais áreas pesqueiras localizadas no entorno dessa Baía, tais como a perda de espaço para empreendimentos empresariais, gasodutos e oleodutos, o aumento de tráfego de grandes navios comerciais na Baía de Guanabara, em contraposição aos pequenos barcos pesqueiros, representados nas “*áreas de exclusão*”⁷⁴ ou restrição à pesca que diminuem significativamente as áreas onde se pode exercer a atividade. Esses problemas, acrescidos à expansão urbano-metropolitana, geradora de problemas dos quais o poder público ainda não dá conta de resolver, como a produção de resíduos sólidos (lixo), o despejo de esgoto sem tratamento (grande quantidade de matéria orgânica) e de detritos industriais dificultam a prática da pesca, pois aumentam os custos com manutenção de material e artefatos, diminuindo ainda mais os ganhos e a qualidade de vida daqueles que dela dependem. Consequentemente aumenta-se a precariedade da reprodução na atividade, devido às péssimas condições de trabalho e altera-se a sociabilidade, pois com tanta dificuldade, a nova geração, incentivada pelos próprios pais pescadores, passa a procurar outras atividades.

Por outro lado, a localidade mantém alguns traços de uma área pesqueira vizinha da Marinha, tais como o sossego e a tranquilidade existentes em seu interior. Apesar dos relatos de que o número de pescadores vem diminuindo muito, ainda podemos avistar uma quantidade razoável de barcos artesanais pequenos (caíques ou caicos) no rio Jequiá e uma

⁷⁴ Consiste numa área de segurança de 500 metros em torno de cada um dos empreendimentos, embarcações e áreas da união (tais como as Militares) nas quais fica proibida a pesca.

peixaria comunitária, onde os pescadores podem comercializar o pescado. Já a densidade populacional vem crescendo, especialmente após a Marinha entregar a área para a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, quando deixou de existir o controle de crescimento, chegaram os serviços públicos e muitas promessas sobre legalização dos terrenos, conforme foi apresentado no capítulo anterior. Essas mudanças incentivaram muitos antigos moradores a venderem suas casas ou simplesmente suas lajes. A localidade também vive a especulação imobiliária comum às áreas urbanas valorizadas – classe média – presentes no entorno, com traços muito particulares de uma área popular e tradicionalmente pesqueira doada pela Marinha, privilegiada pela sua localização.

A figura 47 abaixo mostra o padrão de construção do bairro nas proximidades da Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira.



Figura 47: Prédios do lado de fora da Colônia. Fonte: Jamylle Ferreira; 23/06/2012.

Visando a compararmos entre o estilo de construção entre o entorno de classe média e as moradias populares da Colônia, observemos a figura 48 abaixo:



Figura 48: Casas populares da Colônia. Fonte: Jamylle Ferreira; 19/01/2013.

Fica cada vez mais difícil ter um quintal. O solo urbano é caro. É muito comum na Colônia as casas encostadas umas nas outras, sem afastamento lateral. O quintal está em extinção, uma condição que atinge pescadores que vivem na cidade, disputando espaço urbano. Observe na figura 49 algumas ruas e becos da localidade:



Figura 49: Ruas e becos da Colônia. Fonte: Jamylle Ferreira; 19/01/2013.

Assim a localidade vai sofrendo influências diversas em seu cotidiano e entrando em conflito com outros agentes da modernização urbano-industrial que tentam impor outro tipo de (des) ordem, a do mercado, da competição e do lucro, onde “tempo é dinheiro” e “território é poder”. Mas contraditoriamente o capitalismo precisa do local para se realizar pela sua própria necessidade de inovação e tanto entra em conflito com o modo de vida praticado localmente como acaba tendo sua “frequência” em parte remodelada ou amortecida por esse

mesmo modo de vida. Assim o lugar protege o que envolve (conforme Zaoual, 2006) e se esforça para permanecer resistir e se equilibrar diante das instabilidades, mantendo uma certa ordem, conforme também nos ensinou Santos 2006: “O Lugar defronta o mundo, mas também o confronta graças a sua própria ordem.”

Por um lado há uma integração com o entorno com a metrópole que não se quer perder (oportunidades) e por outro lado uma fragmentação (diferenças).

Desta maneira o lugar fortalece-se em sua luta diante do caos urbano-industrial, mas a comunidade se esvai e por isso mesmo o que resta é a identidade, que ganha força diante da insegurança do mercado e da modernização.

Alguns acontecimentos expostos aqui ultrapassam a escala temporal que nos permitimos estudar, pois temos um cenário que foi sendo formado muito antes da década de 90. Nesta década, a passagem de controle da área da Colônia de Pescadores em questão da Marinha para a Prefeitura do Rio de Janeiro, representa a redemocratização que acontece no Brasil com a qual estamos comprometidos pela constituição de 88, cuja abertura acaba por intensificar os processos de modernização. Por outro lado, o fato de o Rio de Janeiro ter sediado a Eco 92 acaba por permitir determinadas ações aparentemente mais voltadas para o meio ambiente, mas ainda impostas pelo poder, tais como a criação da APARU (Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana) do Jequiá,⁷⁵ iniciada no mesmo ano, e do CEA (Centro de Educação Ambiental) em 1999 na área.

Também é no início dessa década, em razão das condições propiciadas pela ECO 92, que é criado o PDBG (Programa de Despoluição da Baía da Guanabara)⁷⁶, com a finalidade de planejar e coordenar um conjunto de ações visando a despoluição das águas da Baía de Guanabara, o que também melhoraria as condições dos manguezais e da pesca.

Nossa abordagem inclui trabalho, habitação e os múltiplos agentes de poder aos quais estão submetidos esses invisíveis pescadores na metrópole (Prefeitura, classe média, Marinha, empresas públicas e privadas, ONGs, Associações de classe, tais como a Colônia de

⁷⁵ As APARUs são áreas de domínio público, dotadas de características ecológicas e paisagísticas notáveis, nas quais o município regulamenta o uso e ocupação do solo e restauração de suas condições ecológicas e urbanas.

⁷⁶ O Programa, cuja executora é a CEDAE, foi concebido para elevar as condições sanitárias e ambientais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, visando a melhoria da qualidade de vida da população, aumentando a capacidade de trabalho da Estação de Tratamento de Esgoto da Ilha do Governador de 200 litros para 525 litros por segundo, tendo eliminado aproximadamente 2 mil ligações clandestinas até 2008, mas é um processo a médio e longo prazo no qual ao todo foram investidos até o final de 2011 R\$1.599.403.540,73.

Mas o que seria uma possibilidade de melhoria das condições de vida do manguezal, também necessário para manter a pesca na área, visto que é um berçário para diversas espécies, acabou contribuindo, apesar dos investimentos, para aumentar a quantidade de esgoto jogada diretamente no rio Jequiá, pois as obras pararam diversas vezes.

Pescadores Z-10, Associação de Moradores local, etc.), que atendem aos apelos de uma modernização que se impõe e traz ameaças, o que contribui para a formação de uma identidade local e a resistência de pescadores que tentam sobreviver diante de tantas tensões e forças contrárias, colocando em risco seu modo de vida e sua sociabilidade.

Essa sociabilidade a qual estamos nos referindo está inscrita num contexto existencial imaterial e também material, onde ações institucionais orientadas pelo Estado também atraíram pescadores para a área. Essas ações reforçaram e legitimaram a existência de uma comunidade que se forma estrategicamente próximo ao manguezal do Jequiá⁷⁷, mais especificamente na foz deste rio, em seu encontro com o mar e também vincularam os pescadores à Marinha do Brasil.

Quando afirmamos que a modernidade destrói a comunidade⁷⁸ e se impõe vencedora diante de tantos pequenos pescadores (muitos sem instrução e/ com pouco conhecimento sobre legislação e seus próprios direitos), não temos a pretensão de colocar à prova os benefícios trazidos pela modernização, mas seus incalculáveis custos sociais, pois estamos falando da destruição de costumes, de tradições e de valores, que massacrados por hábitos mais “modernos” que se impõem, tentam sobreviver à custa de um fortalecimento de uma identidade pesqueira que vai sendo “forjada” num presente que se alimenta desse passado para, de alguma forma, se equilibrar nesse perde-ganha, onde na visão dos entrevistados o passado aparece como menos penoso. Além disso, o passado ainda está bem presente na vida das pessoas e na paisagem, misturado a elementos do presente, formando o que Milton Santos chamaria de “rugosidades” no espaço.

Em termos de Brasil, a modernização do setor pesqueiro ocorre de forma bastante desigual e a pesca, que compreende os pescadores artesanais, os armadores e aquicultores, voltados para o abastecimento dos grandes mercados comporta essa desigualdade a partir dos maciços investimentos científicos, financeiros e tecnológicos que tem ocorrido em áreas de conhecimento não artesanais em relação à qualificação.

Assim, A desigualdade à qual nos referimos se inscreve na direção em que a falta de políticas públicas sustentáveis voltadas para a pesca artesanal torna ainda mais precário o

⁷⁷ De acordo com Mata (2008, p.24), apesar de não ser dos maiores da Baía de Guanabara, o manguezal do Jequiá, deve sua importância a dois fatores: a grande riqueza de biodiversidade e a comunidade que o cerca. Além de fazer fronteira com uma área de Mata Atlântica, abrigar três espécies de mangue (o mangue preto, o mangue branco e o mangue vermelho ou bravo) e outras variadas de fauna e flora, o manguezal é o local de trabalho dos pescadores da Colônia Z-10.

⁷⁸ A destruição que mencionamos é aquela causada sob a justificativa de um desenvolvimento que não chega para todos, conforme Martins (2008), passando por cima da vida social cotidiana das comunidades que ainda em parte dependem da pesca, tais como a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira e que é evidenciado por um apego ao passado, como se desta forma estivesse garantida a proteção contra alguma ameaça.

setor, onde ainda são muitos os pescadores com pouco grau de instrução e muitas vezes os investimentos em cursos e capacitações não levam isso em consideração, exigindo algum grau de escolaridade, o que ocorre até mesmo nas escolas de pesca locais do Rio de Janeiro.

É nesse mesmo sentido de modernização das atividades voltadas para os múltiplos usos do território marítimo, não abrangendo o pescador artesanal, que se inicia na década de 90 a modernização de Portos para comportar maior número de navios. De acordo com entrevista fornecida por Adácio Carvalho⁷⁹, superintendente do Porto do Rio as estatísticas da Companhia Docas do Rio de Janeiro indicam que tem havido grande intensificação do fluxo de navios na Baía de Guanabara.⁸⁰ Tudo isso é reflexo das obras de infraestrutura que o Porto sofre a partir da década de 90 no contexto da modernização dos Portos a partir da Lei nº 8.630/1993.

Todos esses fatores associados dificultam as condições de vida dos pescadores artesanais, que dependem do espaço da Baía de Guanabara, ocupado pelas grandes embarcações e suas respectivas áreas de exclusão.

Mas se no território marítimo está difícil para esses trabalhadores, não é diferente no continental. A melhoria das suas condições de vida muitas vezes esbarra também na força da especulação imobiliária no continente (na costa onde vivem) e de movimentos que usam o meio ambiente e até mesmo a própria pesca para se justificar. Alguns pescadores apontam nesse sentido o projeto de construção do Terminal Pesqueiro na Ilha do Governador, que melhoraria muito as condições de comercialização do pescado. O projeto, idealizado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura foi embargado pelo Prefeito Eduardo Paes em 2010 sob a justificativa de não ser permitido pela legislação, pois o plano diretor da cidade tem a Ilha do Governador como área residencial.

⁷⁹ < <http://gonzagapatriota.com.br/2012/numero-de-barcos-na-baia-de-guanabara-cresce-146-em-tres-anos-e-preocupa-ambientalistas/>>

⁸⁰ Em 2009, o Porto do Rio recebeu 1.568 navios, em 2010, o número cresceu para 2.374 e em 2011, foram 3.861 atracações. Analisando esses dados podemos perceber que o número de grandes navios na Baía de Guanabara cresce 146% em três anos.

Segundo ele a maioria dos navios (45%) é de apoio a plataformas (supply boats), 28% de porta-contêineres, 14% de petroleiros, 5% de passageiros, 3% de cargueiros e os restantes 5% distribuídos por tanqueiros, graneleiros e porta-automóveis (roll-on roll-off).

Ainda de acordo com ele as embarcações de grande porte costumam ancorar numa das 15 áreas de fundeio da Baía de Guanabara sob responsabilidade do Porto. E há ainda as que ficam do lado de fora da Baía, aguardando instruções de suas empresas ou autorização da Capitania dos Portos para entrar.

Na verdade a população de classe média do entorno temia ter seu patrimônio depreciado, então uniu forças e constituiu o movimento “TERMINAL PESQUEIRO NA ILHA NÃO!” Apesar de a principal justificativa apresentada ser o meio ambiente – representado no manguezal do Jequiá –, de utilizarem até mesmo o impacto que o terminal causaria à atividade pesqueira e a sua proximidade com os aeroportos Tom Jobim e Santos Dumont – que poderia atrair aves e prejudicar a aviação –, o que realmente importa para esses moradores é o barulho, a poluição visual dos caminhões, a interferência na paisagem de forma geral, o cheiro de peixe e a intensificação do trânsito, que poderiam desvalorizar seus imóveis.

Desta maneira a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira enfrenta a especulação imobiliária, visto que está localizada numa área relativamente valorizada da Ilha, aliás, o valorizado passado, a complexa ocupação da Ilha e a sua vocação para a pesca estão inscritos em episódios da nossa história:

No século XVIII a Ilha do Governador, chamada assim por refúgio e descanso do Governador Geral da Província. Com densas matas, abundantes mamíferos, aves e grande piscosidade no Rio Jequiá, era um local privilegiado para a prática da caça e belas praias até os anos 70 do século XX. Tinha valor econômico idealizado pelas classes médias e altas como um bairro nobre do Rio de Janeiro. Ainda é um bairro de classe média, em virtude da presença das bases da marinha e aeronáutica: o aeroporto antes Galeão, hoje Tom Jobim, a maior porta de entrada nacional e internacional do país, é atraente para as classes médias que, de uma maneira ou de outra, têm no aeroporto e no complexo aí instalado mercado de trabalho.

Diria-se que é um bairro de ocupação complexa: convivem num mesmo espaço militares, favelados, pescadores, funcionários públicos...

É nesse bairro que nos anos 20 foi criada a primeira Colônia de pesca regulamentada do Brasil, a Z-10. (BORGES, 2007, p.8)

A Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, onde está localizada a entidade de classe também chamada pelo mesmo nome, ou ainda como Colônia de Pescadores Z-10, é uma instituição representativa dos pescadores, convive não só com conflitos em relação à valorização da área, mas à ocupação histórica irregular e ainda ao fato de historicamente estar situada em área da Marinha que foi recentemente passada para o controle da Prefeitura, quando teve início a entrada dos serviços urbanos, mas nada foi feito para regularizar a situação da posse dos imóveis, o que também causa muita incerteza e acaba reforçando a necessidade de os moradores se agarrarem à história de institucionalização do espaço pela Marinha. Essa identidade que toma contornos mais aponta para a crise da comunidade, conforme nos coloca Bauman (2005).

No geral esses pescadores convivem com conflitos territoriais, numa relação que envolve concessões, alianças, diversos agentes e intencionalidades que atravessam a baía de Guanabara e as Colônias de Pescadores, numa disputa de poder, de execução de projetos nesta baía de múltiplos usos. Isso é muito mais do que desterritorialização dos pescadores, mas um movimento de multiterritorialidade, conforme Haesbaert (2007) onde os próprios pescadores também estão se movendo (seja impulsionados ou arrastados) em direção a outras atividades.

Essa relação envolve ainda diferentes temporalidades a do homem “lento” de Milton Santos, ou “simples” de José de Souza Martins ou ainda “ordinário” de Michel de Certeau, na figura do invisível pescador, a das empresas e indústrias, a da classe média e a do Estado.

A modernidade não é só o moderno e, menos ainda, o modernismo. Na América Latina, é uma modernidade constituída ao mesmo tempo por temporalidades que não são as suas. A diversidade dos tempos históricos que se combinam nessa modernidade difícil, como observam Canclini e Schelling; incorpora a cultura popular que pouco ou nada tem de moderno; mas, insisto, incorpora também efetivas relações sociais datadas, vestígios de outras estruturas e situações que são ainda, no entanto, realidades e relações vivas e vitais. E anunciam a historicidade do homem nesses desencontros de tempos, de ritmos e de possibilidades, nessas colagens. (MARTINS, 2008, p.20)

Nessa disputa de ritmos e de possibilidades as comunidades tradicionais, diante da modernização tomam o lugar de obsoletas e se veem desestruturadas pelo risco de destruição imposto pelo novo, agarrando-se à sua identidade, construída num processo que envolve passado, mas também presente e futuro, sempre tentados à aceleração de tempo e superação do primeiro. Nesse sentido está inserida aí a disputa de tempo e de conhecimento racional constantemente renovado, que se julga superior a todo o conhecimento anterior, o que caracteriza a modernidade como a cultura do risco:

A modernidade é uma cultura do risco. Não no sentido de que a vida social é inerentemente mais arriscada que antes; para a maioria das pessoas na sociedade desenvolvidas isso não é verdade. Antes o conceito de risco se torna fundamental para a maneira como tanto os leigos quanto os especialistas organizam o mundo social. Nas condições da modernidade o futuro é continuamente trazido para o presente por meio da organização reflexiva dos ambientes de conhecimento. (GIDDENS, 2002, p.11)

Também internamente é possível verificar ainda, a disputa de poder de múltiplos agentes, sob diversos planos de fundo: ambiental, cível ou de classe: ONGs, Associação de Moradores, Colônia de Pescadores, cada uma das entidades lutando por seus interesses.

Assim, existe um conjunto de múltiplas relações de poder oriundas no cotidiano do urbano que acabam por influenciar e interferir na localidade. Desta maneira, de acordo com Bauman já não se pode mais falar em comunidade. Essas relações de poder aparecem na expropriação, na exploração do espaço, nos impedimentos, no embargo dos projetos e até na omissão, sob diversos planos de fundo. Neste sentido são muitos os vínculos e relações estabelecidos com o urbano, algumas são tensas outras não.

Buscamos investigar as disputas de poder, os processos de fragmentação e segregação deste, que faz parte do espaço urbano tentando compreender como se ordena em seu cotidiano diante desse cenário de conflitos, levando em consideração a memória dos moradores.

Esse lugar sofre impactos de processos que são externos a ele, e comuns em toda a parte, tais como a modernização, a desigualdade social e a especulação imobiliária que integram o modo de apropriação capitalista. Esses elementos são essenciais para uma discussão sobre a segregação e fragmentação do espaço urbano do Rio de Janeiro.

Santos nos ajuda a entender como são destruídas nesses processos as solidariedades horizontais em favor das verticalidades:

[...] a competitividade acaba por destroçar as antigas solidariedades, frequentemente horizontais, e por impor uma solidariedade vertical, cujo epicentro é a empresa hegemônica, localmente obediente a interesses globais mais poderosos e, desse modo, indiferente ao entorno. (SANTOS, 2000, p. 85).

Não deveria ser prioridade o estabelecimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da atividade pesqueira, visto que os pescadores são tão prejudicados com o progresso oriundo de todos os cantos da metrópole – em forma de lixo, de esgoto, de detritos industriais, de áreas de exclusão – que desconsidera a Baía de Guanabara e as famílias que dependem dela para viver?

Contraditoriamente uma atividade como esta, tão antiga e da qual tantas pessoas dependem há tanto tempo vem sendo desestimulada pelas circunstâncias da modernidade. Assim aparecem as desigualdades, nos investimentos e na vontade política para com o setor,

longe de estar na lista de prioridades do país, interessado num desenvolvimento puramente econômico e não social. Martins (2008) nos coloca que

A modernidade é, num certo sentido, o reino do cinismo: é constitutiva dela a denúncia das desigualdades e dos desencontros que a caracterizam. Nela, o capitalismo se antecipa à crítica radical de suas vítimas mais sofridas. Por isso, a modernidade não pode deixar de conter e manipular reconhecíveis evidências dos problemas e das contradições de que ela é expressão. (MARTINS, 2008, p. 19)

Não é incoerente que os mapas e cartas náuticas, elaborados pela Marinha do Brasil mostrem as áreas de exclusão, os muros invisíveis impostos pelo poder empresarial ou estatal, omitindo onde estão os pescadores, seus portos, seus precários atracadouros, a área de circulação de seus pequenos barcos, etc.? Incoerente ou proposital, devemos lembrar que esses trabalhadores são anteriores a tudo isso e questionar sua invisibilidade ao urbano e sua desconsideração diante do processo de modernização.

A figura 50 abaixo, uma fotografia muito antiga, mostra essa dimensão do trabalho na comunidade e justifica pela permanência, pela resistência e duração a identidade dos moradores com a atividade no tempo presente. Podemos observar as redes e as embarcações em seus atracadouros.



Figura 50: Atracadouro pesqueiro da comunidade. Foto antiga cedida por José Luiz de Castro Ferreira

Os pescadores artesanais em questão são moradores da cidade que exercem uma atividade primária e cuja mão-de-obra é indispensável na economia urbana, mas sua atividade não é valorizada e sua invisibilidade é notória, até mesmos nas cartas náuticas da Marinha do Brasil.

Os pescadores estão há mais tempo na área que qualquer aeroporto, estrada ou empresa, não deveria ser também para eles o desenvolvimento? O Terminal Pesqueiro foi impedido, mas quem impediu a instalação do primeiro depósito de combustível do Brasil em 5 de maio de 1914 na Ilha do Governador⁸¹? Quem impediu a destruição causada pelas empresas petrolíferas, intensificada a partir da década de 90 com a abertura comercial, a exemplo do derramamento petrolífero de 2000? Inúmeros pequenos pescadores precisam da

⁸¹ De acordo com Ipanema, 1991, p.116, “As companhias de petróleo chegaram em 1914: Shell, a primeira. Outra, a Esso, ambas instaladas na Ribeira.

A Petrobrás, de quarenta anos depois, tem seus depósitos na Ilha D’água, vizinha, e o terminal “Teguá” – Terminal Guanabara, que atravessa a Ilha e, sob o mar, atinge a Refinaria de Duque de Caxias – REDUC, no recôncavo da baía.”

Baía de Guanabara e de uma estrutura para comercializar o pescado. Para quem está voltado o progresso?

Podemos pontuar ainda outros problemas ligados à história da Ilha do Governador superados pela justificativa de progresso, tais como o processo de aterramento de ilhas para a construção da Cidade Universitária, mudando a circulação de águas, o que interferiu na pesca – episódio bastante vivo ainda na memória de alguns pescadores –, a instalação do aeroporto Galeão em 1974, o desastre envolvendo o IBN Tarik, em 1975, que foi 3 vezes maior que o derramamento de 2000, e até hoje são encontrados resíduos nas águas, o próprio já citado derramamento de óleo de 2000 e os pequenos, cotidianos permanentes derramamentos dos quais nem tomamos conhecimento⁸². Tudo isso faz parte do dia-a-dia dos pescadores e é relatado por eles com revolta e desespero.

Todos esses problemas causam a desistência da vida da pesca por parte de muitos jovens, que vão buscar outras atividades, predominantemente urbanas e precárias. Desta forma muitos acabam sendo precariamente incluídos no mercado de trabalho. Além disso a tradição vai sendo perdida e a sociabilidade da área pesqueira modificada, porque além de os filhos não se interessarem mais em exercer a atividade, em alguns casos os moradores acabam vendendo suas casas na localidade a altos preços a pessoas de fora que buscam sossego, o que se por um lado aumenta a complexidade da ocupação, por outro enfraquece a classe⁸³, mas mesmo assim, alguns pequenos pescadores resistem. Quanto àqueles que desistem o problema não é em si a desistência, pois as pessoas são livres para buscar novas e melhores oportunidades. O problema é a falta de preparo para exercer outras atividades, o que acaba ocasionando uma precária forma de inclusão, a não ser quando são aproveitados pelo próprio mercado de trabalho urbano-industrial que vem se formando em torno do transporte de passageiros e cargas marítimas para empresas tais como a Petrobrás e suas terceirizadas. Nesse caso passam a ser trabalhadores formais, com carteira assinada, salário fixo, hora-extra, folga, passam a compor uma hierarquia, deixam de fabricar seus meios de produção e estão submetidos aos interesses das empresas, ou seja, abrem mão da sua liberdade em troca de um salário.

⁸² De acordo com as considerações feitas pela professora Lise Sedres na palestra “Todos os Estados da Baía de Guanabara: uma história ambiental no século XX”, realizada em 07.04.11 no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais- UFRJ: “A soma do óleo que vaza em dois anos é praticamente igual à quantidade do desastre de 2000 e disso nem tomamos conhecimento.”

⁸³ “As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores foram reconhecidas, pela Lei nº 11.699, de 2008, como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca. Cabe às Colônias, às Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores a defesa dos direitos e interesses da categoria, em juízo ou fora dele, dentro de sua jurisdição. A Portaria MTE nº 547, de 2010, estabelece o Cadastro Especial de Colônias de Pescados, no âmbito da Secretaria de Relações do Trabalho.” (Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/cecp/>>. Acesso em 01/05/2012).

Borges (2007, p. 10) nos coloca suas impressões quando da chegada à localidade para acompanhar a construção do CEA:

Pescadores de peito nu, mulheres carregando peso, fardos de compra e vida, crianças, muitas crianças, brincando soltas na quadra.

Uma vida de cidadezinha, um lugar com afeto, essa era a Colônia Z-10.

Agora pescadores são poucos, falta peixe na baía.

Também há casos de pescadores que, devido às dificuldades enfrentadas na pesca, acabam por conciliá-la com outras atividades urbanas temporárias, outros chegam mesmo a desistir dela, migrando principalmente para empresas de construção naval ou de transporte marítimo de equipamentos e pessoas terceirizadas que prestam serviço para a Petrobrás. Desta forma a indústria se apropria de um saber de alguém que detém o conhecimento sobre “como andar nas águas”. Isso é a cooperação urbana, que é perversa porque se apropria dos saberes coletivos, visando única e exclusivamente obter vantagens nessa apropriação, sem nenhuma compensação coletiva justa.

São as condições precárias da pesca na baía de Guanabara que muitas vezes obrigam os pescadores a migrarem para outras atividades, ainda que temporariamente. Ao assinarem a carteira de trabalho acabam perdendo o direito à seguridade especial, que permite aposentadoria aos 60 anos sem contribuição, sendo necessário apenas comprovar ser associado à uma Colônia de Pescadores por no mínimo 15 anos. Qualquer vínculo empregatício formal, com carteira assinada faz com que percam a condição de segurado especial.

É desta forma que a indústria, o urbano e a modernização minam a atividade pesqueira na baía de Guanabara que apesar de sua importância no que se refere ao abastecimento do mercado de alimentos, vem perdendo espaço para outras atividades urbanas no Rio de Janeiro, mas mesmo assim resiste na figura de homens e mulheres, que o fazem algumas vezes por escolha, outras por falta de opção.

Para Weber toda a ação é orientada por um sentido. Associa a dominação a diversos tipos de submissão, que podem estar ligadas a interesses, a costumes e a afeto apontando para o caráter burocrático da dominação legal e para o caráter comunitário da dominação tradicional e carismática.

Esses pescadores possuem sentidos muito diferentes daqueles que não dependem da natureza para viver, daí a dimensão dos conflitos pelo território no contexto dos múltiplos usos da Baía de Guanabara. Desta forma acreditamos no diálogo com Weber (1982).

Os pescadores artesanais exercem sua atividade de forma tradicional, numa cultura que resiste (apesar dos danos) ao poder do mercado, da modernização e da destruição dos lugares. Não que ela não traga nada de positivo, o problema é a forma com que se estabelece, impactando as populações locais e impedindo que elas sobrevivam.

A modernidade reduz o risco geral de certas áreas e modos de vida, mas ao mesmo tempo introduz novos parâmetros de risco, pouco conhecidos ou inteiramente desconhecidos em épocas anteriores. Esses parâmetros incluem riscos de alta consequência, derivados do caráter globalizado dos sistemas sociais da modernidade... é apocalíptico não porque se dirija inevitavelmente à calamidade, mas porque introduz riscos que gerações anteriores não tiveram que enfrentar. (GIDDENS, 2002, p.11-12)

Desta maneira o autor coloca que a modernidade impõe o novo e nega os modos de vida já conhecidos, introduzindo assim riscos desconhecidos ao plano do cotidiano.

Os pescadores são importantes para o abastecimento do mercado de alimentos. Seu trabalho tem um sentido diferenciado, ligado à sobrevivência material e imaterial (reprodução física e cultural) uma produção humana que gera meios para a reprodução, onde há uma dimensão cultural que orienta as ações. Mas qual o sentido de ser pescador, numa metrópole onde o progresso e a modernização colocam constantes ameaças a esse que se constitui num modo de vida que não está ligado apenas ao sustento, ao dinheiro e à renda?

Giddens (2002, p.9) nos fala sobre esse aspecto particular da modernidade que altera a natureza da vida social cotidiana, interferindo e alterando hábitos, costumes e a existência de modos de vida:

As instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social quanto a seu dinamismo, ao grau em que interferem com hábitos e costumes tradicionais, e a seu impacto global. No entanto, essas não são apenas transformações em extensão: a modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais de nossa existência. A modernidade deve ser entendida num nível institucional, mas as transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual, e portanto com o eu.

As estratégias criadas pelos moradores da localidade para enfrentar e resistir ao surto modernizador urbano-industrial e ao tipo de destruição que o acompanha passa pelo estabelecimento “legal” dos primeiros pescadores via Termo de Doação da Marinha do Brasil em 1920. Hoje as raízes dessa resistência estão fincadas neste acontecimento. A localidade busca sua existência num fato histórico apoiado na Marinha do Brasil – instituição de âmbito Federal – num outro momento, de valorização da identidade nacional, para compensar as atuais ameaças sofridas pela globalização. Quando a Prefeitura assume a área na década de 90 essa diretriz é mantida e até ampliada e na tentativa de fazer um resgate dessa história e materializá-la, espalha monumentos contando e valorizando a história local. Desta forma a história oficial é “criada” e a identidade que prevalece sobre as demais é a de “morador da Colônia de Pescadores”. O que os moradores buscam é o reconhecimento pela diferença, que envolve múltiplas identidades concorrentes entre si. Sobre isso nos fala Bauman (2005, p.45):

As guerras pelo reconhecimento, quer travadas individual ou coletivamente, em geral se desenrolam em duas frentes, embora tropas e armas se desloquem entre as linhas de fronteira, dependendo da posição conquistada, ou atribuída segundo a hierarquia de poder. Numa das frentes, a identidade escolhida e preferida é contraposta, principalmente, às obstinadas sobras das identidades antigas, abandonadas e abominadas, escolhidas ou impostas no passado. Na outra frente, as pressões de outras identidades, maquinadas e impostas (estereótipos, estigmas, rótulos), promovidas por “forças inimigas”, são enfrentadas e – caso se vença a batalha – repelidas.

Desta maneira, podemos nos apoiar na afirmativa de Bauman (2005, p.35) de que a identidade aflora diante das ameaças, onde se faz necessário constantes afirmações sobre as origens para justificar e assegurar sua existência espacial: “O anseio por identidade vem do desejo de segurança.”

Também nesse sentido, de acordo com Giddens (2002, p.10):

A modernidade é uma ordem pós-tradicional, mas não é uma ordem em que as certezas da tradição e do hábito tenham sido substituídas pela certeza do conhecimento racional. A dúvida, característica generalizada da razão crítica moderna permeia a vida cotidiana assim como a consciência filosófica, e constitui uma dimensão existencial geral do mundo social contemporâneo. A modernidade institucionaliza o princípio da dúvida radical e insiste em que todo o conhecimento tome a forma de hipótese – afirmações que bem podem ser verdadeiras, mas que por princípio estão sempre abertas à revisão e podem ter que ser, em algum momento, abandonadas.

Conforme colocou Giddens no trecho acima, a modernidade desconsidera o modo de vida diferenciado e as práticas cotidianas coladas a ele, tais como os saberes tradicionais e o hábito, em prol de um conhecimento racional que nunca se basta.

E quando passa a ser preciso valorizar, autodeclarar e fazer valer as diferenças é porque a comunidade já não existe mais, está morta! (ou ameaçada, existe em resquícios ainda). As dúvidas da modernidade a atingiram. Mas passa a ser comum na década de 90 a reivindicação de reconhecimento pela diferença⁸⁴.

[...] Quando começa a versar sobre seu valor singular, a derramar-se lírica sobre sua beleza original e a fixar nos muros próximos loquazes manifestos conclamando seus membros a apreciarem suas virtudes e os outros a admirá-los ou calar-se – podemos estar certos de que a comunidade não existe mais (ou ainda, se for o caso). A comunidade “falada” (mais exatamente: a comunidade que fala de si mesma) é uma contradição em termos. (BAUMAN, 2003, p. 17)

Para concordar com Bauman, o não dito assumiria uma perspectiva diferente da citada anteriormente, não seria composto apenas por aquilo que não quer ou não se pode dizer, mas por práticas comuns que não precisariam ser “ditas” ou “lembradas” devido ao caráter intrínseco a que estariam ligadas ao cotidiano das pessoas no presente e por essa razão inconscientemente. É justamente no momento em que elas começam a deixar de existir que se inicia o processo de tomada de consciência acompanhado do discurso que pretende alcançar o reconhecimento e a valorização de características fortes no passado e ameaçadas no presente. Isso é o que reforça a identidade: “Devido à importância do adestramento social na vida dos sítios, parte das regras sociais é constituída de rotinas quase inconscientes. Isso explica a presença de um não-dito na vida das organizações sociais.” (Zaoual, 2006, p.49)

Zaoual (2006, p.43) nos coloca ainda que o processo de destruição criadora descrito por Joseph Shumpeter vai além do domínio econômico. Ele transtorna os modos de vida, as identidades e as concepções de mundo.

Poderia ser essa a razão pela qual identificamos que a história coletiva local ligada à pesca está muito entranhada nos discursos dos moradores, como se tivessem participado de acontecimentos que foram anteriores à sua própria existência, ou seja, há uma consciência

⁸⁴ Tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Lei de Diretrizes e Bases da educação (9.394 de 1996) pregam o reconhecimento pela diferença.

coletiva que é compartilhada e negociada pelos moradores. Recorremos a Pollak para obtermos uma explicação sobre isso:

Em vários momentos, Maurice Halbwachs insinua não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de “negociação” para conciliar memória coletiva e memórias individuais: “Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum.” (POLLAK, 1989, p.3- 4)

Essa base comum sobre a qual se constrói comportamentos seria arquitetada no lugar, em torno de ações cotidianas que possuem suas representações no espaço:

O sítio é, afinal, um marcador invisível de realidade. Conforme a visão e as representações que difunde entre os seus membros, ele contribui para moldar seus comportamentos e suas ações cotidianas. Produz assim “verdades locais” em torno das quais gravitam os comportamentos individuais e coletivos. (ZAOUAL, 2006, p.34)

Por outro lado a intervenção da Prefeitura no sentido de “re-criar” essa história é bastante recente, da década de 90, e também pode ter ajudado a construir essa identidade e a reforçar a consciência coletiva em torno das verdades locais produzidas das quais nos falou Zaoual no trecho acima. Bauman (2005, p. 26) pode contribuir conosco na reflexão sobre o fortalecimento da identidade diante da crise do pertencimento:

A ideia de "identidade" nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o "deve" e o "é" e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia – recriar a realidade à semelhança da ideia.

São decorrentes da intervenção da Prefeitura a criação da APARU (Área de Proteção Ambiental e Recuperação urbana) do Jequiá, impulsionada tanto pelo reconhecimento da importância da área para a biodiversidade local quanto por uma tentativa de recuperação dos

valores pré-existent, e a polêmica inserção do CEA (Centro de Estudos Ambientais) na localidade.

A APARU do Jequiá

foi criada pelo Decreto municipal nº 12250 de 31/08/1993, possui 145,34ha, está situada na Ilha do Governador. Apesar de não ser dos maiores da Baía de Guanabara, o manguezal do Jequiá deve sua importância a dois fatores: a grande riqueza de biodiversidade e a comunidade que o cerca. (SANCHÉZ, 2010, p.3)

A APARU do Jequiá compreende a área ocupada pela Colônia de Pescadores e seu entorno, conforme nos detalha Sánchez (2010, p.3): “A área de estudo é formada pelo estuário do Rio Jequiá e sua microbacia, o complexo florestal do Morro do Matoso e as áreas ocupadas pela Colônia de pesca Z-10, pela marinha e seu entorno.”

De acordo com o artigo 1º do Decreto 12.250 de 31 de agosto de 1993: “Fica declarada, como Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana – (APARU) do Jequiá, a área constituída pelo manguezal e estuário do Rio Jequiá, o complexo florestal do Morro do Matoso e as áreas ocupadas pelas instalações da Marinha e pela Colônia Z-10.”

Quanto à delimitação e instalação da APARU e do CEA, temos que:

A área de 4200 metros quadrados de manguezal é o local de trabalho de pescadores, a primeira Colônia de pesca a ser fundada no Brasil, em 1920, tem hoje uma comunidade de aproximadamente quatro mil pessoas, além de fazer fronteira com uma área de Mata Atlântica e abrigar espécies de mangue e outras. Ali está localizado o Centro de Educação Ambiental da APARU do Jequiá- CEA Jequiá que foi criado pela Secretaria de Meio Ambiente do Rio de Janeiro- SMAC. (SANCHÉZ, 2010, p.3)

Seja pela intervenção da Prefeitura ou pela insistência de pessoas como o “Zé Luiz do Jequiá” em preservar a história local, pescadores ou não, os habitantes da Colônia assumem-se como moradores de uma área de origem pesqueira que em sua gênese era uma opção para a sobrevivência e hoje passa a ser escolhida como local de moradia de pessoas que buscam estar inseridas na cidade e ao mesmo tempo ter acesso ao sossego, à tranquilidade, à dinâmica diferenciada, à uma proximidade com a natureza, tudo o que uma área tipicamente pesqueira

pode oferecer, pode vir daí a identificação dos novos moradores com a história local que a princípio nasce como

[...] a história dos homens sem História, dos que vivem à margem da história oficial, da história do poder e dos poderosos, dos que mandam. Aquela incrível mescla nos falava do nosso lugar na sequência da vida das pessoas insignificantes, que recolhem ao longo da existência fragmentos de literatura oral do passado, crônicas dos grandes acontecimentos não presenciados, registros da própria existência ritmada pela vida e pela morte, na tentativa de dar sentido à vida. (MARTINS, 2008, p, 118- 119).

Além disso, enquanto os moradores que praticam a pesca buscam uma segurança existencial, os novos moradores estão em busca de uma segurança material, patrimonial. É quase que a fuga de uma metrópole que apresenta seus perigos – como é muito normal nas metrópoles e Grandes cidades brasileiras – sem sair dela, sem deixar de usufruir dela, tendo à mão todos os serviços que ela pode oferecer. Nesse sentido apontamos para a atmosfera de segurança que espraia a partir da vizinha Estação Rádio da Marinha do Brasil e para a própria herança de uma área pesqueira disciplinada pelo controle direto da Marinha e de dinâmica diferenciada do urbano propriamente dito, apesar de interagir com ele o tempo todo e de até fazer parte dele. Por outro lado, a comunidade seria, nas palavras de Bauman (2003, p.19), uma fortaleza sitiada constantemente bombardeada por inimigos invisíveis de fora, onde não se está livre das disputas internas.

A comunidade de entendimento comum, mesmo se alcançada, permanecerá portanto frágil e vulnerável, precisando para sempre de vigilância, reforço e defesa. Pessoas que sonham com a comunidade na esperança de encontrar a segurança de longo prazo que tão dolorosa falta lhes faz em suas atividades cotidianas, e de libertar-se da enfadonha tarefa de escolhas sempre novas e arriscadas, serão desapontadas. A paz de espírito, se a alcançarem, será do tipo “até segunda ordem”. Mais do que com uma ilha de “entendimento natural”, ou um “círculo aconchegante” onde se pode depor as armas e parar de lutar, a comunidade realmente existente se parece com uma fortaleza sitiada, continuamente bombardeada por inimigos (muitas vezes invisíveis) de fora e frequentemente assolada pela discórdia interna; trincheiras e baluartes são os lugares onde os que procuram o aconchego, a simplicidade e a tranquilidade comunitárias terão que passar a maior parte de seu tempo.

Mais do que buscar a tranquilidade, novos e antigos ideais e motivos para ocupar a área se misturam, diferentes atividades aparecem nesse cenário globalizado de múltiplas

identidades, onde o morador da Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira também é morador da cidade do Rio de Janeiro, núcleo da segunda maior Metrópole do Brasil. Mesmo assim a identidade pesqueira continua a estar no cerne da questão, até mesmo como justificativa para se conservar determinadas características, mas a localização da área permite ao morador (que não necessariamente é um pescador) determinadas interseções e relações com o urbano.

Em nosso mundo de "individualização" em excesso, as identidades são bênçãos ambíguas. Oscilam entre o sonho e o pesadelo, e não há como dizer quando um se transforma no outro. Na maior parte do tempo essas duas modalidades líquido-modernas de identidade coabitam, mesmo que localizadas em diferentes níveis de consciência. Num ambiente de vida líquido-moderno, as identidades talvez sejam as encarnações mais comuns, mais aguçadas, mais profundamente sentidas e perturbadoras da ambivalência. É por isso, diria eu, que estão firmemente assentadas no próprio cerne da atenção dos indivíduos líquido-modernos e colocadas no top de seus debates existenciais. (BAUMAN, 2005, p. 38).

O autor nos fala das múltiplas identidades que o indivíduo assume num ambiente de vida líquido-moderno. O mesmo morador da Colônia é também morador da cidade. Não se abre mão nem do calor do abrigo, com os seus costumes e tradições locais que reconstroem o passado nem do direito à cidade, ao urbano com seu presente acelerado e de oportunidades.

4.2- Os movimentos sociais existentes na comunidade e seus conflitos em razão das suas diferentes naturezas: as múltiplas identidades dos residentes na Colônia

Conforme já mencionamos, existem alguns movimentos sociais organizados na Colônia de Pescadores em questão, tais como a ONG Associação de Amigos do Jequiá, a ONG SERPEMA (Serviço, Paz, Ecologia e Meio Ambiente), a Associação de Moradores local e a própria instituição representativa dos pescadores, a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, ou Z-10. Essa organização, por si só já nos mostra o nível de perturbação que a área vem sofrendo, porque o local sofre as influências do global, que precisa do primeiro para se realizar.

Em qualquer nível, a menor perturbação ou mudança provoca reações em cadeia através das quais o sítio busca recompor-se, integrando ou neutralizando a entidade intrusa. Com isso, nada se pode separar, principalmente no que nos pareceria ser de natureza econômica ou tecnológica. Aqui os comportamentos “econômicos” são moldados no sítio e pelo sítio, o que lhes dá o caráter de construções sociais contextualizadas. O sítio cria seu mundo, organiza-o e se organiza no mesmo movimento. Trata-se de um fenômeno de auto-organização. (Zaoual, 2006, p. 32).

Aproveitando a afirmação do autor em torno da organização do sítio, acreditamos que o mesmo mecanismo de defesa e organização que pode neutralizar entidades intrusas pode explicar, pelo menos em parte, a criação dos movimentos sociais locais.

4.2.1 Associação de Amigos do Jequiá:

Criada pelo ambientalista José Luiz de Castro Ferreira, morador que e luta para preservar a cultura e a história de uma localidade anteriormente habitada tão somente por pescadores.

Ele é uma referência quando se trata de história local, indicado pelos moradores mais antigos, pelo presidente da Colônia de Pescadores Z-10, pelo presidente da Associação de Moradores e pelo próprio Centro de Educação Ambiental (CEA), localizado na área e fruto de muita polêmica quando da sua instalação em 1999 por decreto pela Prefeitura do Rio de Janeiro, especialmente porque muitos moradores acreditavam que ele, o José Luiz deveria estar a frente do mesmo.

Borges (2007, p. 9) destaca esse conflito entre o poder da Prefeitura que se impõe e a comunidade local no início das obras para construção do CEA, em 1999, na qual, segundo a autora não houve a preocupação com a cultura local para a escolha do lugar onde o mesmo deveria ser construído e nem a consulta para que a construção tivesse arquitetura compatível com as das residências existentes. Houve conflito para a desocupação e posterior demolição de duas casas antigas de pescadores. “Esse fato gera ainda polêmica na Z-10. Muitos criticam a forma autoritária e truculenta de ação da Prefeitura na época.” (BORGES, 2007, p. 9)

Quanto ao trabalho que já era desempenhado sob a liderança do próprio José Luiz, ele foi praticamente desconsiderado:

A primeira tentativa de implantação do CEA cometeu o erro de ser algo imposto, vindo do governo para a comunidade, não houve a preocupação nem de reconhecer a comunidade moradora nem das atividades de EA [Educação Ambiental] e outras que já ocorriam. (SANCHÉZ, 2010, p.11)

Assim surgiram as oposições ao que estava sendo imposto pela Prefeitura e se formava mais um cenário de disputa entre agentes de poder e os grupos organizados.

Foram três meses de reforma e tecelagem de um tecido de relações políticas entre o CEA e os grupos organizados, como a Associação dos amigos do Jequiá, que se opunha contundentemente contra qualquer atividade da prefeitura. A população fica desiludida e aturdida com promessas de um mundo melhor, Petrobrás, prefeitura, governo do estado, um foco de partidos e promessas, mas pouco acontece naquele lugar lindo e bucólico, bem no canto da ilha no saco do rio Jequiá. (Borges, 2007, p. 10)

O CEA foi instalado em consequência da transformação da área em APARU (Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana), em 1992 que consiste numa categoria de Unidade de conservação que de acordo com Borges (2007, p.1) é a única no país.

APARU é categoria exclusiva do Município do Rio de Janeiro, criada por Lei Complementar 16/92 (Plano Diretor da Cidade). A secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), é o órgão central do Sistema Municipal de Gestão Ambiental. (SANCHÉZ, 2010, p.4)

O decreto nº 12.250 de 31 de agosto de 1993 traz as especificações e justificativas para a declaração da área como APARU do Jequiá, apoiado na Resolução CONAMA n. 4, de 18 de setembro de 1985, no artigo 461 da lei orgânica do Município do Rio de Janeiro e no artigo 128 do Plano diretor da Cidade do Rio de Janeiro, modificado no ano anterior pela Lei Complementar já citada acima.

É importante destacar que o próprio decreto considera que “o movimento preservacionista, há 25 anos, luta pela recuperação e manutenção do manguezal do Saco do Jequiá”. O movimento citado no decreto consiste justamente naquele liderado pelo José Luiz, de acordo com informações obtidas na localidade.

Considera-se ainda no decreto o Relatório “Diagnóstico Ambiental Preliminar Bacia Hidrográfica do Rio Jequiá”, elaborado pela UERJ, que o Ministério da Marinha através do 1º Distrito Naval, necessita das condições naturais existentes para continuar operando a Estação Rádio e ainda a dependência das ações do poder público para a regulação do uso do solo e restauração de suas condições ecológicas e urbanas.

Mata (2008, p. 10-11) nos fala a respeito das suas primeiras impressões sobre o trabalho do CEA quando da realização dos trabalhos de campo que resultaram na sua dissertação e sobre como foi levada, pelos próprios funcionários, a procurar o José Luiz, que é quem detém um conhecimento adquirido de forma autônoma nos livros, na observação e no cotidiano sobre o manguezal e a comunidade, onde vive desde que nasceu.

A Educação Ambiental deve ser uma grande aliada na luta pela preservação do ambiente e, através do CEA, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente se propõe a promover eventos e cursos para a comunidade local e também oferecer visita guiada na área da APARU do Jequiá. Entretanto **os funcionários que ali se encontram não detêm grandes conhecimentos do ecossistema manguezal, tanto que, em minha primeira visita ao CEA, fui orientada a procurar o José Luiz para maiores informações sobre o manguezal**, e, também não conseguem dialogar com a comunidade de forma a aproximá-la do CEA, provocando uma enorme distância entre eles.

O CEA, como órgão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente não reconhece o José Luiz como mentor de todo projeto de preservação e salvação do manguezal, todavia a comunidade reconhece sua luta, esta que, vai de encontros com os interesses políticos da Secretaria Municipal. Por esses motivos, a Educação Ambiental não é trabalhada como poderia ser, e o Manguezal do Jequiá sofre frente às disputas e interesses humanos, dificultando ainda mais a sua sobrevivência. (grifo nosso)

Desta forma a localidade aparece como um espaço de poder, interesses, disputas e conflitos entre múltiplos agentes, que reflete as disputas travadas na cidade e na baía de Guanabara. Um território tensionado de todas as formas, vivendo as incertezas da modernização-urbano industrial, da especulação imobiliária, dos múltiplos usos da baía de Guanabara e das ameaças ao meio ambiente. Assim a área, por um lado atrai uma determinada camada da população, a de baixa renda, excluída pelo aumento da desigualdade social, para a qual se transforma numa possibilidade e por outro atrai um grupo de pessoas de renda um pouco melhor que buscam o sossego e a tranquilidade – e esperam pela regularização dos imóveis – o que torna a localidade mais complexa e faz com que as tradições sejam perdidas, fazendo-se realmente necessário o olhar de alguém preocupado com o futuro desta que vem deixando de ser uma COMUM- UNIDADE. Esse alguém chama-se José Luiz de Castro

Ferreira, apontado e reconhecido pela própria população local e também pelos funcionários do CEA.

Como é de nosso conhecimento, essa não é a única ONG da área.

4.2.2 ONG SERPEMA (Serviço, Paz, Ecologia e Meio Ambiente):

A SERPEMA é uma ONG ambiental criada em 2010 que idealiza estratégias e projetos para melhorar a qualidade de vida, desenvolve meios de educar, trabalhar e preservar o meio em que vive o cidadão, além de cobrar fiscalização aos órgãos competentes nas questões que envolve o Meio Ambiente.

Seu presidente é o Ricardo Tavares, também presidente da Associação de Moradores da Colônia, nos aconselhou que procurássemos o José Luiz para esclarecimentos sobre a área.

A ONG em questão não possui abrangência apenas local, seus principais objetivos são:

- ✓ Defender e preservar a flora, fauna e mananciais nacionais;
- ✓ Promover e incentivar a defesa do meio ambiente e dos recursos naturais;
- ✓ Promover, coordenar e realizar eventos e atividades com finalidade de conservação ambiental e cultural em território nacional;
- ✓ Reivindicar, junto aos poderes públicos municipais, estaduais e federais, medidas de apoio ao meio ambiente;
- ✓ Promover a filiação de pessoas físicas para a continuidade de seus objetivos;
- ✓ Promover ações de fiscalização do meio ambiente urbano e rural em todo o território nacional;
- ✓ Levar ao conhecimento das autoridades competentes para a fiscalização ambiental, quaisquer fatos ou delitos que atentem contra o meio ambiente.

4.2.3 Associação de Moradores da Colônia Almirante Gomes Pereira:

A Associação dos moradores da Colônia está localizada na Rua Hipólito Nascimento, 13.

A instituição surge na década de 90 e visa resolver os problemas do dia-a-dia dos moradores, tais como segurança, limpeza, organização, etc., visando melhorar sua qualidade de vida.

O objetivo é centralizar os problemas por meio de um representante eleito pelos moradores (membros da associação), estes problemas são levados ao conhecimento do Poder Executivo municipal e cobradas as necessárias providências.

Seu presidente é o Ricardo Tavares, mesmo presidente da ONG SERPEMA, e está em seu segundo mandato. Ele nos informou que os órgãos de segurança da área são parceiros da Colônia, tais como o batalhão da polícia e a própria Marinha. A localidade conta também com segurança noturno. De acordo com informações que recebemos na área, ele já disputou as eleições com José Luiz de Castro Ferreira, vencendo por maioria de votos.

Aos finais de semana, como a Colônia é um local muito visitado por outros moradores, o estacionamento é organizado e cobrado no campo de futebol. Também há na saída da localidade um aviso que solicita que os moradores deem a preferência àqueles que estiverem entrando na área, indicada na placa como Z-10⁸⁵, pois a ponte é estreita e só comporta um carro por vez (figura 51).



Figura 51: Placa da Associação de Moradores pedindo a preferência aos veículos que entram na Colônia.

⁸⁵ Forma como é conhecida a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, uma outra referência à origem pesqueira da área, apesar de não ser seu nome oficial e indicar a organização da pesca por entidades de nível municipal.

A população local é bastante festeira. Para as festividades de finais de semana, tais como o pagode, são pedidas autorização ao batalhão das proximidades e muitas vezes são instalados banheiros químicos.

Mas é no Natal que acontece um evento esperado pelas crianças da área e das redondezas, a Associação organiza a chegada do Papai Noel num helicóptero no campo da Colônia, quando as crianças são presenteadas.

4.2.4 Colônia Cooperativa de Pescadores Almirante Gomes Pereira, a Z-10:

A Colônia de Pescadores Artesanais em questão é a instituição reconhecida como órgão de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, sendo uma das 27 existentes no Estado do Rio de Janeiro. Ela está subordinada à Federação dos Pescadores (nível estadual), que por sua vez está subordinada à Confederação Nacional dos Pescadores Artesanais (nível nacional).

A Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, a Z-10, como instituição se confunde com a localidade porque a sua razão de ser tem uma origem histórica na pesca, que foi institucionalizada na Missão do Cruzador “José Bonifácio”, incluindo os pescadores na defesa nacional, organizando e nacionalizando os serviços de pesca no Brasil entre 1919 e 1923. Desta maneira reunia-se assim habitação e trabalho no espaço mais amplo da dita comunidade, tida pela versão local como a primeira a ser institucionalizada no Brasil, em 17 de novembro de 1920.

Em seu livro, Villar (1945) informa que a Missão iniciou em 1919, mas no que tange às datas há uma imprecisão muito grande, pois em sua narrativa ele menciona a saída da cidade Maravilhosa, a chegada e o decorrer da mesma pelo Norte do País. O relato pouco nos situa no tempo quanto à Missão no Norte, mas coloca a volta ao Rio de Janeiro a 2 de julho de 1920, quando o Cruzador José Bonifácio passou por reparos no Arsenal da Marinha, prosseguindo em Missão para o Sul (p.142).

De acordo com José Luiz, a fundação da Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, à época Z-1, ocorreu, apesar de Villar e sua tripulação nunca terem pisado na localidade. Ele instituiu no mesmo dia várias Colônias pela Baía de Guanabara, sendo que apenas a área estudada por nós possui o que chama de sua certidão de nascimento, o termo de doação que pode ser visto no anexo I desta dissertação.

Para ele não é à toa que a Colônia fundada foi intitulada Z-1, a primeira do Brasil. Não temos a intenção de comprovar ou não isso, apesar de sabermos que as Colônias são divididas em zonas dentro de cada Estado, onde cada um possui a sua Z-1. Hoje a instituição em questão já não é mais denominada Z-1 e sim Z-10, mas essa versão da história contada pelos moradores ajuda a fortalecer a sua identidade.

O que podemos afirmar é que na formação da primeira Confederação Nacional de Pescadores do Brasil (hierarquicamente acima das Colônias e das Federações), compondo sua diretoria havia dois jornalistas e apenas um pescador, justamente o Henrique Pereira Fernandes, da Colônia Z-1, “Almirante Gomes Pereira”, da Ilha do Governador, na função de tesoureiro. Ele é citado como intrépido companheiro de luta por Villar (1945, p. 144). De maneira que a Confederação representa os pescadores em nível nacional, podemos entender o papel político e a importância desta Colônia à época pela participação do pescador e morador em sua diretoria.

A figura 52 mostra a primeira Diretoria da Confederação Geral de Pescadores do Brasil. Da esquerda para a direita temos Francisco de Paula Machado, nomeado secretário; Carlos Maul, nomeado presidente (ambos jornalistas) e o pescador artesanal Henrique Pereira Fernandes, da Colônia Z-1, “Almirante Gomes Pereira”, na Ilha do Governador .



Figura 52: Primeira Diretoria da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil. Três brilhantes e abnegados companheiros da Cruzada: Carlos Maul, Francisco de Paula Machado e Henrique Pereira Fernandes. Fonte: Villar (1945, p.145)

A Colônia (sede, instituição, entidade representativa dos pescadores de abrangência municipal localizada na área) funciona até hoje, com a contribuição de seus associados, num prédio de instalações precárias.

Seu atual presidente – já no segundo mandato –, Aníbal Ferreira Almeida Nolau⁸⁶, diz que, para quem vive ali, trabalhar como pescador está ficando cada vez mais difícil:

O pescador artesanal vive com muito sacrifício. A maioria tem barcos pequenos e precisa ir para longe pra matar o peixe, já que, por aqui não existem mais áreas boas. Mas nossa luta não para. Temos 1.600 trabalhadores cadastrados, o problema é que devido às condições de vida muitos não contribuem com a Colônia.

Nem todos os pescadores cadastrados mencionados pelo presidente vivem na área onde está localizada a instituição. A venda da maior parte do pescado local acontece numa banca na entrada da localidade com frutos do mar frescos e preços acessíveis, também há

⁸⁶ Foi uma conversa informal que tivemos em dezembro de 2011, por isso não pensamos e gravá-la. Estamos usando anotações que fizemos durante e logo após o término da conversa.

aqueles que beneficiam o produto e vendem direto para os moradores do entorno já temperado e/ou empanado.

É muito comum na localidade a utilização de pequenos barcos e tem ficado cada vez mais difícil matar grande quantidade de pescado, por isso a maior parte dos pescadores faz a comercialização na banca local e não paga nada por isso, ou seja, a banca está disponível para o uso comum. Isso foi relatado pelo pescador Jorge Henrique e pode ser conferido no trecho destacado abaixo:

“[...]”

Autora: Como é feita comercialização do pescado pelos moradores aqui da Colônia?

Jorge: Aqui na peixaria nossa mesmo.

Autora: Todo mundo comercializa peixe aqui na peixaria?

Jorge: Pescadores da área sim.

Autora: Tem alguém que faz outro tipo de comercialização, beneficiando o peixe e vendendo em outro lugar?

Jorge: Tem, quando tem muita quantidade vende no mercado São Pedro. Quando é muita quantidade eles vendem no Mercado São Pedro. Quando é pouca, a gente vende aqui.

Autora: Tem alguém que vende direto para os apartamentos, para as casas aqui perto?

Jorge: Tem, tem .

Autora: Como é que as pessoas fazem a comercialização na peixaria, elas pagam alguma coisa?

Jorge: Não.

Autora: Então qualquer pescador pode chegar aqui e vender o seu peixe

Jorge: Sim.

Autora: Não tem o pinga⁸⁷? Não tem nada?

Jorge: Não.

Autora: Por que o pinga é muito normal né.

Jorge: Lá no Mercado parece que é 1%.

[...]”

Sr. Jorge Henrique Coutinho, 69 anos.

Entrevista realizada em 18/08/2012.

⁸⁷ O pinga é uma parte do pescado que é retirada como forma de imposto para a comercialização.

Os Pescadores não reclamam das condições das instalações e da infraestrutura com a qual lidam todos os dias na banca, pois, existe água e iluminação para realizarem o trabalho, mas nem todo mundo pensa da mesma forma. Zé Luiz acha que as condições deveriam ser melhores, conforme indicado no trecho abaixo.

“[...]

Autora: Como é que você avalia os investimentos na Baía de Guanabara?

José Luiz: Péssimos.

Autora: E a comercialização do pescado dos moradores daqui da Colônia, é feita onde?

José Luiz: Péssimo. **Eu acho que o pescador não tem ficar ali não, tinha que ficar num lugar muito melhor , lugar com higiene, com melhor qualidade de trabalho, não é para tirar eles dali não...**

Autora: Aham, entendi.

José Luiz: Gelo, investimento...

Autora: Ou seja, infraestrutura, não é uma infraestrutura adequada pra comercialização.

José Luiz: Eles fizeram aquilo ali porque não tem investimento.

Autora: Mas aquela construção, é uma construção que foram eles mesmo que fizeram...

José Luiz: Foram eles mesmos que fizeram.

Autora: Entendi.

José Luiz: Inclusive está ilegal, se amanhã a Prefeitura cismar de tirar, vai tirar do pescador e deixar o negócio de “fofura”, está tudo legal...

[...]”

Sr. José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

O interessante é que a banca, a peixaria é um espaço comunitário construído pelos próprios pescadores do local, ou seja, apesar de hoje serem poucos os pescadores, eles ainda se organizam em comunidade.

Na localidade quase não existem atravessadores, os próprios pescadores capturam as iscas, quando é o caso, o pescado e fazem a venda, num circuito produtivo onde produção, circulação e consumo se dão através do trabalho do próprio pescador, conforme coloca a moradora Marilene:

“[...]

Autora: Como que é a vida na Colônia no dia-a-dia?

Marilene: Olha no dia-a-dia se você chegar aqui, eu tenho pescador que sai 11 h da noite, vai pescar, Chega às 3 da manhã, vai dormir, 6h da manhã está vendendo seu peixe, eu tenho pescador que sai daqui 4h da manhã, larga a sua rede e quando dá 10h da manhã vai buscar. Eu aquele que sai 5h da manhã vai pegar a sua isca, camarão, sardinha, o que tiver né, dando aqui pela nossa redondeza e vai pescar até 10h da manhã. **Você chega aqui na banca você pega o peixe fresquinho, pulando, então atravessador aqui eu acho que são muito poucos, mínimo, mínimo porque a tradição daqui, independente de ter uma hereditariedade né de pai pra filho, mas eles procuram fazer o produto deles ter valor. Então você chega aqui 10h da manhã, se você quer comer um peixe fresco no seu almoço você tem, com certeza.** Vamos dizer, você não vai encontrar muita variedade porque a gente pesca com o que está na época. **Se você quiser um peixe mais diferente aí você tem que ir até a... que nem nós temos aqui o Catico, você tem que pegar o Catico e conversar com ele porque ele vai a remo daqui a Ponte Rio- Niterói para pegar peixe e pega peixe mesmo. Ele mergulha e pega, a isca dele é o mexilhão, ele mergulha, ele pega o mexilhão e passa a noite lá embaixo da Ponte Rio- Niterói e trás anchova, pescada e trás peixes variados e bonitos. Mas a gente que tem o barquinho aqui a remo né não tem, não vou dizer nem disposição, não tem a saúde que ele tem, graças a Deus. A gente pega o peixinho que dá aqui que não é pouco não. Dá variedade boa, mas tem que ver a época, o cardume tem que entrar, então a gente espera por isso e fica ali.**

[...]”

Sr.^a Marilene Cosme do Nascimento, 50 anos.

Entrevista realizada em 22/09/2012.

Marilene nos fala do saber e da proximidade com a natureza, próprios da atividade. Alguns pescadores, tais como o Catico vão buscar o peixe nas proximidades da Ponte Rio-Niterói a remo, onde há mais variedade em razão do fluxo e da renovação de água próprios da entrada da barra (entre a Fortaleza de Santa Cruz- Niterói e o Forte São João- Morro Cara de Cão-RJ) e outros, mais pacientes esperam o cardume entrar e pescam em seus pequenos barcos nas proximidades, de acordo com a época, o que a natureza traz. A figura 53 abaixo mostra os pescadores em seu dia-a-dia. A comercialização normalmente acontece pela manhã. Moradores de fora da Colônia vão buscar peixes frescos na banca da localidade. À esquerda temos o pescador Jorge Henrique Coutinho, um dos entrevistados nessa pesquisa, comercializando o seu pescado.



Figura 53: Peixaria dentro da Colônia de Pecadores. Fonte: Jamylle Ferreira; 06/12/2012.

Mas nem sempre se tem sucesso na comercialização. Segundo Américo Gonçalves de Araújo, um dos pescadores da Z-10, que vive desde criança na área e aprendeu a pescar com o pai: “algumas vezes, é preferível levar o peixe para casa do que vendê-lo devido aos baixos preços oferecidos.” De qualquer forma nada se perde.

O pescado possui um papel essencial na estrutura do consumo alimentar. Ele é fonte de segurança alimentar, conforme defendeu o governo brasileiro na 29ª Sessão do Comitê de Pesca da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) que aconteceu em Roma, Itália entre 31/01 e 04/02/11. O Brasil enxerga a pesca como fonte de erradicação da miséria, já que pela lei da oferta e da procura o aumento da produção poderá fazer com que o pescado fique mais barato o que, conseqüentemente, aumentará o consumo, levando ao aumento da renda de populações vulneráveis. Desta forma fala-se em produção sustentável de pescado a nível internacional quando ainda muitos dos pescadores se articulam dentro de seus bairros e áreas próximas ou através de atravessadores, abrindo mão de grande parte do lucro em favor destes, o que não é o caso da Colônia porque ela não visa

exclusivamente a relação comercial, mas a tradição, conforme colocado na entrevista acima pela moradora Marilene.

Assim há a necessidade de a pesca ser vista não apenas como uma atividade econômica viável e sustentável, mas como “atividade tradicional importante como referência de identidade e de pertencimento, de trabalho, de economias solidárias e de construção das sociabilidades que fazem frente às mazelas da pobreza” (conforme Silva. In Silva (org.) 2011).

Deve-se considerar ainda pesca artesanal como um importante posto de trabalho, responsável por mais de 50% da produção do mercado fluminense de acordo com Silva. In Silva, Oliveira & Ribeiro (orgs.) 2012, em grande parte voltada para o consumo interno.

Na Colônia alguns pescadores já possuem clientela certa no bairro, mas a relação dos pescadores/moradores da localidade com o bairro não se resume apenas a compra e venda de pescado, há também o futebol, o Clube Madrugada, o bloco da Colônia Z-10, a Festa de São Pedro, a festa junina e etc., eventos que promovem a integração e a convivência com os moradores do entorno, mais especificamente no nível de bairro. Há aqui uma cooperação urbana, numa relação onde os pescadores vendem seu o peixe fresco para moradores do bairro e entorno e também compram produtos do entorno, além de alguns ancorarem seus barcos nas proximidades, fora da Colônia, conforme depoimento de Marilene:

“[...]”

Autora: Onde os pescadores guardam os barcos?

Marilene: **Bem, nós temos os barcos pequenos que ficam por aqui mesmo, pela redondeza. Nós temos ancoradouros por aqui. Temos barcos maiores que não dão para passar por debaixo da ponte que ficam ali no Cabaceiro, onde a gente está até procurando a reestruturação daquela ponte do Cabaceiro porque já tivemos até alguns acidentes porque ela não está estruturada para passar, entendeu? Tem que ter muito cuidado. Temos pescadores daqui que deixam no Zumbi, porque é maior ainda, aí deixam no Zumbi. Aí saem daqui, vão para o Zumbi, pegam um barquinho que já fica lá disponível, deles também, até chegar aonde eles estão ancorados e vão.** Então é dividido, mas aqui os barquinhos pequenos. A remo todos estão aqui, 99%. Nós temos todo o aconchego. Tem do lado de lá da maré, tem do lado de cá da maré, nós temos dois aqui atrás, então dá para todo o mundo. Tem gente que bota para perto de casa lá para dentro do manguezal que mora lá por dentro.

Autora: Mas dá para colocar então o barco atrás da sua casa?

Marilene: Eu infelizmente não moro beirando ao mangue, mas quem mora deixa em frente à sua casa.

[...]”

Sr.^a Marilene Cosme do Nascimento, 50 anos.

Entrevista realizada em 22/09/2012.

O mais interessante do depoimento de Marilene são as referências dela. Quando questionada sobre a possibilidade de colocar o barco atrás da casa ela responde que não no caso dela, mas alguns moradores que moram na beira do rio podem ancorar em frente à sua casa. Ou seja, o que para nós seria os fundos da casa, para ela é a frente, o rio Jequiá, onde há o fluxo de pequenos barcos e através do qual os pescadores têm acesso ao seu local de trabalho, a baía de Guanabara, de onde tiram o sustento das suas famílias.

Voltando às relações da área com o entorno, observamos que é muito comum encontrarmos na localidade moradores de fora, principalmente aos finais de semana, quando buscam o peixe mas também entretenimento. Sobre isso José Luiz tem uma explicação.

“[...]

José Luiz: O que as pessoas hoje estão procurando é segurança, né?...Isso aqui é mais seguro do que você morar na Vieira Souto, em Copacabana, no Leblon, na Barra, onde **a cerveja é gelada e é barata, onde tem o bloco vermelho e branco...**

Autora: Entendi...

José Luiz: Entendeu. **Tem um amigo que já foi Comandante aqui da Estação Rádio, ele mora na Barra, ele fala, pô Zé Luiz eu gosto de vir pra cá porque onde eu moro eu não conheço nem o cara que mora em frente a minha casa, as pessoas passam por mim e abaixam a cabeça, aqui um sacaneia outro, é piada, é sacanagem, sabe, todo mundo...eu sacaneio ele...Se você chama o cara para tomar uma cerveja, ele acha assim, esse cara tá a fim de me dar uma volta, me oferecendo uma cerveja? Não tem nada a ver, é porque fomos criados diferentes.**

Autora: **Entendi. Então a relação aqui é completamente diferente de lá de fora?**

José Luiz: **Totalmente diferente.**

Autora: **E você acha as pessoas têm buscado ter essa relação? Ter uma relação como essa...**

José Luiz: **Têm. A Colônia não é um lugar nem melhor nem pior do que lugar nenhum, simplesmente diferente. Nós não temos vizinhos, temos parentes, nós não somos um povo, aliás, nós não somos gente, porque gente é aglomerado de pessoas, nós somos um povo. Temos história, tradição, cultura, somos um povo alegre, festeiro, e recebemos todos de braços abertos.**

[...]”

Sr. José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

A figura 54 abaixo mostra como um pouco dessa relação da Colônia de que nos fala José Luiz com o bairro.



Figura 54: Bloco da Colônia. Foto cedida por José Luiz de Castro Ferreira. Data desconhecida.

A Colônia seria um lugar bastante receptivo segundo a Moradora Marilene. Ela também confirma essa relação da área com o entorno, a paixão pelo futebol, pelo bloco da localidade, que carrega consigo moradores do entorno e a procissão de São Pedro que se realiza dentro da Colônia e também vai de encontro ao bairro. Essas são tradições locais, segundo ela.

“[...]”

Autor Mas isso aqui nós temos a nossa área de lazer aqui embaixo, que tem aqui oh, tem o nosso campo, tem o..., eu chamo de cornódromo, eu chamo. Mas isso aqui é um pátio é um anfiteatro que a gente faz tudo. Tem política, tem igreja, tem bloco, a partir agora de novembro, Deus quer começa agora. Então é um divertimento isso aqui. Nós temos espaço para tudo.

Autora: **Aqui dentro tem tudo então. A pessoa que quer se divertir não precisa sair daqui?**

Marilene: Não, não. O pessoal sai às vezes porque quer ver um artista, alguma coisa assim né, mas **novembro até fevereiro carnaval é o que não falta aqui. Nosso ensaio aqui do bloco, nosso bloco é conhecido, faz tradicionalmente a nossa trajetória. Nós trazemos junto, saímos para passear daqui à Ribeira, Zumbi, Colônia e a gente carrega toda a população daqui, mais a da Ribeira, mais a do Zumbi.** O bloco você tem que ter a oportunidade de vir, filmar e levar isso para você para ver o que que é uma coisa muito gostosa. Todo mundo gosta.

Autora: **Você acha que é uma tradição da Colônia o Bloco?**

Marilene: **É, é porque eu sou desde pequenininha. Era caprichosos, era teimosia, agora é vermelho e branco. Mas as pessoas continuam as mesmas e assim vão levando, vão levando, vão levando. É muito bom, muito bom.**

Autora: **O que você acha mais que é tradição da Colônia. Tem alguma outra coisa aqui que seja tradição?**

Marilene: **Olha nós temos nossa igreja de São Pedro né. Todo o dia 29 de junho, isso é de práxis, seja lá o padre que tiver. Tem a nossa quermesse dia 29. Tem, se não cair no final de semana, a gente tem o final de semana com a nossa procissão interna. Dia 29 é a procissão interna e no final de semana, domingo seguinte é a nossa procissão externa. A gente tem essa tradição, não tem como tirar. O nosso bloco sempre foi a alegria e é, sempre foi. Já chegamos a desfilar lá em Pilares, já chegamos a banho de fantasia em Ipanema, mas o bom é aqui, o negócio é aqui. Não tem que se expandir. É aqui, é aqui que a gente reúne todo o mundo. Você chega aqui dia do bloco eu acho que a Colônia toda vem pra cá e fica todo o mundo aqui, as crianças, todo o mundo, todo o mundo....**

[...]"

Sr.^a Marilene Cosme do Nascimento, 50 anos.

Entrevista realizada em 22/09/2012.

Esses eventos, de acordo com o depoimento acima não só integram as pessoas no contexto do bairro e contribuem para a popularidade da Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira na Ilha do Governador, como também permitem que se possa viver as tradições locais, nascidas junto com a localidade e com a entidade representativa dos pescadores, no seio comunitário, possibilitando uma volta às origens.

4.3- Quando a origem fala mais alto: José Luiz de Castro Ferreira, o conhecido Zé Luiz do Jequiá

“– Zé Luiz não quer ser presidente, Governador ou Prefeito. O que quer Zé Luiz?” Pedro Bial

“– Eu quero deixar pro meu filho o que não deixaram pra mim.” Zé Luiz

José Luiz de Castro Ferreira nasceu em 14 de julho de 1958 na Rua Américo Goulart, localizada na Colônia e foi amparado pela conhecida dona Bilica, uma antiga parteira da área. Filho do senhor João Luiz Ferreira e da senhora Maria Adelaide, sua família veio de Portugal, onde o pai trabalhava na roça e a mãe na indústria da pesca, na limpeza de sardinhas. Ao chegar aqui no Brasil, seu pai se engajou na pesca, constituindo moradia inicialmente no Caju, onde também havia uma Colônia de Pescadores, a Z-2, tida como a maior da Baía de Guanabara. Posteriormente, em 1952, comprou um terreno na Colônia, onde passou a morar, conforme relatado pelo entrevistado abaixo:

“[...]

Autora: E aí só sua mãe e seu pai vieram para o Brasil, vieram só eles dois?

José Luiz: Não; vieram a minha vó com a minha mãe, os dois irmãos dela vieram para o Brasil

Autora: E eles vieram morar aonde?

José Luiz: **Primeiro foi no Caju, aí depois meu conheceu aqui a Colônia e veio para a Colônia, em 52.**

Autora: Você sabe, tem ideia de **por que o seu pai veio morar na Colônia?**

José Luiz: **Porque moravam num focinho de porco né, num cortiço, lá a vida é muito difícil. E aqui encontrou uma casinha de madeira, o terreno era grande né; aí dividiu o terreno no meio e deu para meu avô e minha avó fazer uma casa, daí a vida continuou.**

Autora: **Mas não tem uma história de que não dava, não podia comprar terreno aqui.**

José Luiz: **Ah, isso é história de Marinha, aí como pescador, um conversava com o outro, falou com o presidente da Colônia tal, aí pediu ao Comandante, tal...**

Autora: **Na prática então era diferente daquilo que está no papel?**

José Luiz: **É, mas se não fosse o pescador, se não tivesse uma indicação, se a pessoa não era boa, de boa índole, todo aquele processo, não entrava aqui dentro.**

[...]”

Sr. José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

O que nos surpreende é que na época os terrenos não poderiam ser vendidos, mas de acordo com o relato de José Luiz, as pessoas interessadas em morar na área acabavam

conseguindo alguma concessão para construir suas casas, desde que fossem pescadores e tivessem boa índole.

Exatamente 20 anos depois de o pai de Zé Luiz comprar o seu terreno aparece explicitamente na ordem interna da Estação Rádio da Marinha de nº 24, de 13 de março de 1972⁸⁸ a informação de que os imóveis não poderiam ser vendidos, alugados ou comprados. A fiscalização seria exercida pelo Prefeito Militar da Colônia de Pescadores Z-1, um militar subalterno do efetivo da ERMRJ que dentre as diversas atribuições deveria exercer fiscalização no sentido de coibir transações ilícitas de imóveis na localidade. É provável que esse documento tenha sido elaborado levando em consideração a expansão da população, deixando clara assim a proibição de negociações nesse sentido e permitindo um controle mais efetivo da área.

Como pescador, seu pai conseguia sustentar a mulher, um filho (o Zé Luiz) e duas filhas, mas o falso progresso foi chegando e se instalando até atingirmos a atual situação, onde grande número de pescadores não consegue sustentar com seu trabalho suas famílias. Isso faz com que muitos abram mão – não sem resistir – do sentido de ser pescador para sanar necessidades mais imediatas tendo em vista as possibilidades oferecidas pela metrópole que inclui as pessoas de forma precária em seu sistema e é geradora de problemas de todo o tipo, entre eles, a poluição que corre pelos rios e chega à Baía de Guanabara. Com o rio Jequiá não é diferente.

O trabalho desse morador, um ativista autodidata consiste em conscientizar as pessoas sobre a importância do manguezal, localizado no rio mais expressivo da Ilha do Governador, responsável por drenar grande parte da água de chuva, o Manguezal do Jequiá, que se mistura com a mata e atrai grande variedade de espécies, inclusive aquelas afugentadas pelo frio de outras áreas do globo⁸⁹. O vazamento do navio iraquiano IBN TARIK, que atingiu a região marcou o início do trabalho do ambientalista em 1974⁹⁰:

“[...]”

⁸⁸ Vide anexo V.

⁸⁹ O manguezal recebe a visita de aves migratórias, como por exemplo, os maçaricos, que fogem do frio do hemisfério norte, e, segundo Zé Luiz possui a maior quantidade de buracos de caranguejos por metro quadrado da cidade do Rio de Janeiro.

⁹⁰ Até a década de 70 Ipanema (1991) afirma que o bairro da Ilha era considerado nobre. Borges (2007, p. 8) nos confirma até essa década a existência de belas praias, mata e piscosidade no rio Jequiá, mas a partir daí os problemas trazidos pela modernização urbano-industrial se tornam mais visíveis.

José Luiz: **...o navio Tarik vazou. O Jequiá, isso aqui era uma riqueza, marisco, camarão, siri, aqui tinha tudo. O óleo entrou, além de acabar com tudo, ainda pegou fogo.** Naquele tempo, não se falava nem em manguezal, mangue, pessoal até uma vez foram a uma palestra que eu dei e os professores achavam que manguezal era plantação de mangueira! E a gente vai lutando, vai brigando, vai tirando, vai arranjando inimigos.

[...]

José Luiz: Depois que houve esse vazamento, o manguezal começou a se degradar.

Autora: Quando foi mesmo?

José Luiz: **1974, era uma semana Santa. A primeira viagem do Comandante e de sua guarnição. Ele bateu com o casco na Baía de Guanabara, vazou de madrugada. Eles não sabiam o que poderiam fazer. Aqui no Jequiá foi mais de 50 minutos de fogo fora a lama que ficou toda. Então os moluscos morreram, os crustáceos foram para o espaço, as árvores pegaram fogo. Em 1986, eu recebi a visita de duas pessoas que tenho um carinho muito grande, nem sei se ainda estão vivas até hoje, estou ficando velho, a gente não sabe mais. A doutora Dorati e a minha amiga, a Norma Grunde Maciel. Elas vieram conhecer o manguezal, a Norma me abraçou e falou assim: Meu filho, desiste que isso aqui não tem mais jeito.** Eu tenho um vídeo daqui, eu vou fazer agora um documentário sobre o Jequiá. Muita gente vai chorar, você pode ter certeza disso. Que quando chegar, eu estou montando com o Celso que é meu amigo que tá fazendo a edição, as partes frias e as partes quentes; como era e como ficou. E a música que vai tocar os anos quentes, muita gente vai chorar, muita gente vai chorar.

Autora: E quem são essas duas amigas que você tá comentando?

José Luiz: Elas trabalham na FEEMA

Autora: Ah na FEEMA, certo. Elas aconselharam você a desistir e **por que você não desistiu?**

José Luiz: **Porque eu sou brasileiro, sou teimoso.**

[...]"

Sr. José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

Apesar de ter sido orientado em 1986, conforme trecho acima, a desistir de recuperar o manguezal, ele permaneceu em seu objetivo.

Essa luta da qual nos fala José Luiz para salvar o Manguezal do Jequiá já dura pouco mais de 3 décadas e tem repercussão junto à comunidade local e do entorno.

Sua busca de conhecimento é apontada pelos moradores da localidade como importante para manter não só o manguezal do Jequiá, um atrativo da Colônia⁹¹ que vem resistindo aos impactos do urbano, mas a história local.

Resolvemos escrever sobre ele por achar que é uma peça chave na tentativa de fortalecer a identidade dos moradores com a pesca e com a Marinha. Ele persiste, com suas ações voltadas para a recuperação do passado, na manutenção de sentimentos de

⁹¹ Muitos alunos de escolas da Ilha do Governador visitam a Colônia para entenderem a importância desse ecossistema.

pertencimento que têm origem na história da localidade, antes de deixar de ser uma área exclusiva de moradia de pescadores controlada pelos Militares. Segundo o entrevistado esse sentimento de pertencimento “*está acabando*”, mas ele se esforça para mantê-lo, inclusive criando rituais para lembrar que a Colônia em questão nasce num terreno doado pela Marinha a pescadores, conforme podemos confirmar a seguir:

“[...]”

Autora: É o meio que você tem para manter algo que está acabando?

José Luiz: Que está acabando. Quem que lembra o aniversário da Colônia? A Marinha manda uns marujos para levantar a bandeira, né? Um contra mestre para apitar, né? Mudando totalmente o ritual, porque a bandeira, ela é oito horas da manhã, cinco para as oito o contra mestre, o auxiliar grita, né? Dizendo que na Estação Rádio: “PWZ sinal para a bandeira!” Aí fica cinco minutos esperando dá oito horas, para falar: “Em continência, a bandeira içã”. **Aqui a gente perdeu muito, já era dez horas da manhã...**

Autora: **Mas essa... quando eles estiam a bandeira e tudo, essa comemoração, esse ritual, ele vem de onde?**

José Luiz: **Fui eu que inventei.** Foi o aniversário da Colônia que eu descobri, primeira Colônia de pesca, Gomes Pereira, Frederico Villar, o sofrimento que o Villar passou... Quando ele foi expulso com seu navio do Maranhão, porque tinha um cara, o coronel, que ele se arvorava o dono da praia, cobrava pedágio para o pescador ir para o mar, passar pela praia, os peixes só poderiam ser vendidos na peixaria dele. Eu estou falando de 1920, tá?”

[...]”

No livro em que o Comandante Frederico Villar relata a Missão não há informação sobre essa expulsão do Maranhão do Cruzador José Bonifácio, da qual nos fala Zé Luiz, pelo contrário, a Missão parece ter transcorrido de forma positiva, mas o que nos interessa nesse trecho é o fato de ter sido criado um ritual por Zé Luiz para lembrar a origem da Colônia.

São anos de muitas conversas com a comunidade local, educando e influenciando a percepção dos vizinhos em relação à importância da preservação do ecossistema e também sobre a história da comunidade. Seu engajamento ficou visível nos depoimentos e também em conversas informais que tivemos com moradores a respeito da área, na qual seu nome era indicado para nos esclarecer determinadas situações, conforme pode ser conferido abaixo pelos trechos de depoimentos:

“[...]”

Aristides: **...Nessas entrevistas você entrevistou o José Luiz?**

Autora: Entrevistei.

Aristides: Ele não te falou nada sobre esse documento? Ele foi uma das pessoas que estava interada a esse assunto.

[...]"

Sr. Aristides Costa Amaro, 54anos.

Entrevista realizada em 03/10/2012.

“[...]

Autora: Se o senhor tivesse que me indicar alguém ou uma instituição pra que eu fosse buscar informação histórica e ambiental da Colônia.

Jorge: O presidente da Colônia de Pescadores Z-10.

Autora: E se fosse só ambiental

Jorge: **Seu Zé Luiz**

[...]

Autora: O senhor sabe sobre a historia da Colônia?

Jorge: Muito pouco. Quem sabe é os “antigão” mesmo.

Autora: E o que o senhor sabe o senhor pode contar para a gente? Mesmo o pouco que o senhor sabe, você pode contar para a gente? Do jeito que o senhor sabe, não tem problema nenhum.

Jorge: É difícil. Para gravar assim é fogo né. **Quem tem esse documento todo é Zé Luiz. Aproveita que eles estão de bobeira ali e conversa com ele.**

Autora: É, eu vou conversar. Eu até marquei com ele hoje para conversar.

Jorge: **De vez em quando ele faz uma demonstração aí, de pescadores antigos entendeu. Indico sempre esses caras, porque esses caras vieram bebê para cá. Então conhecem a história toda.**

[...]"

Sr. Jorge Henrique Coutinho, 69 anos.

Entrevista realizada em 18/08/2012.

Conversando com os moradores, hoje parece difícil pensar nessa possibilidade, mas Zé Luiz relata que já tentaram colocar a comunidade contra ele quando a Prefeitura mandou derrubar as casas de antigos pescadores para a construção do prédio do CEA:

“[...]

Autora: **Quais foram as outras lutas que você esteve envolvido Zé Luiz?**

José Luiz: **A comunidade contra mim, por que disseram que eu mandei derrubar casas dos pescadores para fazer o centro de educação ambiental, me jogaram contra a Marinha do Brasil, hoje sou amigo da Marinha, descobriram que jogaram, me manipularam, política filha.**

Autora: Que quer dizer ser amigo da Marinha do Brasil?

José Luiz: é um diploma que você ganha com uma medalha. Ganhei medalha de ministério da agricultura. Quer me deixar revoltado é colocar sapato e meia no pé!

Mas o que hoje estou satisfeito é que hoje a comunidade me reconhece. Eu sofri muito filha.

[...]

Autora: Colocaram você contra as pessoas, afirmando que você tinha mandado derrubar casas, que eram as casas dos pescadores.

José Luiz: Isso; inauguramos o viveiro no morro da Shell; quando inauguramos a segunda vez, a secretaria de meio ambiente veio aqui e derrubou e colocaram na minha conta. Nesse dia da exposição fotográfica, todo mundo ali, cerimonial a bandeira, chegou a fiscalização da Prefeitura para perturbar os pescadores, o pessoal que colocou toldo ali.. como o tal de Marcelo Hudson, lá da secretaria de Meio ambiente fala: ele tem o trabalho, mas eu tenho a caneta. Eles vem com a máquina na mão....

[...]

Autora: E essas casas Zé Luiz, eram casas de pescadores, era rancho, era o que?

José Luiz: De pescadores.

Autora: De pescadores. Casas antigas, modelos antigos.

José Luiz: Eram. Casas de estuque, tijolos maciços...

[...]

José Luiz: Quando derrubaram, nos fomos na delegacia, e a delegacia do meio ambiente disse que era uma obra ilegal e estava poluindo o solo. Quando o cara falou bastante eu perguntei: Doutor delegado, posso falar uma coisa? Que que é? Olha essa foto aqui. Que isso? Essa foto aqui é de um rancho, que derrubaram, é uma obra ilegal. Essa foto é de 62. Esse cara que mandou derrubar foi exonerado. Quer dizer, arranjei mais um inimigo

[...]"

Em nossas conversas percebemos que ele é o homem das metáforas. A importância que dá à história local e às tradições ele nos fala através de uma delas:

“[...]

José Luiz: Você não modifica o paradigma de uma comunidade, não importa que seja a Colônia, a Ilha do Governador, Rio de Janeiro, Estado, Brasil sem educação! **O país que tenta tirar o São Cosme e Damião e colocar o Halloween, estão de brincadeira com a gente pô.** Eu falei esses dias lá, quando eu fui no mangue com, pediram para fazer uma visita, o pessoal da Prefeitura, para conhecer o manguezal, eu levei eles lá. Quando chegou, **quando**

foi entrar no mangue, eu falei assim: peraí. Meti a mão no bolso, botei três dentes de alho, peguei um cigarro e arranquei o filtro e coloquei um pouco de cachaça numa folha, ela pegou e perguntou se isso era macumba, eu disse: não, eu to pedindo permissão para a vovó do mangue para entrar, por que a ultima vez que eu fui entrar e não pedi a permissão para ela, a jararaca me pegou e eu fiquei três dias internado. Se é verdade, se é mentira, eu não sei; não sei se Cristo foi crucificado.

[...]"

Sr. José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

Zé Luiz acredita na importância da história e da tradição como base da sociedade. Para ele as pessoas precisam ter suas referências muito bem definidas, conforme nos relata no trecho abaixo:

“[...]

povo que não sabe de onde vem, não sabe para onde vai. O Ermínio me ensinou que a cultura tem que ser tratada como caso de segurança nacional.

[...]

José Luiz: Quando você perde a base, olha... Eu não sou religioso, mas quando Cristo falou: “Pedro, sobre esta pedra erguerás a minha Igreja.” Esta pedra é história, é tradição, é a cultura, é educação, é saúde, é a base. Você não faz um prédio em cima de areia fofa, ele vai cair, ele vai cair.

[...]"

Sr. José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

Sua preocupação em manter a história local da comunidade viva aparece no trecho da entrevista a seguir, e confirma a nossa hipótese de que o fortalecimento da identidade se dá diante das inseguranças que aparecem com a mudança de controle da área de forma estratégica:

“[...]

Autora: O que mudou com essa mudança de controle, para os moradores?

José Luiz: **Perda do paradigma da comunidade, a comunidade perdeu sua identidade.**

Autora: Perdeu sua identidade...

José Luiz: **Perdeu sua identidade. Quando a gente faz aniversário da Colônia, exposição fotográfica, levanta a história... Isso é um meio que eu tenho e algumas pessoas que me ajudam, eu não sou sozinho não, porque ninguém faz nada sozinho não, de tentar manter uma coisa que está acabando.**

Autora: É o meio que você tem pra manter algo que está acabando?

José Luiz: Que está acabando. Quem que lembra o aniversário da Colônia?...

[...]"

Sr. José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

O trecho da entrevista vem a convergir com as ideias apresentadas por Bauman (2003, p. 17), que nos diz que quando a comunidade precisa falar sobre si e sobre seu próprio valor, o que tem sido feito pelo Zé Luiz e pelas pessoas que o ajudam, é porque ela não existe mais, ou melhor, ela pode ter perdido as características que justificavam sua existência. Daí a importância da memória: rememorar é uma forma de manter vivo aquilo cuja existência está ameaçada, ou, nas palavras do nosso entrevistado, “*que está acabando...*”. Mas pelo que vimos nas entrevistas de moradores e pescadores não é a identidade que está acabando, ao contrário, ela tende a ser reforçada por exposições, fotos, comemorações e documentários para compensar as perdas das características originais dessa que ainda insistimos em chamar de comunidade. A questão que se coloca é: esse é o fim da comunidade? Não necessariamente. Talvez essa seja a comunidade pesqueira do presente.

José Luiz é uma figura importante para manter a história dessa comunidade, que olha para trás para amenizar as incertezas do presente. Ele era apenas um menino com seus 15, 16 anos, quando se deu conta tanto da importância do ecossistema ali existente para a sobrevivência e reprodução da vida em sua comunidade como para filtrar os danos causados pela grande cidade, os assoreamentos e conter ou aliviar as tensões de cheia, devido à existência do Saco do Jequiá (com área de aproximadamente 11% de toda a bacia), que proporciona o amortecimento dos grandes volumes drenados, antes de seu lançamento na Baía de Guanabara, o que minimiza as inundações causadas pela ocupação sistemática e desordenada, que gera aumento nos volumes de água em razão da elevada taxa de impermeabilidade do solo.

Ele elaborou nos anos 70, com base em livros do Instituto de Pesquisas da Marinha, um relatório⁹², a respeito das condições ambientais locais e conseguiu impedir que o manguezal fosse aterrado.

Na década de 80 criou a Associação Amigos do Manguezal do Jequiá, da qual é presidente. A ONG só foi registrada em 98, por falta de dinheiro para oficializá-la, conforme relatado por ele:

“[...]”

Autora: **...quando surgiu a Associação dos Amigos do Jequiá?**

José Luiz: **Acho que foi em 98, por que a gente não tinha dinheiro para poder registrar a Associação** e tal.

Autora: Em 98 ela já está registrada então?

José Luiz: Acho que é, se não me engano é.

Autora: É uma ONG, não é isso? Você é presidente dela?

José Luiz: Sou. Estou presidente

[...]”

Sr. José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

Segundo José Luiz, em 1990, um relatório encomendado pela prefeitura à UERJ⁹³ antes de aterrar definitivamente o manguezal e construir o “Parque das Garças” reconheceu a importância do bioma. Ele afirma ter participado, ainda nessa mesma década do movimento que impediu a Prefeitura de construir uma estrada que passaria pelo local.

Finalmente em 1993, o decreto 12.250 transformou o manguezal em Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU). Diz ele que a Prefeitura assume esse feito, mas

⁹² Ao qual tivemos acesso possibilitado pelo Coordenador Geral da equipe técnica formada para realizar o Diagnóstico Ambiental Preliminar da Bacia Hidrográfica do Rio Jequiá, o professor Elmo Rodrigues da Silva.

⁹³ “A Comunidade empenhada em lutar pela defesa do ecossistema, deflagrou a campanha pela recuperação dos Manguezais. Foi empreendida a tentativa de se obter soluções técnicas por parte das instituições públicas. Diversas reuniões foram realizadas e, em 1989, criou-se uma comissão para debater o assunto, sendo constituída por técnicos da FEEMA, UERJ, COMLURB, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e por representante da Comunidade, a saber: Colônia de Pesca Z-10, FAMERJ, AMA-ZUMBI, Estação Rádio da Marinha, Movimento Ecológico e Social – “Os Verdes” e o Comitê Ecológico Cultural da Ilha do Governador (CECI).

Sensibilizada pelo movimento a Prefeitura Municipal, através da Sec. Municipal de Obras e Serviços Públicos solicitou ao Departamento de Engenharia Sanitária e do Meio Ambiente da UERJ, uma proposta de estudo preliminar da área, sendo os trabalhos iniciados em Março de 1991, com duração prevista de 3 meses.” (Relatório Final do Diagnóstico Ambiental Preliminar da Bacia Hidrográfica do Rio Jequiá –Ilha do Governador – RJ, p.07)

essa foi uma conquista comunitária que envolveu muita pressão aos órgãos públicos, deixando-os sem saída. Mata (2008, p.27) também nos fala sobre esse empenho de José Luiz na recuperação do manguezal.

A iniciativa de José Luiz de Castro Ferreira, um ambientalista, autodidata, nascido e criado na Colônia Z10, em salvar o manguezal, transformou o ecossistema em uma Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana, numa luta que já dura 30 anos.

O morador e pescador Jorge Henrique Coutinho nos confirma essa informação de que já existia uma luta pelo meio ambiente antes da implantação da APARU e do CEA.

“[...]”

Autora: Já tem gente aqui dentro que luta por meio ambiente né?

Jorge: Tem pô, já tinha.

Rodrigo: Essa instalação dessa área de proteção foi uma luta dos pescadores, de vocês aqui ou a Prefeitura que chegou aqui...

Jorge: Não, Antes de qualquer envolvimento já existia.

[...]”

Sr. Jorge Henrique Coutinho, 69 anos.

Entrevista realizada em 18/08/2012.

Para ajudar na proteção do patrimônio natural da área, foi idealizado um projeto que, em 1995 criava a primeira estufa para produção de mudas de mangue, tendo a adesão e participação comunitária.

Com 14,5 por 21 metros a estufa era o berço para produção de mudas de dez espécies de mangue e da Mata Atlântica.

O projeto foi Patrocinado pela da Shell do Brasil e contou com o apoio da Estação Rádio da Marinha do Brasil e do grupo Mundo da Lama. Logo depois foi inaugurada uma nova e mais completa estufa, considerada a maior da América Latina, voltada para a recuperação e reflorestamento de área de mangue em terreno cedido pela Shell do Brasil de mais de 50 mil metros quadrados. José Luiz nos fala um pouco sobre esse projeto:

“[...]

José Luiz: **Reflorestar a parceria com a comunidade pesqueira.**

Autora: Entendi. Essa estufa produziu uma grande quantidade de mudas.

José Luiz: **60 mil por ano.**

[...]

Autora: É, repete pra gente mesmo quantas mudas você produzia lá na estufa.

José Luiz: **60 mil de 4 em 4 meses.**

Autora: **De 4 em 4 meses...**

José Luiz: **Não, não, por ano.**

Autora: Por ano; aí você plantava aqui no Jequiá mesmo ou ia para outro lugar?

José Luiz: A, nos levamos também para outros lugares, as pessoas pediam mudas, Itaipu, Itaipuaçu.

[...]”

Sr. José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

O projeto envolvia também ações de educação ambiental em escolas do entorno, a conscientização da comunidade local e a construção de instrumentos musicais utilizando o lixo retirado do mangue para que as crianças da área tivessem uma ocupação cultural enraizada na comunidade, já que as músicas versavam sobre temas locais. Mas, segundo ele, por razões políticas foi paralisado.

Abaixo a figura 55 mostra José Luiz em atividade com as crianças da área, tendo como tema a fauna e flora local.



Figura 55: José Luiz conversando com as crianças sobre o Manguezal do Jequiá. Fonte: Monteiro, 2005

A figura 56 mostra o entrevistado, José Luiz em seu envolvimento cotidiano com a fauna e flora do manguezal do Jequiá na década de 90.



Figura 56: José Luiz do Jequiá em atividade no manguezal na década de 90. Foto cedida pelo professor Doutor Elmo Rodrigues da Silva

Por não possuir formação na área ambiental⁹⁴, José Luiz foi alvo de uma ação judicial por promover o replantio de espécies de mangue e teve que pagar multa: “Fui processado por produzir mudas sem ter formação de engenheiro ambiental. Tive que pagar multa e brigar com muita gente, foi muita pressão...”

Em entrevista ele nos contou que isso aconteceu depois de uma reportagem do final do Fantástico, que falava positivamente do projeto no dia da árvore, dia 21/09/2008:

“[...]

Autora: ...quando foi que vocês implantaram esse projeto, quais foram as dificuldades?

José Luiz: Não, dificuldade não teve nenhuma não. A única dificuldade foi por que **a secretaria de Meio Ambiente ao invés de nos ajudar, nos prejudicou**, por que infelizmente no dia da árvore, não sei se você viu esse vídeo, a Monica Sanches que é minha amiga até hoje, veio aqui, conheci ela naquele dia e ficamos amigos, ela veio aqui fazer uma matéria para o Jornal Nacional, sobre a recuperação do Manguezal do Jequiá. Aí morreu a Lady Dy, ficou 15 dias falando da Lady Dy e eu todo dia olhando para a televisão. Aí depois morreu a Madre Teresa de Calcutá, eu falei: não sei mas. Um dia eu estava em casa, minha mãe morando num quatinho, sufoco que a gente passa né, minha esposa passando roupa, eu pegando meu filho para ir dormir, e **quando o Bial começou a falar um negócio, eu não entendi muito bem o que era, estava nem prestando atenção, aí apareceu o sol e uma graça cortando o sol, aí apareceu uma imagem e eu falei assim: isso é o Jequiá. Minha mulher tem um ciúme desse mangue; ‘só pensa no Jequiá’. Final do Fantástico, no dia da árvore; na terça feira eu estava sendo processado pelo CREIA, exercício ilegal da profissão, porque eu não era engenheiro florestal e não poderia produzir mudas de mangue nem plantar. Paguei R\$444,22.**

[...]”

Sr. José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

Alguns moradores acham que ele deveria exercer alguma atividade no CEA em razão da sua luta pelo manguezal e pela Colônia.

“[...]

Autora: E a APARU de Jequiá, ela nasce na década de 90. A APARU do Jequiá você acha que é fruto de que? Das lutas dos moradores ou da própria Prefeitura que quis colocar?

Jorge: A Prefeitura colocou, mas na minha opinião aquilo ali é uma cabine de emprego, pois ali quem entra não conhece nada.

⁹⁴ Pois é um autodidata e aprendeu tudo que sabe por conta própria, no convívio na Colônia, prestando atenção à sutileza com que a vida se manifesta no manguezal.

Autora: Você esta falando do CEA?

Jorge: Isso aí, da APARU mesmo. Isso aí. Eu já quase discuti com um cara ali por causa disso.

Autora: Na verdade então veio alguém de fora?

Jorge: É lógico, **na minha opinião tem que ser os caras da daqui de dentro mesmo.**

[...]

Rodrigo: Mas como que a Prefeitura entrou aqui?

Jorge: Ai meu filho, as são... (risos). Quem foi fundador disso aí foi Eduardo Paes. Hoje em dia ele é o que? Foi ele que inaugurou aquilo ali. E hoje em dia ele é o que?

Rodrigo: Ele é o Prefeito dessa cidade.

Jorge: Isso! Dá uma olhada ali no prédio. Você vê a placa lá com o nome dele. Mas vai lá, e **you vê o prédio, a porcaria que está aquilo lá. E tem o seguinte: ninguém entende de nada. Ali ninguém entende de nada. Pô, um centro desse aí, é para tomar conta do meio ambiente...**

[...]"

Sr. Jorge Henrique Coutinho, 69 anos.

Entrevista realizada em 18/08/2012.

José Luiz está desempregado há 3 anos, mas sempre é procurado para organizar alguma exposições sobre a área. Dois exemplos foram as exposições “*Janelas do Tempo*” e “*Olhar de Pescador*”⁹⁵, fotos antigas da área e dos rostos dos pescadores da localidade, mostrando seu olhar sofrido, respectivamente. A exposição Olhar de Pescador ficou no CEA durante um período e já esteve também num evento sobre a pesca artesanal na UERJ que organizamos, sob a liderança da professora Catia Antonia da Silva.

Quando perguntamos sobre projetos futuros ele fez menção aos que, segundo ele, por razões políticas, atrapalharam sua trajetória:

“[...]

Autora: **Você pode citar os projetos que você participou, que você participa para melhoria das condições do meio ambiente? Ou seja, que beneficiam o meio ambiente, que beneficiam a pesca?**

José Luiz: **Já passou tudo filha, hoje já não tem mais nada...**

Autora: Mas já tiveram muitos?

José Luiz: **Já. Hoje já não tem mais nada. Eles conseguiram!**

⁹⁵ Ver folder e convite para as duas exposições nos anexos X e XI

Autora: Você tem pretensão de mais a frente fazer algum outro projeto, engajar algum outro projeto?

José Luiz: Tem um outro poeta, chamado Mário Quintana, ele foi indicado três vezes para a Academia Brasileira de Letras, e ele nunca pediu, na terceira vez ele ficou puto, e ele escreveu um dos menores poemas da nossa literatura: **“A todos aqueles que atravancaram o meu caminho, eles passarão e eu passarinho.”**

[...]”

Sr. José Luiz de Castro Ferreira, 54 anos

Entrevista realizada em 18/08/2012.

José Luiz é um homem de metáforas. Ele gosta de poesia, mas acima de tudo ele gosta de lembrar a história de seu povo, que se mistura com a dele, porque estando envolvido ele se sente vivo. Ele fala com propriedade da história local (e se esforça para juntar dados, fatos, fotos, livros) e do Manguezal do Jequiá, que ajudou a recuperar, porque antes de tudo ele é um homem de ação e porque não dizer, depois de sua última frase, de estratégia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação tratou da pesca artesanal não apenas como atividade econômica importante para o abastecimento do mercado de alimentos, mas como uma atividade tradicional que possui uma base comunitária e serve como importante referência de identidade, de pertencimento, de trabalho e de sociabilidade para inúmeras famílias. Essa atividade extrativista vem sendo ameaçada pela modernização urbano-industrial não apenas na localidade estudada, mas no que se refere ao setor como um todo, devido a um processo de crise que acelera sua precarização. Nesse sentido aqui está uma contribuição para entendermos não apenas os conflitos e problemas que vivem os pescadores da localidade pesquisada, mas o drama de inúmeros pescadores que veem seu modo de vida ser dilacerado pelos projetos e processos que não carecem ser personificados na figura dessa ou daquela empresa, mas ser explicitados de forma mais ampla porque fazem parte de grandes processos de reestruturação produtiva que se colocam em nome do capital, que não consideram a diversidade.

Os pequenos, mas inúmeros pescadores artesanais enfrentam problemas comuns relacionados aos múltiplos usos da baía de Guanabara e se veem desrespeitados pelos grandes agentes com os quais dividem com prejuízos o seu espaço, fragmentado em razão de tantos interesses.

Essa dissertação contribui para pensarmos o pescador artesanal em seus sentidos e suas ações. Sua organização, muito frágil não dá conta de envolvê-los na defesa de uma causa comum e abrangente, o que fragmenta e enfraquece a classe: cada grupo luta pelos seus próprios interesses, muitas vezes reduzidos à escala local, como uma questão de sobrevivência imediata, raramente de forma política e ampliada. Os pescadores ainda não sabe a força que têm, mas a resistência e as iniciativas locais contribuem para que eles descubram essa força no interior de suas comunidades para só então, fortalecidos, lutarem contra a hegemonia das grandes empresas que se materializa de forma singular em cada lugar, ainda que componha uma só realidade, a de expropriação territorial, ou desterritorialização desse grupo social em favor do capital.

A modernização nega a história das pessoas comuns e a história dos lugares, daí nosso interesse em centrar forças nas particularidades desse núcleo de moradia e trabalho, a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, fundada durante a Missão do Cruzador José Bonifácio (1919-1923) sob o nome de Colônia Cooperativa de Pescadores Almirante Gomes Pereira, a antiga Z-1 e atual Z-10. Uma missão que reuniu os pescadores de todo o país em

Colônias Cooperativas e buscava fundar escolas, conceder terras, fundar postos de saneamento, dar liberdade – ou controlar essa liberdade obtida com a abolição da escravidão – em troca da parceria dos pescadores na defesa do território nacional no pós-guerra (1914-1918).

A comunidade enfrenta as pressões do seu entorno de classe média, da modernização urbano-industrial, da especulação imobiliária, do crescimento urbano desordenado, além daquelas que se colocam para todos dos pescadores da baía de Guanabara. Aqui o pescador artesanal é o pobre urbano.

A dissertação contribuiu também na formulação do conhecimento e da revelação dos contextos e dos debates entre a Geografia Urbana e a História Social, que tem o território como conceito articulador entre os campos analíticos de mundo remetendo às relações de poder e às relações sociais na produção da materialidade.

No primeiro capítulo apresentamos rapidamente os conceitos de lugar e território tentando justificar o emprego de ambos e não a escolha de apenas um, pelo fato de os mesmos se complementarem ao longo da dissertação. Apesar de sabermos que essa opção nos expõe a críticas, mais prejudicial seria desconsiderar uma abordagem em detrimento de outra para satisfazer um recorte puramente metodológico que poderia comprometer nosso entendimento sobre as questões que se colocavam.

No capítulo 2, dividido em dois momentos, inicialmente fizemos uma discussão conceitual para dar consistência e melhor situar o leitor a respeito da utilização da memória e da história oral como fonte primária. Essa etapa de trabalho em campo foi seguida de análise e recorte de trechos das entrevistas cedidas para ajudar a construir nossa experiência, que está sintetizada nesta dissertação. Foi uma experiência em que tentamos dar voz àqueles que são a todo o tempo calados por processos que se colocam de cima para baixo, mas que resistem.

No terceiro capítulo situamos a Colônia na Ilha do Governador e no que diz respeito à sua relação com a Estação Rádio, tanto pelo fato de a comunidade ter se constituído em sua área, o que pressupõe parcerias e conflitos, mas também contribui na formação de uma identidade, quanto pelo contexto em que a mesma foi reconhecida, numa missão que visava organizar e institucionalizar a pesca e seus serviços de norte a sul do Brasil, criando cooperativas de pescadores, postos de saneamento, construindo escolas e dando-lhes terra para estabelecerem sua moradia. Na prática os moradores passavam por muito controle e tinham que obedecer às restrições impostas pela Marinha, pois a área era militar. Mas se por um lado estar numa área militar de certa forma restringia a liberdade, por outro anunciava

proteção, ao mesmo tempo, contraditoriamente, que colocava a insegurança de uma possível remoção. Era preciso manter uma boa relação com a Estação Rádio da Marinha porque apesar das promessas de terras feitas pela Missão do Cruzador José Bonifácio, o máximo que se conseguiu foi uma concessão para os pescadores habitarem e trabalharem na área, sem nunca terem obtido tão sonhado título de propriedade dos terrenos, numa relação de subordinação, de controle, de “parceria” e de dominação militar que durou mais de 70 anos (1920-1996), o que justifica a identidade dos moradores da Colônia com a Marinha e também o respeito que a ela devem até hoje. A Missão, uma política nacional voltada para a pesca justifica a permanência dos moradores no local, principalmente porque, segundo conta a versão dos moradores e pescadores da área, ela teria sido a primeira Colônia Cooperativa de Pescadores instalada no Brasil, uma versão não confirmada pelo livro onde Villar (1945) conta as suas experiências na Missão, mas que de qualquer forma anuncia que estava presente entre os integrantes da primeira Diretoria da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, aliás o único pescador dentre os integrantes, como tesoureiro o pescador Henrique Pereira Fernandes. Desta forma, se a Colônia em questão foi ou não a primeira a ser fundada, um título tão disputado Brasil a fora, não podemos garantir nem desmentir, até porque esse não é o nosso objetivo. O que podemos dizer pela presença do pescador Henrique Pereira Fernandes na diretoria da Confederação, entre outros jornalistas que dela participaram, é que com toda a certeza ela foi uma das comunidades de pescadores artesanais contempladas na Missão, das primeiras que foram institucionalizadas no Brasil. O importante é que essa história ajuda a compor a identidade dos moradores e a justificar a sua resistência.

Identidade essa que se fortalece numa década em que progressivamente se anunciam as ameaças do desconhecido e as mudanças na área (criação pelo município de uma nova categoria de área de conservação ambiental – a APARU – sob o apoio da Marinha e de representantes da sociedade civil e a organização da Associação de Moradores – movimento social representativo da luta urbana, ambos em 1993). Chegava o momento de deixar de ser uma área militar para compor o espaço urbano da cidade, então a Prefeitura assume definitivamente a área em 1996 (não sem que a Estação Rádio da Marinha tivesse tentado transferir os moradores para outra área em 1986). Nesse momento surgem outras inseguranças e incertezas, associadas às antigas, mas também promessas, melhorias e o fim das restrições impostas pelos militares. A partir daí o preço dos imóveis aumenta substancialmente – o que acaba incentivando muitos pescadores a venderem suas casas – e a quantidade de casas também. Os novos moradores procuram sossego, proteção e proximidade com a natureza e

nisso a localidade é famosa. Mas nada muda com relação à propriedade dos imóveis, apesar de, a portaria nº 632 de 28 de novembro de 1996 ter estabelecido a cessão da área da Marinha para a Prefeitura sob regime de aforamento, ficando sob sua responsabilidade não só as obras de infraestrutura, saneamento básico, urbanização mas também a regularização dos imóveis, tendo sido estabelecido o prazo de cinco anos para que esses objetivos fossem cumpridos. Os serviços urbanos chegaram, porém até hoje, apesar das promessas, os moradores não possuem título de propriedade dos imóveis, o que é motivo de insegurança que justifica voltar às origens e fortalecer a identidade de área tradicional pesqueira doada no contexto de uma Missão Nacional da Marinha voltada para a pesca.

Como se não bastassem todos os problemas que enfrentam no local, os pescadores ainda estão sujeitos a problemas que são comuns na baía de Guanabara, tais como poluição, o aumento do tráfego de grandes navios e as áreas de exclusão à pesca – nas proximidades de bases militares, de empreendimentos, de dutos, de navios, etc. – em grande parte associadas às formas com que o capital se apropria do espaço, levando a desvincular o sujeito desse espaço ou a torná-los mais fortes e resistentes em suas lutas cotidianas.

Numa área tal como essa, fortemente ligada a sua origem, entendermos as relações que se dão na década de 90, portanto no tempo presente seria difícil sem voltar ao passado, daí a nossa opção metodológica pela divisão da sua história em dois marcos regulatórios, onde o primeiro possui os elementos necessários para a compreensão das estratégias e da criatividade de pessoas comuns para lidar com os problemas em seu cotidiano, mas é a partir do segundo marco regulatório que esses problemas precisam ser enfrentados. É a partir desse momento que há a necessidade de afirmação. Assim se fortalecem as identidades locais como forma de resistência diante das ameaças e conflitos impostos pela modernização urbano-industrial a partir da década de 90, o que foi discutido ao longo do capítulo 4.

Essas pessoas na verdade reivindicam o direito à cidade (às oportunidades, às lutas urbanas por direitos sociais e ambientais espelhadas em seus movimentos sociais) sem ter que abrir mão das suas identidades, do seu modo de vida, da sua tradição, das suas memórias que, situados no plano existencial, fazem parte da cultura local.

O fechamento desse último capítulo se deu com a história de vida de alguém reconhecido pela comunidade como sujeito ativo no processo de fortalecimento da identidade, de preservação da memória do lugar, de algumas das disputas pelo território e pela sua luta em favor do manguezal do Jequiá – fundamental para a manutenção do ambiente pesqueiro. Esse alguém é José Luiz de Castro Ferreira, o conhecido Zé Luiz do Jequiá.

Essa abordagem não seria possível sem a colaboração dos sujeitos corporificados que por meio de sua oralidade recompõem a história possível de ser construída no presente e explicitada socialmente. Nesse sentido esse trabalho é uma construção social, onde muitos são os sujeitos e os autores, mas a voz é a dos subalternos que na impossibilidade de escrever e esperando por dias melhores contaram sua história reivindicando outros meios de luta, a escrita.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.
- AMADOR, Elmo. Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: Homem e Natureza. Rio de Janeiro: E. S. Amador, 1997
- BAUMAN, Zygmunt, 1995. Identidade: entrevista a Benedeto Veichi/ Zygmunt Bauman; tradução, Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005
- BAUMAN, Zygmunt,. Comunidade: a busca de segurança no mundo atual. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003
- BRAUDEL, F. *Écrits sur L' Historie*. Paris: Flammarion, 1969.
- BORGES, Cristina Xavier de Almeida. Do nascimento ao acaso de Unidade de Conservação: Área de proteção ambiental e recuperação urbana – APARU Jequiá. Disponível em http://www.anppas.org.br/encontroanual/encontro2/GT/GT07/cristina_borges.pdf. Acesso em 9 mar. 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandrini. O Lugar no/do Mundo. São Paulo: FFLCH, 2007
- CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 2007. 2ª edição.
- _____. A invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1994.
- _____, GIARD, Luce & MAYOL, Pierre. A invenção do Cotidiano: 2. Morar e Cozinhar. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2011. 10ª edição.
- COHN, Gabriel. Introdução. In: MAX WEBER: Sociologia. Gabriel Chn (Org). São Paulo: Ática, 1982. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 13). P. 7-34.
- FERREIRA, Janylle de Almeida. Favelado ou Pescador? Estudo sobre a estigmatizada e segregada Comunidade Pesqueira do Gradim – S.G.- São Gonçalo/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Faculdade de Formação de Professores/ Departamento de Geografia, 2008.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). História Oral e Multidisciplinaridade. Rio de Janeiro: Diadorim/FINEP, 1994.
- _____. Entre-vistas: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994.
- _____. & AMADO, Janaina. Usos & abusos da História Oral. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.
- GIDDENS. Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar. 2002.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 3ª edição.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004

IPANEMA, Cybelle de. História da Ilha do Governador. Rio de Janeiro, Livraria e Editora Marcello de Ipanema, 1991

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. Madri: Alianza, 1984.

_____. O direito à cidade. São Paulo. Centauro, 2001.

_____. Revolução urbana. Belo Horizonte. UFMG, 1999.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In A escrita da história: novas perspectivas. Burke, Peter (orgs). São Paulo: UNESP, 1992

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala/ José de Souza Martins-2.ed. ver. e ampl.- São Paulo: Contexto, 2008

MATA, Teresinha Malvares Victorino da. O Manguezal do Jequiá e José Luiz de Castro Ferreira - Uma história de entrelaces. Rio de Janeiro/ Universidade Cândido Mendes/ Núcleo de Educação Ambiental, 2008.

MONTEIRO, Vera Dailce Paiva. Paisagem e Memória: o manguezal do Jequiá na construção da memória de uma colônia de pecadores na Ilha do Governador. Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/ Memória Social e Documento, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder e o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

RATZEL, Friedrich. “Anthropogeographie”. *Encyclopedia Britannica Online*. Disponível em <http://www.britannica.com/>. Acesso em 02 Jan. 2013.

RESENDE, Alberto Toledo. O papel do Estado no controle territorial e sua relação com a estruturação da atividade pesqueira brasileira na Primeira República, 2011

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Urbanidade e vida metropolitana. Rio de Janeiro: Jobran Livraria e Editora, 1996.

SANCHÉZ, Celso. Educação Ambiental na APARU (Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana) do Manguezal do Jequiá – Rio de Janeiro. In: Revista Educação Ambiental em Ação. Nº32, 2010. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=855&class=02>>. Acesso em 20/11/2011

SANTOS, Milton. Espaço e Método. 3ª Edição. São Paulo, Nobel, 1992.

_____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 2ª Edição. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, Record, 2000

_____. A Urbanização Brasileira. São Paulo. Hucitec, 1994a

_____. Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994b

_____. Por uma Geografia nova. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978

_____ & SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século. XXI. São. Paulo. Editora Record, 2001.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória coletiva & teoria social. São Paulo. Annablume, 2003.

SILVA, Catia Antonia da; BERNARDES, Julia Adão; ARRUZO Roberta Carvalho & RIBEIRO, Ana Clara Torres. Formas em crise: utopias necessárias. Rio de Janeiro: Editora Arquimedes, 2005.

_____; OLIVEIRA, Anita Loureiro de; RIBEIRO, Ana Clara Torres (orgs.). Metrôpoles: entre o global e as experiências cotidianas. Rio de Janeiro: Editora EdUERJ, 2012.

_____ (org.). Território e ação social: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2011.

_____ (org.). Educação ambiental na escola. Algumas experiências do cotidiano à luz da metodologia de ensino da cartografia da ação social. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SOJA, E. W. Geografias Pós-Modernas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993

SOUZA, E. C. O conhecimento de si. Estágio e narrativas de formação de professores. RJ: DP&A; Salvador: UNEB, 2006

THOMPSON, Paul. A voz do passado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia, 1930.

VILLAR, Frederico. A Missão do Cruzador “José Bonifácio”. Os Pescadores na Defesa Nacional. A Nacionalização da Pesca e Organização de seus serviços (1919-1923). Subsídios para a História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Gráfica Laemmert Limitada, 1945

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Volume 1. Brasília: Editora UNB, 2000

_____. A Ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo. Ed. Biblioteca Pioneira de ciências Sociais, 1997. 12ª edição.

_____. Classe, Estamento e Partido. In: Gerth H. H. & Wright Mills, C (orgs.). Max Weber - Ensaios de Sociologia. Cap. VII. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982. P. 211-228.

_____. Os três tipos puros de dominação legítima. In: Max Weber: Sociologia. Gabriel Cohn (org.) São Paulo: Ática, 1982. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 13) p. 128- 141 - Ensaios de Sociologia. Cap. VII. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982. P. 211-228.

ZAOUAL, Hassan. Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global; tradução Michel Thiollent. – Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006

FONTES DOCUMENTAIS

1) Fonte Impressa

Relatórios anuais Ministeriais da Marinha (1916-1924) – Acesso via Serviço de Documentação da Marinha;

Portaria de Nomeação de Encarregado de 07/01/1916 - ordem do dia 07/1916 – P. 1011;

Aviso 2.246: Aviso de Lotação da Radiotelegráfica 26/06/1931– Boletim 27/1931 Página 38;

Termo de Doação de 1920 da Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira;

Termo 90, lavrado em 24 de novembro de 1938;

Avisos e Circulares da Marinha do Brasil nº 36 (de 9 de Setembro de 1937);

Regimento Interno da Colônia de Pescadores Z-10;

Ordem Interna da Estação Rádio da Marinha nº 24 de 13 de março de 1972;

Portaria 471- Formação das Colônias de Pesca de 23 de dezembro de 197;

Resolução CONAMA n. 4, de 18 de setembro de 1985;

Lei Complementar 16/92 (Plano Diretor da Cidade);

Decreto nº 12.250 de 31 de agosto de 1993;

Lei orgânica do Município do Rio de Janeiro;

Lei 8.630 de 25/02/1993. Dispõe sobre o regimento jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias;

Decreto de estabelecimento de populações extrativistas nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007;

Lei de pesca 11.699 de 13 de junho de 2008;

Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca;

Projeto de Lei nº 1.514/91 institui o dia 05 de setembro como o "Dia da Ilha do Governador";

SILVA, Elmo Rodrigues (Coord.) – UERJ (Depto. de Engenharia Sanitária, de Biologia Animal e Vegetal, Instituto de Biologia e CEPUERJ) Diagnóstico Ambiental Preliminar da Bacia do Rio Jequiá, Ilha do Governador – RJ –Relatório final (junho de 1991).

2) Fonte Digital

- ✓ PETROBRÁS. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) .

Disponível em:

<<http://www.petrobras.com.br>>. Acesso em 07/02/2008

<<http://www.portalbaiadeguanabara.com.br/sitenovo/>>. Acesso em 24/05/2012

- ✓ Notícias sobre o Terminal pesqueiro na Ilha do Governador (RJ) .

Disponível em:

<<http://www.plurale.com.br/noticias-ler.php?codnoticia=9556>> Acesso em 15/05/2012

<<http://pescamadora.com.br/blog/?tag=terminal-pesqueiro>>. Acesso em 02/01/11

- ✓ Notícia sobre a intensificação do fluxo de embarcações na baía de Guanabara.

Disponível em:

< <http://gonzagapatriota.com.br/2012/numero-de-barcos-na-baia-de-guanabara-cresce-146-em-tres-anos-e-preocupa-ambientalistas/>> Acesso em 1/06/2012

- ✓ Informações sobre cursos de graduação em Engenharia de Pesca.

Disponível em:

<<http://www.cdmb.furg.br/text.php?id=5&nivel=graduacao>> . Acesso em 1/06/2012

- ✓ História da Shell no Brasil (Ilha do Governador) .

Disponível em:

<http://www.shell.com/home/content/bra/aboutshell/who_we_are_tpkg/our_history/brazil>. Acesso em 03/02/2012

- ✓ História da Ilha do Governador.

Disponível em:

<<http://oilhado.blogspot.com.br/>>. Acesso em 06/07/2011

<<http://www.rotaryilha.org.br/node/48>>. Acesso em 18/07/2011

<<http://tereivictorino-ea.blogspot.com.br/2010/04/um-pouco-da-historia-da-ilha-do.html>>. Acesso em 05/05/2011

<<http://fotolog.terra.com.br/ilhadogovernador>>. Acesso em 20/11/2011

<<http://www.ilhacarioca.com.br/historia-da-ilha-do-governador/>>. Acesso em 27/12/2011

- ✓ Renda média, população (incluindo aglomerados subnormais) da Ilha do Governador.

Disponível em:

<<http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/>> . Acesso em 15/06/2012

<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/96_notas%20t%C3%A9cnicas%20-%20plano%20estrat%C3%A9gico%2010%20e%2011.PDF> . Acesso em 15/06/2012

- ✓ Colônia de Pescadores Z-10.

Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/zona-norte/colonia-de-pescadores-10-mantem-as-tradicoes-3928514>> Acesso em 19/06/2012

- ✓ 29ª Sessão do Comitê de Pesca da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) que aconteceu em Roma, Itália entre 31/01 e 04/02/2011.

Disponível em:

<<http://blog.planalto.gov.br/brasil-defende-em-roma-o-pescado-como-fonte-de-seguranca-alimentar/>> Acesso em 19/12/2012

- ✓ Histórico da Pesca no Brasil - Cartilha da Colônia de Pescadores Z-20 et al.

Disponível em:

<<http://www.slideshare.net/zeinhocoimbra/cartilha-colnia-de-pescadores>>. Acesso em 2 de janeiro de 2013.

- ✓ Histórico da Pesca no Brasil - Cartilha da Colônia de Pescadores Z-20 et al.

Disponível em:

<<http://www.slideshare.net/zeinhocoimbra/cartilha-colnia-de-pescadores>>. Acesso em 2 de janeiro de 2013.

- ✓ Aglomerados subnormais – IBGE

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2051>. Acesso em 29/0/2012)

ANEXOS

Anexo I: Termo de Doação da Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira

Um lugar chamado Colônia Z – 1

“Almirante Gomes Pereira”

(Atual Z – 10)

(termo de doação da 1ª colônia de pescadores do Brasil)

Rio de Janeiro, GB em 17 de novembro de 1920

Snr. Inspector de Marinha.

3823,

Em referencia a vosso ofício nº 972-a secção de 6 de outubro ultimo, declara-vos para os devidos etfeitos fins que , attendendo á solicitação do Comando do Cruzador “José Bonifácio” do serviço de pesca e saneamento do litoral, ora resolvo conceder, a título precário, á Colônia Cooperativa de Pescadores “Almirante Gomes Pereira”, para sua instalação em terreno necessário compreendido da Ponta do Mirante para dentro da Bacia de Jequiá, na Ilha do Governador.

Saúde e fraternidade.

Offº 1509-Insp. P. e Costas

25 de outubro de 1920

1815

Anexo II: Avisos e Circulares

n. 36, de 9 de setembro de 1937

AVISOS E CIRCULARES

Do Sr. Ministro da Marinha

Nº 1.509 – Em 3 de setembro de 1937

Ao Sr. Capitão-de-Mar-e-Guerra Galdino Pimentel Duarte.

Regularização de próprios da Marinha

- 1 Afim de esclarecer completamente a propriedade dos terrenos e bens pertencentes ao Ministério da Marinha em todo o Brasil, as autoridades da Marinha nos Estados em que os terrenos da Marinha ocupados sem termo de concessão escripto para este fim, deverão convocar os respectivos ocupantes, afim de regularizarem a situação em que se acham, mediante lavratura de termos de concessão de ocupação e título precário, respeitados os direitos decorrentes da documentação que pôr elles for exhibida. Para que assim seja cumprida, deveis transmitir aos Capitães dos Portos e aos Delegados das Capitánias, como já fizestes com minha ordem ao Comando Naval de Matto-Grosso e ás demais autoridades navaes dos Estados do Sul, estas minhas instrucções afim de serem devidamente observadas.
- 2 Outrossim, deveis regularizar a forma dos termos, de acordo com as condições do Ministério e de quem os tiver.

Anexo III: Termo 90

Ministério da Marinha

Estação Rádio da Marinha no Rio de Janeiro

Cópia extraída do livro de termos de ocupação dos Terrenos

Pertencentes ao Ministério da Marinha na Ilha do Governador

Existente nesta comissão

À Fls 137 e 138

TERMO Nº 90

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e trinta e oito na Estação Radiotelegráfica da Ilha do Governador, presentes os Senhores Capitães Tenentes ALFREDO MARIA DO AMARAL NEVES encarregado da Estação e AROLDO TOSCANO Imediato e o Sr. EUCLYDES DOS SANTOS, brasileiro, Presidente Interino da Colônia Cooperativa de Pescadores “Almirante Gomes Pereira”, com 50 anos de idade, casado, residente a Rua Alexandre Rosa s/nº, na mesma Colônia em Jequiá Ilha do Governador, ordenou o Sr. Encarregado da Estação em Obediência aos nos avisos nº 1509 de 03/09/1937, e 2 de 03/01/1938, do Ministério da Marinha, publicado respectivamente nos boletins nº 36 de 1937 e 8 de 1938 do mesmo Ministério, e de acordo com as instruções do Chefe da comissão de tombamento, Revisão e Regularização dos títulos dos títulos de propriedade do Ministério da Marinha, Sr. Capitão-de-mar-e-guerra GALDINO PIMENTEL DUARTE, que fosse por mim Sub-Oficial FLAVIO PEDREIRA, escrivão por designação do mesmo Sr. Encarregado, lavrado o terreno que concede a título precário e nas condições abaixo estipuladas, ao Sr. EUCLIDES DOS SANTOS o terreno sito a Colônia de Pescadores Z-1 para uso da mesma Colônia, título precário, n’uma faixa de terreno a partir da ponta do Mirante, (hoje portão da Estação Radio) canal acima, na margem direita do Rio Jequiá nesta Ilha do Governador.

Condições: 1º - O Ministério da Marinha representado no ato pelo Sr. Capitão-Tenente ALFREDO MARIA DO AMARAL NEVES permite ao Sr. EUCLYDES DOS SANTOS continuar a ocupar para uso da mesma Colônia, o terreno a partir da ponta do mirante, canal acima, na margem direita do Rio Jequiá, medindo 100 metros de largura e 700 metros de comprimento (aviso 3823, de 17/11/1920)

2º - A ocupação é a título precário e até ser requisitado o terreno pelo Ministério da Marinha.

3º - Para a restituição do terreno, em caso de requisição o Ministério da Marinha dará um prazo a contar da data daquela.

4º - Nenhuma indenização será reclamada por qualquer benfeitoria feita pelo ocupante.

5º - O ocupante não tem direito a alegar usucapião pelo tempo de ocupação decorrido antes e depois deste terreno.

6º - A concessão poderá ser cassada por proposta do Sr. Encarregado ao Exmº Sr. Ministro da Marinha, em caso do ocupante não observar boa conduta, prejudicial aos interesses da Marinha. Estando assim de acordo o Ministério da Marinha e o Sr. EUCLYDES DOS SANTOS foi este emitido na posse do terreno, do que lavrei este termo que vai assinado por mim escrivão designado, pelos Senhores Capitães –Tenentes: ALFREDO MARIA DO AMARAL NEVES E ARNALDO TOSCANO e pelo Sr. EUCLYDES DOS SANTOS na presença das testemunhas: GUMERCINDO ELIAS GOES 3º Sargento AECM nº 8431, casado, brasileiro, com 35 anos de idade, residente a Rua Professor Hilarião da Rocha, s/nº Ilha do Governador e FRANCISCO FERNANDES CASTELO, 3º Sargento AECA nº 3561, casado, brasileiro, com 43 anos de idade, residente a Rua Hilarião da Rocha nº 502 Ilha do Governador, conhecidos dos Senhores Capitães – Tenentes ALFREDO MARIA DO AMARAL NEVES e ARNALDO TOSCANO e do Sr. EUCLYDES DOS SANTOS do que dou fé.- Rio de Janeiro, em 24 de novembro de 1938. – Assinaturas: ALFREDO MARIA DO AMARAL NEVES – Capitão Tenente: ARNALDO TOSCANO, Capitão Tenente; Imtº; EUCLYDES DOS SANTOS, Presidente Interino da Colônia Z-1; FRANCISCO FERNANDES CAASTELO, 3º Sargento AE-CA; GUMERCINDO ELIAS GOES, 3º Sargento AECM, nº 8431; FLAVIO PEDREIRA, SOTL.

Comissão de Administração e Tombamento dos Próprios Nacionais a cargo do Ministério da Marinha. Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1944.

Estação Radio da Marinha no Rio de Janeiro, GB., em 25 de julho de 1969

Copiado por:

ODILON BARCELOS MARTINS

CB ES

Anexo IV: Regimento Interno da Colônia de Pescadores Z-10

Regimento interno da colônia de pescadores Z-1

ART. 1º O presente Regimento disciplina as atividades dos poderes que dirigem a Colônia de Pescadores Z-1, assim como, os direitos e deveres de seus associados.

ART. 2º Existem (2) dois poderes que dirigem a Colônia de Pescadores Z-1, o poder Administrativo composto de (3) três membros, e poder Fiscal também composto de (3) três membros, os quais não farão jus a remuneração pelo exercício do Cargo.

ART. 3º Ao poder Administrativo composto:

I = Cumprir e fazer cumprir por parte dos associados, o que consta do presente regimento.

II = Execução de projetos e transações com pessoas estranhas ao quadro social, após a aprovação pela Assembléia Geral.

III = Arrecadar as mensalidades do quadro social.

IV = Dar assistência ao quadro social junto a Capitania dos Portos sempre que necessário.

V = Representar a Colônia de Pescadores Z-1, junto as autoridades da Estação Radio da Marinha no Rio de Janeiro

VI = Tratar de todos os interesses da Colônia de Pescadores Z-1, junto à autoridades civil e militar.

VII= Conceder empréstimo ao associado.

VIII= Dar conhecimento ao quadro social do movimento mensal, por meio de balancetes afixado em lugar visível.

ART. 4º Ao poder Fiscal compete:

I = Fiscalizar as atividades do poder administrativo.

II= Prestar auxílio ao poder administrativo, sempre que solicitado.

III= Aprovar as contas do poder administrativo “anualmente”, a convocar a Assembléia Geral, para tomar conhecimento das mesmas.

ART. 5º Dos direitos e deveres do associado:

ART. 6º São direitos do associado:

I= Assistência junto a Capitania dos Portos.

II= Auxílio financeiro temporariamente quando impossibilitado de trabalhar por motivo de doença, comprovada com atestado médico ou critério do poder Administrativo.

III= Votar e ser votado por ocasião das eleições.

IV= Isenção das mensalidades quando se tratar de associado com mais de (65) sessenta e cinco anos de idade, que tenha contribuído com o mínimo de 60 mensalidades.

- V= Auxílio funeral.
- VI= Empréstimo para aquisição de equipamento de pesca.
- ART. 7º São deveres do Associado:
- I= Pagar as mensalidades rigorosamente em dia.
- II= Prestar auxílio aos poderes Administrativos e Fiscal sempre que for possível.
- III= Zelar pela conservação do patrimônio da Colônia de Pescadores Z-1.
- ART. 8º Das disposições Gerais:
- ART. 9º Todo morador maior de (18) dezoito anos, será obrigatoriamente, associado da Colônia de Pescadores Z-1.
- ART. 10º Não estão enquadrados no artigo anterior, os maiores de (18) dezoito anos que estejam fazendo curso de escolaridade e que não tenham renda própria, ou sejam incapazes fisicamente.
- ART. 11º Os associados que estiverem rigorosamente em dia com as suas mensalidades, não farão jus aos auxílios previstos no presente Regimento, assim como o disposto no ART. 6º item IV.
- ART. 12º O auxílio a quem se refere o item II do ART. 6º, só será concedido ao associado que não tenha outra fonte de renda.
- ART. 13º O valor do auxílio a quem se refere o item II do ART. 6º, será arbitrado pelo poder administrativo tomando por base a arrecadação mensal.
- ART. 14º O auxílio a que se refere o item II do ART. 6º, só será concedido após 15 dias de incapacidade, sendo porém par efeito de pagamento, contado a partir do 1º dia de incapacidade.
- ART. 15º O auxílio a que se refere o item V do ART. 6º, será calculado na base de 3% da arrecadação mensal, e será pago em caso de morte do associado ou de seus dependentes.
- ART. 16º O empréstimo a que se refere o item VI do ART. 6º, só será concedido para aquisição de equipamento de pesca, e seu valor ficará a critério do poder administrativo, de acordo com a disponibilidade da caixa.
- ART.17º Os juros a serem cobrados referentes ao empréstimo a que se refere o ART. 16º será calculado de acordo com a rede bancária.
- ART. 18º O prazo para pagamento do empréstimo a que se refere o ART. 16º não poderá ser superior a (24) vinte e quatro meses e as exigências da garantia ficará a critério do poder administrativo.
- ART. 19º O empréstimo a que se refere o ART. 16º, poderá ser extensivo em caráter excepcional, para reforma da residência, a critério do poder Administrativo, com a devida aprovação do poder Fiscal.
- ART. 20º Os casos omissos, serão resolvidos conjuntamente pelos poderes Administrativo e fiscal.

Anexo V: Ordem Interna nº 24

MINISTÉRIO DA MARINHA

ESTAÇÃO RÁDIO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO

RM/PRP

ER-02

Rio de Janeiro, GB

Em 13 de março de 1972

ORDEM INTERNA Nº 024

Assunto: Colônia de Pescadores Z-1

1-PROPÓSITO

O propósito da presente Ordem Interna é estabelecer diretivas concernentes no controle da área ocupada pela Colônia de Pescadores Z-1

2.- HISTÓRICO

- a) Por decisão contida nos Avisos nº 1509 de 03/09/1937 e de 2 de 03/01/1938 do Ministério da Marinha, foi lavrado o Termo de nº 90, de 24 de novembro de 1938, concedendo a título precário e sob certas condições o terreno sito à Colônia Z-1, para uso da mesma Colônia.
- b) A área concedida pelo TERMO nº 90, conforme consta no mesmo, é medida a partir da Ponta do Mirante (hoje portão da Estação Radio), canal a cima, na margem direita do Rio Jequiá, com 100 metros de largura e 700 metros de comprimento.
- c) As condições estabelecidas pelo TERMO nº 90, na ocasião da concessão, foram as seguintes, até o presente vigorando:
 - 1) A ocupação é a título precário e até ser requisitado o terreno pelo Ministério da Marinha.
 - 2) Para restituição do terreno, em caso de requisição, o Ministério da Marinha dará um prazo a contar da data daquela.
 - 3) Nenhuma indenização será reclamada por qualquer benfeitoria feita pelo ocupante.
 - 4) O ocupante não tem direito a alegar “usucapião” pelo tempo de ocupação antes e depois deste terreno.
 - 5) A concessão poderá ser cassada em caso de o ocupante não observar boa conduta, prejudicial nos interesses da Marinha

1. CONTROLE DA ÁREA

a) Compete ao Comando da Estação Rádio da Marinha no Rio de Janeiro o controle de toda a área ocupada pela Colônia Z-1.

b) Para a execução das medidas de controle foi necessário criar a Prefeitura Militar da Colônia Z-1, chefiada por um militar subalterno do efetivo da ERMRJ e com sede em imóvel situado na Colônia.

c) Toda a área ocupada pela Colônia constitui terreno da Estação Radio, sendo impostas as seguintes medidas de controle sobre a área:

1) Os terrenos onde se localizam os imóveis não constituem propriedade dos moradores ou de terceiros, não podendo, portanto, serem objeto de transação de qualquer espécie.

2) Os imóveis residenciais somente poderão ser ocupados pelos respectivos proprietários e membros de sua família, constantes do cadastro de moradores organizado através de recenseamento levado a efeito na Colônia Z-1 no ano de 1971.

3) Os imóveis citados no inciso 2 acima constituem “propriedade a título precário”, não cabendo aos respectivos donos qualquer indenização no caso de desapropriação por interesse da Marinha, conforme estabelecido no TERMO nº 90 de 24 de novembro de 1938.

4) Não serão admitidos novos moradores na Colônia Z-1 mesmo os parentes dos moradores atuais, ainda que exerçam a profissão de pescador.

5) Os imóveis residenciais não poderão ser vendidos ou negociados sob quaisquer condições, tolerando-se entretanto a sua cessão a outro morador da própria Colônia Z-1, desde que esse último se comprometa a mudar-se do imóvel que na ocasião da transferência.

6) A transferência do Imóvel do que trata o inciso 5 acima será solicitada por requerimento do interessado no Comando da ERMRJ e encaminhado através da prefeitura Militar da Colônia.

Os imóveis da Colônia não poderão ser alugados a terceiros, sejam eles moradores ou não, da Colônia.

7) Não será permitida a construção de novos imóveis na área ocupada pela Colônia Z-1, tolerando-se entretanto a construção de imóveis de alvenaria em substituição a casa de madeira, desde que ocupem exatamente o mesmo espaço do terreno por esses ocupado.

8) A construção do imóvel de alvenaria do que trata o inciso 7 acima ser solicitado por requerimento do interessado ao Comandante da ERMRJ encaminhado através da Prefeitura Militar da Colônia de Pescadores Z-1

9) As obras de reparo ou melhoramentos nos imóveis residenciais serão autorizados pelo Comandante, após vistoria levada a efeito pela Prefeitura Militar da Colônia. As solicitações de obras nos imóveis serão feitas por requerimento do interessado ao Comandante da ERMRJ e encaminhado através da Prefeitura Militar da Colônia.

10) Toda e qualquer obra autorizada nos imóveis da Colônia terá um prazo de execução, estabelecido por ocasião do deferimento do requerimento respectivo. Esse prazo poderá ser prorrogado apenas uma vez desde que o interessado apresente comprovante da necessidade

de tal prorrogação.

11) Em qualquer caso, o prazo inicial e a prorrogação não poderão exceder de 120 (cento e vinte) dias.

12) A entrada de material destinado a obras em imóveis da Colônia Z-1 será feita sempre pela entrada principal junto ao portão do Jequiá e somente será autorizada se o interessado houver feito a solicitação devida através da Prefeitura Militar da Colônia Z-1.

13) Os veículos particulares somente poderão entrar nos terrenos da Colônia caso seu proprietário seja residente na mesma e haja obtido o cartão de trânsito respectivo através da Prefeitura Militar da Colônia. Os veículos de praça transportando passageiros não poderão entrar.

14) Os veículos pesados (caminhões) de transporte, de material de construção, Gás, Lixo, Etc. poderão entrar desde que devidamente controlados pela Guarda do Portão do Jequiá.

15) Os estabelecimentos comerciais na Colônia de Pescadores Z-1, somente poderão funcionar se estiverem devidamente legalizados, observadas as exigências estabelecidas para tal. Os estabelecimentos comerciais que não estejam legalizados serão imediatamente fechados e presos os infratores.

16) Não será permitida a abertura de novos estabelecimentos comerciais, nem mesmo se forem preenchidas as exigências legais.

17) Não será permitida a existência nos terrenos da Colônia de entidades com finalidades políticas.

18) Não será permitida a existência na Colônia de casas de diversão com finalidades comerciais ou que explorem venda de bebidas alcoólicas, jogo e prostituição. (bares e hotéis).

19) Todo o comércio legalizado, somente estará autorizado a funcionar se os respectivos proprietários forem moradores da Colônia Z-1. não será permitida a exploração de comércio por não residentes, ainda que apresentem situação legal correta.

4º PREFEITURA MILITAR DA COLÔNIA Z-1

- a) À Prefeitura Militar da Colônia Z-1 cabe a fiscalização do cumprimento das medidas de controle sobre, a área, assim como a administração de todos os assuntos relacionados com a Colônia Z-1, conforme diretivas do Comandante da Estação Rádio da Marinha no Rio de Janeiro.
- b) O Prefeito Militar da Colônia de Pescadores Z-1 será um militar subalterno do efetivo da ERMRJ, com as seguintes Atribuições:
 - 1) Manter cadastro atualizado de todos os imóveis existentes na Colônia, sejam residenciais ou de outras finalidades.
 - 2) Manter cadastro atualizado de todos os moradores da Colônia e respectivos dados pessoais completos (Recenseamento).
 - 3) Manter arquivo de toda a documentação relativa a assuntos ligados à administração da Colônia.
 - 4) Receber e processar requerimento dos moradores da Colônia, dirigidos ao Comandante da ERMRJ.
 - 5) Vistoriar imóveis por ocasião de solicitações de obras de reparo ou melhoramentos

e emitir parecer a respeito de procedência da solicitação e seu enquadramento às normas vigentes.

- 6) Receber e processar solicitações dos moradores da Colônia sobre os seguintes assuntos:
 - a) Obtenção de cartões de transito de veículos.
 - b) Autorização para entrada de material.
 - c) Autorização para festas de atividades especiais a serem realizadas na Colônia Z-1
- 7) Manter cadastro de veículos particulares possuidores de autorização de entrada na Colônia (cartão).
- 8) Manter controle sobre obras em andamento em imóveis da Colônia, observando os respectivos prazos de execução.
- 9) Efetuar recenseamento de todo o pessoal da Colônia a cada dois anos.
- 10) Exercer fiscalização sobre a área, não permitindo entrada de novos moradores na Colônia.
- 11) Exercer fiscalização no sentido de coibir transações ilícitas de imóveis na Colônia (Compra, vende, locação).
- 12) Embargar obras em imóveis da Colônia que estejam em execução sem a autorização devida ou fora das condições permitidas.
- 13) Fiscalizar a entrada de material destinado a obras na Colônia, através das papeletas de autorização adotadas.
- 14) Exercer fiscalização sobre o tratamento de veículos na Colônia, observando as normas à concessão de “Autorizações de transito” (cartão)
- 15) Exercer fiscalização sobre os estabelecimentos comerciais, no que diz respeito à situação legal (Alvará).
- 16) Exercer constante fiscalização nas atividades coletivas realizadas na Colônia, não permitindo a existência de reuniões ou manifestações de caráter político-partidário.
- 17) Exercer controle sobre a população, exigindo, sempre que necessário, a identificação de elementos estranhos à mesma e efetuar a prisão de todo elemento em situação irregular ou que cometa infração no interior da Colônia.
- 18) Coordenar a serviço de policiamento, efetuando pela divisão de Segurança (ER-23), no interior da Colônia.
- 19) Entrar em contato com o Oficial Encarregado da Divisão de Segurança (ER-23) ou, na sua ausência, com o Oficial de Serviço da ERMRJ, no que diz respeito a ocorrência fora do normal ou irregularidades ou infrações cometidas no interior da Colônia.
- 20) Fiscalizar a limpeza geral da área da Colônia não permitindo que seja colocado lixo fora dos locais apropriados existentes.
- 21) Manter os moradores da Colônia informados das diretivas e normas baixadas pelo Comando da ERMRJ com relação a Colônia Z-1.
- 22) Coordenar com a guarda do portão do Jequiá as medidas que julgue necessária relativas ao transito de pessoal, veículos e material com destino à Colônia Z-1.
- 23) Solicitar ao Encarregado da Divisão de Segurança (ER-23) reforço de policiamento ou escolta especial quando as circunstancias ou ocorrências fora normal assim determinarem.
- 24) Encaminhar os Comandantes toda a documentação de interesse, para conhecimento

ou despacho, relativo a assuntos da Colônia Z-1.

- 25) Apresentar relatório de informações. Verbal ou por escrito, ao Oficial Encarregado da Divisão de Segurança (ER-23) sempre que necessário ou determinado.

5- ADMINISTRAÇÃO

d) Transferência de Imóvel- Para a transferência de imóveis de que trata o item 3. alínea e inciso 5, o interessado encaminhará a Prefeitura Militar da Colônia requerimento em duas vias, conforme modelo do anexo a.

- 1) O receber o requerimento o Prefeito da Colônia fará a vistoria do local, Emitirá seu parecer e encaminhará ao Comandante da ERMJR caso a solicitação esteja enquadrada nas normas em vigor.
- 2) Após o despacho do Comandante , a 1º via será entregue ao interessado e a 2º via será arquivada na Prefeitura Militar da Colônia.
- a) SUBSTITUIÇÃO DE IMÓVEIS DE MADEIRA POR ALVENARIA – Para iniciar este processo o interessado apresentaria à Prefeitura Militar requerimento em duas vias conforme modelo do anexo b. onde fará constar no verso, a planta da construção e o material que será empregado.
 - 1) o Prefeito Militar procederá a vistoria e emitirá parecer encaminhando a documentação para despacho ao Comandante se estiver de acordo com as normas vigentes.
 - 2) A 1º via da requerimento será entregue ao interessado e a 2º via será arquivada na Prefeitura Militar da Colônia Z-1.
- 3) OBRAS DE REPARO OU MELHORAMENTOS DE IMÓVEIS - as obras de reparo serão solicitadas por requerimento em duas vias de acordo com modelo do anexo b. Se as obras implicarem em modificações no imóvel, a planta final deverá constar do verso. O Prefeito Militar procederá a vistoria e obedecerá as mesmas instruções relativas aos demais casos acima citados, no que diz respeito ao encaminhamento da documentação e arquivamento das 2º vias.
- 4) AUTORIZAÇÃO DE TRÁNSITO DE VEÍCULOS – os proprietários de veículos residentes na Colônia somente poderão transitar pelo portão do Jequiá se possuírem o cartão de transito emitidos pela ERMJR. Esse cartão terá a validade de 1 (um) ano e será obtido através da Prefeitura Militar, conforme se segue:
 - a) Certificado de propriedade do veículo.
 - b) Licença de veículo.
 - c) Seguro obrigatório (em dia)
 - d) Carteira de habilitação.
 - e) 2 retratos 3x4.

- 2) O Prefeito Militar providenciará a expedição do cartão (modelo do anexo d) o qual, após devidamente assinado, será entregue ao interessado.
- 3) A papeleta de solicitação, com o retrato do requerente, será arquivada na Prefeitura Militar.
- 4) Entrada de Material – os interessados preencherão a papeleta de solicitação em duas vias, conforme modelo do anexo e, e encaminhará à Prefeitura Militar.

O Prefeito Militar verificará a procedência da Solicitação e autorizará ou não a entrada do material, conforme o caso.

1) a 1º via da papeleta, com a competente autorização emitida pelo Prefeito será entregue ao interessado.

2) A 2º via ficará em poder do prefeito para controle de entrada de material e posterior arquivo do Prefeito Militar.

1) **DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA** – Os interessados em tais declarações preencherão o modelo constando do anexo f. em apenas 1 via, e encaminharão á Prefeitura Militar. E o Prefeito verificará a exatidão dos dados contidos e providenciará a assinatura do Comandante, restituindo em seguida ao interessado.

2) **CADASTRO DE MORADORES** – A Prefeitura Militar manterá cadastro de moradores conforme modelo do anexo g.

3) **DISPOSIÇÕES FINAIS** .

a) Todo o policiamento da área ocupada pela Colônia Z-1 será efetuado por pessoal da ERM RJ.

b) As ocorrências policiais com civis verificadas no interior da Colônia serão, em primeira instância, atendidas pelo Oficial de Serviço da Estação a quem competirá a triagem dos casos encaminhando os infratores ou participantes a Policia se for o caso.

c) Nas ocorrências envolvendo militares o Oficial de Serviço cumprirá as instruções vigentes, de acordo com a situação.

d) O pessoal da Estação Radio em serviço de policiamento no interior da Colônia não poderá se deter em conversa ou outra atividade que possa desviar a atenção no serviço.

e) O pessoal em serviço de policiamento na Colônia está autorizado a exigir identidade aos indivíduos estranhos ou em atitude suspeita, prendendo e trazendo a presença do Oficial de serviço tais elementos, se for o caso.

7 -ANEXOS⁹⁶

A) Modelo de requerimento para transferência de imóveis

B) Modelo de requerimento para obra

⁹⁶ Neste material, que nos foi cedido pelo José Luiz de Castro Ferreira, não constam os anexos D, F e G.

- C) Modelo de solicitação de cartão de transito
- D) Modelo de cartão de transito de veículos.
- E) Modelo de autorização para entrada de material.
- F) Modelo de declaração de residência.
- G) Modelo de fichas de cadastro de moradores.

Rio de Janeiro, GB Aos 13 de março de 1972.

Jorge Isidoro da Silva

Capitão-de-Fragata

Comandante

MINISTERIO DA MARINHA
ESTACÃO RADIO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO
REQUERIMENTO PARA TRANSFERÊNCIA DE IMÓVEL

Ilmo° Senhor Comandante da Estação Radio da Marinha no Rio de Janeiro.

NOME LEGIVEL

NACIONALIDADE

Nascido à ___/___/_____, residente a Rua _____.

N° _____ Colônia Z-1, tendo conhecimento do Termo 90 de 24/11/1938, vem solicitar a V.Sa. autorização para a transferência de imóvel localizado à Rua _____ n° _____, Colônia Z-1,

de minha propriedade, para o Sr. _____

NOME LEGIVEL

_____, _____, nascido à ___/___/_____,

NACIONALIDADE PROFISSÃO

FILHO DE _____ E _____

Residente a Rua _____

N° _____ Colônia Z-1, não assumindo o recebedor do citado imóvel qualquer compromisso de pagamento pelo presente transferência.

“Nestes termos”.

Pede deferimento’

Rio de Janeiro, GB; Em _____ de _____ de 19 _____

ASSINATURA DO REQUERENTE

1° TESTEMUNHA

2° TESTEMUNHA

DECLARAÇÃO

Declaro que recebi do Senhor _____

Presentes as testemunhas _____

Residente a Rua _____ nº _____

Colônia de Pescadores Z-1 e _____, residente

a rua _____, nº _____ Colônia Z-1

o imóvel de que trata o requerimento de verso, e pela presente assumo o compromisso de mudar-me do imóvel onde resido a rua _____ nº _____

_____, Colônia Z-1, para o imóvel, ora recebido.

Rio de Janeiro, GB; em _____ de _____ de 19 _____

ASSINATURA

MINISTERIO DA MARINHA
ESTACÃO RADIO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO
REQUERIMENTO PARA OBRA

Nº _____

VIA _____

Ilmoº Senhor Comandante da Estação Radio da Marinha no Rio de Janeiro.

_____, residente á

NOME COMPLETO LEGIVEL

Rua _____ nº _____ Colônia Z-1, tendo

Conhecimento do Termo 90 de 24/11/1938, vem solicitar a V.Sa. autorização para executar a obra abaixo descrita, no imóvel localizado a rua _____ nº _____, colônia Z-1,

Observando o prazo total de execução de _____ dias, contados a partir da data de deferimento deste.

DESCRIÇÃO DA OBRA

“Nestes termos

Pede deferimento”

Rio de Janeiro, GB., em _____ de _____ de _____

ASSINATURA DO REQUERENTE

MATERIAL QUE SERÁ EMPREGADO NA OBRA

PLANTA DA OBRA

MINISTÉRIO DA MARINHA

ESTACÃO RÁDIO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO

COLÔNIA Z-1

AUTORIZAÇÃO PARA ENTRADA DE MATERIAL

MINISTERIO DA MARINHA
ESTACÃO RADIO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO
SOLICITAÇÃO DE CARTÃO DE TRANSITO
COLÔNIA Z-1

_____ morador a
Rua _____ n° _____ proprietário
do veículo _____ PLACA _____

vem solicitar a V.Sa. o Cartão de Autorização para transitar com o referido veículo pelo Portão do Jequiá, a qualquer hora do dia ou da noite.

Rio de Janeiro,GB. Em ____/____/_____.

OBS: Juntar seguintes documentos

- a) Cartão de Identidade.
- b) Certificado de propriedade do veículo
- c) Seguro de Responsabilidade
- d) Licença do veículo.
- e) Carteira de Habilitação
- f) Dois (2) retratos 3X4

Estação Rádio da Marinha no Rio de Janeiro.

Em _____ de _____ de _____

Comandante

Ordem Interna 024

(Anexo d)

MINISTERIO DA MARINHA
ESTAÇÃO RADIO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO
CARTÃO DE TRANSITO COLÔNIA Z-1

ORDINT 024

(Anexo e)

_____ VIA

_____ morador
a rua

_____ nº _____, Colônia Z-
1, tem

permissão para entrar na Colônia com o seguinte material de sua propriedade:

Rio de Janeiro, GB. Em _____ de _____ de ____/____/____

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESTAÇÃO RÁDIO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO

COLÔNIA Z-1

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fizeram necessários que o Sr. _____

(NOME)

(NACIONALIDADE) (ESTADO CIVIL)

filho de _____ e _____

(PAI)

(MÃE)

nascido a _____ em _____

(DATA)

(LOCAL)

e residente a _____

(ENDEREÇO)

está autorizado por este Comando a utilizar, a título precário e nas condições estabelecidas no Termo nº 90 de novembro de 1938, a faixa de terreno de _____X_____ localizado a rua _____ na Colônia de Pescadores Z-1 assim como o imóvel nele existente.

Estação Rádio da Marinha no Rio de Janeiro.

Em _____ de _____ de _____

Comandante

Anexo VI: Uma tentativa de transferência da Colônia de Pescadores Ofício nº 0012 de 10/09/86 e seus precedentes

(Cont. do Ofício nº 1069/86, da DAdM, ao 1º DN.)

2º Despacho
CR/01 ESTAÇÃO RÁDIO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO
CA-P-25-001

Nº 0012
Ent. Prot. 21/08/86

RIO DE JANEIRO, RJ.
Em 10 de setembro de 1986.

Do: Comandante
Ao: Exmº Sr. Comandante do 1º Distrito Naval

Referência: a) Decreto Estadual nº 1050 de 25/03/1966;
b) Decreto Municipal nº 1991 de 01/02/1979; e
c) Boletim Técnico nº 2204 de 27/08/1981, da DACM.

Anexos: A) Cópia do ofício nº SPH-199/86 da Superintendência de Política Habitacional da SETH.
B) "CROQUIS" da localidade de Tubiacanga (I. do Governador).
C) Fotografias da localidade de Tubiacanga e Colônia Z-10.

1. Tendo em vista a gravidade crescente do problema em tela, este Comando redobrou esforços no sentido de levantar subsídios que permitissem a formulação de uma segunda linha de ação que atendesse melhor aos interesses da MB. Assim, foram coletados os seguintes dados:

a) contíguo ao terreno do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (AIRJ), na Ilha do Governador e beirando a Baía de Guanabara, encontra-se a localidade de Tubiacanga, onde há muito tempo reside um grupo de pescadores filiados à Colônia Z-10;

b) a área se trata de terreno de Marinha, aplainado, com bastante espaço livre para receber novas construções. Dista cerca de dois quilômetros do centro do comércio da Ilha do Governador e é servida por linha de ônibus regular;


c) no local - e junto às casas dos pescadores - há cerca de dois anos o Ministério da Aeronáutica (M.Aer) construiu um conjunto de residências populares, onde alojou os moradores da favela que crescia à margem da estrada de acesso ao AIRJ.

(Cont. do 2º Despacho nº 0012 de 10/09/86 da ERMRJ ao 19DN.)

As considerações acima podem ser melhor visualizadas no "croquis" do anexo B) e nas fotos de nºs 01, 02, 03 e 04 do anexo C).

2. À vista das informações acima, seria oportuno, smj, reavaliar a opção de se ceder a atual área da Z-10 aos moradores e a construção de nova ponte separada da ora existente. Isto porque, sem dúvida, diminuirá o poder de fiscalização da ERMRJ, dando ensejo à proliferação de oficinas clandestinas, estabelecimentos comerciais, aterros irregulares para novas construções, com consequente geração de ruídos e sinais interferentes que poderão degradar o serviço de comunicações efetuado pela OM, face à pequena distância entre o Control e as casas (vide foto nº 05). Haverá, portanto, grande chance de ser transgredida, ainda mais, a legislação em vigor, citada na referência e que visa proteger as comunicações.

3. Isto posto, solicito a V. Exª estudar a possibilidade de - mediante entendimentos com o M. Aer e BNH - transferir os moradores da Colônia Z-10 para o terreno disponível no bairro de Tubiacanga, deixando como objetivo terminal a cessão da área atual e construção de nova ponte.


HÉLIO TAVARES SALLES
Capitão-de-Fragata
Comandante

Cópias:

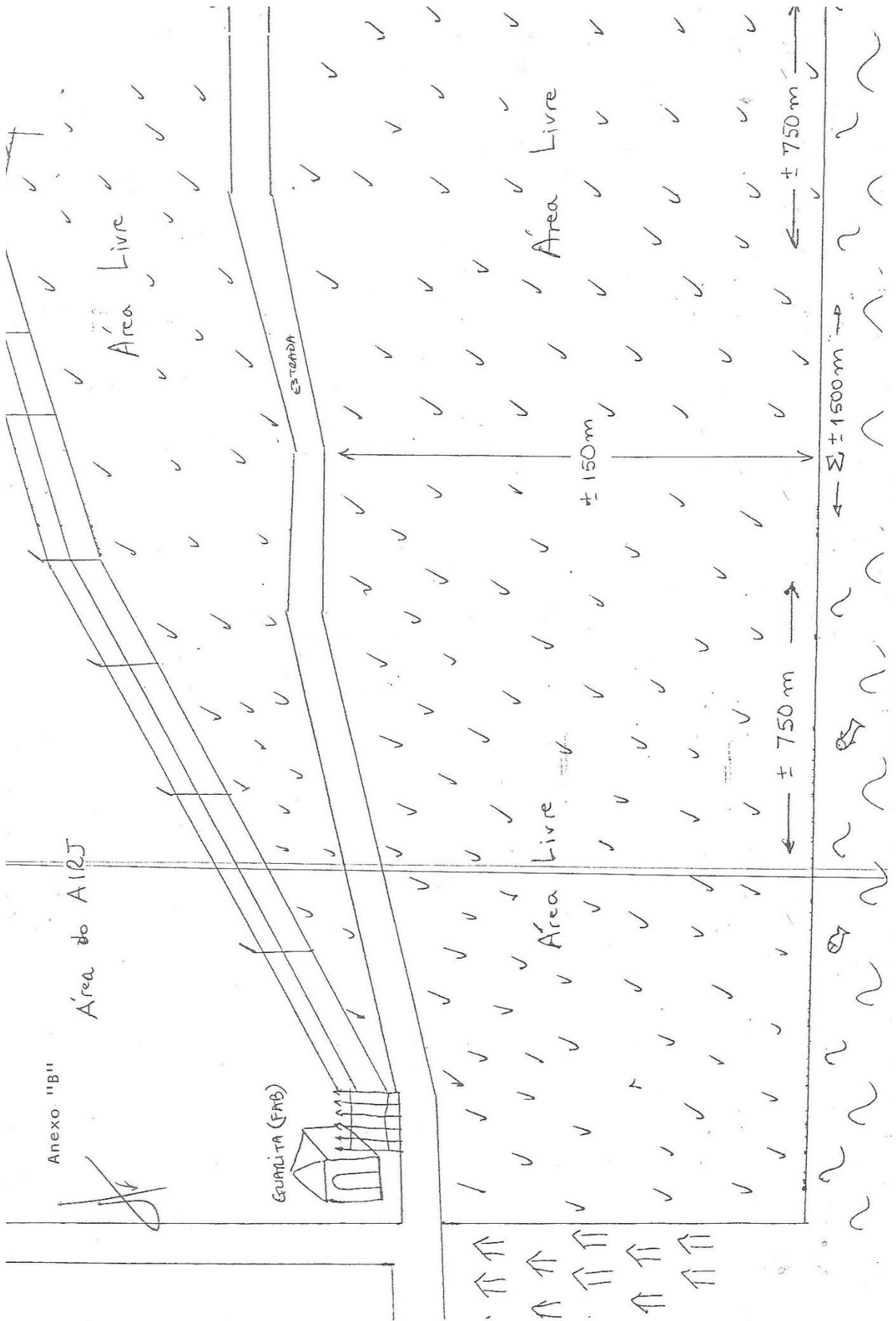
DAdM: 1 (s/anexos)

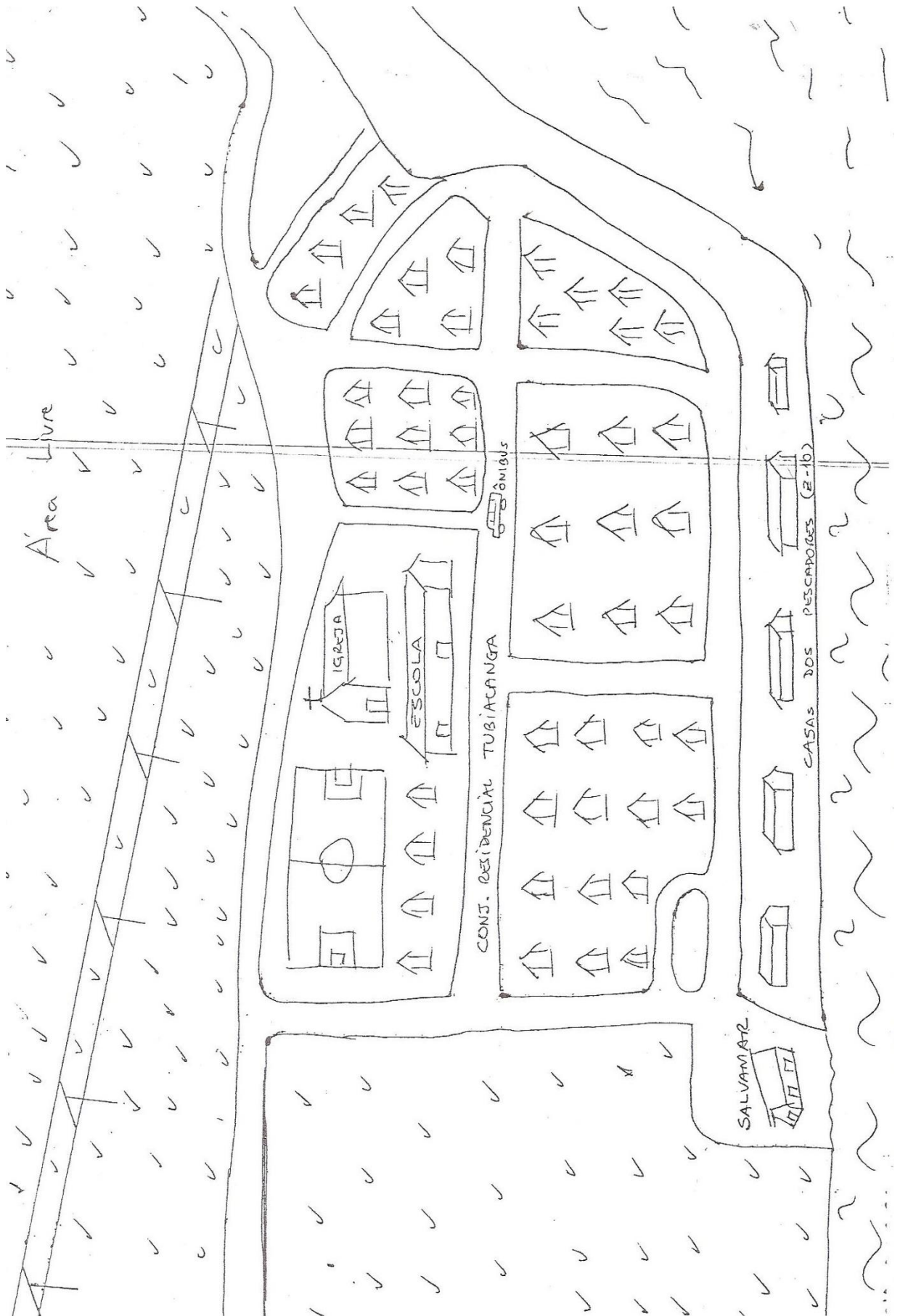
ERMJR-05.... 1 (idem, idem)

ERMJR-20.... 1 (idem, idem)

TRANSUNTO DO OFÍCIO INICIAL: (vide cópia)

TRANSUNTO DO 1º DESPACHO Nº 0305/86: (vide copiador de despacho)





MINISTERIO DA MARINHA

(Cont. do Of. nº 1069/86, da DAdM ao Com1ºDN.....).

1º Despacho

RL/10
F.12069/86
CA-Z-31-001

COMANDO DO PRIMEIRO DISTRITO NAVAL


RIO DE JANEIRO, RJ.
Em 19 de agosto de 1986.

Nº 0305
Ent. Prot. 06-08-86.

Do: Comandante
Ao: Sr. Comandante da Estação Rádio da Marinha no Rio de Janeiro

Anexo: O mesmo do ofício inicial.

1. Transmito o presente expediente a fim de que V. Sª apresente as considerações pertinentes ao assunto em tela.


VALBERT LISIEUX MEDEIROS DE FIGUEIREDO
Almirante-de-Esquadra
Comandante

Cópias:
DAdM..... 1 (s/anexo)
DN-10..... 1 (c/anexo)
Arquivo..... 1 (s/anexo)



VR/40
CA-Z-31-001

MINISTÉRIO DA MARINHA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA

Nº 1069

RIO DE JANEIRO, RJ.
Em 05 de agosto de 1986.

Do: Diretor
Ao: Exmº. Sr. Comandante do 1º Distrito Naval
Assunto: Cessão de área jurisdicionada ao Ministério da Marinha
Referências: a) Of. nº 3827/82 do Com1ºDN; e
b) Msg R-262239Z/JUL/82 DO MINMAR ao PRIDIS.
Anexo: cópia do Of. nº SPH-199/86 da Superintendência de Política Habitacional da SETH.

1. Esta Diretoria recebeu o ofício cuja cópia fiz anexar, pelo qual se depreende a intenção dos moradores da denominada Colônia de Pescadores Z-10 em serem incluídos no Programa Estadual CADA FAMÍLIA, UM LOTE.

2. Participo a V.Exa. que em 1982, conforme atestam os documentos da referência, a Marinha concordava em ceder ao BNH aquela área de modo a permitir sua urbanização, desde que fosse construída uma ponte ligando diretamente a Colônia à estrada de contorno do Rio Jequiã, desativando-se, assim, o acesso dos moradores às suas residências através da ponte da ERMRJ.

3. Ante a possibilidade de ocorrência de fatos novos submeto o assunto à consideração de V.Exa.


ÍCARO PASSOS
Contra-Almirante (IM)
Diretor

Cópias:
ERMRJ.....1
DAdM-40.....1 (s/anexos)
Tombo 19.072.0....1 (s/anexos)
Arquivo.....1 (s/anexos)



PRAIA DE BOTAFOGO
480 - 3º ANDAR



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA HABITAÇÃO

OF SPH Nº199/86

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1986

Senhor Diretor

De acordo com entendimentos verbais, solicitamos a colaboração de V.Sa. no sentido de nos fornecer cópia xerox da partição do RGI e respectiva planta de delimitação **O TERRENO DA ÁREA** denominada Colônia de Pescadores Z-10 situada no 1º Distrito Naval, na Ilha do Governador.

A SETH foi procurada pela Associação de moradores da referida área com pedido de inclusão no "PROGRAMA CADA FAMÍLIA, UM LOTE", informando que a área seria de propriedade da Marinha.

Gostaríamos de obter essa documentação, a fim de podermos dar orientação à Comunidade sobre a real situação fundiária da área.

Certos do atendimento de V.Sa. apresentamos protestos de estima e apreço.

JOSÉ IORIO FILHO
Superintendente de
Política Habitacional

Ilmo. Sr.
Diretor de Administração da Marinha
CONTRA-ALMIRANTE (I.M.) ÍCARO PASSOS

Anexo VIII: Decreto nº 12.250 de 31 de Agosto de 1993- Criação da APARU do Jequiá

Decreto nº 12.250 de 31 de agosto de 1993

Declara, como Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU) do Jequiá, a área que menciona e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo n. 11/000.159/93,

CONSIDERANDO que a Lei "F" n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código

Florestal, alterada pela Lei "F" n. 7.803, de 18.07.89, em seu art. 1º, declara que "as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do país; em seu art. 2º considera de preservação permanente "as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios ou de qualquer outro curso d'água", e, em seu art. 3.º, considera de preservação permanente "as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas a atenuar, proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico; abrigar exemplares de fauna e flora ameaçados de extinção, e assegurar condições de bem-estar público";

CONSIDERANDO que a Resolução CONAMA n. 4, de 18 de setembro de 1985, considera como Reservas Ecológicas as áreas de "pouso de aves e de arribação protegidas por Convênios, Acordos ou Tratados assinados pelo Brasil com outras nações; as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios ou de qualquer outro curso d'água e nos manguezais, em toda a sua extensão;

CONSIDERANDO que a Constituição Estadual, em seu art. 265, declara como de preservação permanente os "manguezais,... as áreas estuarinas,... as praias, ... as nascentes e as faixas marginais de proteção às águas superficiais; as áreas que abriguem exemplares raros ameaçados de extinção, raros, vulneráveis ou menos conhecidos, na fauna e flora, bem como aquelas que sirvam como local de pouso, alimentação ou reprodução"; "as áreas de interesse... científico, a Baía de Guanabara; em seu art. 266, declara como "Áreas de Relevante Interesse Ecológico, cuja utilização dependerá de prévia autorização dos órgãos competentes, preservados seus atributos essenciais: as coberturas florestais nativas, zona costeira" .. .;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, em seu art. 461, incumbe ao Poder Público "proteger a flora e fauna silvestres, em especial as espécies em risco de extinção, as vulneráveis e raras, preservando e assegurando as condições para a sua reprodução, reprimindo a caça, a extração, a captura",.. .; "estimular e promover o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, ... objetivando especialmente a proteção das bacias hidrográficas, dos estuários, das nascentes, . . dos manguezais" .; e em seu art. 463, define como obrigações de responsabilidade do Poder Público para preservar e controlar o meio ambiente;. a manutenção e defesa das áreas de preservação permanente, destacando-se: os manguezais, as áreas estuarinas,.. as nascentes e as faixas marginais de proteção de águas superficiais;.. áreas que abriguem exemplares raros, ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos da flora e da fauna, bem como aquelas que sirvam como local

de pouso, abrigo ou reprodução de espécies; .. e as áreas ocupadas por instalações militares na orla marítima;

CONSIDERANDO que o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, instituído pela Lei Complementar n. 16, de 04 de julho de 1992, em seu art. 60, declara que "estarão sujeitas à proteção ambiental as áreas que necessitem de proteção legal e de manutenção, recuperação ou revitalização nas condições do meio ambiente natural ou construído", em seu art. 64, declara que "integram o patrimônio paisagístico do Município, sujeitos à proteção ambiental, as seguintes áreas e bens localizados no território da Área de Planejamento 3; a orla marítima da Ilha do Governador" . . .; e em seu art. 128, estabelece uma classificação para as unidades de conservação, definindo como "Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana — APARU, de domínio público ou privado, a que apresenta as características descritas no parágrafo anterior (APA) e depende de ações do Poder Público para a regulação do uso e ocupação do solo e restauração de suas condições ecológicas e urbanas";

CONSIDERANDO que a região do Saco do Rio Jequiá apresenta um ecossistema raro de ser encontrado nos grandes centros urbanos, abrigando exemplares típicos de flora e fauna de mangue, como maçarico — Ave migratória considerada em extinção; CONSIDERANDO que o Relatório "Diagnóstico Ambiental Preliminar Bacia Hidrográfica do Rio Jequiá", elaborado pela UERJ, na caracterização biológica da fauna e flora locais, apresenta elementos que justificam a recuperação e preservação daquele ecossistema;

CONSIDERANDO que o movimento preservacionista, há 25 anos, luta pela recuperação e manutenção do manguezal do Saco do Jequiá; e

CONSIDERANDO que o Ministério da Marinha através do 1º Distrito Naval, necessita das condições naturais existentes para continuar operando a Estação Rádio,

DECRETA:

Art 1º— Fica declarada, como Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana - (APARU) do Jequiá, a área constituída pelo manguezal e estuário do Rio Jequiá, o complexo florestal do Morro do Matoso e as áreas ocupadas pelas instalações da Marinha e pela Colônia Z-10.

Art. 2.º— Para proteção desse ecossistema, fica constituída como Entorno (Resolução Conama, 13/90) da APARU do Jequiá a área delimitada pela microbacia do Rio Jequiá e aquela compreendida pela Ponta da Ribeira.

Art. 3.º— São objetivos da APARU do Jequiá:

I — recuperar e preservar o ecossistema local;

II— preservar os exemplares raros ameaçados de extinção;

III— propiciar o estudo científico da flora e fauna da região;

IV— promover o lazer, quando compatível com os demais objetivos da APARU.

Art. 4º — A APARU do Jequiá, referido no Art. 1º é assim delimitada: Do acesso à área da Marinha, pela Av. Almirante Alves C. Júnior, na Praia da Bica; daí toma o rumo leste até encontrar o muro de arrimo que delimita a área da Marinha; segue por este muro na direção

norte até alcançar o fundo dos lotes do lado esquerdo da Rua Arriba; pelo fundo dos lotes do lado esquerdo da Rua Arriba até alcançar o alinhamento esquerdo da Estrada do Rio Jequiá; pelo alinhamento esquerdo da Estrada do Rio Jequiá até a ponte, ligando esta à Rua Ipiru; e pela ponte até seu final; daí segue pela orla, passando pelas praias do Alentejo e Brava pela Ponta do Matoso, praia do Golfinho e Ponta do Manguinhos, até alcançar o acesso à área da Marinha pela Av. Almirante Alves.

Art. 5º— A área de Entorno da APARU do Jequiá, referida no art. 2º, é assim delimitada:

Do encontro das Ruas Artemísia e Arriba, segue pela Rua Artemísia, incluído o lado esquerdo, até a Estrada da Bica; pela Estrada da Bica até alcançar a Rua Ipiru; pela Rua Ipiru, incluído o lado direito, até o ponto de cota 8,6(1); deste ponto segue pelo segmento de reta interligando os pontos de cota: 57,2(2) interligando as Ruas Formosa e Porto Seguro; 42,1(3), interceptando as Ruas Caravelas e Carmem Miranda; 68,4(4) interceptando as Ruas Severiano da Fonseca e Paranhos da Silva, 62,7(5), interceptando a Praça Joaquim Francisco; 65,1(6) interceptando a Praça Pirandelo; 32,5(7) interceptando as Ruas Quirino dos Santos e Babaçu; 75,9(8), interceptando as Ruas Dom Emanuel Gomes e Amâncio Pereira; 66,0(9) interceptando as Ruas Amâncio Pereira e Francisco Góis; 76,9(10) interceptando as Ruas Francisco Góis e Alcides de Freitas, 57,7(11), interceptando as Ruas Apéria, Alcides de Freitas e Aberema; 70,7(12) interceptando a Rua Cumplido de Santana, 69,1(13) interceptando a Rua Cumplido de Santana; 62,3(14), interceptando as Ruas Ituá, Aureliano Pimentel e Alegre; 57,6(15) interceptando as Ruas Alegre, Justo Jansen Ferreira; 54,2(16), interceptando a Rua José Rangel; 38,4(17), interceptando as Ruas José Rangel e Gregório de Castro Moraes; 25,9(18) interceptando a Estrada do Galeão; 38,1(19); 50,1(20), 60,5(21), 67,5(22), interceptando a Rua Orcadas; 54,3(23) interceptando as Ruas Maria Moura e Henrique Araújo; 92,1(24), interceptando as Ruas Itaguaí, Maupire e Guajeru; 85,1(25), interceptando a Rua Guajeru; 97,1(26), interceptando a Rua Itaguaí, 79,8(27), interceptando as Ruas Ebro e Messiana; 72,6(28), interceptando as Ruas Bristol e Transilvânia; 81,6(29); 67,7(30), interceptando a Rua Rodano, 70,9(31), 58,5(32), interceptando o entroncamento das Ruas Capituí, Frei João e Adige, segue pela Rua Adige até o ponto de cota 61,5(33) na Praça Manguetá; deste ponto segue pelo segmento de reta interligando os pontos de cota: 52,2(34), interceptando as Ruas Barbosa de Castilho, Estrada do Cacuaia, Jerônimo Ornellas e Morro das Flores; 49,1(35) interceptando as Ruas NOVO Lino e Cachoeira do Mato; daí segue pela Rua Cachoeira do Mato até seu entroncamento com a Rua Monte Recôncavo até seu encontro com a Rua Visconde de Delamare; segue por esta até o ponto de cota 38,7(36); deste ponto segue pelo segmento de reta interligando os pontos de cota: 59,8(37), interceptando a Rua Aniceto Correia, 67,8(38); 67,2(39); 33,5(40), interceptando as Ruas do Monjolo, Professor Alberto Meyer; 53,7(41), interceptando as Ruas Escolástica e Dionísio Chagas; 43,6(42). interceptando as Ruas Pracinha Cesário Aguiar e Pracinha José Varela; 1,4(43) interceptando a Rua Formosa do Zumbi; segue por esta, contornando o Parque Almirante Souza e Melo até encontrar a orla da Praia do Zumbi; segue pelas praias do Zumbi, da Engenhoca, Ponta da Ribeira, Praias da Ribeira, Intendente Bittencourt, Ponta da Cousa Má e Praia do Jequiá até alcançar a ponte que liga a área da Estação de Rádio da Marinha; daí segue pelo alinhamento esquerdo da Estrada do Rio Jequiá até alcançar o alinhamento esquerdo da Rua Arriba; segue pelos fundos dos lotes do alinhamento esquerdo da Rua Arriba, até o final desta; daí toma a direção noroeste pelo muro de arrimo existente e por este alcança o alinhamento direito da Rua Arriba; segue por este alinhamento até encontrar a Rua Artemísia, ponto de

partida.

Art. 6º— Caberá ao órgão municipal que exerce o poder de polícia ambiental a responsabilidade pela tutela e gestão da APARU do Jequiá, que poderá se associar, mediante Convênio, ao Ministério da Marinha e às instituições de pesquisas governamentais e/ou não governamentais em regime de co-gestão.

§ 1º — O licenciamento de obras, bem como o de usos e atividades nas áreas da APARU deverá ser previamente aprovado pelo órgão responsável pela tutela e gestão da APARU do Jequiá.

§ 2º — Na Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana, constituída pelo presente Decreto, não serão permitidas ações degradantes ou impactantes ao ecossistema, tais como:

I — retirada, corte ou extração da cobertura vegetal existente, exceto os exemplares de espécies exóticas, ouvido o órgão municipal competente;

II— caça, perseguição ou captura de animais, bem como a retirada de ovos ou destruição de seus ninhos ou criadouros;

III— introdução de espécies de flora e fauna, nativas ou não sem autorização do órgão municipal competente;

IV— obras de saneamento e de engenharia civil como por exemplo: retificação de rios, abertura de vias, construção de canais, diques e marinas; qualquer tipo de aterro e extração de recursos minerais, salvo aquelas recomendadas para recuperação do ecossistema;

V— despejo de afluentes domésticos ou industriais, especialmente os oriundos de garagens de ônibus; oficinas mecânicas; postos de serviços automotivo e naval; de reservatórios ou de empresas de derivados de petróleo e de estaleiros;

VI— despejo e lixo de qualquer procedência;

VII— novas edificações, ampliação das construções existentes, ou mesmo transformações de uso, até que sejam redefinidas, pelo Plano Diretor da APARU, as novas condições de uso e ocupação da área.

§ 3º— No entorno da APARU constituída pelo presente Decreto, não serão permitidas ações que degradem as áreas de preservação permanente contidas na APARU, tais como as definidas nos incisos IV, V e VI do § 2º deste artigo.

§ 4º — As ações praticadas na APARU e no seu Entorno que estejam em desacordo com os

§§ 2º e 3º deste artigo, sujeitas à fiscalização e autuação por parte do órgão gestor da APARU, deverão se adequar às normas de proteção ao meio ambiente, cabendo ao órgão competente estabelecer exigências, prazos e aplicações de penalidades.

Art. 7º- Na área de Entorno da APARU não serão permitidos o adensamento e transformações de uso, de forma a possibilitar, entre outros, a recuperação da vegetação e, conseqüentemente, das nascentes que contribuem para o Rio Jequiá, até que as condições

naturais e de infra-estrutura os permitam, sem prejuízo das condições ambientais da APARU.

Parágrafo único — As condições a que se refere este artigo serão avaliadas pelo órgão

ambiental e pelo órgão responsável pela elaboração do Projeto de Estruturação Urbana — PEU da Ilha do Governador, quando da revisão da legislação.

Art. 8º — O órgão gestor da APARU do Jequiá, para o desempenho de suas atribuições, instalará na região um Escritório Técnico, que ficará encarregado, na área da APARU e no seu entorno, de:

I — desenvolver programas e projetos complementares à ação de preservação ambiental, principalmente aqueles referentes à educação ambiental;

II — fiscalizar e acompanhar qualquer intervenção que se faça na região;

III — elaborar programas e projetos visando ao uso sustentável dos recursos naturais e paisagísticos da região.

Art. 9º — No prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da data de publicação deste

Decreto, o órgão responsável pelo planejamento e controle ambiental do Município elaborará o Plano Diretor da APARU do Jequiá, com a finalidade de estabelecer restrições adicionais ao zoneamento da área, indicando os parâmetros urbanísticos do uso e ocupação compatíveis com os objetivos que levaram à criação da APARU, assim como as ações setoriais necessárias à recuperação daquele ecossistema.

Parágrafo único — O Plano Diretor, em versão preliminar, será apresentado à comunidade científica e entidades civis com interesse na área do Jequiá, em audiência pública, para tal especialmente convocada através de edital, publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro e em jornais de grande circulação.

Art. 10 — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1993 — 429º da Fundação da Cidade

CESAR MAIA

DO RIO de 01/09/93

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 632, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, nos termos do art. 3º, inciso III, do Decreto de 8 de agosto de 1994, que dispõe sobre a Comissão de Reforma Patrimonial, usando da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II do art. 1º da Portaria nº 162, de 23 de maio de 1995, alterada pela Portaria nº 168, de 6 de junho de 1995, ambas do Sr. Ministro da Fazenda, e tendo em vista o disposto no art. 125 do Decreto-lei nº 9.760, de 8 de setembro de 1946, combinado com o art. 1º do Decreto-lei nº 178, de 16 de fevereiro de 1967, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a cessão, sob o regime de aforamento, ao MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, no Estado do Rio de Janeiro, do imóvel urbano com área de oitenta e quatro mil e quatrocentos metros quadrados, constituído por terrenos nacional interior, de marinha e acrescido de marinha, situado na Baía ou Saco do Jequiá, Estrada do Rio Jequiá, Ilha do Governador, Estado do Rio de Janeiro, com as seguintes características e confrontações: a partir do ponto A, situado na extremidade da ponte de acesso à Estação-Rádio da Marinha e junto à margem direita do Rio Jequiá, segue até o ponto B com 209,00m no sentido geral SW por um muro com frente para o Rio Ipiru; daí, segue pelo mesmo muro acompanhando a Rua América Goulart com 290,00m até o ponto C; daí, inflete para a direita e segue pelo mesmo muro com 54,00m até o ponto D, situado na margem direita do Rio Jequiá; daí, segue pela margem direita do Rio Jequiá, em linha quebrada, alcançando os pontos E, F, G, H e fechando a figura no ponto A inicial, após percorrer 101,00m, 142,00m, 88,00m, 374,00m e 86,00m, nessa ordem; confrontando-se ao Norte e a Oeste com o Rio Jequiá; ao Sul com a Rua América Goulart e a Este com a Rua Ipiru; de conformidade com os elementos constantes do processo protocolizado no Ministério da Fazenda sob nº 10768.020368/93-96.

Parágrafo único. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional representará a União nos atos relativos à cessão do bem imóvel de que trata a presente Portaria, cabendo à Secretaria do Patrimônio da União a lavratura do respectivo contrato.

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se à regularização das ocupações nele existentes e à promoção de obras de infra-estrutura, saneamento básico e urbanização do local.

§ 1º É fixado o prazo de cinco anos, a contar da data da assinatura do contrato de cessão, para que o cessionário cumpra os objetivos nele previstos, inclusive quanto às providências jurídicas necessárias à regularização nominal da área.

§ 2º A venda do domínio útil do terreno para as pessoas de baixa renda que serão beneficiadas na forma deste artigo será realizada em condições facilitadas, compatíveis com a renda familiar dos beneficiários.

§ 3º Quando da venda do domínio útil do imóvel, fica o cessionário obrigado a reverter o respectivo produto para a realização de melhorias no próprio local do assentamento.

§ 4º A eventual alienação do domínio útil de áreas do terreno para empreendimentos com fins lucrativos será realizada pelo Sr. Valor de Mercado, a ser apurado em avaliação realizada pela DPU/RJ, destinando-se à União cinquenta por cento das receitas decorrentes e permanecendo os cinquenta por cento restantes com o Município, a título de administração e ressarcimento pelas obras que venha a realizar.

Art. 3º Fica o cessionário isento do pagamento do preço correspondente ao valor do domínio útil do terreno e dos respectivos foros, enquanto lhe estiver o mesmo aforado, é isento do pagamento dos laudêmios nas transferências que vier a efetuar.

Art. 4º Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações, inclusive por indenização que eventualmente venha a ser devida a terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria.

Art. 5º Os direitos e obrigações aqui mencionados não excluem os outros explicita ou implicitamente decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente, inclusive no que se refere à rigorosa observância da legislação ambiental em vigor.

Art. 6º A cessão tomar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito ao cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa daquela prevista no art. 2º desta Portaria, se inobservado o prazo estabelecido em seu parágrafo primeiro ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PEDRO PARENTE

Anexo X: Convite da exposição “Olhar de Pescador”


Quanto mais remo mais rezo, pra nunca mais se acabar
Essa viagem que faz o mar em torno do mar [...]
Meu velho um dia falou com seu jeito de avisar:
“Olha, o mar não tem cabelos que a gente possa se agarrar”
A rede do meu destino, parece a de um pescador
Quando retorna vazia, vem carregada de dor
Vivo um redemoinho, Deus bem sabe o que ele faz
A onda que me carrega, ela mesma é quem me traz

Herminio Bello de Carvalho

Realização:



Exposição
OLHAR DE PESCADOR



SONHAR E NAVEGAR É PRECISO

“Pescador meu irmão, eu ergueria mil monumentos em frente ao mar imenso ao seu louvor. Pois até Michelangelo se inspirou nesses homens com olhar castigado, as mãos calejadas e bocas desdentadas, com a pele de seus rostos castigadas pelo sol e a água salgada para eternizar no teto da capela sistina.”

Realização

Associação dos amigos do Manguezal do Jequiá

Apoio

Estação Rádio da Marinha no Rio de Janeiro

Patrocínio

Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC

Centro de Educação Ambiental - CEA

A Associação dos Amigos do Manguezal do Jequiá, O Centro de Educação Ambiental, Estação Rádio de Marinha no Rio de Janeiro Tem o Prazer de Convidar Vossa Senhoria

Para o Lançamento da Exposição Fotográfica

Olhar de Pescador

Que será realizada no Centro de Educação Ambiental - Jequiá

Dia 05/06/2012 às 10:00 Horas

Local: Rua Raul Tolentino, n° 2

E-mails: manguezaljequia@hotmail.com / cea@pcrj.rj.gov.br

Anexo XI: Folder da Exposição “Janelas do Tempo”

JANELAS DO TEMPO



*Dedicado à
Armando Dantas*

Realização



Amigos do Jequiá



Jequiá

Patrocínio



INSTITUTO JEQUIÁ
PESQUISA E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Apoio

Colônia de Pescadores Z-10

Grupo Madrugada

Participação Especial

Amigos da Mesa 7

Realização

Associação dos Amigos do
Manguezal do Jequiá,
CEA-Jequiá e Estação Rádio
da Marinha no Rio de Janeiro

Apoio

Colônia de Pescadores Z-10,
Grupo Madrugada

Participação Especial

Dos Amigos da mesa 7

Patrocínio

Instituto Iguacu

Essa exposição,

Nos remete a um passado distante, e presente.

São festas, batizados, reuniões de família, torneios de futebol. Histórias de Colônia.

Os mais jovens,

Mesmo entendendo, não podem sentir o arrepio da pele, que os mais idosos sentem.

E uma pequena janela, que o tempo abriu e nos faz ver velhos rostos tão conhecidos como histórias que ele mesmo... o tempo esqueceu; e como o vento vieram e partiram, mas nos faz acreditar, que um pedacinho... uma partícula de poeira, que o ar que nos envolve, ela sim e a senhora do tempo, que continua presente...

Jose Luiz

E PRECISO

"E preciso reviver o sonho e a certeza de que tudo vai mudar.

É necessário abrir os olhos e perceber que as coisas boas estão dentro de nós,

Onde os sentimentos não precisam de motivos nem os desejos de razão.

O importante é aproveitar o momento e aprender sua duração,
Pois a vida está nos olhos de quem sabe ver"

(Gabriel Garcia Marques)

Anexo XII: Termo de Cessão de Direitos Sobre Depoimento Oral



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL PARA O DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

1-Pelo presente documento,(nome),
..... (nacionalidade), (estado civil),
..... (profissão), carteira de identidade nº emitida por
....., CPF nº, residente e domiciliado em.....,
cede e transfere gratuitamente, em caráter universal e definitivo ao O DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ a totalidade de seus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral prestado no dia, na cidade, perante os pesquisadores.....

2- Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá indefinidamente, o direito ao exercício pleno de seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.

3- Fica pois O DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ plenamente autorizado a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ ou no exterior.

Sendo esta forma legítima e eficaz que representa legalmente nossos interesses, assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

.....	Local	data
.....
DEPOENTE	DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ	
TESTEMUNHAS:	
.....	
NOME LEGÍVEL	NOME LEGÍVEL	
CPF:	CPF:	